

APRESENTAÇÃO

É com alegria que a colocamos à disposição da comunidade acadêmica, mais um número da Revista Catarinense de Economia da Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC). Os artigos dedicam-se aos estudos sobre a economia internacional catarinense e brasileira, tema do XVI Encontro de Economia Catarinense que se realiza nos dias 15 a 17 de setembro do corrente ano.

O primeiro artigo “Inserção internacional e mudança estrutural da balança comercial catarinense nos anos 2000” de autoria de Adriano de Amarante, William J. Borges, Fernando Pozzobon e Daniel A. Souza tem como objetivo, analisar o comportamento das exportações e importações da economia estadual nas duas últimas décadas. Utiliza o método misto de análise, combinando elementos de análise quantitativa e qualitativa, em estudo de natureza exploratória. Recorre a dados disponíveis do comércio exterior em documentos dos Ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Economia, bem como fundamenta a análise no arcabouço teórico da escola institucionalista. Os principais resultados apontam para mudanças na estrutura, origens e destino dos itens da pauta das exportações e importações. Destaque para o crescimento dos valores comercializados com a China, tanto nas vendas como nas compras externas, evidenciando com isso a dependência da economia estadual do mercado asiático.

O segundo artigo “O apoio financeiro do BNDES em perspectiva histórica e o financiamento às exportações brasileiras e catarinenses para o período de 1995-2020” de autoria de André S. Redivo busca identificar as características e as fases de atuação do Banco e apresentar o apoio financeiro para exportações brasileiras e catarinense. Utiliza, para referências bibliográficas que tratam o desenvolvimento sob perspectiva história e base de dados e relatórios de atividades da própria instituição financeira. Os resultados, apontam, no primeiro plano, execução distinta das atividades banco nos períodos - 1990 a 2002, 2003 a 2014 e 2015 a 2020 -, em linha com a orientação da política econômica. E, no segundo plano, os dados mostram crescimento dos desembolsos para exportação com o propósito de aumentar a participação das empresas no comércio exterior e melhorar a balança de transações correntes. O apoio dado pelo Banco à economia brasileira, segue padrão semelhante ao fornecido à economia catarinense.

O terceiro artigo “A inserção externa da indústria brasileira e catarinense entre 1994 e 2017” de autoria de Hermano Caixeta Ibrahim e Leonel Toshio Clemente tem como propósito analisar a trajetória da indústria nacional e catarinense, a partir dos resultados da balança

comercial das manufaturas segundo o coeficiente de intensidade tecnológica. Fundamenta o estudo na abordagem teórica estruturalista cepalina. Nesse sentido, recorre a dados de fonte internacional como da UCTAD-STAT e nacional do IPEADATA. Os resultados apontam que no período de crescimento econômico do Brasil e de Santa Catarina registra-se melhor desempenho nos setores produtivos de média intensidade tecnológica. No período de recessão econômica, o déficit comercial manufatureiro eleva-se, devido as importações de bens de maior conteúdo tecnológico. O artigo aponta a necessidade de formulação de política industrial, que leve em pauta setores de médio conteúdo tecnológico que se mostram mais dinâmicos ao longo do tempo.

O quarto artigo “Direitos de propriedade intelectual e comércio exterior de serviços no Brasil no período de 2014 a 2018” de autoria de Araken A. Lima, Alisson L. Lessak, Alejandro K. Arrabal, Mauro C. V. Luz e Bruna L. Gonçalves tem o propósito de discutir o comércio exterior de serviços no país, com foco nas operações de direito de propriedade intelectual, considerando cinco anos, 2014 a 2018. Para tanto, recorre a duas bases de dados, a presente no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio e no Balanço de Pagamentos. Os resultados apontam a baixa performance dos direitos de propriedade no âmbito do comércio exterior de serviços no Brasil. A razão apresentada para tal performance deve-se baixa reação do sistema produtivo às políticas de ciência, tecnologia e inovação propagada pelo governo brasileiro e replicada pelos estados subnacionais. Tal resultado dificulta melhor inserção competitiva do país no mercado mundial. As várias leis – franquias empresariais, propriedade intelectual, cultivares, software e direitos autorais -, a política de inovação e o novo marco legal de ciência e inovação não promovem efeitos relevantes, sobretudo no que tange as transações sobre direito de propriedade intelectual.

O quinto artigo “Estado, desenvolvimento e panorama social na América Latina: análise de indicadores selecionados - Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia” de autoria de Silvio Freitas, Josiane S. Mendes e Henrique P. Campos tem o objetivo de fazer uma radiografia de indicadores sociais de cinco países, considerados maiores economias latino-americanas. Recorre a base de dados da CEPAL, que possui registros de 33 países membros. Os resultados apontam que a despeito da riqueza produzida, a desigualdade social impera nesses países. A riqueza é altamente concentrada em países, Brasil e Chile; existe nível elevado extrema pobreza, Brasil e Colômbia a taxa de analfabetismo não é desprezível, Brasil e Colômbia; e conta com indicador alto de homicídios, Brasil e México. Solicita a realização de mais estudos

dessa natureza, no propósito de subsidiar políticas de desenvolvimento que venham reduzir a desigualdade socioeconômica.

O sexto artigo “Região de fronteira terrestre Brasil – Argentina: uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento regional, de autoria de Rosa de Barros F. de Almeida busca apontar as ações que estão sendo desenvolvidas em 82 municípios, situados na região de fronteira do estado de Santa Catarina com a Argentina. Recorre a fontes bibliográficas que tratam do tema, bem como de informações obtidas na Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Santa Catarina. Os resultados apontam que o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira vem desenvolvendo ações na região com registros de melhorias na área de infraestrutura, na segurança, na educação, na saúde, no turismo e em atividades econômicas, no agronegócio. Ressalta-se a importância da presença do Estado na região, como instância promotora do desenvolvimento.

O sétimo e último artigo “Ações de internacionalização das atividades das universidades catarinenses: um ensaio introdutório” de autoria de Paola Azevedo, Daniela Lemos, Dimas Estevam, Tatiana Veiga, Bruna Furnaletto, Liana Sonza, Gustavo Soares, Maria Elizabeth C. Gama, Jani Floriano e Thais Cristina da Rocha tem como intuito apresentar as ações e resultados alcançados no processo de internacionalização das universidades catarinenses: UFSC, UDESC, FURB, UNIVALI, UDESC, UNIVILLE e UNOCHAPECÓ. Utiliza de roteiro de pesquisa para coleta das informações pelos autores das universidades que estão vinculados. Os resultados apontam que todas as universidades criaram estrutura organizacional para levar adiante a política de internacionalização. As atividades desenvolvidas ocorrem com temporalidade distinta, algumas já com ações por várias décadas. Em todas universidades as ações apresentam-se diversificadas, em crescimento com resultados positivos.

Desejamos boa leitura a todos!!

Florianópolis, 11 de setembro de 2021

Silvio Antonio Ferraz Cario

Alcides Goulart Filho

Editores

Inserção internacional e mudança estrutural da balança comercial catarinense nos anos 2000 *

Adriano de Amarante**
William José Borges***
Fernando Pozzobon****
Daniel Augusto de Souza*****

Resumo

Neste artigo, propõe-se analisar a evolução da balança comercial de Santa Catarina e a mudança na sua estrutura nos anos 2000. Neste estudo exploratório, pautou-se pela análise descritiva de dados e informações de pesquisas quantitativa e qualitativa. A análise descritiva teve-se como suporte adicional a abordagem Neo-Institucionalista, para direcionar e contextualizar o ambiente em que a economia catarinense se insere no comércio internacional, com influência de acordos internacionais e de blocos econômicos. Os resultados são a mudança nas origens e destinos das mercadorias comercializadas, com destaque ao ganho de participação nos valores das importações e exportações por parte da economia Chinesa, e a redução na diversificação da pauta de exportação ao final da segunda década dos anos 2000.

Palavras-chave: Balança comercial de Santa Catarina; Importações; Exportações; Teoria institucional.

International insertion and structural change of the Balance of Trade in Santa Catarina in the 2000s

Abstract

In this article, it is proposed to analyze the evolution of the trade balance of Santa Catarina and the change in its structure in the 2000s. In this exploratory study, it was guided by the descriptive analysis of data and information of the quantitative and qualitative research. The descriptive analysis, the Neo-Institutionalist approach was used as additional support, to guide and contextualize the environment in which the Santa Catarina economy is inserted in international trade, with influence of international agreements and economic blocs. The main results are the change in the origins and destinations of goods traded, with emphasis on the Chinese economy's gain in participation in the values of imports and exports, and the reduction in the diversification of the export agenda at the end of the second period. decade of the 2000s.

Keywords: Trade balance of Santa Catarina; Imports; Exports; Institutional theory.

Código JEL: F10; F14; F41.

* Agradecemos o apoio da FAPESC pelo fomento aos equipamentos, softwares e estruturas usados no GEA e ao apoio da UDESC e IFSC pela estrutura física e de equipamentos em geral.

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: adriano.amarante@udesc.br

*** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). E-mail: william.borges@ifsc.edu.br

**** Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: fernando.pozzobon@udesc.br

***** Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: daniel.souza@udesc.br

1. Introdução

No fluxo complexo internacional de bens, serviços e capitais, os governos, empresas e consumidores de blocos e economias nacionais interagem mediante políticas, regras e barreiras específicas que direcionam e limitam o fluxo. No âmbito da economia brasileira, os movimentos de mercadorias, serviços e fatores se originam e se destinam principalmente às economias da China, EUA, MERCOSUL, com destaque para Argentina, e Europa. Certamente, o comércio e os movimentos de capitais da economia brasileira se desenham ao longo da história, principalmente, mediante as estruturas econômicas e as políticas de economia internacional adotadas.

Quando se restringe a análise para uma economia local aberta, mas também inserida na cadeia produtiva nacional, necessita-se delimitar e caracterizar o estado ou a localidade em estudo e neste caso a economia catarinense está arraigada no contexto da economia brasileira e do Cone-Sul.

Neste trabalho pretende-se abordar a temática do movimento de internacionalização da economia catarinense mediante análise exploratória da evolução da balança comercial do Estado e sua pauta de comércio com o resto do mundo. Uma questão que pode ser respondida é: ocorreram significativa mudança na estrutura da pauta de importação e exportação e nas suas origens e destinos a partir dos anos 2000?

O objetivo deste estudo é analisar a evolução da estrutura da balança comercial catarinense nos anos 2000, em relação a origem e o destino das importações e exportações e dos itens de pauta mais importantes de cada conta da balança comercial. Para alcançar este objetivo, utiliza-se a abordagem Neo-Institucionalista como alicerce para análise descritiva da evolução temporal e espacial da estrutura da balança comercial catarinense a partir dos anos 2000 e a relação entre importações e exportações, seus destinos e origens e itens de pauta mais importantes de cada conta da balança.

A descrição dos dados leva em consideração a ótica e perspectiva da teoria institucional. Dessa forma, a exploração dos dados considera que existe uma trajetória na economia, cabendo ao pesquisador identificar as evidências do processo a fim de sistematizar. Os principais exemplos dessa ótica se voltam para frentes tecnológicas, concentrações de compras, vendas, estímulos, contextos, entre outros.

Num contexto geral esse artigo se vale de métodos mistos, os quais combinam elementos de análise quantitativa e qualitativa (GIL, 2017). Mais especificamente, a natureza

desse artigo é exploratória com delineamento de estudo de caso, a qual segundo Gil (2017, p. 26) “... são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Para tanto, realiza-se uma pesquisa quantitativa na obtenção de dados secundários oriundos dos saldos da balança comercial em dólares *Free on Board* (US\$ FOB) por setor da economia catarinense entre os anos 2000 a 2020. A face qualitativa da pesquisa desse artigo consiste no levantamento sobre as interações entre as instituições, com levantamento das políticas econômicas e comerciais internacionais e intranacionais e de mecanismos de inovação. As informações, anteriormente, citadas são coletadas por meio de pesquisa documental dos relatórios e banco de dados em sites governamentais federais e estaduais.

O tratamento e apresentação dos dados quantitativos se vale da aplicação de estatística descritiva, tabelas, gráficos e georreferenciamento das exportações e importações catarinenses. Para facilitar a análise das informações qualitativas, utiliza-se a elaboração de quadros e ilustrações que sintetizam os acordos internacionais, normas e leis definidoras da evolução do contexto institucional e possíveis implicações sobre a trajetória do comércio exterior catarinense.

Este artigo está estruturado em 4 seções. Nessa 1ª. seção, faz a introdução; na 2ª. seção, apresenta-se uma contextualização da estrutura da economia catarinense seguida de uma revisão da abordagem Neo-Institucionalista; na 3ª. seção, apresentam-se os dados quantitativos da balança comercial catarinense e realiza-se análise exploratória-descritiva sobre a mudança na estrutura das contas de exportação e importação e das origens e destinos dos principais itens de pauta; e por fim, na 4ª. seção traçam-se as considerações finais.

2. O movimento institucional e o território de Santa Catarina

A discussão teórica, alinhada às características de Santa Catarina permitem ao leitor uma ideia de movimento institucional e consolidação de um ecossistema próprio no Brasil. Inicialmente, apresentam-se os debates teóricos a respeito da teoria Neo-Institucional e, em seguida, a caracterização dos setores do referido estado.

2.1 Abordagem Neo-Institucionalista

O movimento institucional, que também pode ser observado nos resultados econômicos, é analisado na academia por meio das relações entre as entidades. Essas interações, sejam elas

formais ou informais, sinalizam um comportamento da vida humana e podem contribuir com a compreensão das trajetórias seguidas por uma sociedade

A abordagem institucional avançou na análise da economia, enfatizando novas lentes para se observar os significados das interações sociais. Autores como Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger procuram, cada um com seu próprio método científico, identificar nas instituições os hábitos da sociedade, suas origens, funções, significados, entre outros interesses.

Com o tempo, as abordagens institucionais (HODGSON, 1998; NORTH, 1990; NELSON, 1995) sinalizaram que as estruturas da vida compõem substancialmente o material da vida social. Nesse sentido, o tratamento das informações geradas pelas instituições na vida comum, envolve o reconhecimento e análise de uma grande variedade de interações e atividades humanas, que vez ou outra estão estruturadas em termos de regras explícitas e implícitas. A balança comercial, por exemplo, resulta de uma agregação da balança de bens e serviços transacionados na economia. Dessa forma, o movimento institucional pode ser observado pelo fluxo de dinheiro, pesos, medidas, contratos, consumo, entre outras instituições.

Naturalmente, os resultados da interação humana levam um tempo para serem observados e explicados na economia, pois existe uma disparidade do status ontológico e explicativo (HODGSON, 2001) das instituições. Além das influências nas trajetórias, a amplitude de vida das instituições é diferente, muitas vezes, observadas, inclusive, de forma longitudinal ao se atualizarem ao longo do tempo.

Portanto, a tentativa de se estabelecer explicações dos processos causais envolvidos é complexa, perfazendo as influências de cima para baixo que ocorrem na interação indivíduo/instituição. Veblen (1899, p. 190) sinalizou que o olhar deveria estar no processo, pois “a situação de hoje molda as instituições de amanhã através de um processo seletivo e coercitivo, através da ação sobre a visão habitual do homem em relação às coisas”.

Neste contexto, desde a obra de Veblen, os últimos 122 anos deixaram evidências de que existe uma correlação entre o desenvolvimento das instituições e o desenvolvimento econômico. Para Pessali e Dalto (2010) a interação está pautada em um processo cumulativo e circular, onde as interações ocorrem e, com elas, forma-se uma verdadeira espiral de mudanças.

Essas mudanças ocorrem com interesses amplos, ponderando bem-estar e liberdade dos indivíduos, mas também, sofrendo influências do funcionamento das instituições existentes. North (2005) reforçou a discussão sobre a necessidade de se compreender o processo como um

todo, as mudanças diárias (portanto complexas de serem sistematizadas) explicam os fenômenos de mudanças, como o de crescimento de um território por exemplo.

Com o passar dos tempos, os indivíduos disseminam os hábitos e reafirmam os seus valores perante a sociedade. Ainda que os indivíduos queiram preservar seus hábitos (VEBLEN, 1973), há uma constante mudança devido ao caráter cumulativo das relações. Ao interpretar Veblen, Dewey (1950) e Monastério (1998) defendem que os hábitos se mostram em atividades e reflexões humanas. Dessa forma, os dados gerados nas interações institucionais representam um agrupamento complexo de interesses de um território e, como consequência, influenciam no seu desenvolvimento.

Com isso, as instituições, no ponto de vista de Pessali e Dalto (2010), não apenas têm o poder de determinar limites, mas também conseguem promover mudanças na medida em que moldam o conhecimento. A partir disso, os movimentos institucionais (compra, venda, absorção tecnológica, atualização de leis, etc.) podem explicar, mediante seu caráter cumulativo, a capacidade de construir novos cenários para a sociedade.

Ao institucionalizar os hábitos de uma sociedade, ocorre a formação de comportamentos convencionais (CONCEIÇÃO, 2012), influenciados pelos interesses e princípios da sociedade por projetos para o seu próprio território. Assim, os indivíduos influenciam, mas também são influenciados por suas instituições ao se estruturar, mudar, restringir, perceber, transacionar, etc. Enfim, as novas preferências e intenções que emergem acabam fortalecendo e tornando as instituições perenes.

Os números da economia, por exemplo, simbolizam essas preferências, gostos e desejos devido à capacidade de estruturação, mudança e restrição que as instituições sociais exercem sobre a comunidade. Para Hodgson (2001) o próprio mercado é uma instituição perene, envolvendo normas sociais, costumes, relações de troca institucionalizadas e redes de informações. Assim, todo o mercado e suas relações de trocas são complexas e interdependentes.

Essa interdependência torna evidente a forma como as instituições operam. Hodgson (2006) defende que é preciso considerar não só os incentivos e desincentivos envolvidos, mas também como os agentes a interpretam e a valorizam. Conseqüentemente, as interações coadunam com todos os regramentos no campo institucional. No âmbito das regras formais, por exemplo, para que as leis se tornem regras no sentido discutido acima, elas têm de tornar-se habituais.

E, então, a sociedade se depara com novas formas e produtos para se fazer as atividades no dia a dia, tornando o “novo” habitual como um *status* normativo. Economistas institucionalistas argumentam que as instituições funcionam porque as regras compartilhadas são incorporadas, em grande parte, nos hábitos e comportamentos. Dessa forma, os agentes de mercado iniciam as compras de novos produtos e serviços, baseados nas novas preferências.

Os números da economia sinalizam essa mudança, evidenciando, por exemplo, frentes tecnológicas, concentrações de compras, vendas, entre outros números. Entende-se que na medida em que um hábito se torna uma disposição para se engajar em comportamentos ou pensamentos anteriormente adotados ou adquiridos, desencadeia-se um novo estímulo dentro de um contexto apropriado.

Presumivelmente, o contexto passa a ter importância nesse processo. Quando um território auxilia na legitimação das instituições, contribuindo para gerar confiança em relação a ela, contando com cruciais poderes simbólico e mesmo legislativo. É por isso que as escolhas do indivíduo não são de sua única propriedade (HODGSON, 2001) e conhecimento. A propriedade intelectual não é mera posse, pois envolve direitos socialmente reconhecidos e vigentes. Não se trata de uma simples relação entre indivíduo e objeto, o contexto contribui com um aparato de reconhecimento, julgamento e imposição, suficientemente poderoso, habitual e legal.

Isso contribui com o entendimento dos diferentes processos de desenvolvimento que podem acontecer em um território. Como os hábitos não são uma única propriedade do indivíduo, a forma com que os grupos (pessoas, empresas, estado, etc.) tratam as instituições podem gerar diferenciação ao longo da trajetória. Mecanismos de inovação feitos pelo estado, por exemplo, podem induzir atividades complementares de inovação ao passo que as instituições se articulam e criam mecanismos de disseminação dos seus resultados nos âmbitos culturais, sociais e econômicos.

Da mesma forma, algumas (mas não todas) as normas jurídicas têm um elemento de autopolicamento forte (CONCEIÇÃO, 2000). Por exemplo, há incentivos óbvios (além de evitar sanções legais) para respeitar a Lei nº 13.243/2016 com todos os estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Embora possam ocorrer infrações devido às interpretações particulares, existe uma indução para se desenvolver o ecossistema de inovação.

Geralmente, a ideia de que há uma linha divisória entre as instituições que são inteiramente "formais" (Leis) de um lado e inteiramente instituições "informais" (hábito

peçoal) sobre o outro é falso, porque as instituições "formais" (em qualquer dos sentidos acima) sempre dependem de regras e normas para operar (HODGSON, 2006). Algumas declarações simplesmente codificam os costumes existentes. Outros podem, eventualmente, tornarem-se normas eficazes, mas só através de poderes adicionais, como persuasão, legitimação ou de execução. Para alocar a discussão no plano formal, as instituições "formais" que não têm apoios fortes "informais" são apenas declarações legislativas, não constituindo uma real instituição. Isso não significa que as normas jurídicas não são importantes, mas que elas se tornam importantes, tornando-se incorporadas nos costumes e hábitos.

Finalmente, Hodgson (2000) reconhece que a atividade humana só pode ser compreendida como emergindo em um contexto de instituições pré-existentes. Isso quer dizer que se opera a partir de restrições institucionais e causação de cima para baixo sobre os indivíduos. Como efeito de segunda ordem, as interações entre os indivíduos dão lugar a novas formas institucionais que servirão de base para novas organizações. Sugere-se, aqui, que a emergência e a estabilidade de algumas instituições podem ser reforçadas por processos em que restrições e canais institucionais levam a formação de hábitos de pensamento e comportamento concordantes.

Esses argumentos indicam uma abordagem mais ampla da evolução de instituições, diminuindo a importância de comparações estáticas em favor de análises baseadas em processos e algoritmos. Na consideração de evolução mais aberta com relação aos fins, tanto de instituições quanto de preferências individuais, tais argumentos remetem ao velho institucionalismo, embora uma especificação detalhada de mecanismos de causa e efeito de cima para baixo estivesse frequentemente ausente naquela literatura. São também evidenciadas ligações com resultados que enfatizam o papel de restrições no comportamento sistemático de uma economia.

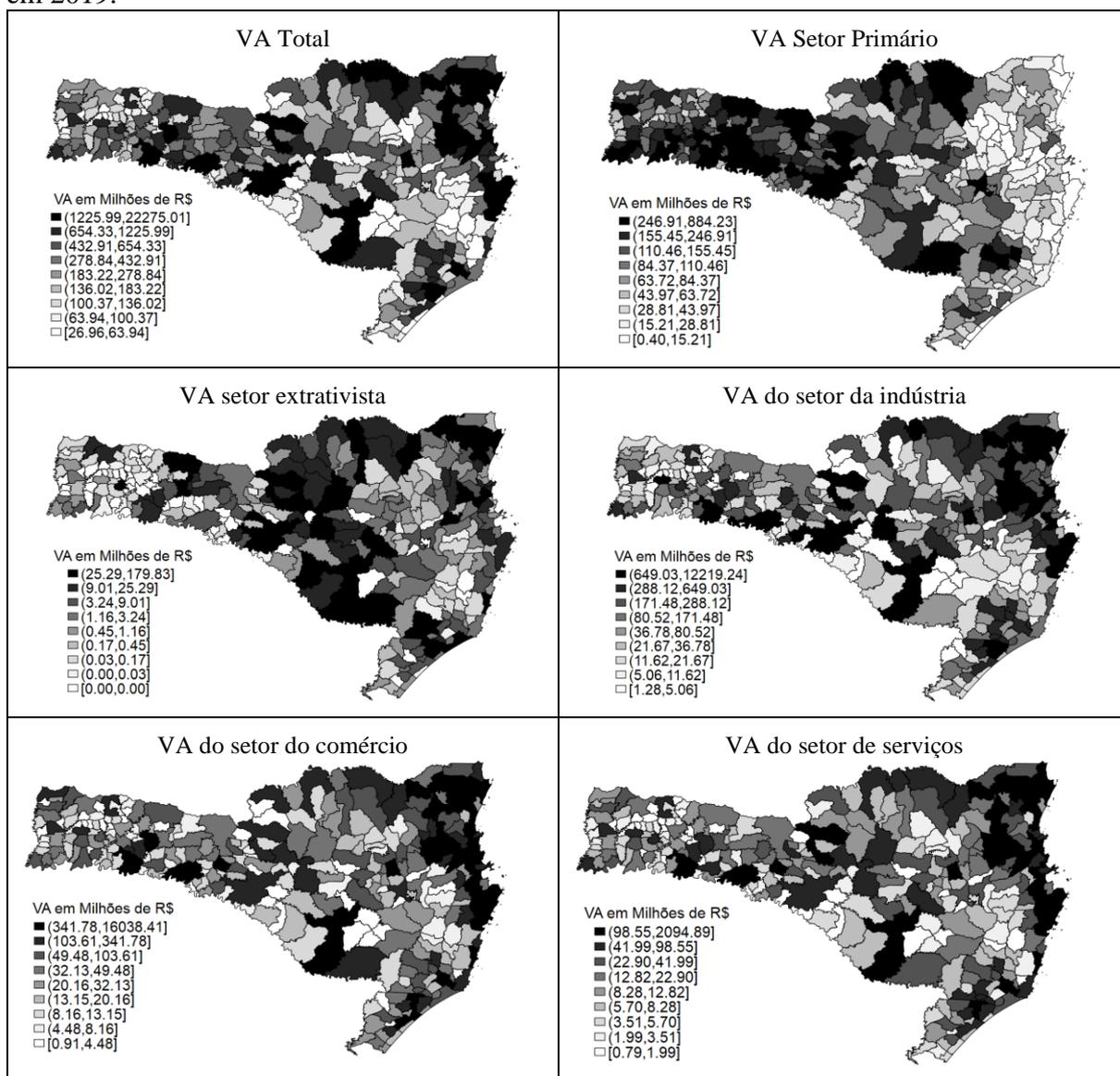
2.2 Análise da estrutura da economia catarinense a luz da teoria Neo-Institucionalista

O território de Santa Catarina é de apenas 95,7 mil km², o menor estado do Sul do Brasil. O estado é dividido em oito principais regiões geográficas: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Localizado no Brasil próximo aos grandes centros econômicos da América Latina e posição estratégica no Mercosul.

Santa Catarina faz fronteira ao norte com o território paranaense, ao sul com o estado do Rio Grande do Sul, ao oeste com a Argentina e fronteira marítima com o Oceano Atlântico.

Tem população estimada de 7,165 milhões de habitantes distribuídos em 295 municípios que juntos possuem uma economia diversificada que representou 4,3%, em 2018, do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (IBGE, 2021), o sexto maior PIB do país. O movimento em prol da tecnologia e qualidade dos produtos os qualificam internacionalmente com parcerias comerciais relevantes com países como China, EUA, Japão, Argentina e Chile.

Figura 1 - Concentração dos setores produtivos pelo valor adicionado (VA) de Santa Catarina em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores com base em SEF-SC (2021).

A composição do PIB estadual é diversificada, cada região possui suas particularidades e perfil produtivo. A Figura 1 permite a visualização da distribuição e concentração das atividades pelo território catarinense. Nota-se que as concentrações fazem parte do arranjo

institucional de cada território, uma vez que o adensamento produtivo leva em consideração conhecimentos, políticas, empresas, hábitos, entre outras instituições.

É possível perceber, por exemplo, a importância da região oeste para produção no setor agropecuário e também a menor participação da região metropolitana e do litoral norte nesse setor, enquanto a região da serra e planalto norte tem um importante destaque no setor extrativista com alguns municípios de destaque também na região oeste. A indústria é bastante forte no Litoral Norte e Vale do Itajaí, mas existem também importantes cidades na Serra (como Lages), no Oeste (como Chapecó) e Meio-Oeste (como Concórdia). O setor industrial é o que apresenta um maior valor agregado médio nos municípios catarinenses e tem um grande papel na cadeia produtiva do estado.

Na parte de comércio e serviços, as distribuições espaciais são semelhantes e as maiores concentrações em termos de valor agregado estão no litoral e norte com bastante destaque para a região da capital e metropolitana, cidades na serra e oeste também se destacam nesses setores, embora com menor participação.

Tabela 1 - Top 20 principais atividades econômicas catarinenses em 2019

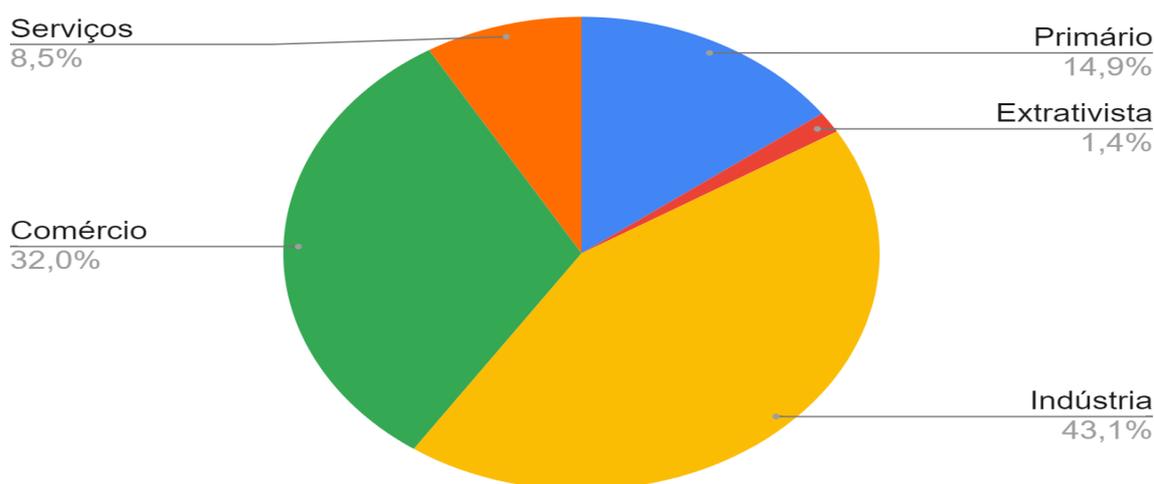
Atividades Econômicas	Participação no Valor Adicionado
Produção Primária	14,943%
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	5,925%
Comércio atacadista especializado em outros produtos	4,713%
Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	4,479%
Comércio varejista não especializado	4,378%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3,486%
Transporte rodoviário de carga	3,325%
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,901%
Abate e fabricação de produtos de carne	2,884%
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	2,630%
Fabricação de produtos de material plástico	2,273%
Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico	1,643%
Telecomunicações por fio	1,639%
Comércio atacadista não especializado	1,637%
Comércio varejista de material de construção	1,377%
Fabricação de eletrodomésticos	1,326%
Fabricação de outros produtos alimentícios	1,281%
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	1,202%
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	1,195%
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	1,104%

Fonte: Elaboração dos autores com base em SEF-SC (2021).

As atividades produtivas são consistentes, e permitiram que o PIB do estado evoluísse ao longo dos anos. Em valores correntes, o PIB catarinense ano de 2000 era de R\$ 42,4 bilhões, no ano de 2010 foi de R\$ 130,5 bilhões e em 2018 foi de R\$ 298,2 bilhões. Historicamente o estado apresentou PIB per capita acima da média nacional com sua composição fortemente centrada na indústria, comércio e serviços.

As principais atividades econômicas de Santa Catarina são descritas na Tabela 1 apresentada a seguir e demonstram a relevância de setores tradicionais na economia catarinense. A seleção da referida tabela demonstra a participação no valor adicionado das vinte principais atividades econômicas que, juntas, contabilizaram aproximadamente 64% de todo o valor adicionado no ano de 2019. O Gráfico 1 contribui com a visualização e entendimento do panorama atual da produção a partir dos setores econômicos.

Gráfico 1: Distribuição da produção, via valor adicionado, a partir dos setores econômicos em SC em 2019.



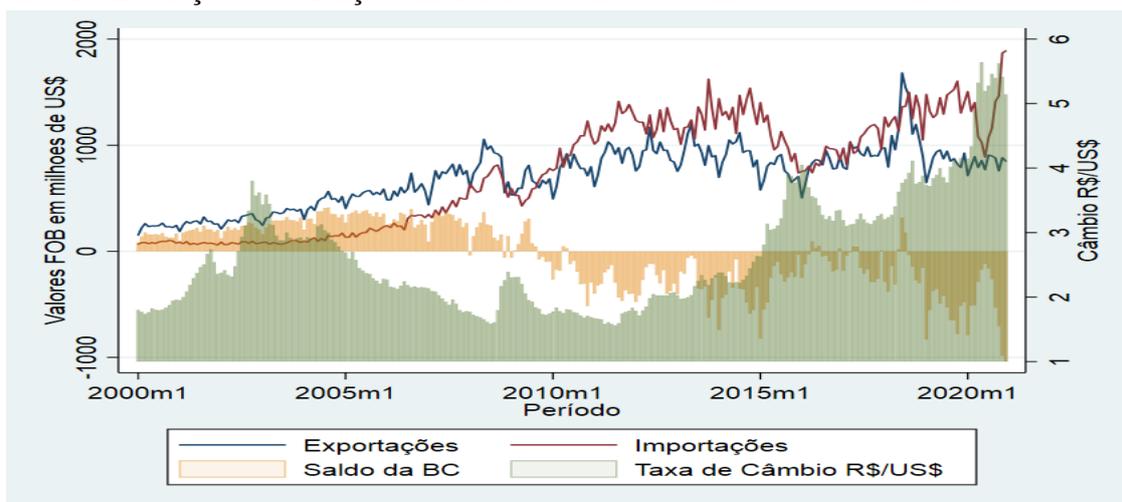
Fonte: Elaboração dos autores com base em SEF-SC (2021).

Por ser um estado dinâmico, Santa Catarina apresenta boas relações comerciais não apenas com outros estados do Brasil, mas também com o resto do mundo. Segundo MDIC (2021), Santa Catarina foi o 3º maior estado importador do Brasil, e o 9º maior exportador do país em 2020, e o Gráfico 2 mostra a evolução temporal da balança comercial catarinense.

A balança comercial constitui objeto de análise mais detalhada nas seções a seguir, mas o Gráfico 2 já apresenta a trajetória ao longo dos anos a partir do valor de importações, exportações, taxa de câmbio e saldo da balança comercial e demonstra que houveram alterações importantes ao longo dos últimos 20 anos. A dinâmica evidenciada mostra que o comportamento dos dados de importação, exportação, saldo comercial e taxas de câmbio pode ter sofrido influência de mudanças institucionais nas últimas duas décadas.

Assim o desenho metodológico, exposto a seguir, permite uma análise exploratória das principais características da balança comercial catarinense. Suas contas e itens possibilitam uma leitura mais detalhada das principais tendências dos anos 2000 e possibilita uma visão macro das concentrações regionais existentes. Cabe o destaque de que a partir de 2010, o saldo dessa balança tem se mostrado negativo para o estado, demonstrando que os valores a preços de embarque foram maiores para as importações em relação às exportações.

Gráfico 2 - Evolução da balança comercial de Santa Catarina e taxa de câmbio.



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021).

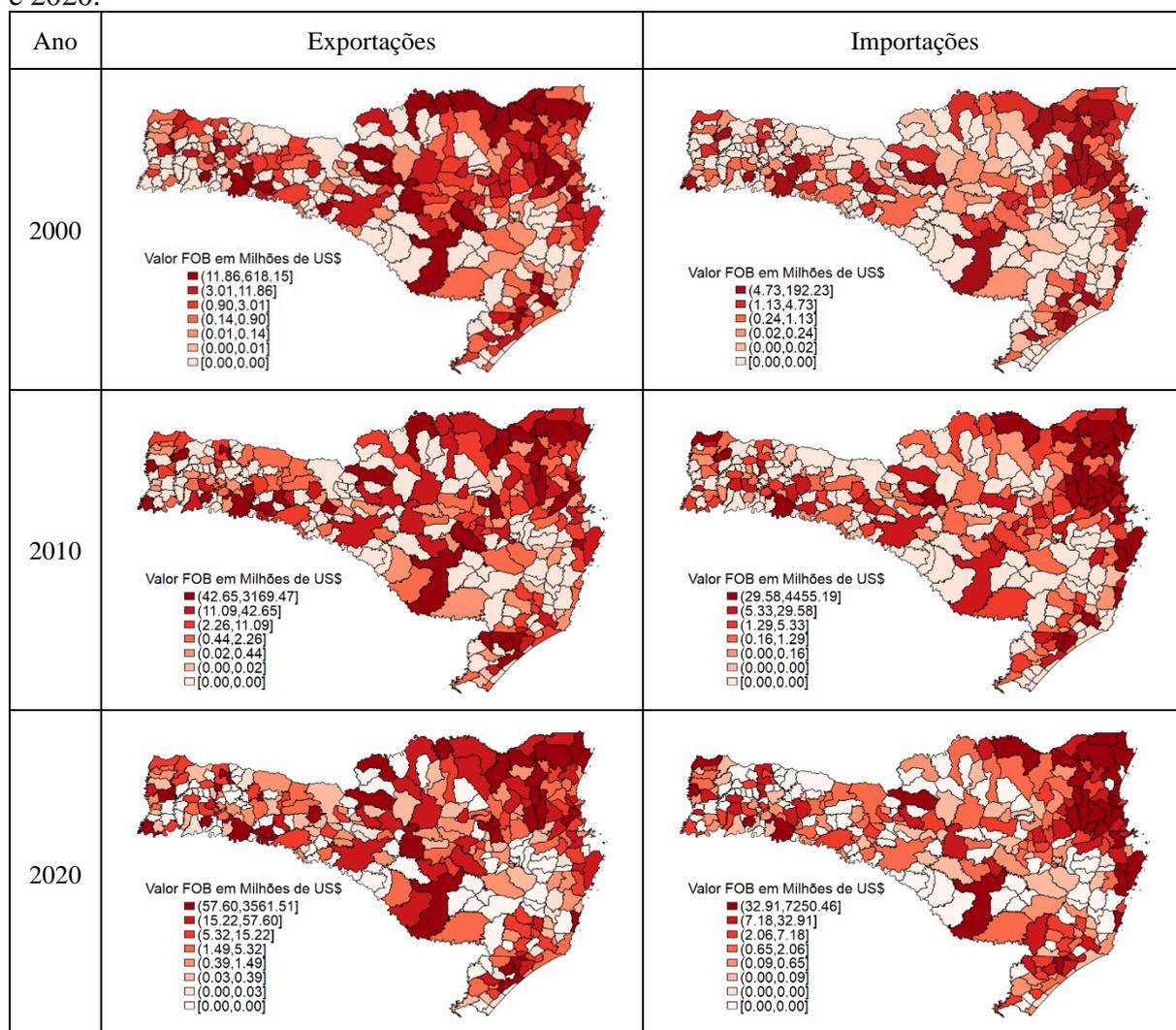
3. Evolução e mudança estrutural da balança comercial de Santa Catarina

A economia de Santa Catarina apresenta, em seus setores, diferenciações importantes quando comparada aos dados do Brasil como um todo. Características de clima, relevo, geografia, colonização, capital instalado, qualificação de mão de obra, dentre outros fatores trazem vantagens (e também limitações) produtivas que ajudam a explicar essas diferenças e contribuem para entender, em algum grau, as mudanças que vêm ocorrendo no perfil da balança comercial catarinense.

As imagens em mapas apresentadas na Figura 2, favorecem a análise visual das concentrações como um todo. Além disso, o presente texto oferece um olhar longitudinal ao passo que considera os anos 2000, 2010 e 2020. A concentração das exportações muda de maneira mais lenta quando comparada às importações. Há uma relação importante entre as regiões tipicamente industriais que se adensaram e o valor adicionado. Essas regiões são as mesmas que apresentam um maior valor *Free On Board* de Santa Catarina.

No contexto da distribuição espacial das exportações, não se observaram alterações significativas entre os anos de 2000 e 2020. É possível notar que as regiões com perfil exportador se mantêm relativamente estáveis (com exceção da região Nordeste que parece ter intensificado os um volume maior dos valores exportados em menos municípios). Quanto à distribuição regional das importações, ocorreu um espraiamento na região Nordeste com alguns municípios ganhando importância em termos de valores de importação.

Figura 2 – Exportações e importações catarinenses FOB em milhões de US\$ entre 2000, 2010 e 2020.



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021).

Cabe destacar que, de maneira geral, os municípios que concentraram o maior valor de exportações figuraram, também, como os maiores importadores, o que sugere uma possível integração dessas regiões com as cadeias de comércio globais. Naturalmente, os setores importadores e exportadores foram os mesmos em todas as regiões, e se diferenciam ao longo dos anos. Existem mudanças significativas na composição dos principais parceiros comerciais

e, nesse contexto, torna-se importante entender quais são os principais agentes internacionais desse comércio e investigar as alterações setoriais nessa pauta.

3.1 Parceiros do comércio exterior de Santa Catarina

Com o objetivo de analisar a dinâmica regional e estrutural da balança comercial de Santa Catarina e as ligações comerciais com o resto do mundo, torna-se importante identificar e investigar os parceiros comerciais. Neste aspecto, investiga-se os principais acordos e Blocos Comerciais mostrando a evolução da participação do comércio com os parceiros mais importantes.

As Figuras 3 e 4 mostram a evolução temporal e o panorama atual dos principais parceiros comerciais de Santa Catarina. É possível perceber que houve uma alteração bastante grande na participação percentual dos países ao longo do tempo, com destaque para o grande crescimento do mercado chinês na pauta do comércio exterior catarinense, e a menor participação relativa de atores que foram muito importantes no início dos anos 2000 como Estados Unidos.

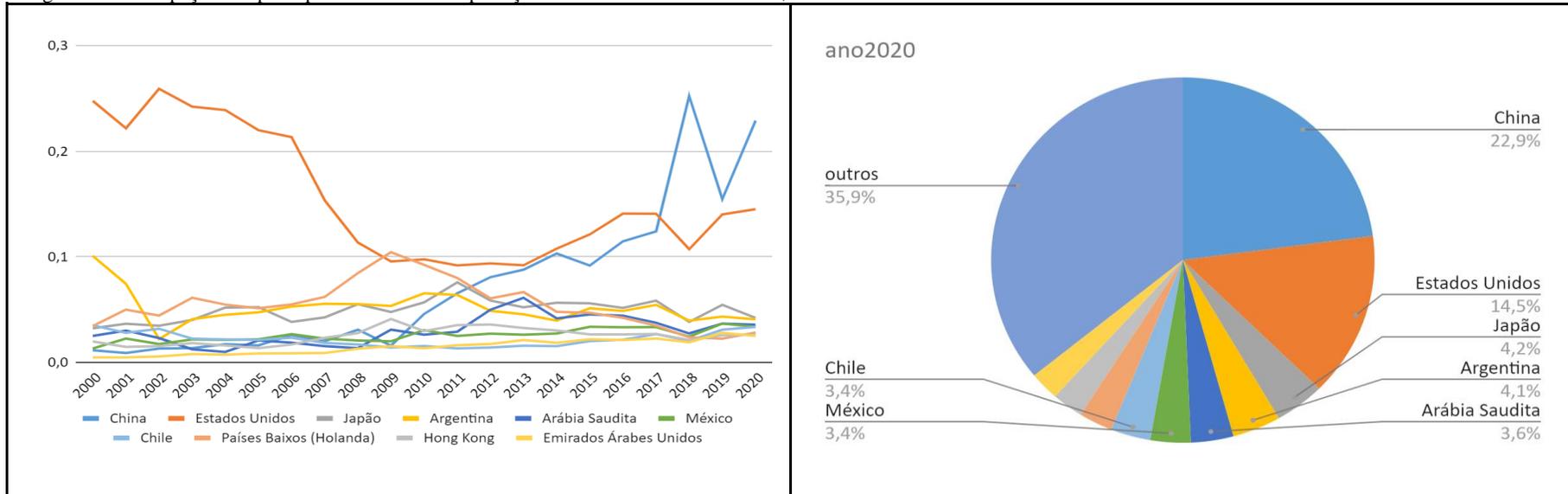
A construção de acordos bilaterais entre Brasil e China e a formação de acordos multilaterais político-econômicos entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), possivelmente contribuíram com mecanismos de incentivos para com o aumento significativo da participação do comércio entre a economia catarinense e a China.

O BRICS, por exemplo, sendo um agrupamento econômico composto pelos países citados, com pretensões de interagir, constituem um movimento institucional importante na economia. Percebe-se que os movimentos e acordos repercutem nos números da balança comercial. Assim, o bloco econômico se constitui como um mecanismo internacional que o Brasil faz parte, e que influencia nos princípios e comportamentos da agenda e acordos internacionais.

A Tabela 2 mostra a participação relativa de cada país do BRICS nas exportações, importações e volume comercial para o Brasil e para Santa Catarina, bem como o saldo da balança comercial em milhões de US\$ para 2000, 2010 e 2020. Pode-se constatar que a estrutura de relação comercial com os parceiros do BRICS tem se tornado bem semelhante, quando se compara o Brasil com Santa Catarina.

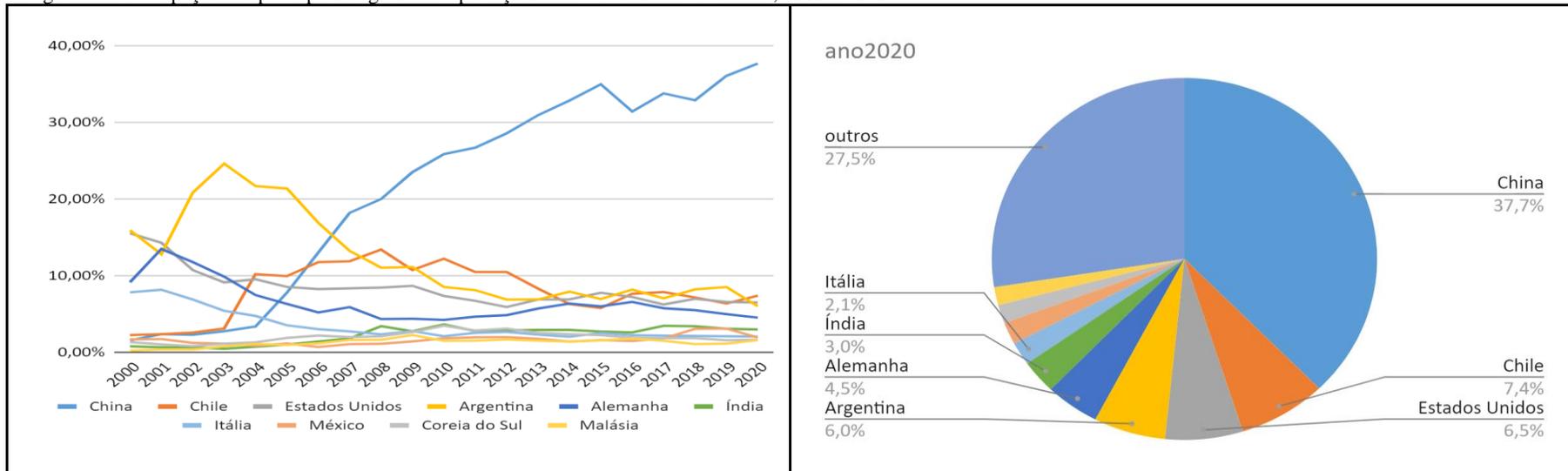
A formação do BRICS tem o propósito de ampla cooperação, conforme ilustra Itamarati (2021^a) nas seguintes áreas: ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transnacionais.

Figura 3 – Participação dos principais destinos das exportações catarinenses e cenário atual, 2000 – 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021)

Figura 4 – Participação das principais origens da importações catarinenses e cenário atual, 2000 – 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021).

Tabela 2 – Comparativo da balança comercial com os BRICS: Brasil x Santa Catarina, 2000, 2010 e 2020.

		BRASIL			SANTA CATARINA		
		2000	2010	2020	2000	2010	2020
Exportações	China	53,54%	77,46%	92,62%	28,15%	37,50%	90,29%
	Rússia	20,87%	10,45%	2,08%	34,31%	40,83%	2,95%
	África do Sul	14,87%	3,30%	1,35%	30,08%	18,40%	5,16%
	Índia	10,72%	8,79%	3,94%	7,46%	3,27%	1,59%
Importações	China	53,20%	78,75%	82,21%	40,72%	81,74%	90,24%
	Rússia	24,95%	5,88%	6,49%	16,19%	4,49%	1,82%
	África do Sul	10,00%	2,32%	1,45%	22,04%	2,19%	0,75%
	Índia	11,86%	13,06%	9,85%	21,05%	11,58%	7,19%
Saldo (em milhões de US\$)	China	-134,35	5.156,06	33.009,64	16,46	-2.585,75	-3.771,40
	Rússia	-148,94	2237,34	-1223,52	26,43	-217,61	-352,36
	África do Sul	72,09	555,88	376,79	33,22	299,00	-47,15
	Índia	-54,58	-752,72	-1282,71	-0,07	-43,56	-9,63
Volume de comércio	China	53,36%	78,04%	88,81%	31,35%	71,30%	90,26%
	Rússia	23,03%	8,39%	3,70%	27,78%	13,19%	6,64%
	África do Sul	12,29%	2,86%	1,39%	29,70%	13,06%	2,13%
	Índia	11,32%	10,71%	6,11%	11,17%	2,45%	0,98%

Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021).

No âmbito do BRICS destaca-se a prevalência dos negócios de Santa Catarina com a China, notoriamente desfavorável à economia Catarinense, conforme pode ser vislumbrado nos últimos resultados da balança comercial da Tabela 2.

Rodrigues (2021) alerta que é fundamental que os estados sul-americanos pactuem acordos institucionais que garantam que as relações comerciais, os investimentos e os acordos multilaterais contemplem que transferências de tecnologias e conhecimento ocorram, e que sejam criados mecanismos de incentivos para o escoamento de produtos manufaturados da região para o mercado chinês.

No Quadro 1 apresenta-se uma síntese dos principais temas e decisões abordados entre as instituições formais pelas cúpulas dos BRICS.

Quadro 1 – Síntese dos temas e decisões em reuniões do BRICS.

CÚPULA	PRINCIPAIS TEMAS/DECISÕES ABORDADOS
CÚPULA DE ECATERIMBURGO (2009)	A cúpula inaugurou a cooperação entre os Chefes de Estado e de Governo.
CÚPULA DE BRASÍLIA I (2010)	Defesa de temas referentes à reforma do Sistema Financeiro Mundial. Assinatura do acordo de cooperação para facilitação do financiamento de obras e projetos de energia e infraestrutura. Os bancos de desenvolvimento firmaram entendimento para estudar maneiras de ampliar a concessão de crédito entre os BRICS.
CÚPULA DE SANYA* *(Inclusão da África do Sul) (2011)	Reafirma a necessidade de reforma da governança global, inclusive do Conselho de Segurança. Discussões de temas como: economia e finanças; condenação ao terrorismo; incentivo ao uso de energias renováveis e ao uso pacífico de energia nuclear; compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e com a erradicação da fome e da pobreza.
CÚPULA DE NOVA DÉLHI (2012)	Defenderam-se candidaturas de representantes de países em desenvolvimento para a presidência do Banco Mundial. Discussões preliminares para a criação do Novo Banco de Desenvolvimento. De modo a promover o comércio entre os países do BRICS, foi assinado acordo para facilitação da concessão de crédito em moeda local.
CÚPULA DE DURBAN (2013)	Teve como tema “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”.
CÚPULA DE FORTALEZA (2014)	Foram criados: 1. Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), com o objetivo de mobilizar recursos para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. 2. Arranjo Contingente de Reservas (ACR), destinado a prover apoio mútuo aos membros do BRICS em eventuais cenários de crise no balanço de pagamentos.
CÚPULA DE UFÁ (2015)	Aprovação: 1. Dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. 2. Da “Estratégia para a Parceria Econômica dos BRICS”, roteiro para a diversificação das trocas comerciais e de investimento entre os países membros. Assinatura de acordos de cooperação entre os Bancos de Desenvolvimento dos países do BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento.
CÚPULA DE GOA (2016)	Discussão sobre a recuperação econômica mundial, abordando temas como: responsabilidade fiscal e social, desenvolvimento do NDB, atração de investimentos, combate ao terrorismo e crescimento econômico.
CÚPULA DE XIAMEN (2017)	Assinatura: 1. Do Plano de Ação para Incentivar a Cooperação em Inovação. 2. Do Plano de Ação do BRICS sobre Cooperação Econômica e Comercial, a Estratégia do BRICS para Cooperação Aduaneira e o Memorando de Entendimento entre o NDB e o Conselho Empresarial do BRICS.

CÚPULA	PRINCIPAIS TEMAS/DECISÕES ABORDADOS
CÚPULA DE JOANESBURGO (2018)	Estabelecimento do acordo relativo à Sede do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento, a ser instalado em São Paulo. Assinou-se o Memorando de Entendimento sobre a Parceria em Aviação Regional. Aprovou-se a criação da Rede de Inovação do BRICS, a iBRICS.
CÚPULA DE BRASÍLIA II (2019)	Fortalecimento do sistema comercial multilateral, com a Organização Mundial do Comércio em seu centro. Acordaram que é essencial que todos os membros da OMC evitem medidas unilaterais e protecionistas. Assinatura: <ol style="list-style-type: none"> 1. Da Cooperação entre os países do BRICS no campo da aviação civil. 2. Do Memorando de Entendimento entre Agências de Comércio e Promoção de Comércio e Investimento do BRICS 3. Do Acordo acerca do uso contínuo de políticas fiscais, monetárias e estruturais para alcançar um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.
XII CÚPULA DO BRICS – por videoconferência (2020)	Discussão sobre a resposta da comunidade internacional à crise pandêmica e as ações dos cinco países em matéria de recuperação econômica, inclusão social e saúde pública. Realização de apresentações sobre os trabalhos do Novo Banco de Desenvolvimento; do Conselho Empresarial do BRICS e do Mecanismo de Cooperação Interbancária.

Fonte: ITAMARATI (a), (2021).

As novas frentes de relacionamentos, simbolizadas pelos temas discutidos nas sucessivas reuniões descritas acima, condicionam novas preferências, gostos e desejos das estruturas institucionais. Dessa forma, os números da balança podem ser analisados levando em consideração o contexto e a indução institucional citadas acima. Obviamente, não se pode citar todos movimentos institucionais importantes *a la* Hodgson (2006), mas posicionar acordos internacionais em seu tempo contribuem com a análise.

Outro relevante instrumento institucional, o Mercosul teve como marco inicial o Tratado de Assunção assinado em 1991, onde foi estabelecido o modelo para a integração de um mercado comum que permita a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, bem como uma necessária adoção de uma política comercial comum e alinhamento de políticas setoriais entre os países membros (ITAMARATI, 1991b).

Atualmente, são Estados Partes do Mercosul o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, esta última está suspensa por estar em desacordo com o com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia (MERCOSUL, 2021).

Desde o seu início, o Mercosul realizou 163 acordos de entendimento de variados temas entre os Estados Partes, Estados Associados¹ e outros países externos e/ou blocos econômicos. A partir do ano de 2000 foram elaborados 24 entendimentos ligados diretamente ao comércio. O Quadro 2 descreve, sucintamente, o que foi tratado em cada um desses acordos.

Quadro 2 – Síntese dos acordos comerciais intra-bloco e entre Mercosul e outros blocos, 2001 – 2021

Países/Blocos	Descrição
África do Sul (2000)	Criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a África do Sul
Índia (2004)	Acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a república da Índia
Marrocos (2004)	Acordo de comércio entre o Mercosul e o Reino de Marrocos
União Aduaneira da África Austral (2004)	Acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU)
Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (2005)	Acordo de cooperação econômica entre os Estados do Mercosul e os estados membros do Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo Árabe (GCC)
Israel (2005)	Acordo inicial de comércio entre o Mercosul e o estado de Israel
Venezuela (2005)	Adesão da Venezuela ao Mercosul
Paquistão (2006)	Acordo inicial de comércio entre o Mercosul e a República Islâmica do Paquistão
Cingapura (2007)	Memorando de entendimento sobre cooperação sobre comércio e investimentos e plano de ação entre o Mercosul e Cingapura
Israel (2007)	Tratado de livre comércio entre o Mercosul e o estado de Israel
Jordânia (2008)	Acordo comercial entre o Mercosul e a Jordânia
Turquia (2008)	Estabelecimento de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a Turquia
União Aduaneira da África Austral (2008)	Atualização do acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU)
Coréia do Sul (2009)	Memorando de entendimento para a criação de um grupo de assessoria para a promoção do comércio e do investimento entre o Mercosul e a Coréia do Sul
Egito (2010)	Tratado de livre comércio entre o Mercosul e a República Árabe do Egito
Síria (2010)	Acordo para a criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a república árabe da Síria
Palestina (2010)	Acordo sobre comércio e cooperação econômica entre o Mercosul e a organização para a liberação da Palestina, em nome da autoridade nacional da Palestina
Palestina (2011)	Tratado de livre comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina
Tunísia (2014)	Acordo sobre comércio e cooperação econômica entre o Mercosul e a Tunísia.

¹ Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname são Estados Associados, estando a Bolívia em processo de adesão atualmente.

Países/Blocos	Descrição
Líbano (2014)	Memorando de entendimento sobre comércio e cooperação econômica entre o Mercosul e o Líbano
Comissão Econômica Euroasiática (2018)	Memorando de cooperação sobre comércio e assuntos Econômicos entre o Mercosul e a Comissão Econômica Eurasiana
Mercosul (2019)	Alteração ao protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços do Mercosul
Mercosul (2019)	Acordo de facilitação comercial
Mercosul (2021)	Acordo de comércio eletrônico do Mercosul

Fonte: Mercosul, (2021).

Dos Estados Partes pertencentes ao Mercosul, apenas a Argentina consta como relevante para o desempenho da balança comercial de Santa Catarina. E, em relação aos Estados Associados, apenas o Chile tem comércio expressivo com Santa Catarina.

Fora do Mercosul, pode-se considerar que a Coreia do Sul e Arábia Saudita estão entre os dez maiores parceiros comerciais de Santa Catarina. Analisando os resultados dos acordos descritos neste artigo pode-se inferir, ainda que de forma inicial, que o papel dos acordos institucionais no âmbito do BRICS e Mercosul produziram dois tipos de efeitos.

O primeiro diz respeito à intensificação comercial entre Santa Catarina e China, aparentemente mais em função dos efeitos marginais resultantes dos acordos entre Brasil e os outros membros do BRICS. O segundo efeito é a diversificação dos mercados a serem explorados, mas nesse caso, com menor volume comercial, haja vista que a maioria dos parceiros comerciais não constam entre os dez maiores volumes comercializados.

3.2 Evolução da estrutura temporal e espacial da pauta de exportações e Importações

Na esteira das mudanças institucionais, a Figura 5 apresenta um retrato temporal de 2000 e 2010 e o panorama atual dos principais setores de exportação e importação catarinense. Pode-se verificar uma mudança na estrutura das exportações e importações, ao longo das duas décadas para os dez principais itens da pauta.

Em uma visão geral, a primeira década inicia-se com uma relativa diversificação na pauta das contas da balança comercial, que ao final apresenta uma concentração em 3 itens de exportações e 4 itens de importações em 2010. Em 2020, manteve-se a concentração das

exportações em um item e uma mais equânime distribuição da participação dos outros nove itens. Enquanto isso, a distribuição das importações ficou relativamente menos concentrada, com redução na participação geral dos 5 principais itens.

No início dos anos 2000 os principais itens de exportações, dentre os citados na Figura 5, foram “Máquinas e Aparelhos Material” com participação de 21,3%, “Animais Vivos e Produtos do Reino Animal” com 15,7% e “Produtos das Indústrias Alimentícias” com 11,9%, “Materiais Têxteis e suas Obras” com 11,1%, e “Animais Vivos e Produtos do Reino Animal” com 10,3%, perfazendo um total de 70,3%. No contexto das importações os principais itens em 2000 foram “Máquinas e Aparelhos Material” com participação de 30,8%, “Materiais Têxteis e suas Obras” com 13,7%, “Produtos da Indústria Química” com 10,6%, “Produtos do Reino Vegetal” com 10,3% e “Plástico e suas Obras” com 9,5% alcançando um total de 74,9%.

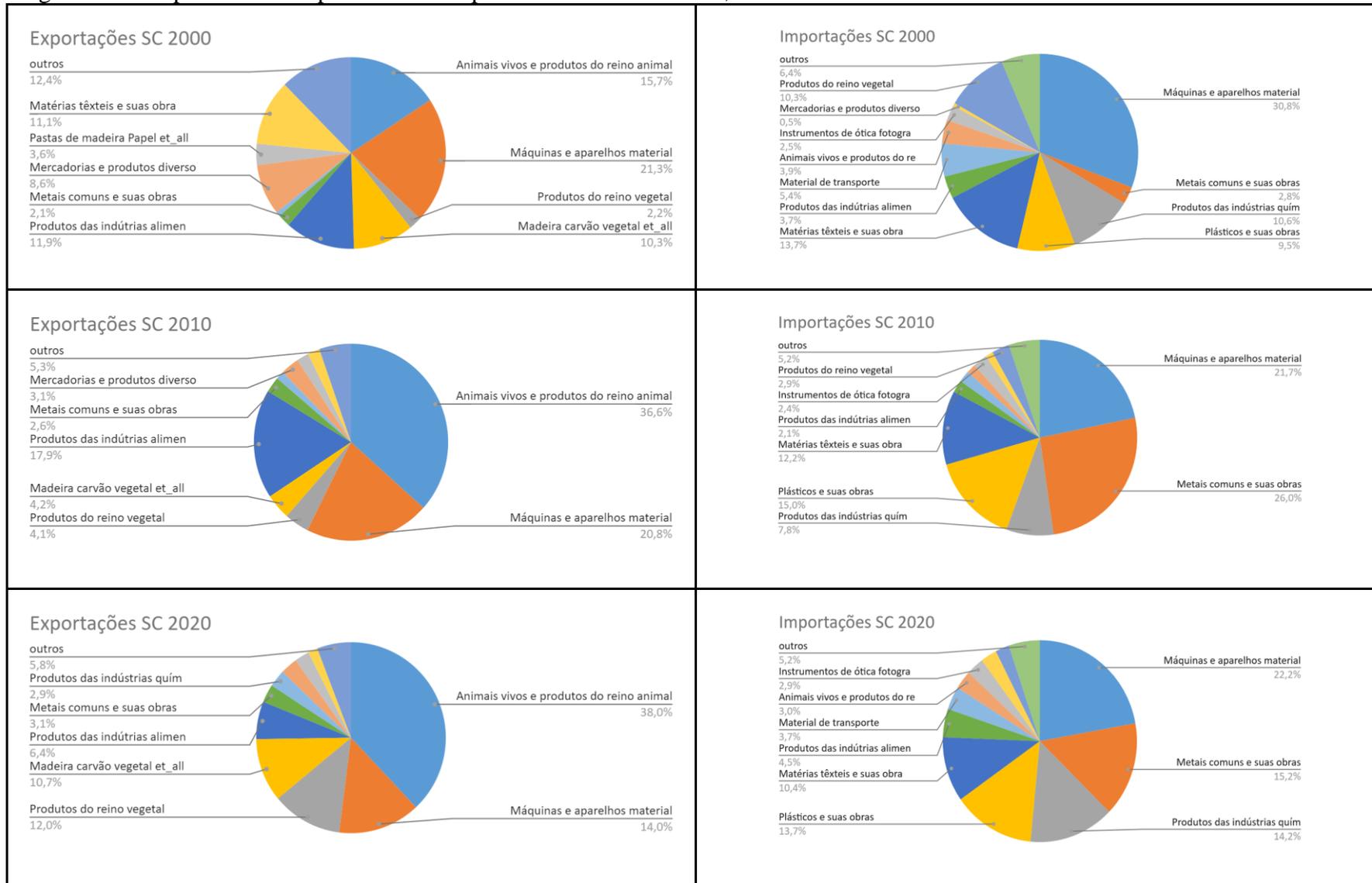
No final da década, no ano de 2010, exportações ficaram concentradas nos setores de “Animais Vivos e Produtos do Reino Animal” com 36,6% de participação na pauta, seguido dos setores de “Máquinas e Aparelhos Material” com 20,8%, e de “Produtos das Indústrias Alimentícias” com 17,9%, que juntos alcançaram uma participação 75,3% das exportações deste ano.

A tendência das importações não foi diferente e agora somente 4 setores alcançaram uma participação de 74,9%, foram: “Metais Comuns e suas Obras” com 26,0%, “Máquinas e Aparelhos Material” com 21,7%, “Plástico e suas Obras” com 15,0%, e “Materiais Têxteis e suas Obras” com 12,2%.

Nesse ponto da análise, pode-se observar que com o passar do tempo o número de setores aumentou e houve uma diminuição da pauta exportadora e importadora. Entende-se que o movimento institucional (NELSON, 1995), notadamente simbolizado pelos acordos internacionais, abrem caminho para as novas empresas transacionarem. Na medida em que há um relacionamento, abre-se um precedente para que outros atores façam uso dos acordos, aumentando, gradativamente, o número de itens importados e exportados ao longo dos 20 anos analisados.

No final da segunda década, em 2020, observou-se uma relativa diversificação das pautas de exportações e importações. No âmbito das exportações um conjunto de 4 itens, um item a mais se comparado ao ano de 2010, foi suficiente para alcançar a participação de 74,7%, com destaque para o setor de “Animais Vivos e Produtos do Reino Animal” com 38,0%, e que foi seguido pelas participações dos setores de “Máquinas e Aparelhos Material” com 14,0%, “Produtos do Reino Vegetal” com 12,0% e “Madeira, Carvão Vegetal e Outros” com 10,7%.

Figura 5: Principais setores exportadores e importadores nos anos 2000, 2010 e 2020.



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021)

Ao comparar o ano de 2010 ao ano de 2020, a pauta de importações apresentou uma distribuição mais equilibrada com o reposicionamento da importância do item “Produtos da Indústria Química” com participação relativa maior. Quando se compara o ano de 2000 ao ano de 2020, observou-se uma alternância entre dois itens de pauta com a forte perda de importância de “Produtos do Reino Vegetal” e forte participação em 2020 do item “Metais Comuns e suas Obras”.

Os principais itens importados em 2020 foram “Máquinas e Aparelhos Material” com participação de 22,2%, “Metais Comuns e suas Obras” com 15,2, “Produtos da Indústria Química” com 14,2%, “Plástico e suas Obras” com 13,7% e “Materiais Têxteis e suas Obras” com 10,4% alcançando um total de 75,7%.

Com o propósito de complementar as informações apresentadas na Figura 2, são apresentadas, nas Figuras 6 e 7, a composição espacial dos 4 principais setores de exportação e importação elencados anteriormente. A distribuição espacial da pauta de exportações segue o padrão da localização das atividades produtivas representado pelo Valor Adicionado apresentado na Figura 1.

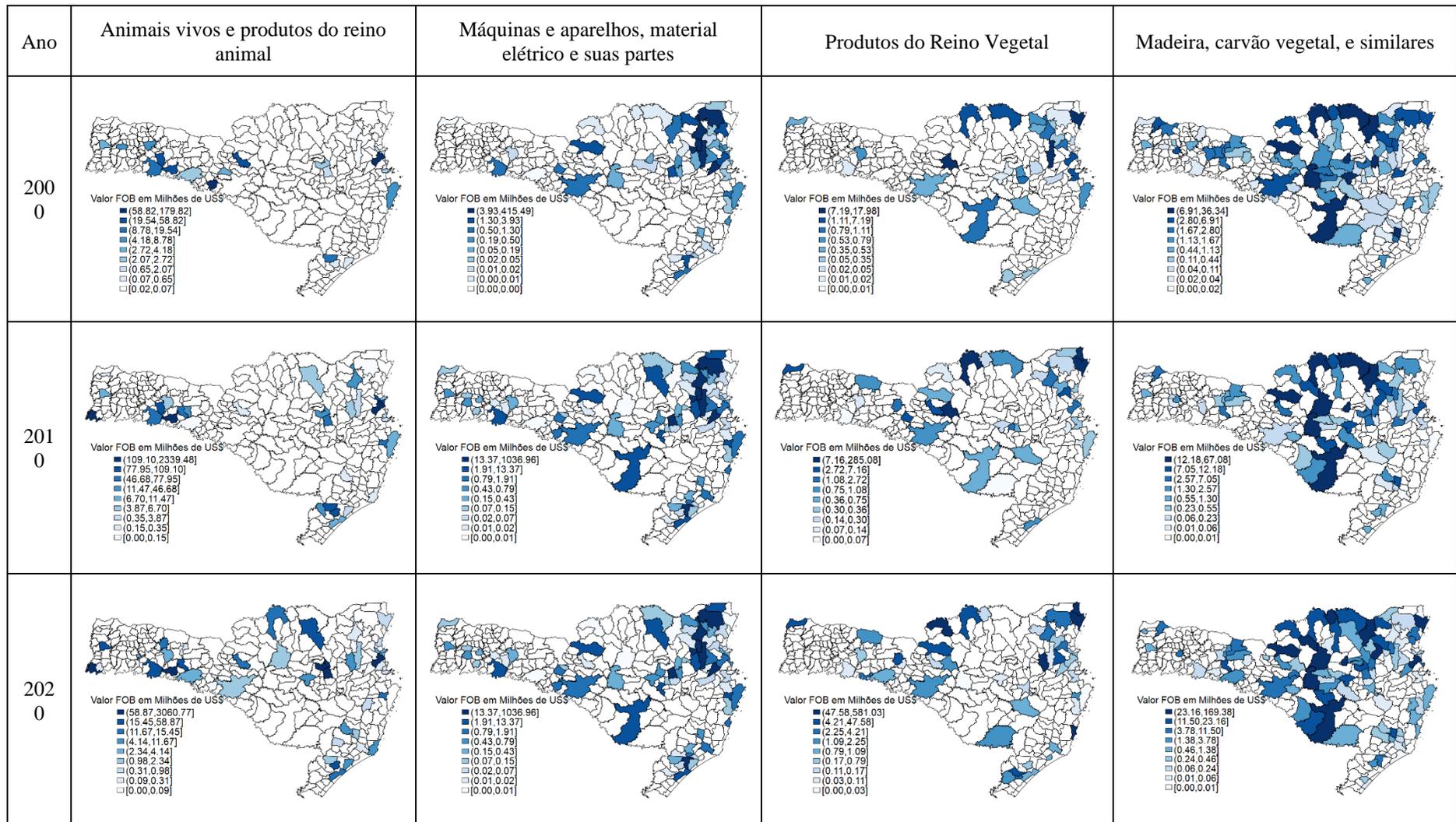
O setor de “Animais vivos e produtos do reino animal” foi o que apresentou uma tendência a espalhar a produção para exportação por todas as regiões do estado, mas que tem a característica de concentrar a atividade exportadora em poucos municípios de cada região. Para o setor de “Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes”, a região Nordeste manteve sua força exportadora neste item ao longo dos anos 2000. Essa atividade tem se espalhado em regiões do Vale do Itajaí e de maneira localizada em todas as regiões de Santa Catarina.

Ainda dentre as atividades exportadoras, os ‘Produtos do Reino Vegetal’ se concentraram no Meio-Oeste e Nordeste. De maneira localizada, pode-se encontrar dois municípios na Serra, dois no Litoral, um na região Oeste, e um pequeno agrupamento ao Sul. Para “Madeira, carvão vegetal, e similares” vem ocorrendo uma tendência de concentração da atividade exportadora no Planalto Norte e Planalto Serrano.

Para as importações, a região do Litoral Norte constituiu destaque nos 4 principais setores da pauta. Os municípios com registros de maiores valores de importação foram aqueles que se destacaram nos setores de produção industrial apresentados na Figura 1.

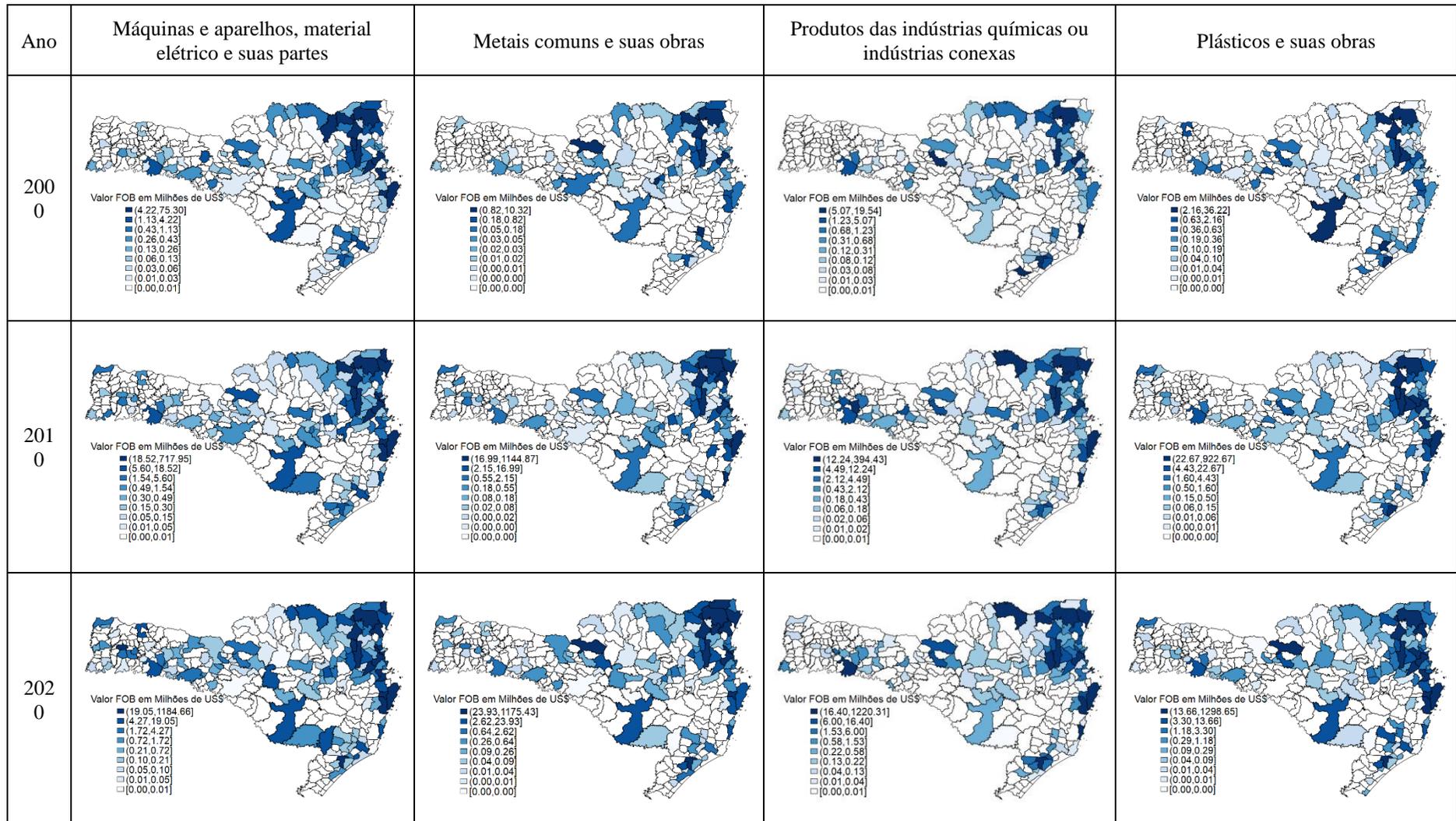
É possível perceber que, muito embora os valores importados tenham aumentado de forma substancial, a configuração espacial se alterou pouco ao longo dos anos, com destaque para “Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas” e “Plásticos e suas obras” que parecem ter se intensificado também para a região metropolitana da capital do estado.

Figura 6 – Configuração espacial dos principais setores da pauta de exportações catarinenses FOB em milhões de US\$ - 2000, 2010 e 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021)

Figura 7 – Configuração espacial dos principais setores da pauta de importações catarinenses FOB em milhões de US\$ - 2000, 2010 e 2020



Fonte: Elaboração dos autores com base em MDIC (2021)

Uma parte desses fenômenos regionais observados no comércio exterior catarinense pode estar relacionado a alterações normativas, já que existe uma recorrência de temas nas leis que induzem o comportamento dos agentes. Entende-se que os números da balança comercial representam um resultado de um comportamento de longa data. Comportamento esse que os agentes do território catarinense vêm criando ambientes especializados e cooperativos. Para isso, fazem uso de reduções fiscais, programas, normas, orientações, incentivos, projetos e demais políticas de apoio em Santa Catarina.

O resgate de Hodgson (2006) nesse momento se faz válido, pois traça linha divisória entre as instituições “formais” e “informais” (hábito pessoal). O movimento presente no estado de Santa Catarina é intenso e representativo. Ao longo dos anos, é possível notar um conjunto de leis que favorecem o desenvolvimento e articulação de mecanismos que representam, induzem e condicionam o comportamento dos catarinenses. Dessa forma, as instituições, em qualquer dos sentidos acima, dependem de regras e normas para operar. A Figura 8 apresenta nuvem de palavras com os principais temas abordados nas legislações e simboliza um conjunto resumido, não completo, de leis e incentivos que ocorreram no estado nos últimos 20 anos.

Figura 8 – Nuvem de palavras com os principais termos das normativas de promoção do comércio exterior catarinense.



Fonte: Elaboração própria com base no levantamento das Leis Estaduais 2000 – 2020.

As nuvens de palavras constituem uma forma visual para identificar quais os termos são mais frequentes em um conjunto textual já que quanto maior o tamanho e destaque maior é a frequência de utilização dessa palavra. Assim, é possível verificar que muitas das normativas têm cunho tributário (por exemplo, aquelas associadas ao ICMS) que visam, em grande parte, flexibilização de impostos ou tratamentos diferenciados. Os objetivos principais estão

relacionados ao apoio e à promoção de emprego, simplificação das operações e tem grande foco em empresas, para produção de mercadorias e serviços.

4. Considerações finais

Do ponto de vista institucional, o papel das instituições, como é o caso do BRICS e Mercosul, tem reflexos sobre o desempenho e mudança da estrutura dos itens das exportações e importações catarinenses. No caso de instituições promovidas por autoridades públicas restritas às políticas de apoio e incentivos econômicos, pode-se inferir a adoção de medida, principalmente, para salvaguardar emprego, renda e modernizar e facilitar as transações.

Dentre as proposições apresentadas neste estudo, pode-se apontar que o fortalecimento da economia chinesa em conjunto com sua estratégia de inserção no comércio internacional, primeiro com sua entrada na OMC, à primeira vista, aceito como um grande mercado consumidor. A partir deste marco, a formação de acordos, com destaque aos BRICS, fortaleceu a economia chinesa um grande fornecedor de uma variedade de bens e serviços, exportando bens com elevada intensidade tecnológica para parceiros como Brasil. Este, possivelmente, foi fator um determinante para uma significativa mudança na estrutura, origens e destinos dos itens da pauta das exportações e importações da economia catarinense. Neste contexto, EUA, Argentina, Alemanha e Itália perderam participação no valor das importações catarinenses, enquanto Chile oscilou positivamente, e China apresentou ganho exponencial de participação na pauta de importação catarinense, durante os anos 2000 até 2020.

Quanto as exportações, a participação das exportações com destino a China teve um crescimento significativo, mas diferente das importações, o ganho de participação iniciou na segunda metade da primeira década dos anos 2000. As exportações com destino aos EUA perderam participação, mas a participação no valor total das exportações permaneceu relevante.

Notadamente, outro resultado importante de registro foi a ocorrência de uma redução na diversificação da pauta de exportação ao final da segunda década dos anos 2000, com o possível enfraquecimento da competitividade da indústria têxtil e ganho de participação das indústrias de alimentos e carnes. Neste sentido, observam-se movimentos de aproximação comercial e econômica que possam gerar marcos relevantes com impactos nas decisões, pautas e desenvolvimento de tecnologias que promovam a melhoria da competitividade. Assim, os dados e informações sobre o intercâmbio de mercadorias plural pode induzir no futuro, novas aproximações nas áreas técnica, científica, cultural, financeira e outros pontos, entre a economia

catarinense e agentes econômicos de outros países e blocos, com objetivo de diversificação dos mercados externos e redução de dependência com parceiros unilaterais em setores chave.

Nesse contexto, políticas econômicas de locais e estaduais, em conjunto a uma arquitetura de governança de agentes públicos e privados, podem ser mais efetivas e imediatas no aumento da competitividade de empresas catarinenses. A identificação e a análise de setores desenvolvidos em potenciais regiões ou localidades, como apontado pelas ilustrações, podem facilitar e tornar mais promissores investimentos em estruturas de apoio a produção e comércio exterior. No entanto, cabe ressaltar que o sucesso de políticas locais ou estaduais de apoio e incentivos econômicos depende em grande parte de fatores institucionais, como a estabilidade econômica e política de ordem nacional e internacional. Por sua vez, desequilíbrios e contestações de instituições políticas nacionais tendem a enfraquecer o desempenho gerado por medidas, normas e regulamentos de autoridades locais e regionais, favoráveis aos negócios e transações internacionais.

A proposta deste artigo apresenta limitações ao propor hipóteses de possíveis influências das instituições formais e informais sobre o desempenho externo da economia catarinense, mas que, dá origem a uma futura agenda de pesquisa. Uma das limitações do presente artigo é que não se procurou estabelecer relações causais diretas entre as políticas institucionais e o desempenho da balança comercial de Santa Catarina, em um estudo com instrumentos de entrevista aos agentes econômicos, para perceber seus juízos de valor e expectativas quanto ao quadro institucional. Outro ponto é que se limitou a analisar a evolução espacial da distribuição de quatro principais setores de exportação e importação, e talvez, deixando de observar e analisar setores nascentes e mais dinâmicos e tecnológicos. Por fim, uma outra limitação diz respeito a ausência de levantamento de outros acordos bilaterais fora do Mercosul e BRICS.

Referências

CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. **Tese** (Doutoramento em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Porto Alegre, 2000.

_____. Há compatibilidade entre a tecnologia social de Nelson e a causalidade vebleniana de Hodgson? **Revista de Economia Política**. v. 32, n. 1, janeiro-março, p. 109-127, 2012.

DEWEY, J. **Human nature and conduct: an introduction to social psychology**. New York: Random House, 1950.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of economic literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.

_____. What is the essence of institutional economics? In: **Annual meeting of the association for evolutionary economics**. Boston, Massachusetts, 6-9 jan., 2000.

_____. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. **Econômica**, v. 3, n. 1, p. 97-125, 2001.

_____. What are Institutions? **Journal of Economic Issues**. vol.40, n.1, mar., 2006.

ITAMARATY, Ministério das Relações Exteriores. **O que é o BRICS**. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>, Acesso em 30 jul. 2021a.

ITAMARATY, Ministério das Relações Exteriores. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul#dados_basicos. Acesso em 30 jul. 2021b.

LEIS ESTADUAIS DE 2021. Legislação. Disponível em: http://legislacao.sef.sc.gov.br/Consulta/Views/Publico/Frame.aspx?x=/html/leis/frame_leis.htm, Acesso em 24 ago. 2021.

MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>, Acesso em 07 jul. 2021.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul, **Países do Mercosul**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>. Acesso em 01 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, **Balança Comercial Consolidada e Séries Históricas**. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>, Acesso em 03 ago. 2021.

MONASTERIO, L. M. **Guia para Veblen**: um estudo acerca da economia evolucionária. Pelotas: EDUFPEL, 1998.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of economic literature**, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Understanding the process of economic change**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005.

PESSALI, H. F.; DALTO, F. A Mesoconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**. v.20, n 1, p. 11-37, 2010.

RODRIGUES, B. A Geoeconomia híbrida da China na América do Sul: o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos. *Carta Internacional*, v. 16, n. 1, p. e1085-e1085, 2021.

SDE-SC. Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico. **Indicadores Fiscais**. PINTO, Kleber Carlos Ribeiro et al. Contribuição à análise de decisão sobre os sistemas de distribuição física do suco de laranja brasileiro de exportação. 2018.

SEF-SC. Secretaria do Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. **Valor adicionado por município e atividade**. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/servicos/servico/92/Valor_adicionado_por_munic%C3%ADpio_e_atividade, Acesso em 07 jul. 2021.

VEBLEN, T. B. A. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965. (1a. ed. 1899).

_____. **Essays, reviews and reports**: previously uncollected writings. DORFMAN, J (ed.). Inclui a introdução New Light on Veblen de Joseph Dorfman. Clifton, NJ: Augustus M. Kelley, 1973.

O apoio financeiro do BNDES em perspectiva histórica e o financiamento às exportações brasileiras e catarinenses para o período de 1995-2020

André da Silva Redivo[†]

Resumo

O presente artigo tem dois objetivos. O primeiro dedica-se em apresentar uma revisão do apoio financeiro do BNDES, em perspectiva histórica, entre 1952 e 2020, buscando identificar as principais características e diferentes fases de atuação do banco. Este panorama geral permite observar que a instituição tem uma atuação específica, demarcada pelo processo de desenvolvimento que o país passou, entre 1952 e 1980. A partir de 1990 a instituição tem uma atuação cíclica, orientada perspectivas de política econômica, demarcados em três períodos: 1990 a 2002, 2003 e 2014, e 2015 a 2020. O segundo objetivo volta-se em apresentar o apoio financeiro do BNDES para exportações brasileiras e catarinenses. Os resultados mostram que o maior volume de desembolsos às exportações se concentra no período 1999-2010 e que o comportamento do apoio para o Brasil e Santa Catarina segue um padrão semelhante. Para ambos os objetivos foram utilizados como fonte de pesquisa os relatórios do BNDES para o período e os dados disponibilizados pela instituição.

Palavras-chave: BNDES; Exportações; Santa Catarina.

BNDES Financial Support in a historical perspective and financing for Brazilian and Santa Catarina exports for the period 1995-2020

Abstract

This paper has two objectives. First, will be to present a review of the BNDES financial support, in a historical perspective, between 1952 and 2020, seeking to identify the main characteristics and different phases of the bank's operations. This general panorama allows us to observe that the institution has a specific role, demarcated by the development process that the country went through, between 1952 and 1980. From 1990 onwards the institution has had a cyclical role, from the perspectives of economic policy, divided into three periods: 1990 to 2002, 2003 and 2014, and 2015 to 2020. The second objective seeks to present the BNDES' financial support for Brazilian and Santa Catarina exports. The results show that the largest volume of disbursements for exports is concentrated in the period 1999-2010 and that the behavior of support for Brazil and Santa Catarina follows a similar pattern. For both purposes, the BNDES reports for the period and the data provided by the institution were used as a source of research.

Keywords: BNDES; Exports; Santa Catarina

Classificação JEL: N2; N26; O10

[†] Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: andre.redivo@gmail.com.

1. Introdução

O BNDES é uma instituição de financiamento criada num contexto de desenvolvimento econômico específico, marcado pelo processo de industrialização. Fazia-se necessário à época, uma instituição que fosse capaz de mobilizar os recursos necessários. Apesar de ter sido fundado em 1952, como primeiro banco de desenvolvimento, no contexto do Processo de Substituição de Importações (PSI), observa-se que outras estruturas de crédito especializado já existiam, como era o caso da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil. Mesmo assim, o BNDES assume um papel importante ao longo de quase 70 anos de existência.

Neste período o BNDES tem participação ativa na atuação do Estado, mesmo durante os períodos de políticas econômicas liberais. No período que vai da sua fundação até 1980, o banco é uma figura ativa no processo de financiamento da industrialização pelo qual passou o Brasil, destinando recursos aos setores chave ao processo, como é o caso da infraestrutura e indústria. Apesar da crise econômica da década de 1980, o banco continua a exercer um papel importante no financiamento da atividade econômica, mantendo em níveis semelhantes a proporção dos seus desembolsos quando comparados com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB).

Por sua vez, o período seguinte é marcado por uma fase cíclica da atuação do banco. Ao longo do período 1990-2020, o BNDES atua tanto como gestor do processo de privatizações, quanto das políticas industriais adotadas entre 2003 e 2014. Entretanto, em anos recentes, sobretudo a partir de 2015, o banco apresenta uma queda expressiva na sua atuação de financiamento sobre a economia brasileira. Apesar destas oscilações, não se pode afirmar que ele deixa de ser uma instituição central da economia brasileira, pois exerce um papel chave na execução das diferentes políticas governamentais.

Este artigo trabalha com dois objetivos. O primeiro objetivo dedica-se em apresentar a atuação histórica do BNDES, desde 1952 até 2020. Para isso, serão analisados um conjunto de variáveis disponíveis sobre o banco, quais sejam: a sua proporção sobre a FBCF e o PIB, a sua estrutura de recursos, a composição setorial dos desembolsos, a distribuição entre os setores público e privado (1952-1989), além da distribuição de crédito por porte de empresa (1990-2020). O segundo objetivo, por sua vez, busca descrever a atuação financeira do BNDES no apoio às exportações brasileiras e catarinenses, entre 1995 e 2020.

A característica deste artigo é essencialmente descritiva, buscando construir um quadro geral da atuação do BNDES ao longo da história e no apoio às exportações. Para conseguir

alcançar os objetivos apresentados, foram usados como fontes, principalmente, os relatórios de atividades do próprio banco, para o período que vai de 1952 a 2020. Entre 1952 e 1969, os relatórios são denominados de “Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico”; e a partir disso passam a ser chamados de “Relatórios de atividades”. Todos são de acesso público, divulgado pela própria instituição. Os dados para o período 1995-2020, também são disponibilizados pelo banco, em formato de planilha eletrônica, em sua página da internet. Para os dados apresentados em unidades monetárias, foi utilizado o IGP-DI de 12/2020 para atualização dos valores.

Além desta seção de introdução, este estudo conta com mais quatro seções. Na segunda seção, descreve-se a atuação do BNDES no período que vai de 1952 a 1989, com base em um conjunto de características que permitem observar a sua atuação histórica. Na terceira seção, narra-se a atuação entre 1990 e 2020, apresentando as mesmas variáveis da seção anterior, mas enfatizando que a lógica de atuação do banco possui ciclos razoavelmente bem definidos. Na quarta seção, em atendimento do segundo objetivo deste estudo, aponta-se o surgimento do crédito destinado ao apoio às exportações e uma caracterização dos desembolsos para o Brasil e Santa Catarina. Por fim, na última seção, traçam-se as considerações finais.

2. Bancos de desenvolvimento e a atuação do BNDES no período 1952-1989

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social¹ foi fundado em 1952, num contexto de industrialização do Brasil, marcado pelo Processo de Substituição de Importações (PSI). De acordo com BNDES (2002, p.2), o Banco

... nasceu da convicção de que o país não podia depender somente de recursos externos para avançar seu projeto de renovação da infraestrutura rodoviária, energética, de portos, e assim melhor competir no mercado internacional.

Martins (1985) aponta que a necessidade de criação de uma estrutura de financiamento que desse suporte ao processo de industrialização já era tema de discussões no Plano Salte e foi observado pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU). Tavares (2010), por sua vez, aponta a existência de uma discussão sobre as condições de financiamento, relacionada com a criação de uma instituição com características de um banco de investimento, já na década de 1940. Tal apontamento era uma das conclusões da Missão Cooke, criada em colaboração com o governo dos Estados Unidos, em 1939.

¹ O nome “Social” foi adicionado em 1982. Até então era chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Para fins de padronização, será utilizado o nome atual do banco em todo o texto.

É importante destacar que a criação de uma instituição de financiamento que desse conta do problema de financiar o processo de desenvolvimento industrial já era evidenciado, anteriormente, conforme Redivo (2018). Durante a década de 1930, já durante o Governo Vargas, houve a criação de um Banco de Crédito Industrial², sem que entrasse em funcionamento. A iniciativa de criação de um banco especializado no crédito à indústria não obteve sucesso em função das restrições financeiras e dificuldades para formação de *funding*. Entretanto, já era debatido por pessoas como Roberto Simonsen (SIMONSEN, 1931). A saída, dado as limitações observadas, foi criar uma instituição mista, vinculada ao Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), de 1937.

A CREAI iniciou as suas operações em 1938 e teve fim em 1969, quando o Banco do Brasil passou a contar apenas com a Carteira de Crédito Rural, em termos de crédito especializado. Durante a sua existência, a carteira teve como principal fonte de recursos a emissão monetária, uma vez que a busca por fontes de recursos baseadas na captação de poupanças (emissão de títulos, depósitos compulsórios etc.) não obteve sucesso. Com relação as operações de crédito, dada a característica de suas principais fontes de recursos, seus empréstimos foram majoritariamente ao setor rural. Entretanto, o segmento industrial também era contemplado nos créditos concedidos, sobretudo para segmentos industriais destinados a produção de bens de consumo não duráveis, importantes para a produção de bens que seriam consumidos pela população urbana em expansão. A CREAI, durante a década de 1960, também foi importante para o processo de modernização da produção agrícola, na produção de alimentos (REDIVO, 2018).

Mesmo com a existência da CREAI, o BNDES foi fundado em 1952. A criação de uma nova estrutura de financiamento especializada foi alvo de debates, como aponta Araújo (2007). Segundo o autor, havia uma preocupação com as possíveis dificuldades pelo Banco do Brasil em cumprir com as obrigações de um banco especializado no crédito de longo prazo. Ainda, aponta que as instituições existentes à época não seriam adequadas para a execução do Programa de Reparcelamento Econômico. Esta função coube, portanto, ao BNDES.

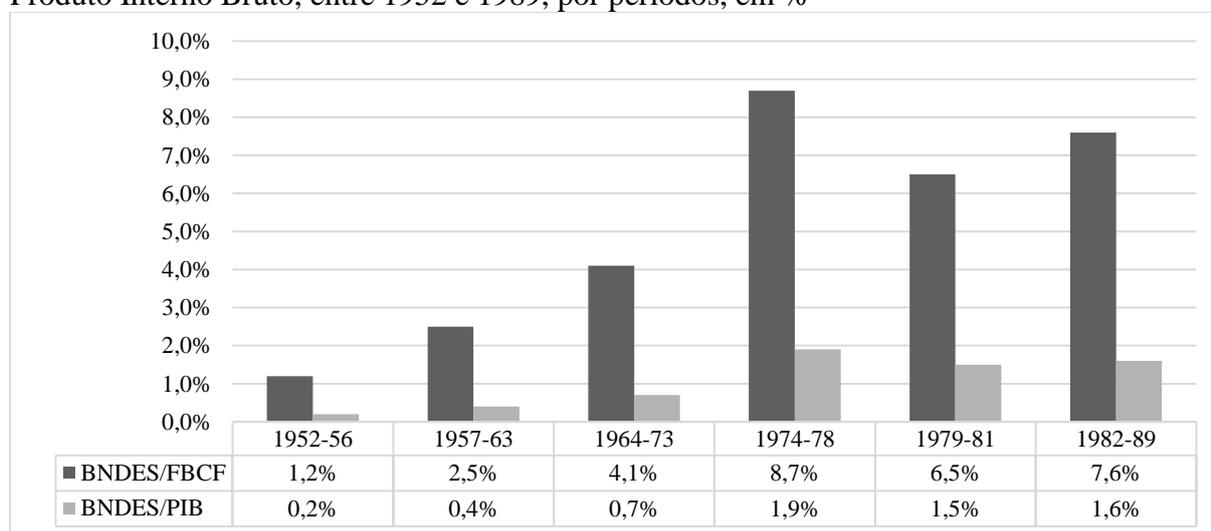
Um fato curioso é que os relatórios de gestão do banco, entre 1952 e 1969, tinha o título de “Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico”, deixando explícito uma outra importante contribuição do BNDES, que foi a formação de uma estrutura burocrática especializada para pensar o desenvolvimento econômico. Batista (2002) aponta que o BNDES

² Decreto nº 24.575 de 1934.

é um marco na estrutura institucional brasileira, pois se tornou um órgão especializado na elaboração e execução de grandes projetos nacionais.

Observando a história do BNDES, percebe-se que estes “grandes projetos nacionais” nem sempre foram elaborados no sentido de formar novos segmentos industriais, ou até mesmo de infraestrutura. Como será visto adiante, o banco também foi um dos executores do Programa Nacional de Desestatização (PND), sobretudo após 1990, quando se amplia o processo de privatizações. Assim, percebe-se que a atuação do BNDES ao longo dos anos tem ligação estreita com as considerações e a lógica de política econômica que passam a fazer parte das ações do Estado brasileiro ao longo do tempo (REDIVO, 2012).

Gráfico 1 - Desembolsos do BNDES como proporção da Formação Bruta de Capital Fixo e no Produto Interno Bruto, entre 1952 e 1989, por períodos, em %



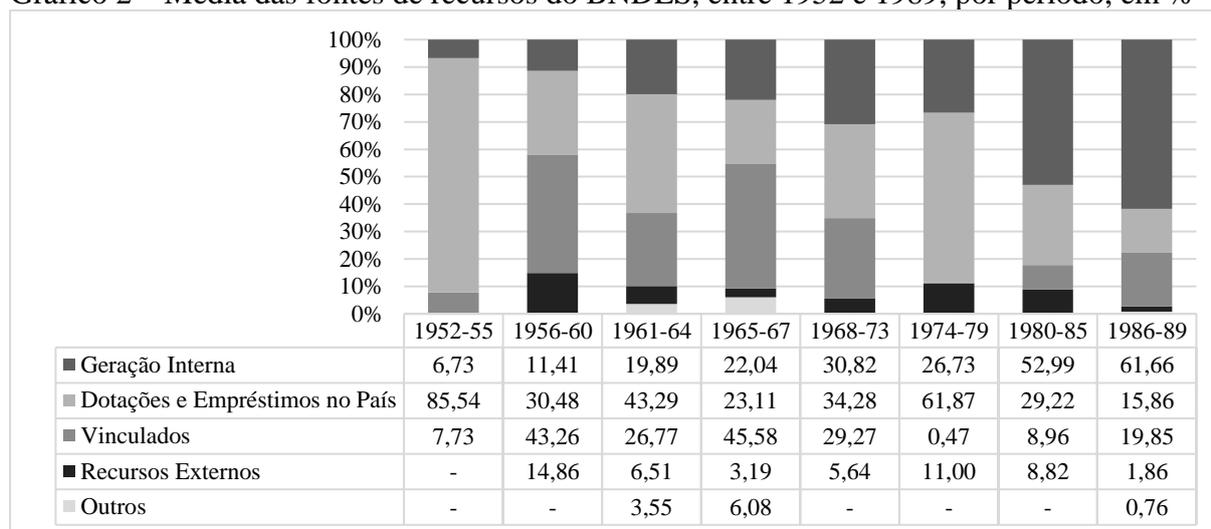
Fonte: Monteiro-Filha (1995).

A análise da atuação do BNDES ao longo do tempo permite observar como a instituição foi se constituindo em um dos principais agentes financeiros dos programas de desenvolvimento. O Gráfico 1 permite observar a relação dos desembolsos do BNDES com duas variáveis importantes, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do Produto Interno Bruto (PIB). Pelos dados é possível observar que os desembolsos realizados pelo banco cresceram significativamente desde a sua fundação até o fim da década de 1980, quando há uma mudança de orientação das políticas econômicas de governo. Os dados apontam que os desembolsos do BNDES passam de 0,2% e 1,2% para 1,6% e 7,6%, em média, como proporção da FBCF e do PIB, do período 1952-56 ao período 1982-1989. Ressalta-se ainda, que o ápice é atingido no período 1974-79, quando ocorre o II PND.

A evolução da proporção que o BNDES ganha na economia brasileira guarda relação com a estrutura de recursos que o banco ao longo deste período. No Gráfico 2 são mostradas as fontes de recursos do banco, elaborados por Prochnik (1995), com destaque para os recursos de Dotações e Empréstimos no país, Vinculados e de Geração Interna. Inicialmente, o que se observa é uma elevada concentração das dotações de recursos, principalmente pelas dificuldades em obter fontes necessárias.

Alguns recursos de origem externa, que estavam previstos do BIRD e Eximbank, não foram concretizados e o banco, inicialmente, conta com recursos em moeda nacional. Para fazer frente a necessidade de recursos, o BNDES passa a contar recursos oriundos de recolhimentos compulsórios, como é o caso do Adicional de Imposto de Renda (BNDES, 1992). Outras fontes iniciais são as captações compulsórias de Cias de Seguro e as decorrentes de incorporações ao capital e reservas e dos retornos do próprio banco (PROCHNIK, 1995).

Gráfico 2 – Média das fontes de recursos do BNDES, entre 1952 e 1989, por período, em %



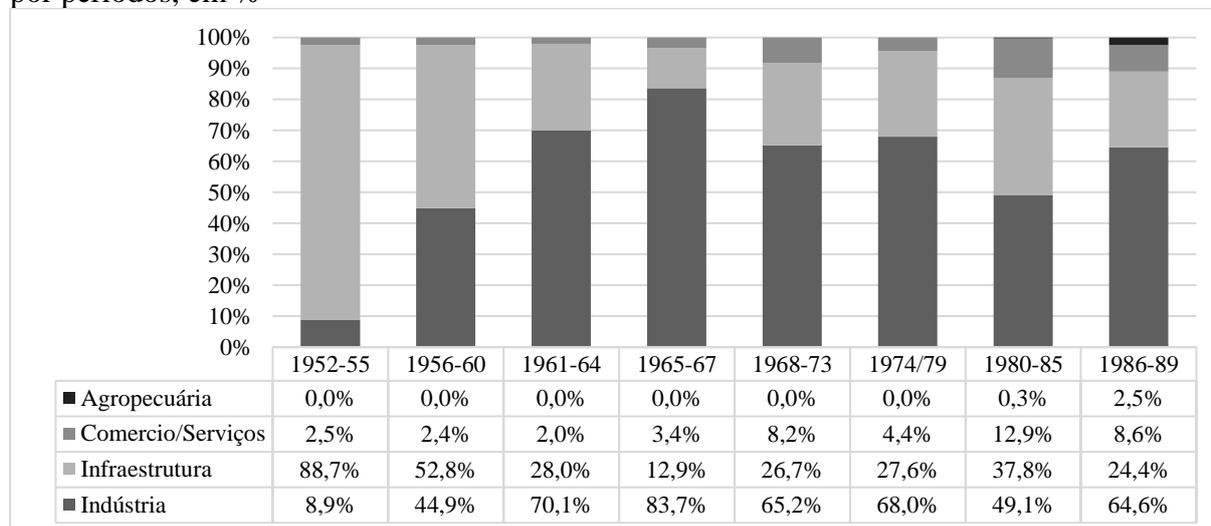
Fonte: Prochnik (1995).

A partir do período 1956-60 as fontes de recursos passam a ser mais diversificadas. Alguns pontos merecem ser destacados. O primeiro deles é o aumento de recursos vinculados, sobretudo aqueles associados ao FINAME e ao Fundo da Marinha Mercante (FMM). Um segundo ponto é o aumento da participação de recursos externos, inicialmente, no período 1956-60, decorrentes de acordos agrícolas firmados entre Brasil e Estados Unidos; e em um momento posterior, no período 1974-79, destacam-se as captações externas com recursos de mercado (PROCHNIK, 1995). Chama atenção nesse último ponto que as captações no exterior, realizadas pelo BNDES, acontecem justamente no período do II PND, no qual há a elevação do endividamento externo do país e que contribuiu para a crise de dívida externa na década de

1980. Por fim, é importante apontar que é no ano de 1974 que uma das principais fontes de recursos do BNDES foi instituída, quando recursos do FAT/PIS-PASEP passaram a ser transferidos ao banco. Tais recursos ainda constituem, atualmente, uma das principais fontes de recursos para a instituição.

No Gráfico 3 pode ser observada a composição setorial dos desembolsos do BNDES para o período 1952-1989. Os dados evidenciam que o banco atuou majoritariamente no financiamento para infraestrutura e indústria, segmentos importantes para o processo de industrialização do país. Estes setores foram apontados pelo relatório final apresentado pela CMBEU, em 1953, como gargalos para o desenvolvimento do país (BNDES, 2002). Após este período inicial, o BNDES mantém a característica de atuar nos projetos de desenvolvimento, tal qual aconteceu com o Plano de Metas. Monteiro-Filha (2002) aponta que o BNDES participou da coordenação do plano, que era constituído por um conjunto de objetivos setoriais. Ainda com relação a composição setorial dos desembolsos do banco, os dados apontam o aumento significativo para o financiamento da indústria após 1960, período em que ocorre uma intensificação da industrialização no país.

Gráfico 3 – Média da composição setorial³ dos desembolsos do BNDES, entre 1952 e 1989, por períodos, em %



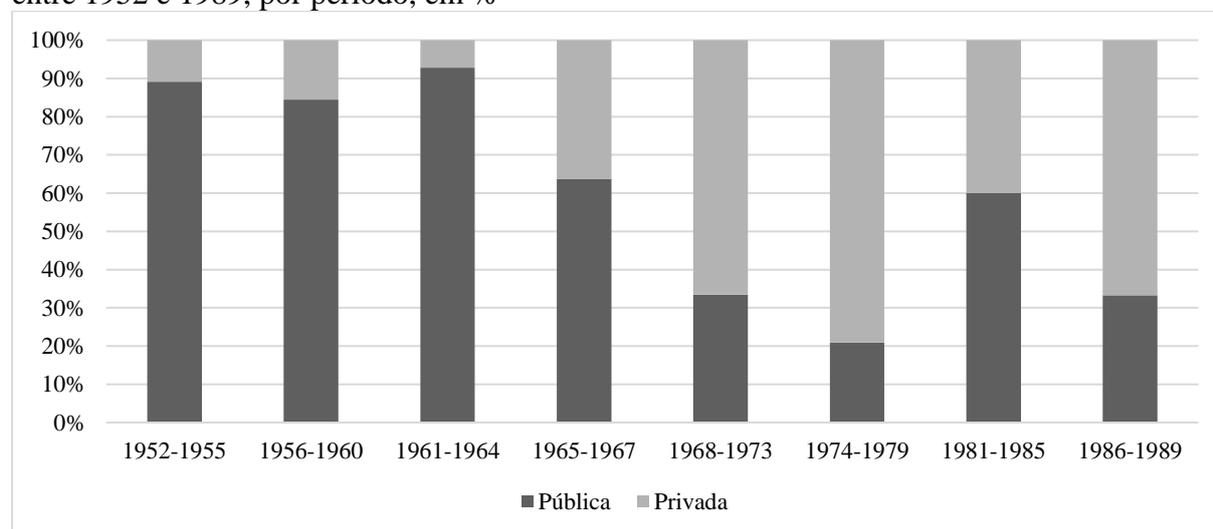
Fonte: Elaborado com dados de Barboza, Furtado e Gabrielli (2019).

Outra discussão acerca da atuação do BNDES no período 1952-89 se refere a divisão dos recursos desembolsados pelo banco entre os setores público e privado. Pelo Gráfico 4 é

³ Utilizou-se a composição setorial feita pelo BNDES, com base no CNAE, para apresentar os dados de distribuição setorial dos desembolsos. A vantagem desta estrutura elaborada pelo BNDES por separar a infraestrutura do setor de comércio e serviços.

possível perceber que, inicialmente, nos subperíodos 1952-55 a 1961-64, a maior parte dos recursos fora destinada para o setor público. Esta proporção guarda relação com o que já foi apontado anteriormente sobre a composição setorial dos desembolsos, inicialmente orientados à infraestrutura e à indústria de base, e de responsabilidade do Estado. Após o período apontado, os desembolsos passam a ser destinados, majoritariamente, a exceção de 1981/85, para o setor privado. Sobre isso, Najberg (2002) aponta para uma privatização de recursos públicos, sobretudo durante os governos da ditadura militar. Além disso, foi estimulado o financiamento para pequenas e médias empresas, através de agências e bancos de desenvolvimentos locais. É neste período, em 1966, que surge o FINAME, agência subsidiária do BNDES e especializada no financiamento industrial.

Gráfico 4 – Aprovações médias de financiamento do BNDES para os setores Público e Privado, entre 1952 e 1989, por período, em %



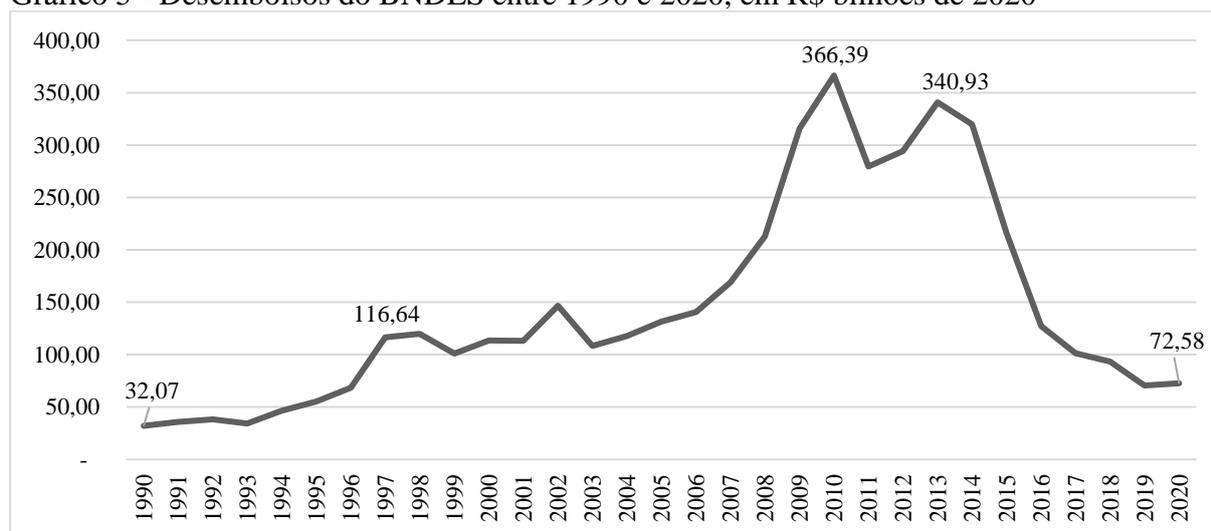
Fonte: 1952 a 1979, Najberg (2002); 1981 a 1989 (Currello, 1998).

Os dados apresentados até aqui esboçam um quadro geral da atuação do BNDES através das especificidades das fontes de recursos e dos desembolsos realizados pelo banco no período desenvolvimentista. Neste período, cria-se uma instituição de financiamento de longo prazo que também se configura como uma estrutura burocrática de planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento por parte do Estado brasileiro. Apesar de não ser realizado aqui uma avaliação da atuação do banco, percebe-se que a mesma guarda relação com a atuação do Estado no período desenvolvimentista, quando o banco possui uma atuação que vai no sentido de formar as estruturas produtivas consideradas importantes para o processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

3. Os ciclos do BNDES entre 1990 e 2020

O período que analisado aqui, vai de 1990 a 2020, apresenta três momentos distintos da atuação do BNDES, como nota-se pelo Gráfico 5. Destaca-se no período 1990 a criação de linhas especializadas ao financiamento de exportações e a participação do BNDES no processo de privatizações. Para o período de 2003 a 2014, o Banco volta a orientar e desembolsar recursos para políticas industriais desenvolvidas no período, mantendo forte desembolso de recursos para exportações brasileiras. Ainda para esse período, uma mudança importante acontece nas principais fontes de recurso do BNDES, que passa a contar com aportes do Tesouro Nacional. Já no período 2015 percebe-se a reversão do ciclo anterior, com uma drástica redução do volume de recursos desembolsados pelo banco, a despeito das baixas taxas de crescimento econômico, e pela devolução antecipada dos créditos obtidos junto ao Tesouro.

Gráfico 5 - Desembolsos do BNDES entre 1990 e 2020, em R\$ bilhões de 2020

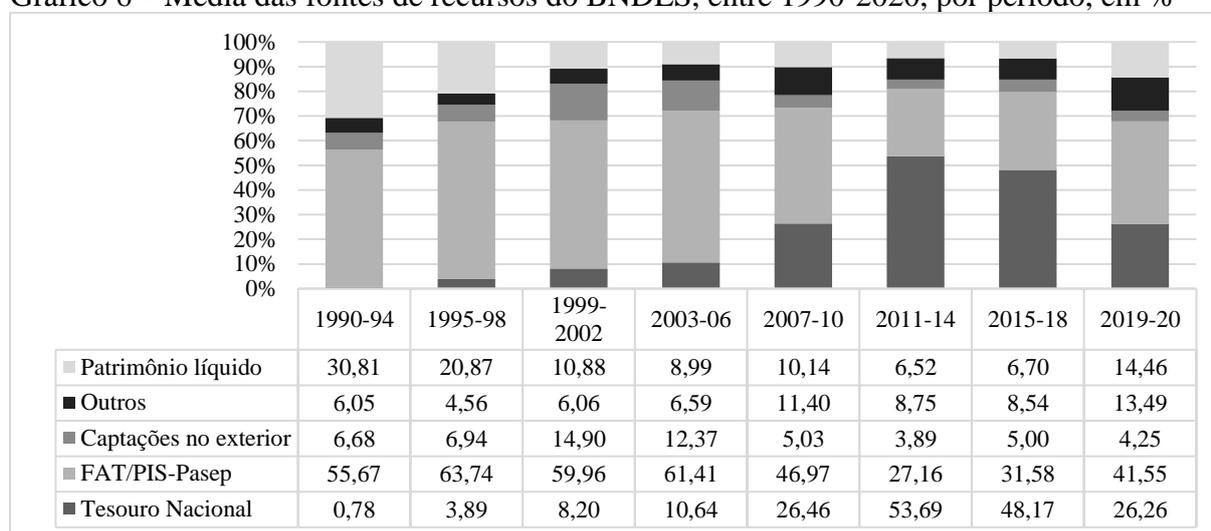


Fonte: BNDES (2021).

A estrutura de capital do BNDES, no período que vai de 1990 a 2020, pode ser observada no Gráfico 6. Nela é possível perceber que as fontes de recursos também apresentam ciclos tal qual os desembolsos realizados pelo banco. Para o período que vai de 1990 a 2006, tem-se como principais fontes de recursos as captações no exterior e as decorrentes dos depósitos do FAT/PIS-PASEP. O período que vai de 2007 a 2015 aponta o crescimento dos aportes do Tesouro Nacional ao banco, que passa a ser a principal fonte de recursos no período, superando os do FAT/PIS-PASEP. Após 2015, com a reorientação de política econômica e com a crise fiscal, o BNDES passa a devolver antecipadamente os recursos que foram destinados ao banco pelo Tesouro, fato que pode ser observado pela redução relativa dessa fonte.

Houve um debate sobre a participação do Tesouro Nacional como fonte relevante do *funding* do BNDES, envolvendo os custos das operações, centrado na diferença entre a taxa de captação do Tesouro e as taxas cobradas pelo banco nos empréstimos. A comparação realizada é entre a SELIC e a TJLP⁴, aplicando o diferencial destas duas taxas ao estoque de empréstimos do banco, resultando em um prejuízo financeiro para o Tesouro. Por outro lado, se aponta que não é adequado apenas aplicar esse diferencial sobre o estoque de empréstimos. Seria necessário considerar, para analisar o resultado financeiro, os lucros decorrentes das operações, os ganhos fiscais de curto prazo, via arrecadação tributária sobre os resultados dos investimentos, e ganhos fiscais de longo prazo, decorrentes dos efeitos cumulativos dos investimentos (PEREIRA, SIMÕES E CARVALHAL, 2011).

Gráfico 6 – Média das fontes de recursos do BNDES, entre 1990-2020, por período, em %⁵



Fonte: Elaborado com base nos relatórios de atividades do BNDES (vários anos).

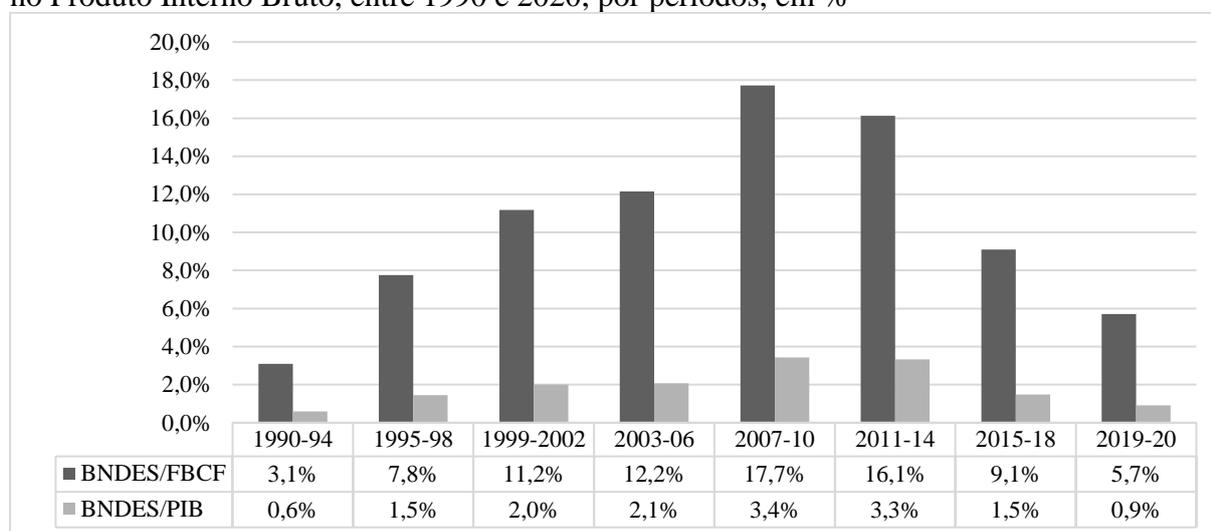
O Gráfico 7 permite observar a proporção que o BNDES atinge quando comparados os seus desembolsos com a FBCF e o PIB. Nota-se que após 1995, a participação volta a aumentar e atinge patamares mais elevados do que aqueles do período 1952/89, apresentados na seção anterior. Entretanto, a característica de atuação cíclica também é evidente quando observados os dados. Neles é possível observar o incremento da relação, atingindo o seu maior valor histórico o período 2007/10, quando atinge 17,7% como proporção da FBCF e 3,4% do PIB. Posteriormente a relação se reduz, principalmente a partir de 2015.

⁴ A TJLP foi a taxa de juros de referência para as operações de empréstimo do BNDES até 2018, quanto foi substituída pela TLP.

⁵ Prochinik (2008) atualiza o trabalho realizado em Prochinik (1995), entretanto os dados vão até 2007. Para criar uma base de dados comparáveis para o período 1990-2020, utilizou-se do balanço patrimonial do BNDES, para construir a série histórica de sua estrutura de capital. Assim, existe uma limitação na comparação com o período anterior.

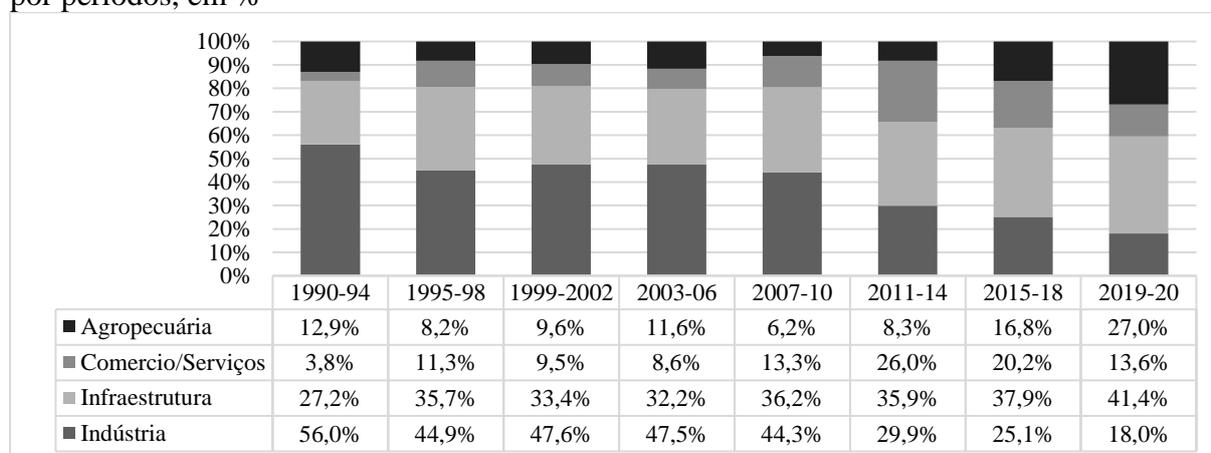
Se no período 1952-89, o BNDES se caracteriza como banco financiador dos setores de infraestrutura e a indústria, com os dois setores correspondendo a mais de 85% dos desembolsos, o novo período apresenta uma trajetória de mudança nesse padrão, como mostra o Gráfico 8. Os dois setores destacados ainda se mantêm como principais destinos dos recursos, mas em menor proporção do que fora no período anterior. Entretanto, merece ser destacado o incremento dos desembolsos para os setores de Agropecuária e Comércio/Serviços. Ainda, cumpre chamar atenção para a média de participação do setor agropecuário para o período 2019-20, que atinge 27%.

Gráfico 7 – Desembolsos do BNDES como proporção da Formação Bruta de Capital Fixo e no Produto Interno Bruto, entre 1990 e 2020, por períodos, em %



Fonte: Elaborado com dados de Barboza, Furtado e Gabrielli (2019), até 2017 e BNDES (2021) e IPEADATA (2021), para 2018 a 2020.

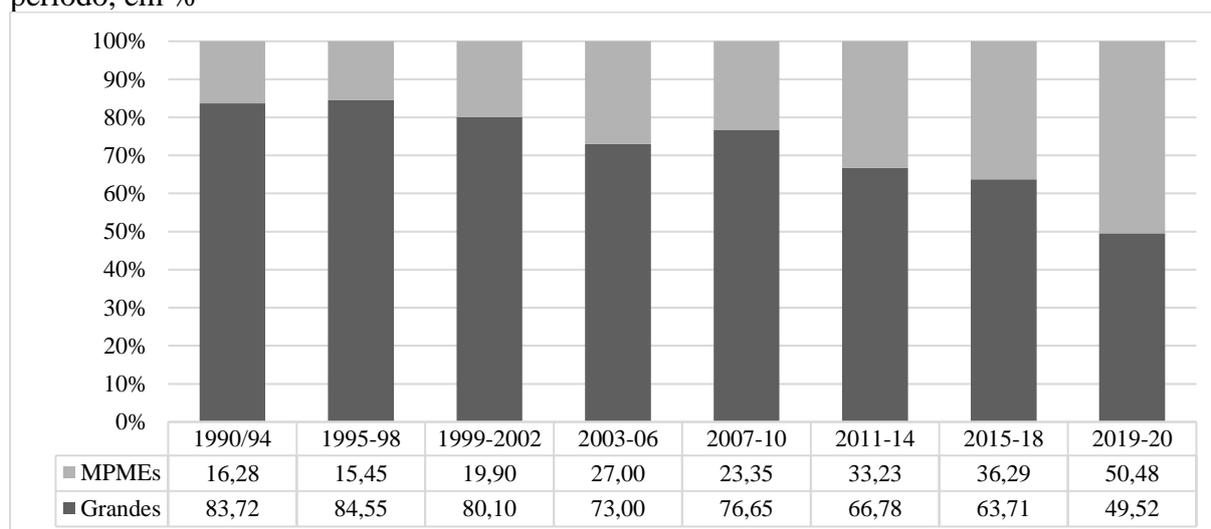
Gráfico 8 – Média da Composição Setorial dos Desembolsos do BNDES, entre 1990 e 2020, por períodos, em %



Fonte: Elaborado com dados de Barboza, Furtado e Gabrielli (2019), até 2017 e BNDES (2021) e IPEADATA (2021), para 2018 a 2020.

Uma outra mudança do BNDES com relação ao período anterior é o crescimento da participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) nos desembolsos do BNDES. O relatório do banco para o ano de 2000 (BNDES, 2000) aponta que um dos objetivos do planejamento estratégico passa a ser o apoio financeiro para MPME. Esta orientação pode ser observada nos dados do Gráfico 9, que expressam o incremento deste porte de empresas no apoio financeiro do banco. Também contribuiu para o aumento da participação de MPME nos desembolsos do BNDES a criação do Cartão BNDES, em 2003, que consiste em linhas de crédito pré-aprovadas para a compra em uma rede de fornecedores credenciados. Percebe-se que após a adoção do referido planejamento estratégico o BNDES aumenta seguidamente o financiamento de empresas de menor porte, atingindo o valor máximo no período 2019/20, com 50,48% de todos os desembolsos realizados pelo banco.

Gráfico 9 – Média dos desembolsos do BNDES por porte de empresa, entre 1990-2020, por período, em %



Fonte: BNDES (2021).

A partir de 1990 os relatórios do BNDES passam a apontar uma nova lógica na atuação do banco, destacando o seu papel no processo de redefinição da atuação do Estado. Neste sentido, os relatórios passam a expressar que a sua participação como banco de desenvolvimento, estaria centrada nas reformas administrativas e patrimoniais que aconteceram ao longo da década de 1990, destacando a sua função de potencializar a participação de recursos privados no financiamento.

Assim, uma característica da atuação do BNDES na década de 1990 refere-se a sua participação como órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), no contexto do Programa Nacional de Desestatização (PND). Neste sentido, o banco atua tanto como avaliador

do preço de venda das empresas que seriam desestatizadas, como também atuava na execução do processo, em diferentes frentes. O Relatório de atividades de 1991 destaca que o objetivo do PND seria passar à iniciativa privada as atividades econômicas que não seriam administradas pelo Estado, bem como a necessidade de solucionar a questão da dívida pública federal e o saneamento das contas públicas. Ainda, logo em sua apresentação, realça o novo papel:

Um dos destaques nas atividades do BNDES neste ano foi o sucesso obtido no desempenho da nova missão atribuída pelo governo à instituição: a de gestor do Fundo Nacional de Desestatização e agente responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização (BNDES, 1991, p.4).

Em 1995, o banco destaca uma nova etapa da sua atuação no processo de privatização, com o suporte técnico às privatizações estaduais. Ressalta-se inclusive o apoio financeiro da instituição:

o Banco compra ações de empresas estaduais que serão privatizadas, concedendo, assim, adiantamentos aos governos estaduais referentes à venda futura dessas mesmas ações. Com este apoio, o BNDES contribui para amenizar o problema das finanças dos estados e para promover a recuperação da capacidade de seus investimentos (BNDES, 1995, p. 20).

A partir de 2003 são elaboradas uma série de políticas industriais, com participação do BNDES na concepção, operacionalização e financiamento. Estas políticas foram: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2003; Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008; Programa de Sustentação do Investimento (PSI), de 2009; e Plano Brasil Maior (PBM), de 2011. Além das políticas industriais, o BNDES atua com linhas de financiamento para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para infraestrutura.

Tabela 1 - Desembolsos para setores estratégicos da PITCE, entre 2003 e 2007, em R\$ milhões de 2020

Segmento	2003	2004	2005	2006	2007
Software	14,5	15,4	194,9	195,0	438,2
Fármacos e Medicamentos*	0,0	17,2	191,0	387,6	1.308,6
Bens de Capital**	26.160,0	34.080,3	34.684,6	42.070,4	65.413,5
Total	26.174,5	34.112,9	35.070,6	42.653,0	67.160,2

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação⁶.

* Profarma começa a operar em 2004.

** Inclui apoio à aquisição de bens de capital por outros setores.

Obs.: não houve desembolsos para projetos de semicondutores no período.

⁶ A Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) permite solicitar informações públicas. Sendo assim, foram obtidas informações sobre PITCE, PDP, PSI e PBM através desta lei, pelo E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), fornecidas pelo BNDES, sob o protocolo de número 99903000425201505.

Os desembolsos do BNDES para a PITCE estão apresentados na Tabela 1. Nela é possível observar os setores estratégicos selecionados para a política, sendo eles: Software; Fármacos e Medicamentos; e Bens de Capital. Pelos valores percebe-se a concentração de financiamento no setor de Bens de Capital, que supera mais de 90% dos desembolsos em todos os anos do período.

O BNDES participa da concepção, operacionalização e gestão do programa do PDP (BNDES, 2008), com redução de taxas e custos financeiros, ampliação de prazos, criação e novas linhas de financiamento, políticas de financiamento regional e apoio à exportação. Destacam-se as principais medidas: i) redução de 20% no spread básico médio (1,4% a.a. para 1.1% a.a.), redução da taxa de intermediação financeira (0,8% para 0,5%), redução do spread básico para bens de capital (1,5% a.a. para 0,9% a.a.), duplicação do prazo para FINAME-Indústria (5 para 10 anos); ii) para inovação, novas linhas de Capital Inovador e Inovação Tecnológica); iii) medidas regionais, com aumento das linhas de acesso direto para Norte e Nordeste; e iv) medidas de apoio a exportação, com liberação de financiamento em Euros com recursos do FAT (BNDES, 2008).

Tabela 2 - Desembolsos para setores estratégicos da PDP, entre 2008 e 2010, em R\$ milhões de 2020

Programas e setores	2008	2009	2010
Programas mobilizadores em áreas estratégicas	14.621	8.711	8.024
Complexo industrial de saúde	543	453	2.686
Tecnologia de informação e comunicação	14.058	8.229	5.300
Complexo da indústria de defesa	20	29	38
Programas para fortalecer a competitividade	123.721	137.095	185.435
Complexo automotivo	3.857	7.766	8.581
Bens de capital*	68.032	66.890	116.799
Têxtil e confecções	2.810	1.325	4.169
Madeira e móveis	1.667	1.192	1.904
Higiene, perfumaria e cosméticos	322	250	359
Construção civil	8.551	13.412	12.896
Complexo de serviços	16.694	24.014	32.140
Indústria naval e cabotagem	2.304	3.688	4.935
Couro, calçados e artefatos	1.358	518	1.387
Agroindústrias	40.449	39.892	51.973
Biodiesel	34	126	136
Plásticos	1.472	1.712	2.804
Brinquedos	9	27	35
Eletrônicos de Consumo	1.761	801	1.639
Trigo	157	270	533
Programas para consolidar e expandir a liderança	57.817	113.350	102.476
Complexo aeronáutico	4.871	4.522	6.087
Petróleo, gás natural e petroquímica	9.985	61.464	60.345
Bioetanol	12.119	11.687	11.234
Celulose e papel	2.160	7.857	3.902
Mineração	5.765	6.582	2.851
Siderurgia	6.496	9.417	7.583
Carnes	16.421	11.821	10.474

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação.

* Inclui desembolso para aquisição de bens de capital em outros setores.

Na Tabela 2 observam-se os valores desembolsados no âmbito da PDP, apresentados em três programas: i) programas mobilizadores em áreas estratégicas; ii) programas para fortalecer a competitividade; e iii) programas para consolidar e expandir a liderança. O segundo e o terceiro são os que mais recebem desembolsos do BNDES, com destaque para os setores de bens de capital, complexo de serviços e agroindústrias em fortalecimento da competitividade. Os setores que se destacam no programa para expandir a liderança são de petróleo, gás natural e petroquímica, bioetanol e carnes. O programa para mobilização em áreas estratégicas tem como setor de destaque nos desembolsos o de Tecnologia da informação e comunicação.

Na Tabela 2 observam-se os valores desembolsados no âmbito da PDP, apresentados em três programas: i) programas mobilizadores em áreas estratégicas; ii) programas para fortalecer a competitividade; e iii) programas para consolidar e expandir a liderança. O segundo e o terceiro são os que mais recebem desembolsos do BNDES, com destaque para os setores de bens de capital, complexo de serviços e agroindústrias em fortalecimento da competitividade. Os setores que se destacam no programa para expandir a liderança são de petróleo, gás natural e petroquímica, bioetanol e carnes. O programa para mobilização em áreas estratégicas tem como setor de destaque nos desembolsos o de Tecnologia da informação e comunicação.

Tabela 3 - Desembolsos do PSI por Setor, 2011 a 2014, em R\$ bilhões de 2020

Em R\$ milhões	2011	2012	2013	2014
Agropecuária	10.749	12.486	22.003	18.287
Indústria Extrativa	1.339	1.048	1.930	1.362
Indústria de Transformação	24.718	21.776	40.933	32.044
Comércio e Serviços	36.452	38.937	65.677	63.451
Total	73.258	74.246	130.544	115.144

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação.

Tabela 4 - Desembolsos do BNDES para os Sistemas Produtivos do PBM, entre 2011 e 2014, em R\$ milhões de 2020

Em R\$ milhões de 2020	2011	2012	2013	2014
Subtotal Blocos de Sistemas Produtivos PBM	213.037	205.050	238.733	220.954
1 - Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde*	137.834	127.935	164.250	147.801
2 - Sistemas Intensivos em Escala	44.997	46.053	51.303	46.944
3 - Sistemas Intensivos em Trabalho	24.274	26.255	26.348	22.022
4 - Sistemas do Agronegócio	29.309	29.096	41.509	35.108
5 - Comércio, Logística e Serviços Produtivos	67.117	54.237	65.716	63.331
Total BNDES	248.167	263.129	302.675	283.378

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei de Acesso à informação.

Nota: Para bens de capital (Finame), há dupla contagem nos desembolsos do BNDES, pois estes aparecem nos Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde e no programa que realiza o investimento.

Em 2009, num contexto de crise internacional e queda de investimentos, é lançado o PSI, que teve o BNDES como agente financeiro. A participação do banco, através de desembolsos está na Tabela 3. Em 2011, o total desembolsado chega a R\$ 73,26 bilhões, com

destaque para Comércio e Serviços. Em 2014, o total desembolsado chega a R\$ 115,14 bilhões, também se destacando o Comércio e Serviços. Observa-se, entretanto, que o principal ano em desembolsos é 2013, com R\$ 130,54 bilhões.

O PBM, lançado em 2011, conta com o BNDES no seu grupo executivo. Setorialmente, o programa divide-se em cinco blocos de sistemas produtivos, com a participação do banco em todos eles: i) sistemas da mecânica eletrônica e saúde; ii) sistemas intensivos em escala; iii) sistemas intensivos em trabalho; iv) sistemas de agronegócio profissional; e v) comércio, logística e serviços (BNDES, 2011). Na Tabela 4, estão dispostos o total de recursos liberados pelo BNDES, separados pelos blocos de sistemas produtivos que constam do PBM.

Dentro das 35 medidas que compõem inicialmente o PBM, o BNDES contribui com um total de oito. As medidas são: extensão do PSI até dezembro de 2012; ampliação de capital de giro para MPME; relançamento do programa BNDES Revitaliza⁷; criação do programa BNDES qualificação; crédito pré-aprovado para planos de inovação para empresas; recursos para Finep; ampliação de programas setoriais; criação do programa para Fundo do Clima.

Tabela 5 - Desembolsos acumulados BNDES – PAC, entre 2007 e 2011, em R\$ milhões de 2020

Eixo	2007	2008	2009	2010	2011
Energia	26.187,56	43.894,18	131.694,04	151.945,35	171.098,59
Logística	1.951,39	7.848,54	14.878,04	20.265,83	26.527,65
Social e Urbana	856,198239	2.061,31	8.292,64	12.046,56	14.396,57
Administração Pública	0	23,60398	90,47125531	164,77961	166,00912
Total Acumulado	28.995,17	53.827,63	154.955,18	184.422,53	212.188,80
Total Apenas no Ano (t-(t-1))	28.995,17	27.760,29	102.074,83	37.653,49	42.248,27

Fonte: Relatórios Anuais BNDES, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Nota: Não há dados disponíveis, em formato comparável, para os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nos relatórios anuais do BNDES.

O BNDES também participa do PAC, com a liberação de recursos para os investimentos realizados, apresentados na Tabela 5. O total de recursos desembolsados até 2011, de forma acumulada, alcança o valor de R\$ 212,19 bilhões, com maior participação de Energia, seguido de Logística. Sobre os projetos, em termos de Energia Elétrica, destacam-se a implantação de unidades de produção de energia termoelétricas e Usinas de Álcool, assim como também gasodutos. Em termos de logística, têm presença os programas de construção de plataformas, navios e concessão de estradas. No eixo Social e Urbano, os projetos de destaque estão na área de saneamento (BNDES, 2011).

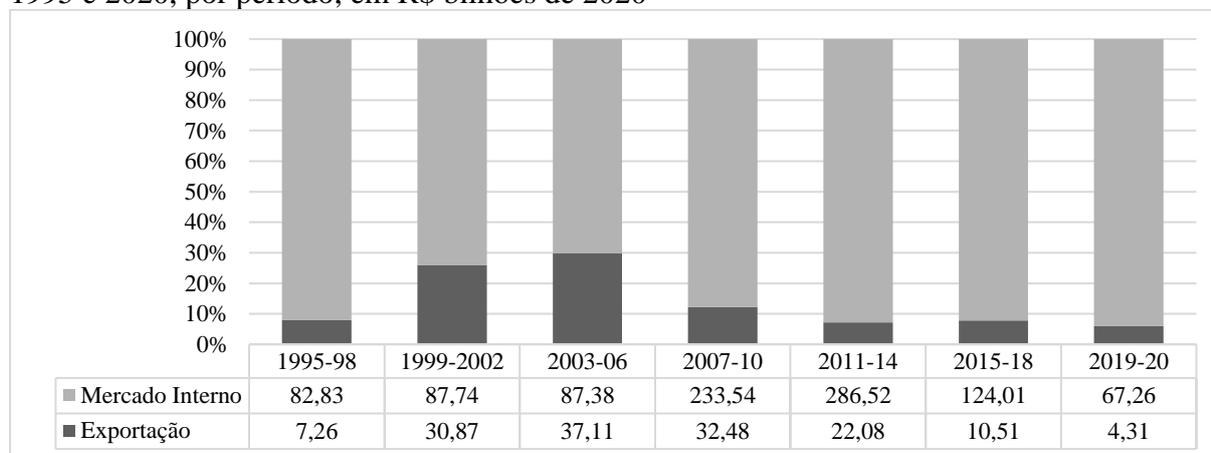
⁷ Programa destinado a revitalização de empresas brasileiras que atuam em setores afetados pela crise econômica, com foco na agregação de valor ao produto nacional (BNDES, 2012).

4. O apoio financeiro do BNDES às exportações brasileiras e catarinenses

O apoio financeiro do BNDES às exportações brasileiras data de 1990, quando o primeiro financiamento de linhas de exportações foi realizado. Inicialmente, apoia o setor de bens de capital, através da recém-criada FINAMEX, termo derivado de FINAME. As modalidades de financiamento à exportação podem ser divididas em Pré-Embarque, quando se financia a produção de empresas nacionais, destinada à exportação; e Pós-Embarque, quando se financia a comercialização de produtos nacionais pelo exterior. Em 1997, o nome do programa de apoio às exportações do BNDES passa a ser BNDES-*Exim*, mudança associada a diversificação da pauta de produtos exportados, que deixam de ser apenas bens de capital (CARTERMOL, 2005).

A distribuição dos recursos do BNDES para empréstimos no país e exportações, para o período 1995-2020 está apresentada no Gráfico 10. Para separar os desembolsos entre aqueles que são destinados ao mercado interno e aqueles para exportações, utilizam-se os produtos e instrumentos financeiros do banco. São selecionados os Produtos BNDES-*Exim* e BNDES FINEM⁸, quando o instrumento financeiro era o BNDES-*Exim* Pré-embarque e Internacionalização. Observa-se que a participação dos desembolsos para exportações ganha impulso após 1999, quando chega a R\$ 30,87 bilhões, em média, entre 1999 e 2002. Esta média permanece superior aos R\$ 30 bilhões nos dois subperíodos seguintes, com R\$ 37,11 e R\$ 32,48 bilhões para 2003-06 e 2007-10, respectivamente. Entretanto, a participação no total de desembolsos inicia uma trajetória de queda, atingindo R\$ 4,31 bilhões no período 2019-20.

Gráfico 10 – Média de desembolsos do BNDES para exportação e mercado interno, entre 1995 e 2020, por período, em R\$ bilhões de 2020



Fonte: BNDES (2021).

⁸ Produto com linhas de financiamento acima de 20 milhões para projetos de investimento.

No seu relatório de atividades de 1992, o BNDES destaca a importância ao seu programa de apoio às exportações, apontando uma nova orientação a sua política de crédito:

Para que se consolide a atuação do Sistema BNDES, no financiamento e fomento ao comércio exterior, é importante ampliar o escopo do Programa Finamex, bem como incorporar outras funções típicas de instituições oficiais de apoio às exportações, tipo Eximbank, adaptadas às realidades econômica e institucional brasileiras, a fim de que seja firmada de forma permanente e sistemática a imagem do Sistema BNDES também como banco de comércio exterior (BNDES, 1992, p. 56).

Ainda, destacam-se os tipos de apoio desenvolvidos: financiamento à exportação, mecanismo de *hedge*, criação de um mecanismo para equalização com vistas a redução de margem de risco e garantir competitividade aos produtores nacionais, o que inclui a equalização de taxas de juros, ampliar mecanismos de garantia, ampliação da captação externa e credenciamento de agentes no exterior (BNDES, 1992). Em 1995, observa que parte dos seus recursos aplicados pelo banco seria remunerada de acordo com a variação do dólar, sendo os mesmos aplicados no financiamento de bens e serviços com inserção internacional, chamando atenção para a exportações de navios (BNDES, 1995).

Já em 1997, o banco faz menção a política econômica do governo, apontando que a atuação do seu programa de apoio às exportações está de acordo com o “esforço para a consolidação do crescimento econômico sustentado” (BNDES, 1997, p. 6). Em 1998 o BNDES aponta que o BNDES-*Exim* seria um embrião de um possível *Eximbank* brasileiro, o que denota uma consolidação da sua função como apoiador das empresas exportadoras brasileiras. Ainda faz referência a necessidade de resolver a situação da balança de transações correntes e da situação externa do país, após a crise asiática, através da expansão das exportações do país. Neste sentido, realça a importância de apoiar a competitividade de empresas nacionais e aumentar o financiamento ao seu comércio exterior (BNDES, 1998).

Em 1999, o banco apresenta a atuação da instituição no apoio às exportações num contexto de restrições externas e a necessidade de melhorar a posição do país no comércio internacional. Com relação aos produtos exportados, destaca as seguintes operações relevantes: exportações de aeronaves, de serviços de engenharia, de trens metroviários e de ônibus e caminhões. O BNDES, ainda, aponta a forte expansão de sua atuação na linha de crédito às exportações, que condiz com os dados que serão observados adiante (BNDES, 1999).

A intenção do banco no apoio às exportações, já no período pós-2003 é externada no relatório do ano de 2004:

A ação do BNDES na promoção das vendas externas do país tem como objetivo principal modificar o padrão tecnológico da estrutura produtiva, de forma a ampliar o

dinamismo das exportações brasileiras e aumentar o conteúdo nacional dos bens de capital (BNDES, 2004, p. 109).

Ainda, o relatório afirma que o apoio do BNDES às exportações é complementar ao sistema financeiro nacional, de modo a atender lacunas não supridas pelo setor privado, devido a características dos financiamentos, como prazo e taxas de juros competitivas, sobretudo em setores considerados estratégicos.

Um outro aspecto do incremento no apoio às exportações do banco são as prioridades de política externa estabelecidas. Em 2005, o banco destaca que a sua atuação é orientada ao incremento do fluxo comercial do Brasil com os países vizinhos, ampliando a presença do país na região. É nesse contexto que se ampliam um conjunto de ações de exportações de serviços de engenharia, para obras em países da América do Sul. No seu relatório de atividades de 2006 o banco destaca o seguinte:

Em prosseguimento às atividades iniciadas em 2003, quando o BNDES incorporou o apoio à integração da América do Sul às suas atribuições, sobretudo em decorrência da prioridade concedida à região na política externa brasileira, a atuação do BNDES vem se consolidando em duas vertentes: ações institucionais e apoio financeiro às exportações (BNDES, 2006, p.102).

Como parte dessa nova etapa da atuação do BNDES, são criados três escritórios no exterior, para o apoio à internacionalização de empresas brasileiras, em Montevideo, Londres e Johannesburgo. Este novo foco de atuação é concentrado no período 2003/2011 e segundo Além e Cavalcanti (2005) a internacionalização é uma forma de fortalecer as empresas nacionais, aumentando a sua competitividade, além de destacarem o papel das multinacionais no desenvolvimento de tecnologia. Os três escritórios do banco no exterior foram fechados em 2016, mas o BNDES ainda conta com uma rede de bancos credenciados no exterior.

Tabela 6 - Participação média dos estados nos desembolsos do BNDES às exportações, entre 1995 e 2020, por períodos, em %

Período	MG	PR	RJ	RS	SC	SP	Outros
1995/98	2,50	4,05	1,25	13,16	7,90	65,77	5,38
1999-2002	3,77	2,54	6,34	7,17	6,33	69,64	4,21
2003-06	4,68	2,21	6,72	4,05	3,37	75,42	3,54
2007-10	9,61	5,08	13,94	7,17	5,68	52,86	5,66
2011-14	7,56	5,34	21,45	8,38	7,23	46,41	3,65
2015-18	7,27	2,48	11,78	4,24	3,26	70,56	0,41
2019-20	2,70	0,64	0,12	10,36	0,76	84,44	0,99

Fonte: BNDES (2021).

Os desembolsos do BNDES apresentam historicamente uma concentração regional no Sudeste, Sul e, em menor grau para o Nordeste (TAVARES, 2010; REDIVO, 2012). Esta

característica se acentua quando se observa os recursos destinados às exportações. Na Tabela 6 se observa que seis estados concentram mais de 90% do total dos desembolsos nas modalidades de crédito destinadas à exportação. Destacam-se os seguintes estados federativos: São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Constatase, portanto, que as regiões mais atendidas pelo desembolso voltado à exportação são as Sudeste e Sul.

Tabela 7 – Média dos desembolsos do BNDES para mercado interno e exportações, Brasil (exclusive SC) e Santa Catarina, entre 1995 e 2020, por períodos, em %

Período	Exportações BR	Exportação SC	Mercado Interno BR	Mercado Interno SC
1995-98	6,98	11,90	93,02	88,10
1999-2002	25,33	28,29	74,67	71,71
2003-06	30,89	16,65	69,11	83,35
2007-10	12,32	14,24	87,68	85,76
2011-14	7,04	9,16	92,96	90,84
2015-18	8,11	6,20	91,89	93,80
2019-20	6,31	0,46	93,69	99,54

Fonte: BNDES (2021).

Tabela 8 – Média dos desembolsos do BNDES para exportações por subsetor BNDES, para o Brasil (exclusive SC) e Santa Catarina, entre 1995 e 2020, por períodos, em %

Subsetor BNDES	1995/98	1999-2002	2003-06	2007-10	2011-14	2015-18	2019-20
Agropecuária	0,9	1,0	0,3	0,2	0,4	0,1	1,0
Alimento e bebida	4,2	8,9	4,8	5,9	1,1	1,0	-
Celulose e papel	1,0	0,9	0,3	1,5	0,0	-	-
Comércio e serviços	7,3	4,8	6,3	16,2	25,1	8,1	0,2
Extrativa	0,0	0,2	1,0	0,0	-	0,6	-
Material de transporte	49,5	61,8	69,0	43,6	44,3	69,8	88,9
Mecânica	28,6	9,7	11,0	16,7	16,3	8,3	7,5
Metalurgia e produtos	3,8	5,8	1,3	6,4	4,0	4,5	1,3
Química e petroquímica	1,2	2,1	1,7	2,5	0,8	3,5	0,0
Têxtil e vestuário	1,6	1,7	0,9	1,0	0,7	0,2	0,1
Outras	2,0	3,2	3,4	6,1	7,3	4,1	1,0
Total BR (exclusive SC)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Santa Catarina						
Agropecuária	-	4,2	4,0	0,7	0,2	-	-
Alimento e bebida	55,5	50,7	34,7	16,5	18,8	5,7	-
Celulose e papel	-	1,0	1,3	0,6	-	-	-
Comércio e serviços	0,6	1,4	2,6	16,4	9,8	49,8	3,8
Extrativa	1,2	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	14,1	9,7	1,3	4,6	5,2	5,2	24,3
Mecânica	13,4	11,9	36,2	45,4	49,7	10,6	68,5
Metalurgia e produtos	8,5	2,3	1,9	7,3	7,0	7,8	-
Química e petroquímica	-	0,4	2,2	0,6	1,2	4,0	-
Têxtil e vestuário	-	8,4	9,1	5,8	2,9	9,9	-
Outras	6,8	10,1	6,7	2,4	5,4	7,1	3,5
Total Santa Catarina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BNDES (2021).

Na Tabela 7 é apontado a distribuição percentual dos desembolsos para exportações e mercado interno, para Santa Catarina e Brasil (exclusive SC). Opta-se por separar os percentuais de Santa Catarina do restante do Brasil, para efeitos de comparação. Assim, percebe-se que as trajetórias de aumento e redução são similares nos dois casos. Entretanto, a proporção dos recursos destinados às exportações em Santa Catarina é superior à do Brasil para os períodos 1995-98, 1999-2002, 2007-10 e 2011-14. Merece destaque, o baixo percentual do período 2019-20.

Outra característica a ser apresentada dos desembolsos destinados aos exportadores é a sua composição setorial. Os dados da Tabela 8 apresentam a composição setorial dos desembolsos às exportações do Brasil, excluindo Santa Catarina. Ao longo de todo o período se destacam, em ordem, os seguintes setores: Material de Transporte; Mecânica; e Comércio e Serviços. Por sua vez, destacam-se os, em ordem, para Santa Catarina: Mecânica; Alimento e Bebida; Comércio e Serviços; e Material de Transporte. Apesar de haver uma pequena variação entre os setores que mais recebem recursos, a tendência é que os mesmos setores se destaquem tanto para Santa Catarina, quanto para o restante do Brasil.

Percebe-se que a atuação do BNDES no apoio às exportações mantém a lógica de conexão da instituição com as políticas de Estado. Além disso, também é possível salientar que o contexto econômico dos anos 1990, com importantes restrições externas e a necessidade de uma política comercial que garantisse a sustentação de uma balança de transações correntes positivas, estimulou a participação do BNDES em um segmento ao qual não havia atendido diretamente no período 1952/89.

5. Considerações Finais

O primeiro objetivo deste trabalho apresenta a atuação histórica do BNDES, entre 1952 e 2020. Observa-se que o BNDES é fundado em 1952, com o intuito de criar uma fonte interna para o financiamento de longo prazo, necessário ao processo de desenvolvimento pelo qual o país passava. O que se observa é que o banco tem a sua operação direcionada pelo tipo de atuação do Estado, seja num contexto específico de desenvolvimento por via da industrialização, seja por via de políticas de liberalização.

Ao longo do período 1952-2020 observa-se a elevação da participação do BNDES na economia brasileira, tendo como base de comparação dois indicadores: a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1952 e 1989, a proporção dos desembolsos do BNDES sobre o PIB e a FBCF passa de 0,2% e 1,2% para 1,6% e 7,6%,

respectivamente. Já para o período 1990-2020, percebe-se uma elevação nesta relação a partir do subperíodo 1995-98 até 2007-10, atingindo os valores máximos de 17,7% e 3,4% para a FBCF e o PIB, respectivamente. Entretanto, após este período se observa um declínio, até voltar a patamares mais modestos em 2019-20.

Com relação aos recursos utilizados pelo banco para a sua atividade de financiamento, apresentam-se os principais acontecimentos. Entre 1952 e 1989 as principais fontes do BNDES figuram aquelas de Geração Interna, Dotação e Empréstimos no País e Vinculados, com uma participação importante de recursos externos no subperíodo 1974-79, quando ocorre a implantação do II PND. Destaca-se a criação do FAT/PIS-PASEP em 1974, que se tornaria uma das principais fontes de recursos até o período atual, em 2020. Para o período 1990-2020, as principais fontes de recursos do banco referem-se aquelas do FAT/PIS-PASEP, mas ganha importância o aporte de recursos do Tesouro Nacional, entre 2007 e 2014. Após este período, mais precisamente a partir de 2016, o BNDES passa a devolver antecipadamente os recursos ao Tesouro.

A composição setorial do banco também apresenta mudanças quando são comparados os períodos 1952-89 e 1990-2020. No primeiro período, os desembolsos do banco são destinados majoritariamente para os setores de infraestrutura e indústria. Para o período 1990-2020, ganha destaque na composição setorial dos desembolsos os setores de comércio e serviços; e para 2019 e 2020 realça-se o aumento para a agropecuária.

Já sobre a destinação entre os setores público e privados, analisados para o período 1952 e 1989, registra-se que até 1967 os desembolsos aconteciam principalmente para o setor público, sendo que a partir disso o setor privado ganha destaque. A composição dos desembolsos por regiões aponta que há uma concentração, em ambos os períodos para o Sudeste, Sul e em menor grau para o Nordeste. Percebe-se que após 1990 há incremento constante no total de recursos desembolsados para MPME.

O segundo objetivo deste artigo dedica-se em apresentar a atuação do BNDES às exportações brasileiras e catarinenses. Na década de 1990, ressaltam-se os produtos de apoio financeiro às exportações, num contexto em que havia a necessidade de aumentar a participação das empresas brasileiras no comércio internacional, e de melhorar a balança de transações correntes.

Observa-se que a concentração regional dos desembolsos às exportações é mais acentuada do que quando observado o total do apoio financeiro fornecido pelo banco, sendo concentrada em estados das regiões Sudeste e Sul, sobretudo em São Paulo. As características de divisão de recursos entre o mercado interno e exportações e a composição setorial dos

desembolsos às exportações brasileiras (exclusive SC) e catarinenses, por sua vez, possuem padrões similares.

Em termos gerais, percebe-se que entre 1952-89 o BNDES tem uma atuação voltada ao processo de industrialização. Para o período seguinte, observam-se fases distintas: de 1990 a 2002, quando um dos focos do banco se direciona para o processo de desestatização e inicia-se o apoio às exportações; de 2003 a 2015, quando o banco volta a atuar no planejamento e na execução de políticas industriais; e após 2015, quando ocorre uma redução da sua participação, com diminuição de desembolsos e devolução de recursos ao Tesouro Nacional, dada uma política econômica de contensão fiscal.

Referências

ALEM, A. C.; CAVALCANTI, C. E. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas Reflexões. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.12, n.24, p.43-75, 2005.

ARAÚJO, V. L. D. **Revisitando o desenvolvimentismo brasileiro: o BNDE e o financiamento de longo prazo - 1952/1964**. Tese (Doutorado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BARBOZA, R. M.; FURTADO, M.; GABRIELLI, H. A atuação histórica do BNDES: o que os dados têm a nos dizer? **Revista de Economia Política**, s.l, v. 39, n. 3, p. 544-560, set. 2019.

BATISTA, J. C. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: Seminário especial 50 anos de desenvolvimento, 1. 2002, Rio de Janeiro. **Seminário**. Rio de Janeiro: Inae - Instituto Nacional de Altos Estudos, 2002.

BNDES. **BNDES 50 anos de desenvolvimento**. 2002. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BNDES. **Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico**. Rio de Janeiro: Vários Anos. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BNDES. **Relatório de Atividades**. Rio de Janeiro: Vários Anos. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BNDES. **Central de Downloads**. 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CATERMOL, F. BNDES-Exim: 15 anos de apoio às exportações brasileiras. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 3-29, dez. 2005.

CURRALERO, C. **A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952-1996**. 176f. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 1998.

IPEADATA. **Índice geral de preços - disponibilidade interna (IGP-DI) – geral.** 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONTEIRA FILHA, D. C. A contribuição do BNDES para a formação da estrutura setorial da indústria brasileira no período 1952/89. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 151-166, 1995.

MONTEIRO FILHA, D. C. O BNDES e seus critérios de financiamento industrial: 1952 a 1989. In: MONTEIRO FILHA, D. C.; MODENESI, R. L. (Org.) **BNDES, um banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002.

NAJBERG, Sheila. Transformação do sistema BNDES em financiador do setor privado nacional. In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (Org.). **BNDES, um banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. p. 347-354.

PEREIRA, T.; SIMÕES, A.; CARVALHAL, A. Mensurando o resultado fiscal das operações de empréstimo do tesouro ao BNDES: custo ou ganho líquido esperado para a União? **Texto para Discussão IPEA.** Rio de Janeiro, n. 1665, set. 2011.

PROCHNIK, M. Fontes de recursos do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.143-180, dez. 1995.

PROCHNIK, Marta; MACHADO, Vivian. Fontes de Recursos do BNDES 1995-2007. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p.3- 34, jun. 2008.

REDIVO, André da Silva. **Banco público como agente de desenvolvimento: a atuação do BNDES no período recente 1990/2011.** 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100738>. Acesso em: 10 ago. 2021.

REDIVO, A. S; FONSECA, P. C. D. A atuação da carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI) do banco do brasil entre 1937 e 1969. **Encontro Nacional da Anpec**, 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_I/i3-1dc657a2463eedd828e3452926203dc6.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

SIMONSEN, R. **As finanças e a indústria.** São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 8 abr. 1931

TAVARES, M. C.; MELO, H. P.; CAPUTA, A. C.; COSTA, G. M. M.; ARAUJO, V. L. **O Papel do BNDES na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980.** 4. ed. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2010. (Memórias do Desenvolvimento). Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=139#.UB8OO02PVWU. Acesso em: 05 ago. 2021.

A inserção externa da indústria brasileira e catarinense entre 1994 e 2017

Hermano Caixeta Ibrahim*
Leonel Toshio Clemente**

Resumo

Na tradição estruturalista latino-americana o desenvolvimento econômico deve ser fruto do avanço da estrutura produtiva e tecnológica dos países periféricos, permitindo melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. À luz da teoria estruturalista cepalina, o trabalho analisa a trajetória da indústria brasileira e catarinense a partir dos resultados do saldo comercial das manufaturas classificadas conforme seu coeficiente tecnológico nas décadas de 1990 e 2020. O objetivo é apontar os setores tecnológicos que apresentam alguma capacidade de concorrer pelo mercado mundial de produtos manufaturados. Os resultados apontam que, apesar do processo de desindustrialização da economia brasileira, o crescimento econômico no Brasil e no Estado de Santa Catarina foram acompanhados de uma melhoria na inserção internacional industrial até a primeira metade dos anos 2000, especialmente no setor de média intensidade tecnológica. Fora os momentos de recessão econômica, entre 2015 e 2017, os resultados dos saldos comerciais de manufaturas mostram um déficit crescente, nas mais intensas em tecnologia. Os resultados apontam que, apesar da dificuldade estrutural, alguns setores de média intensidade tecnológica se mostraram competitivos, em um período específico da história recente do país.

Palavras-chave: Estruturalismo; Crescimento; Desenvolvimento, Inserção externa.

The international insertion of Brazilian and Santa Catarina industry between 1994 and 2017

Abstract

In the Latin American structuralist tradition, economic development must be the result of advances in the productive and technological structure of peripheral countries, allowing improvement in the quality of life of their citizens. In the light of CEPAL's structuralist theory, the work analyzes the trajectory of Brazilian and Santa Catarina industry based on the results of the trade balance of manufactures classified according to their technological coefficient in the 1990s and 2020s. The results show that, despite in the process of deindustrialization of the Brazilian economy, the economic growth in Brazil and in the State of Santa Catarina was accompanied by an improvement in the industrial international insertion until the first half of the 2000s, especially in the sector of medium technological intensity. Apart from the moments of economic recession, between 2015 and 2017, the results of trade balances for manufactures show a growing deficit, in the more intense in technology. The results show that, despite the structural difficulty, some sectors of medium technological intensity proved to be competitive in a specific period in the country's recent history.

Keywords: Structuralism; Growth; Development, External Insertion.

Classificação JEL: O02; O04; L6

* Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor Substituto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: hermanocaixeta@gmail.com

** Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor efetivo da UFRGS E-mail: leonel_t_clemente@hotmail.com

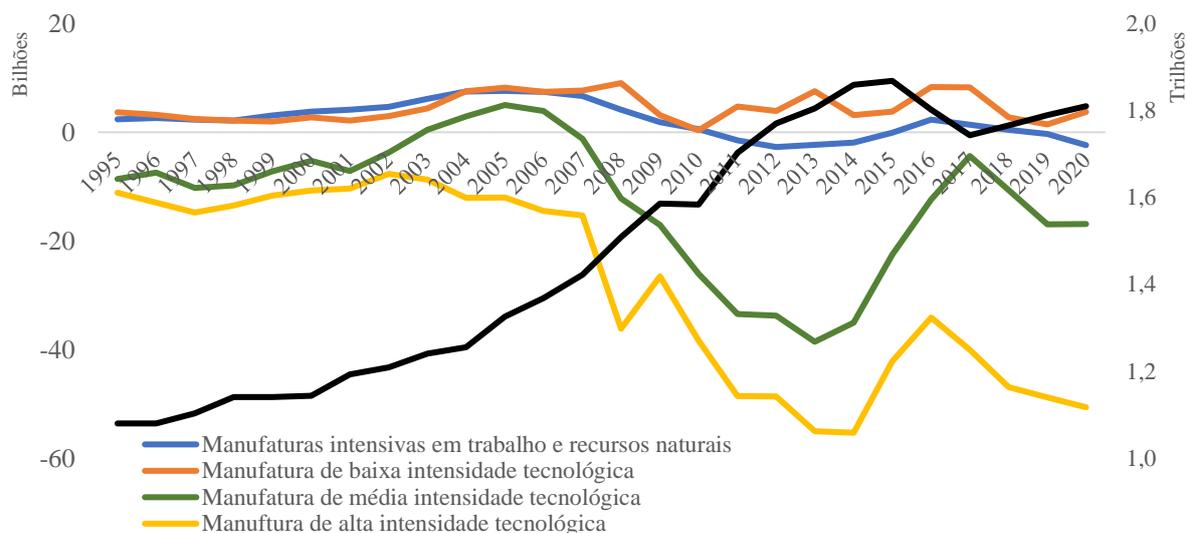
1. Introdução

A dificuldade de inserção internacional da indústria brasileira é tema recorrente do debate sobre o processo de industrialização e sua contribuição para o desenvolvimento econômico. O avanço produtivo das economias periféricas sempre esteve atrelado as dificuldades de aprofundamento da industrialização, em virtude da incapacidade tecnológica industrial de competir nos mercados internacionais. Contudo, frente à queda dos custos logísticos e a ampliação das cadeias globais de valor, dinamizou-se e diversificou-se os setores e etapas produtivas disponíveis nessa moderna divisão internacional do trabalho. No caso do Brasil, mesmo frente a sua dificuldade histórica de competir nos mercados de produtos manufaturados, tivemos momentos na recente da economia brasileira em que alguns setores específicos se tornaram mais competitivos, e obtiveram melhores resultados nas exportações industriais. Nesse processo, a indústria catarinense repete tais restrições, porém de forma ainda mais acentuada.

Dessa forma, a partir da teoria estruturalista latino-americana o presente trabalho discute a inserção internacional da indústria brasileira e, em especial, do estado de Santa Catarina, a partir dos dados da balança comercial, produtividade e nível de utilização da capacidade para o período entre 1995 a 2015. Essa análise visa fomentar o debate em torno da política industrial e seu papel no desenvolvimento econômico, com base nos resultados históricos da indústria brasileira e catarinense, discriminando os setores industriais conforme suas capacidades tecnológicas e sua competitividade no mercado internacional.

O Gráfico 1 contextualiza o debate apresentando os dados da balança comercial da indústria brasileira, classificada conforme sua intensidade tecnológica (eixo esquerdo) e a trajetória do produto interno bruto (PIB) a preços constantes de 2015 (eixo direito) entre 1995 e 2020. Essas trajetórias mostram que, apesar do déficit estrutural nos setores mais tecnológicos, entre os anos de 2000 e 2006, o crescimento econômico foi acompanhado de uma melhoria nos saldos comerciais, especialmente nos setores de média intensidade tecnológica. Contudo, nos anos subsequentes, a continuidade do crescimento do PIB foi acompanhada da piora no saldo comercial em todos os setores, exceto nas manufaturas de baixa intensidade tecnológica. Tal déficit diminuiu apenas nos períodos caracterizados pela recessão econômica, entre os anos de 2015 e 2017. Esses dados remetem ao problema estrutural do processo de industrialização da economia brasileira no que tange a competitividade internacional nos setores industriais de maior coeficiente tecnológico.

Gráfico 1 - Saldo comercial por coeficiente tecnológico e o PIB a preços constantes (2015) entre 1995 e 2020 (US\$).

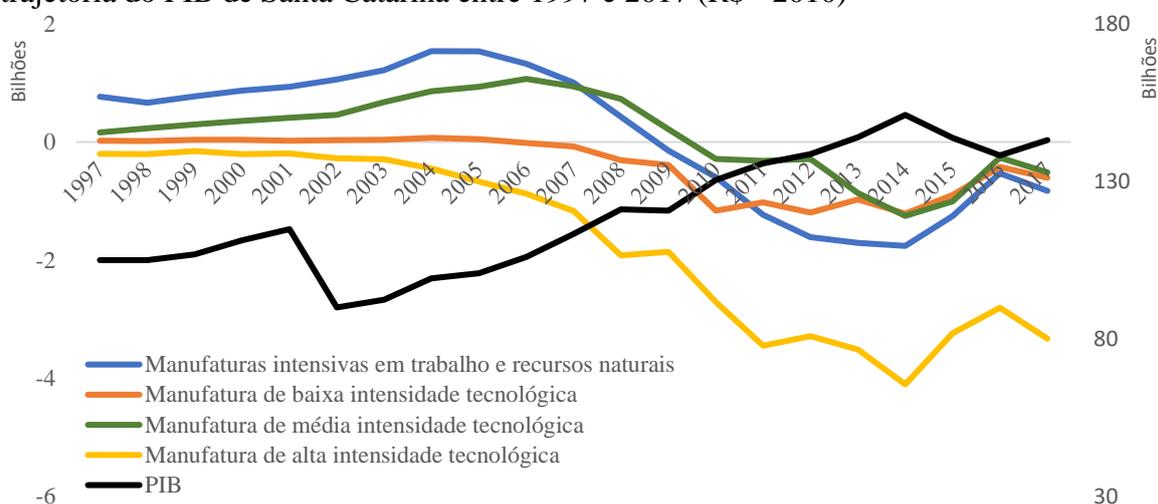


Por sua vez, os dados da balança comercial (eixo da esquerda) e do PIB do estado de Santa Catarina (eixo da direita) ajudam a entender melhor a dinâmica do desenvolvimento econômico da indústria catarinense entre o período de 1997 e 2017. O crescimento entre 1997 e 2001 do produto interno bruto do estado foi acompanhado de uma relativa estabilidade da balança comercial em todos os setores industriais. A partir da recuperação do crescimento econômico entre 2003 e 2015, os setores intensivos em trabalho e recursos naturais, bem como os setores de média intensidade tecnológica, experimentaram uma melhora significativa na balança comercial. Contudo, apesar da manutenção do crescimento do PIB até 2015, a partir de 2005 verifica-se crescente deterioração da inserção internacional da indústria catarinense em todos os setores, em especial nas manufaturas de alta e média tecnologia.

Qualquer que seja a estratégia de desenvolvimento adotada, ela precisa ser realizada através de políticas econômicas, planejada e operacionalizada estrategicamente, e não apenas como forma de contornar ciclos econômicos. Nesse processo, a política industrial assume papel central na conformação das capacidades tecnológicas e produtivas da indústria nacional. Ela pode incentivar indústrias e setores específicos (e suas empresas) a alcançar os resultados, percebidos pelo Estado, como eficientes para a economia como um todo. Consideradas frutos do desejo de uma sociedade representada pelo Estado, a política industrial visa aprimorar o desenvolvimento industrial da nação. Dessa forma, o presente trabalho visa contribuir com a definição do atual estágio da industrialização da economia brasileira e catarinense, visando elencar os setores industriais que apresentaram melhor competitividade internacional no

período recente, e que podem responder positivamente às políticas econômicas e às estratégias de desenvolvimento.

Gráfico 2 - Saldo comercial das manufaturas de acordo com a intensidade tecnológica (US\$) e a trajetória do PIB de Santa Catarina entre 1997 e 2017 (R\$ - 2010)



FONTE: IPEADATA E COMEX/STAT

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em mais três seções além dessa introdução. Na seção seguinte resgata-se o debate estruturalista sobre a inserção externa industrial dos países latino-americanos e seu papel no processo de industrialização e desenvolvimento econômico. A terceira parte é dedicada ao debate teórico e empírico sobre a trajetória tecnológica da indústria brasileira na década de 1990 e 2000, seus números e correlações com o crescimento da produtividade e com o nível de utilização de capacidade, além de apresentar um recorte específico para o estado de Santa Catarina. Por fim, a conclusão traz o debate em torno da política industrial e seu papel no avanço da produtividade, dentro de uma estratégia de desenvolvimento econômico.

2. O estruturalismo latino-americano e a inserção internacional das economias periféricas

Dentre as correntes teóricas do pensamento econômico que se dedicam a analisar a estrutura produtiva e tecnológica, o estruturalismo cepalino se concentra em elencar os determinantes históricos e sociais que condicionam o crescimento econômico, e o processo de industrialização dos países latino-americanos. Esse pensamento propõe um método analítico específico para os problemas econômicos e sociais de países subdesenvolvidos: o histórico-estruturalismo.

Epistemologicamente, o estruturalismo busca compreender estruturas subjacentes, entendendo a existência de um conjunto de estruturas não observáveis, mas que ainda assim geram fenômenos sociais e econômicos reais. Metodologicamente, pode ser caracterizado como uma análise historicista de explicações descritivas, utilizando explicações dinâmicas da totalidade e das inter-relações do sistema. Dessa forma, essa escola de pensamento favorece as explicações sobre a forma como as estruturas causam, condicionam ou, assimetricamente, constituem aspectos econômicos da sociedade (BLANKENBURG, PALMA; TREGENNA, 2008).

Nesse referencial analítico, o desenvolvimento econômico significa o avanço das estruturas da produção dos bens e serviços, bem como, a evolução da ocupação da força de trabalho em um conjunto de mudanças concomitantes e compatíveis com a composição setorial e subsetorial dessas estruturas, dando curso à sua expansão e aprofundamento ordenado e contínuo. Analiticamente, o desenvolvimento é visto como resultado do cumprimento das condições de equilíbrio dinâmico, globais e setoriais, relativas tanto à produção, quanto à ocupação e distribuição, permitindo aos países subdesenvolvidos uma gradual superação da especialização e da heterogeneidade estrutural, melhorando o nível de renda médio e diminuindo a distância em relação aos países desenvolvidos (RODRIGUEZ, 2009).

Por essa leitura, o desenvolvimento econômico está relacionado com o aumento do bem-estar material resultante do incremento da produtividade do trabalho. Já o aumento da produtividade dependente de métodos de produção, que incrementa a divisão técnica do trabalho e aumenta a dotação de capital por trabalho. Por sua vez, a maior densidade de capital é resultado da acumulação em torno do avanço tecnológico, preservando as margens de lucro e mantendo a continuidade do processo. Essa definição de desenvolvimento econômico remete em partes às teorias do crescimento de origem neoclássica e keynesiana, nas quais o processo de acumulação de capital está estreitamente ligado à elevação gradual da densidade de capital, ao aumento da produtividade do trabalho e ao progresso técnico.

O crescimento econômico guarda relação com a elevação gradual das capacidades tecnológicas, melhorando a produtividade do trabalho e permitindo ao país ter acesso ao mercado internacional. Todavia, além de elaborar uma teoria econômica própria aos países subdesenvolvidos, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) contribuiu com seu princípio “normativo” de atuação do Estado, via políticas econômicas para o ordenamento do desenvolvimento dos países latino-americanos. O planejamento não é visto como um substituto da economia de mercado, mas um meio para dar maior eficiência ao seu funcionamento às economias periféricas do sistema capitalista. Essa atuação é vista como

imprescindível para que, de modo claro ou velado, consciente ou inconscientemente, possa promover os investimentos em determinados setores sem constringer a ação privada.

Com esse objetivo, a política industrial passou a ter a responsabilidade de promover competitividade, ao mesmo tempo em que vise reforçar padrões de especialização bem sucedidos e ajude a criar novos setores, estipulando metas e contrapartidas entre a iniciativa empresarial e o governo. Focada na formação de recursos humanos e no *catching-up*, a política industrial e tecnológica se tornam os instrumentos para a transformação produtiva frente às demais políticas econômicas. O foco da política se torna o incentivo à inovação no sentido mais amplo do termo, promovendo processos de aprendizagem associados às áreas de tecnologias, organização produtiva, estratégias de diversificação, desenvolvimento de complementaridades e ampliação da competitividade via avanço da infraestrutura, produção de insumos não comercializáveis e serviços especializados (P&D, logística e serviços de marketing).

Contudo, apesar da indústria permanecer como eixo central da transformação produtiva, o ambiente macroeconômico saudável é fundamental nas articulações tecnológicas e produtivas com as demais atividades: primária e de serviços. Para promover um crescimento econômico sustentável do ponto de vista do balanço de pagamentos, uma economia precisa manter a elasticidade-renda das importações à mesma taxa que a das exportações. Para manter equiparadas essas taxas, o setor produtivo nacional precisa acompanhar a demanda internacional em nível tecnológico e de escala, aliviando a restrição no balanço de pagamentos. Uma vez que o motor básico do crescimento econômico é a dinâmica inovativa, caberia à política industrial proporcionar as condições para elevação da produtividade e geração de competitividade industrial, possibilitando sua expansão para os demais setores e acesso à demanda internacional.

Na subseção a seguir, o trabalho resgata o debate estruturalista sobre o processo de industrialização e desenvolvimento econômico nos países da América Latina e a importância das capacidades tecnológicas industriais na conformação das características da inserção externa dessas economias. Para tanto, recorre-se aos primeiros trabalhos capalinos e aos conceitos da relação centro-periferia, deterioração dos termos de intercâmbio, a elasticidade renda das importações e exportações e o desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos. Em seguida, destaca-se o papel colaborativo com a teoria estruturalistas dos trabalhos de Nicholas Kaldor na avaliação da importância do setor industrial exportador na manutenção do crescimento de econômico.

2.1 Processo de industrialização e inserção internacional da economia brasileira

As atividades da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) iniciam-se em 07 de junho de 1948 em Santiago. A comissão nasce de uma iniciativa latino-americana em reação ao avanço do liberalismo econômico apregoado pelos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial e perante as queixas de exclusão do Plano Marshall e do Plano Colombo. A partir da CEPAL, o pensamento estruturalista iniciou uma nova interpretação teórica para a peculiaridade do crescimento econômico nos países periféricos do sistema capitalista.

Em maio de 1949, Prebisch assumiu a Secretário Executivo da CEPAL, ocupando o cargo até 1963. Nesse período, a relevância política e acadêmica das ideias cepalinas ganhou destaque com a publicação dos primeiros estudos a respeito da polaridade centro-periferia na economia capitalista. O autor denunciou o funcionamento de um processo de desenvolvimento originalmente desigual na economia mundial, através da identificação de dois tipos de inserção no sistema de produção capitalista, um centro, hegemônico e industrial e uma periferia, dependente e agrária. Os países que não fazem parte do núcleo de economias capitalistas avançadas apresentam um setor primário-exportador incapaz de difundir o progresso técnico, aumentar a produtividade e permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Como resultado, na periferia a estrutura produtiva se mantém especializada e heterogênea¹, enquanto que nas economias centrais é diversificada e homogênea².

O diagnóstico apontado explicita que os preços dos produtos primários – usualmente exportados pelos países latino-americanos – tenderiam a cair em relação aos industrializados, fazendo com que as quantidades exportadas de bens primários tivessem que crescer constantemente para suprir as necessidades de bens industriais nos países periféricos. O livre comércio e a especialização produtiva levavam a uma deterioração dos termos de troca entre os países periféricos, agrícolas e atrasados, com os do centro, industrializados e desenvolvidos. Dessa forma, Prebisch (1949, p. 119) questionou, particularmente, a Teoria das Vantagens Comparativas desenvolvida pelo economista David Ricardo, e propagada pela Escola Liberal Clássica, através do modelo de Heckscher-Ohlin. Se a demanda por produtos primários e as exportações crescessem suficientemente não seria necessário pensar em restrições, porém “as

¹ Nos países periféricos, novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados (MISSIO; JAYME JR; OREIRO, 2015).

² O caráter especializado e unilateralmente desenvolvido é resultado dos recursos produtivos serem destinados exclusivamente para ampliações do setor exportador de produtos primários, enquanto a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é satisfeita por meio de importações.

exportações da América Latina dependem das variações da renda dos Estados Unidos e da Europa, principalmente e de suas respectivas quotas de importação de produtos latino-americanos.”. Na concepção básica do sistema centro-periferia, a industrialização é sinal de mudança no padrão de crescimento do polo periférico: do desenvolvimento denominado “para fora” baseado na expansão das exportações, para o desenvolvimento “para dentro” ancorado na ampliação da produção industrial (RODRIGUEZ, 2009).

Desde seus primeiros trabalhos, o estruturalismo cepalino sempre destacou a importância da industrialização para a superação da condição periférica e do subdesenvolvimento. Sobre esse mesmo tema, Nicholas Kaldor em 1966 apresentou uma abordagem setorial para compreender o lento crescimento econômico britânico no pós-guerra. Nesse trabalho, o autor concluiu que a indústria é o único setor que tem capacidade de impulsionar o crescimento dos demais setores da economia, devido ao efeito de encadeamento causado ao demandar recursos de outros setores e ao promover ganhos de escala e crescimento do produto, do emprego e da produtividade. Segundo Lamonica e Feijó (2011, p.121), Nicholas Kaldor:

“[...] identifica a indústria como o “motor do crescimento” por ser o setor mais dinâmico e difusor de inovações. As intra e inter-relações da indústria com os demais setores induzem a um aumento na produtividade dentro e fora dela. Como os retornos crescentes estão presentes na indústria, as mudanças nos processos de produção se propagam continuamente, ou seja, de um modo cumulativo”.

A partir de estudos econométricos, Kaldor (1966) encontrou que a taxa de crescimento do produto agregado e a taxa de crescimento do setor industrial apresentam uma correlação positiva, não devido à grande participação do produto industrial no PIB total, mas pelo crescimento da produtividade dentro e fora de tal setor. A produtividade do trabalho se mostrou intrinsecamente relacionada com o crescimento da produção industrial, de forma que, quando a produção industrial cresce, ocorrem relevantes transformações na estrutura produtiva e na composição da demanda, induzindo tanto novos processos mais produtivos, como novos produtos e mercados. Dessa forma, o crescimento da produtividade é um fenômeno macroeconômico, fruto do crescimento da demanda e das possibilidades de economias de escala dinâmicas presentes, principalmente no setor manufatureiro. Quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade. Todavia, esse crescimento é desigual entre os diversos setores, uma vez que nos setores crescentes em escala apresentarão maior crescimento e maior dinamismo em sua evolução, conforme a demanda agregada se expande.

Em um primeiro momento, apenas a demanda interna era considerada como fonte de incentivo ao aumento de produtividade, porém, ao tratar do ritmo de crescimento de longo prazo, incluindo a demanda externa, as exportações passam a ser a principal fonte de expansão da demanda agregada. Segundo o Kaldor (1966), elas são capazes de elevar a taxa de crescimento da renda através do multiplicador de comércio exterior, e de relaxar a restrição imposta pela condição de equilíbrio no balanço de pagamentos, permitindo que os demais componentes da demanda também se expandam. Dessa forma, quanto maior for taxa de crescimento das exportações industriais, maior seria o crescimento do produto.

Uma vez que as restrições externas podem inibir o crescimento, as exportações precisam crescer, no mínimo, ao mesmo ritmo das importações. Dessa forma, o crescimento no longo prazo depende da capacidade de um país manter a competitividade de suas exportações através elevação da produtividade na indústria de transformação. Thirlwall (1980) formalizaria essa restrição, encontrando que a taxa de crescimento da produtividade da indústria e a taxa de crescimento do PIB no longo prazo são determinadas pela taxa de crescimento das exportações, em relação à elasticidade-renda de demanda por importações.

Para manter um crescimento sem restrição no balanço de pagamentos, uma economia precisaria manter a elasticidade-renda das importações à mesma taxa que a das exportações. Contudo, para manter equiparadas essas taxas, o setor produtivo nacional precisa acompanhar a demanda internacional em nível tecnológico e de escala, aliviando a restrição no balanço de pagamentos. Uma vez que o motor básico do crescimento econômico é a dinâmica inovativa, caberia à política industrial proporcionar as condições para elevação da produtividade e geração de competitividade industrial, possibilitando sua expansão para os demais setores e acesso à demanda internacional.

3. A inserção da indústria brasileira no século XX

Os avanços dos preceitos da ortodoxia convencional através do Consenso de Washington para os países da América Latina, desde 1989, reforçaram a necessidade da CEPAL realizar sua autocrítica. O documento *‘Transformación productiva com equidad – TPE’* (CEPAL, 1990) inaugura as premissas básicas do neoestruturalismo e da nova retórica cepalina. O documento faz um resumo das experiências dos países latino-americanos na década de 1980, e denuncia os problemas do balanço de pagamentos deficitário e a desorganização das contas públicas.

No início da década de 1990, as políticas econômicas nos países da América Latina passam a seguir, majoritariamente, as ideias liberais de fortalecimento do papel dos mercados na alocação de recursos e na redução do tamanho e das atribuições do Estado, incluindo a privatização de empresas e serviços públicos, maior liberalização de movimentação para o capital e para o comércio exterior e o favorecimento do investimento direto externo (IDE). A interpretação foi de que os fluxos de capital “globalizados” são mais importantes do que qualquer outra dimensão da política econômica. A taxa de retorno dos capitais era fundamental nos esforços para o controle da inflação, através do uso da taxa de câmbio como referencial para os movimentos dos preços internos. Ao estabelecer “âncoras cambiais” como base das políticas de estabilização, os governos permitiram a reavaliação da taxa de câmbio e o refinanciamento dos déficits em conta corrente, em um contexto de rápida liberalização unilateral do comércio. Ademais, o ingresso de capitais conteve a expectativas inflacionárias frente uma maior competitividade interna. A convergência com as diretrizes do ‘*Consenso de Washington*’ resultou no retorno do ingresso de capitais, majoritariamente para financiamento das dívidas estatais e privatizações.

A esperança era de que, feito o ajuste recessivo defendido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos credores da dívida, logo os países da América Latina retomariam a confiança do mercado internacional e voltariam a crescer baseado na atração de investimento. Todavia, a CEPAL (1985) aventou a ideia de políticas de ajuste expansivo, sem submeter os países periféricos ao ajuste recessivo da balança de pagamentos. Nessa visão, o desequilíbrio externo deveria ser resolvido com crescimento econômico, dinamização dos investimentos em setores de bens comercializáveis, especialmente ao crescimento e diversificação das exportações. Para o neoestruturalismo havia lacunas, falhas e distorções no processo de industrialização periférico, as quais precisariam ser reformadas em direção do crescimento com criatividade, necessário para inserir e manter as economias no mercado mundial (BIELSCHOWSKY, 2000).

Em um primeiro momento, o foco do neoestruturalismo foi a dinâmica da inovação e do progresso tecnológico e seu impacto na manutenção do subdesenvolvimento periférico. Nessa leitura, o progresso técnico é entendido como um aumento dos conhecimentos sobre o que e como produzir. Todavia, o avanço tecnológico só se materializa pela via das inovações introduzidas nos processos produtivos ou mercados. Ademais, para serem efetivas, as inovações precisam se incorporar aos investimentos em bens de capital, acumulando o conhecimento e aumentando sua disponibilidade necessária para o crescimento da produção, globalmente considerada. No que tange os aspectos econômicos, as estratégias de desenvolvimento sob esse

novo enfoque teórico, associa o crescimento à dinâmica do progresso técnico, acumulação de capital e crescimento do produto, aumentando a produtividade do trabalho e conformando padrões distributivos que possibilitem a demanda de bens e serviços, compatíveis com a expansão da produção. Apesar de atribuir ao mercado interno parte da dinâmica produtiva, o mesmo passa a ter importância secundária, não sendo inserido na lógica da argumentação da década de 1990.

A mudança de foco se deve principalmente à inserção da teoria neoschumpeteriana, seus conceitos e propostas analíticas sobre o processo de inovação, no entendimento sobre o processo de subdesenvolvimento. Por essa visão, a inovação em processos e produtos origina-se no interior da empresa. A capacidade de inovar não está separada da organização ou gestão, pois se origina na execução reiterada dos processos produtivos, de tal modo que a inovação é um resultado indissociável da relação entre empregados, empregadores e a tecnologia vigente. Ao trazer para o debate estruturalista os conceitos neoschumpeterianos sobre o processo de inovação, desenvolvimento, rotina, busca, seleção, conhecimento, aprendizagem, paradigmas e trajetórias tecnológicas, a CEPAL incorporou os novos avanços científicos à análise do subdesenvolvimento.

Tanto a história como as teorias econômicas reconhecem a importância da relação entre as mudanças tecnológicas e o crescimento e desenvolvimento econômico. A contribuição teórica sobre a questão tecnológica da ciência evolucionária schumpeteriana permitiu ao estruturalismo cepalino, desenvolver abordagens microeconômicas para analisar o processo de *catching-up* tecnológico dos países periféricos. A aprendizagem tecnológica é definida por Cimoli e Porcile (2011) como um conjunto de regularidades inter-relacionadas sumarizadas em cinco pontos: existem complementariedades entre setores e as capacidades tecnológicas, de forma que as externalidades e o aumento dos retornos são cruciais para níveis industriais e macroeconômicos; aprendizagem tecnológica requer tempo; está sujeita ao processo de *path dependency*, ou seja, a evolução das capacidades dependem das experiências e direções passadas; existem irreversibilidades (física e tecnológica) de alguns ativos, além de apresentar altos custos de abandono; e por fim, possui um componente crítico que não pode ser obtido com a importação de bens de capital nem com a leitura de manuais e outras formas de informação codificada.

O pensamento evolucionário neoschumpeteriano enfatiza o papel da mudança tecnológica na formação das capacidades tecnológicas e no crescimento econômico (DOSI, 1988, 2008; PEREZ, 1992, 2004, 2010). As economias que apresentam sistemas nacionais de inovação desenvolvidos, capazes de produzir e absorver novos paradigmas tecnológicos

transformando sua estrutura de produção, aumentando a participação de setores intensivos em P&D, conseguirá convergir para a produtividade dos países da fronteira tecnológica, realizando assim, o processo de *catching-up* tecnológico e produtivo. Por sua vez, a característica da inserção nos paradigmas tecnológica depende da cumulação de capacidades tecnológicas (CTs) relacionada à transformação e diversificação da estrutura econômica.

Assim, o desenvolvimento econômico se caracteriza pelo processo pelo qual um país transforma suas estruturas produtivas e de emprego baseadas, na aprendizagem e na inovação, acumulando capacidades tecnológicas (CTs) e suas complementariedades (CIMOLI; POCILE, 2011, 2013, 2014). O estruturalismo cepalino explica a macrodinâmica tecnológica e a especialização produtiva no crescimento econômico, relativo entre as economias centrais e periféricas. O micro schumpeteriano se relaciona com a macro estruturalista, através dos processos de aprendizagem e acumulação de capacitações tecnológicas (CTs). Diferentemente da função de produção agregada no sentido neoclássico tradicional, o crescimento da produtividade é determinado por Ocampo (2005) através: do conjunto de oportunidades associado à posição na hierarquia internacional e capacidades adquiridas de produção e tecnológicas; da reação dos empresários a essas oportunidades; dos incentivos que as empresas enfrentam na competição; e da qualidade das instituições redistributivas.

Dessa forma, no que tange a questão industrial e tecnológica nos países periféricos, o início da década de 1990 foi marcado pela abertura comercial, eliminação do protecionismo existente nas décadas anteriores, fim das barreiras não-tarifárias e redução das alíquotas de importação. Em meio a esse processo de abertura para a concorrência internacional, as orientações de políticas econômicas não se preocuparam em propor uma política industrial que definisse uma estratégia de engate do país nas cadeias de valor, considerando setores mais dinâmicos ou capacidades de encadeamentos internos. O resultado da abertura foi uma relativa melhora da produtividade, porém, com perda de encadeamentos produtivos e uma reespecialização regressiva da estrutura produtiva.

Nos anos subsequentes, a paridade cambial instituída pelo plano Real, valorizando a moeda nacional, juntamente com a abertura comercial às importações e a retirada de incentivos fiscais às indústrias nacionais, reconfigurariam drasticamente o setor produtivo brasileiro e sua respectiva inserção no mercado externo. A abertura financeira e comercial incentivou a especialização reversa do parque produtivo à medida que a importação de máquinas, equipamentos, peças, insumos e matéria-prima ficaram acessíveis, desarticulando a cadeia de fornecedores nacionais e forçando-as a se especializar em atividades de comércio. Esse comportamento foi verificado com mais intensidade na indústria intensiva em tecnologia e

capital. Na indústria intensiva em mão de obra e recursos naturais houve um aumento na inserção internacional à medida que o processo de abertura e valorização cambial permitia acesso a variados mercados.

Ocampo (2005) explica que a liberalização desencadeia uma "inovação" por permitir às empresas ter melhor acesso aos insumos e bens de capital importados. No entanto, a destruição de ligações internas e capacidades tecnológicas anteriores, devido à especialização em atividades com economias de escala dinâmicas mais fracas, tendem a comprometer a expansão da produtividade. Embora os efeitos microeconômicos da competição sobre o crescimento da produtividade possam ser positivos, a especialização pode ter efeitos macroeconômicos negativos. Sendo assim, as economias periféricas precisam alcançar as taxas de mudança estrutural que são necessárias para preencher gradualmente a brecha que a separa do mundo industrializado.

Basicamente, a abertura comercial não foi tão benéfica para aqueles setores os quais já conseguiam competir no mercado internacional, e prejudicou a indústria nacional no sentido de concorrência com produtos estrangeiros. Por outro lado, foi um choque de realidade para o parque produtivo, forçando-o a se aperfeiçoar perante a nova realidade competitiva. Os esforços de investimento em P&D, modernização e novos produtos foram transferidos para o aprimoramento da capacidade produtiva e para o desenvolvimento de processos mais eficientes. Nesse interim, as alianças estratégicas ganharam notoriedade, uma vez que diluíam os custos e riscos de novos empreendimentos.

Segundo Cimoli e Pocile (2011), a liberalização do comércio e a valorização da moeda local favoreceram os setores menos intensivos em tecnologia. Um efeito semelhante está relacionado com choques positivos nos termos de troca das exportações de *commodities*, à medida que os recursos foram realocados para outras atividades menos intensivas em tecnologia. A mercantilização da produção durante a industrialização periférica guiada pelo Estado, fez com que investimento em P&D e em infraestruturas perdessem prioridade nas firmas. Houve menor demanda de adaptação às condições locais e menor interação entre produtores e usuários. Por outro lado, a liberalização tornou as empresas mais próximas às cadeias globais de valor, em que o estímulo à aprendizagem local foi sendo abandonada em favor de um foco na homogeneização de insumos e bens, dentro de um sistema hierárquico de produção. Isso ocorreu em paralelo com a “comoditização” progressiva da produção de bens e serviços na região. Esses processos resultaram em uma desarticulação das cadeias produtivas locais, juntamente com a marginalização de pequenas e médias empresas nacionais. A racionalização baseada no uso mais intenso de insumos e equipamentos importados produziu

gaps na matriz de produção, e efeitos negativos nos níveis de emprego e heterogeneidade estrutural.

Outro fator importante, principalmente durante os anos 2000, é o processo de apreciação do câmbio e seu impacto sobre o salário real e sobre os custos de produção em relação ao resto do mundo. Esse processo induz a migração de atividades produtivas, antes realizadas na economia doméstica, para o exterior, causando uma desindustrialização da economia doméstica, afetando a capacidade exportadora do país e as elasticidades-renda das importações e exportações no longo prazo. A dificuldade de manter o aumento da produtividade, via processo de industrialização nos países que passaram pelo processo de substituição de importação reside em duas características segundo Bresser-Pereira (2016): no atraso tecnológico e na baixa competitividade frente ao mercado internacional de bens manufaturados e; nos efeitos da “doença holandesa”, provocando desindustrialização do tecido produtivo e reprimarização da pauta exportadora. O resultado da desindustrialização é o aumento dos déficits comerciais com elevação dos superávits no setor não industrial. Uma economia se desindustrializa quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado numa certa economia; e não quando a produção industrial está estagnada ou em queda. O conceito de “desindustrialização” é compatível com o aumento físico da produção industrial, a simples expansão de atividades manufatureiras (quantidade) não invalida a ocorrência do processo de desindustrialização (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Pereira e Cario (2017) relembram que na interpretação estruturalista o processo de desindustrialização das economias periféricas a partir da década de 1990 foi marcado pela rápida e ampla abertura econômica, recuo do papel do Estado na organização e incentivos ao setor e perda da capacidade de investimento em infraestrutura e em pesquisa e desenvolvimento. Ademais, para os autores (2017, p.14) “a dimensão histórica e a importância das decisões de estratégia de desenvolvimento é um elemento importante para entender a quadro de desindustrialização atual e as possibilidades de sua superação”. Dessa forma, as características da política industrial ao longo dos anos 1990 e 2000 reacendem o debate sobre a forma como o Estado pode atuar para o desenvolvimento e suas limitações no processo de coordenação. Segundo Pereira e Cario (2017, p14), “elementos nem sempre quantificáveis e passíveis de ação deliberada da política econômica, porém que, na maioria das vezes, exerce papel central no sucesso ou fracasso na promoção da industrialização e desenvolvimento.”.

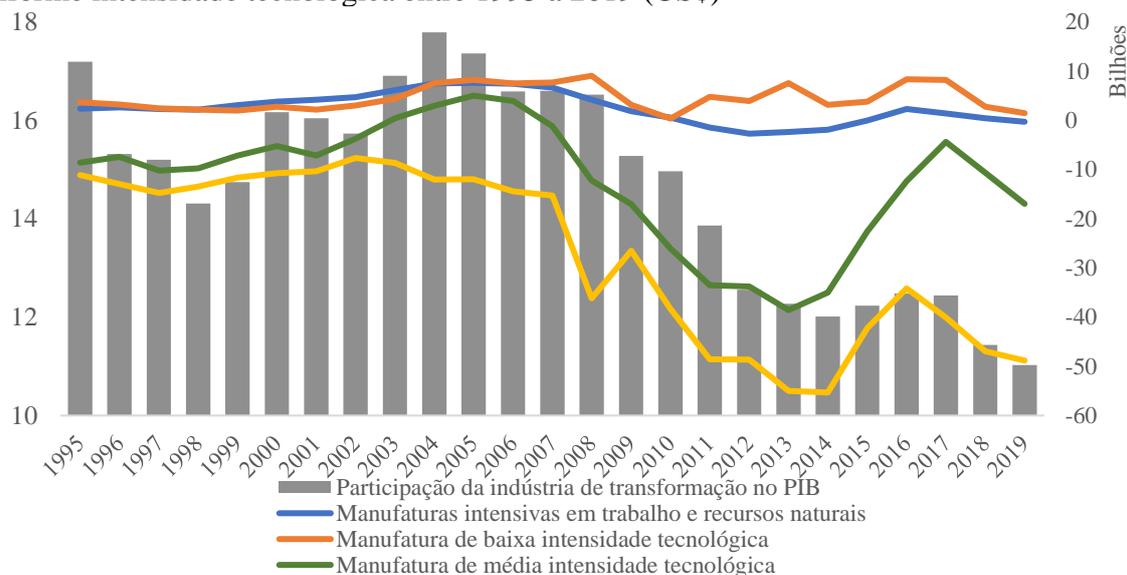
Para Cimoli e Porcille (2011) a competitividade baseada em atividade intensiva em trabalho e em recursos naturais não é sustentável ao longo do tempo. É a competição por capacidades tecnológicas (CTs), que permite à periferia estar presente nos mercados onde a

demanda cresce em taxas maiores. À medida que aumenta a participação dos mais setores intensivos em tecnologia, aumentam os retornos e as externalidades que promovem o crescimento das exportações, da acumulação de capital e do crescimento. No caso da América Latina, segundo Cimoli e Porcile (2011), a acumulação de capacidades tecnológicas foi profundamente afetada pela macroeconomia, através dos choques estruturais e por fracas instituições de ciência e tecnologia. Segundo os autores, as estruturas econômicas da América Latina são o resultado da rápida liberalização do comércio, da apreciação da moeda nacional e de grandes fluxos de capital estrangeiro, bem como a ausência de políticas industriais e tecnológicas ativas, impactando nas estratégias competitivas das firmas.

O Gráfico 3 ilustra bem o problema de desindustrialização da economia brasileira ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010. Nele tem-se no eixo da esquerda a participação das manufaturas como percentual do PIB, no eixo da direita é plotado novamente a trajetória dos diferentes setores industriais separadas pela sua intensidade tecnológica. Após chegar a mais de 30% de participação da indústria no PIB, esse setor da economia entra a década de 1990 já próximo da metade da participação da década anterior. Não obstante, na segunda metade da década de 1990, a indústria continuou a perder importância na dinâmica econômica do país, chegando a representar apenas 14% do PIB em 1998. Apesar da contínua queda, o perfil da inserção internacional pouco mudou nos primeiros anos da série, contudo, a partir de 1999, os setores de média intensidade tecnológica passam a melhorar sua balança comercial acompanhando a retomada do crescimento da participação da indústria.

Por sua vez, esse crescimento durou até 2006, quando a participação da indústria volta a cair, juntamente com a piora no saldo comercial em quase todos os setores, com exceção dos setores de baixa intensidade tecnológica que mantém um superávit relativamente constante. O destaque fica para os 10 últimos anos da série em que o país experimentou uma abrupta desindustrialização, perdendo mais de 5% de participação do PIB entre 2008 e 2014. Por fim, a diminuição do déficit comercial nos setores de média e alta tecnologia entre 2014 e 2017 guardou maior relação com a desaceleração da economia e com a recessão econômica em 2015 e 2016. Nos últimos anos da série, o déficit estrutural em setores de maior coeficiente tecnológico voltou a aumentar e é acompanhado de um aprofundamento da desindustrialização, chegando em 2019 com a indústria correspondendo apenas a 11% do PIB.

Gráfico 3 – Participação da indústria no PIB (%) e o saldo comercial do setor manufatureiro conforme intensidade tecnológica entre 1995 a 2019 (US\$)



FONTE: UNCTAD-STAT

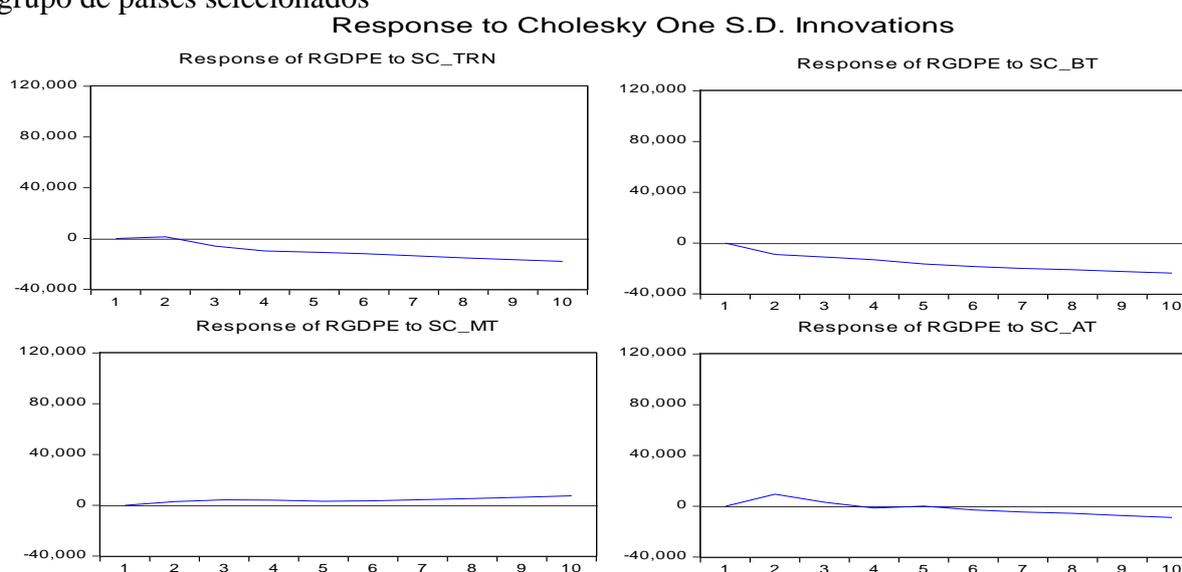
Os dados sobre o perfil de inserção externa da indústria brasileira nos últimos 25 anos, além de evidenciar os problemas estruturais das economias periféricas, permitem vislumbrar quais setores tecnológicos apresentaram melhor capacidade de concorrer pelo mercado internacional. Uma vez que a proposta de análise estruturalista visa também contribuir com a orientação do processo de industrialização e desenvolvimento econômico, vale analisar mais de perto a relação entre o aumento da participação da indústria no PIB, sua contribuição com o aumento da produtividade e a melhoria na balança comercial das manufaturas de média e baixa tecnologia

Sobre esse tema, Ibrahim (2019) desenvolveu um modelo vetorial de correção de erros (VEC) que relaciona o crescimento do PIB com a produtividade total dos fatores e o saldo comercial por grupo de manufaturas, divididas conforme o seu componente tecnológico (recursos naturais e mão de obra, baixa, média e alta tecnologia). Esse modelo utilizou os dados anuais em painel de nove economias subdesenvolvidas latino-americanas (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela) para avaliar as relações entre a estrutura produtiva e tecnológica e o crescimento econômico. A relação entre as variáveis foi estimada e comparada a partir dos modelos de vetores autorregressivos (VAR).

O trabalho conclui que, durante o período entre 1994 a 2014, a produtividade total dos fatores esteve relacionada negativamente com o crescimento do PIB, uma vez que, apesar do crescimento ter acelerado na segunda década, a produtividade apresentou uma trajetória geral de queda. No que tange ao saldo comercial das manufaturas classificadas conforme o seu componente tecnológico, tanto as manufaturas intensivas em recursos naturais e mão de obra,

como as de alta e baixa tecnologia, apresentaram relação de cointegração negativa com o crescimento do PIB. Já o saldo comercial das manufaturas de média tecnologia foi o único setor que apresentou cointegração positiva com o crescimento do PIB e utilização de capacidade.

Figura 11 - Resposta do crescimento à variação nos grupos de manufaturas classificados conforme componente tecnológico (recursos naturais, baixa, média e alta tecnologia) para o grupo de países selecionados

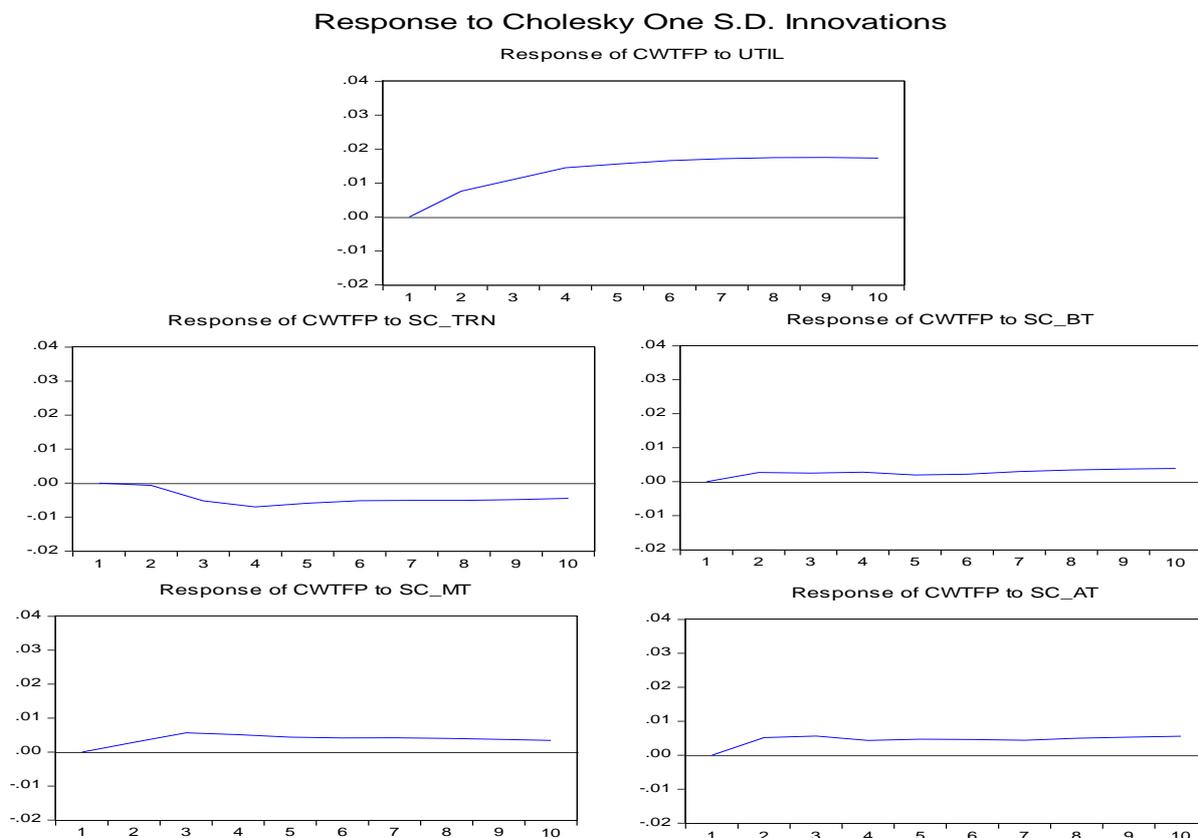


FONTE: IBRAHIM (2019).

A partir de funções de impulso e resposta, o trabalho simula o impacto do saldo comercial das manufaturas, classificadas pelo seu componente tecnológico, no crescimento do PIB e na produtividade conforme apresentado na Figura 1. O resultado foi que choques no saldo comercial das manufaturas intensivas em recursos naturais e mão de obra e das manufaturas de baixa tecnologia impactaram negativamente o crescimento do PIB. Os choques no saldo comercial dos setores de média intensidade tecnológica foram acompanhados de uma resposta positiva do produto. Por fim, apesar de responder positivamente no curto prazo a choques no saldo comercial das manufaturas de alta tecnologia, os impactos dos choques foram revertidos ao longo da série analisada.

Por sua vez, a Figura 2 apresenta as respostas da produtividade às variações na utilização de capacidade e no saldo comercial das manufaturas classificadas pelo componente tecnológico para o grupo de países selecionados. Na série analisada, os choques na utilização de capacidade foram respondidos por uma melhoria da produtividade. Por sua vez, a produtividade também respondeu positivamente à choques saldos comerciais das manufaturas de baixa, média e alta tecnologia.

Figura 12 - Resposta da produtividade às variações na utilização de capacidade e no saldo comercial das manufaturas classificadas pelo componente tecnológico (recursos naturais, baixa, média e alta tecnologia) para o grupo de países selecionados



FONTE: IBRAHIM (2019)

A partir desses resultados é possível inferir que o setor de média intensidade tecnológica apresenta o melhor potencial de respostas às políticas econômicas, seja pelos seus impactos na produtividade, seja pelo impacto direto no crescimento do PIB. Contudo, vale destacar, também, a relação da estrutura produtiva e tecnológica da indústria brasileira com a taxa de câmbio efetiva real do Brasil. A literatura estruturalista sempre se preocupou com a operacionalização dessa variável macroeconômica, seja devido aos seus impactos nas elasticidades rendas da demanda por exportações e importações, seja por sua relação com a distribuição de renda, investimento e avanço da estrutura produtiva e tecnológica.

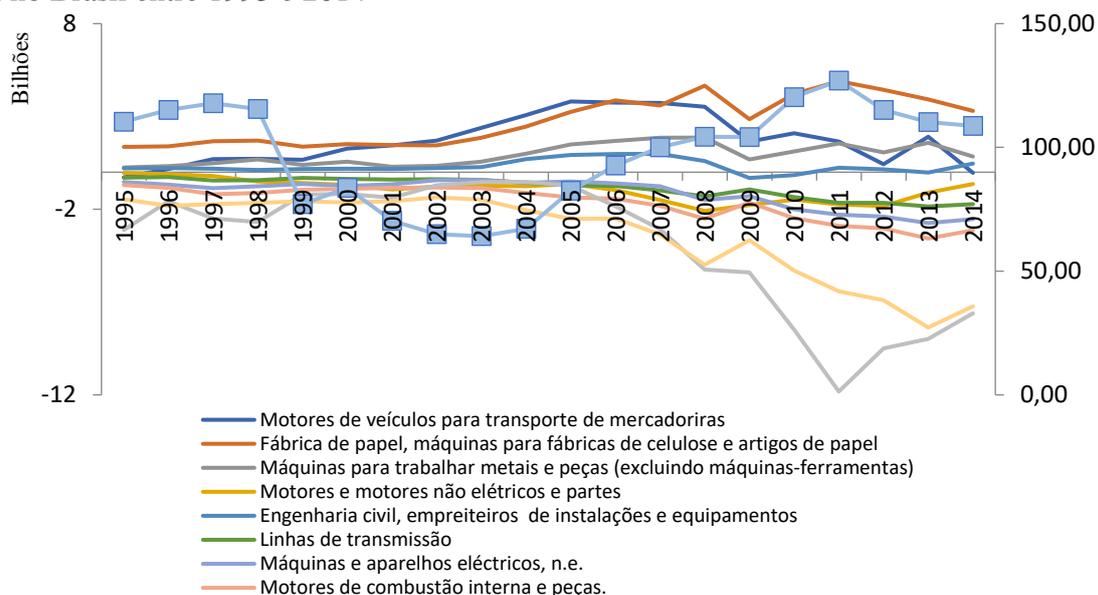
Recentemente, vários estudos se propõem a avaliar a relação entre a taxa de câmbio real e o processo de mudança estrutural no setor industrial. Marconi e Rocha (2012) concluem que as taxas de câmbio reais, entre 1995 e 2008, contribuíram para a desindustrialização brasileira. Utilizando uma base de dados setorial para o período 1996-2012, Araújo e Peres (2018) mostram que os períodos com câmbio real valorizado alteraram a estrutura produtiva brasileira em favor das atividades primárias, em detrimento do setor tecnologicamente mais avançado. Por fim, Ribeiro, McCombie e Lima (2019) relembram que operacionalização da política

cambial através da taxa real de câmbio ao mesmo tempo em que pode promover a mudanças na melhoria do crescimento da estrutura produtiva da economia, estimulando o progresso tecnológico e os *spillovers* de conhecimento e afetando positivamente o crescimento do produto; pode também ser responsável pelo aumento da desigualdade de renda, reduzindo os salários reais e, portanto, prejudica o consumo agregado e o crescimento do produto.

No trabalho de Ibrahim (2019), são apresentados os dados de comércio internacional específicos do setor de média intensidade tecnológica, o qual experimentou um período de relativa melhora na balança comercial, eixo da esquerda, junto com a taxa de câmbio efetiva real no Brasil entre 1995 e 2015. Dentre as atividades que compõe o grupo, as com maior relevância na balança comercial do setor foram aquelas relacionadas à indústria automotiva. O período entre 1999 e 2006 foi marcado pela melhora da balança comercial, especialmente a partir de 2002, com a melhoria do saldo comercial dos setores de motores para veículos de transporte de mercadorias (caminhões e utilitários), fabricação de papel, máquinas de trabalho do metal e engenharia civil. Entretanto, a contínua valorização da moeda doméstica até 2011 foi acompanhada pela deterioração comercial de boa parte das atividades, excluindo a fabricação de papel e máquinas para trabalhar metal. Por outro lado, a valorização cambial piora a balança comercial referente à veículos de transporte de pessoas e peças e acessórios para veículos, sinalizando vazamento da demanda interna via importação do setor automotivo.

Durante o período da série analisada a política cambial foi marcada pela manutenção da moeda valorizada através da política de paridade cambial entre 1994 e 1999 e seguida por intensa desvalorização após mudança para o regime flutuante entre 1999 e 2004. Na segunda década, a apreciação da moeda doméstica via flutuação “suja” do câmbio até 2011, reacenderia o debate em torno do papel da taxa de câmbio na industrialização e no crescimento da produtividade. Por fim, o setor industrial brasileiro conviveu com diversas políticas industriais que tiveram sua efetividade pouco comprovada em meio às distorções macroeconômicas. Todavia, o setor de manufaturas de média tecnologia apresentou melhora em sua inserção externa durante o período de desvalorização cambial. Entretanto, com a contínua valorização da moeda doméstica, todos os setores passaram a piorar seu saldo comercial, inclusive o de manufaturas intensivas em recursos naturais e mão de obra.

Gráfico 4 - Saldo comercial das manufaturas de média tecnologia e a taxa de câmbio efetiva real no Brasil entre 1995 e 2014



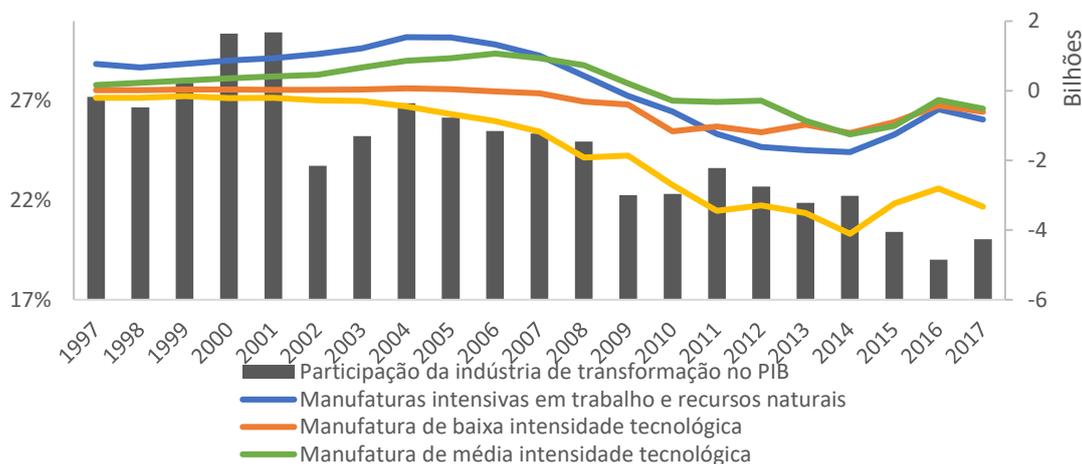
FONTE: IBRAHIM (2019) com base em UNCTAD-STAT e BRUEGEL

Para analisar, especificamente, a estrutura produtiva e tecnológica da indústria de Santa Catarina, são plotados no Gráfico 6 a participação da indústria de transformação no PIB de Santa Catarina e a balança comercial das manufaturas conforme intensidade tecnológica entre o período de 1997 e 2017. O processo de desindustrialização também se verifica na economia do estado, uma vez que a participação das manufaturas no PIB sai de 29% em 2001 para menos que 20% em 2016. Contudo, em meio a esse processo o setor de média e intensivo em trabalho e recursos naturais conseguiu melhorar, mesmo que temporariamente, sua inserção internacional. Todavia, a tendência a perda de competitividade da indústria nacional impacta no comércio internacional de todos os setores, chegando ao ponto de todo serem deficitário no final da série.

Mais especificamente, sobre as manufaturas de média intensidade tecnológica, os números das exportações desse setor do estado de Santa Catarina, ajudam a discriminar aqueles que contribuíram mais para a melhora inserção externa da indústria catarinense entre o período de 1997 e 2020. No Gráfico 7 são apresentados os a trajetória das exportações das 10 atividades manufatureiras de média intensidade tecnológica que mais contribuíram para o resultado do setor, elas representam 84% do total exportado em 2020. Apesar da pequena variação na grande maioria das atividades, vale destacar as que apresentaram melhores resultados ao longo da série: geradores elétricos giratórios e suas partes; bombas, centrífugas, compressores de ar, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes; motores de pistão e suas partes; e, partes e acessórios dos veículos automotivos. Especificamente, são esses os setores que

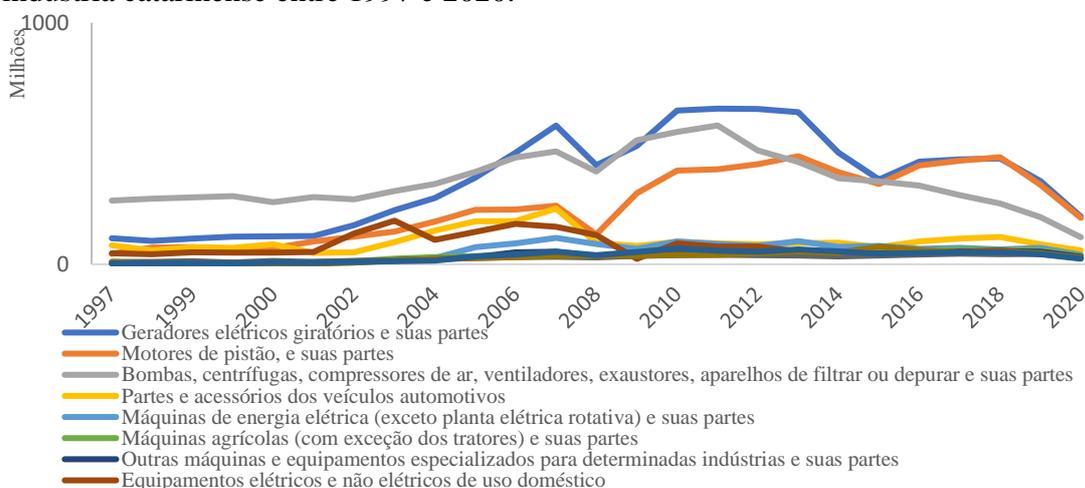
demonstraram alguma competitividade internacional ao longo de períodos específicos na nossa história econômica recente.

Gráfico 5 - Participação da indústria de transformação no PIB de Santa Catarina a preços constantes de 2010 (%) e a balança comercial das manufaturas conforme intensidade tecnológica entre 1997 e 2017 (R\$).



FONTE: IPEADATA

Gráfico 6 - Exportação das 10 principais atividades do setor de média intensidade tecnológica da indústria catarinense entre 1997 e 2020.

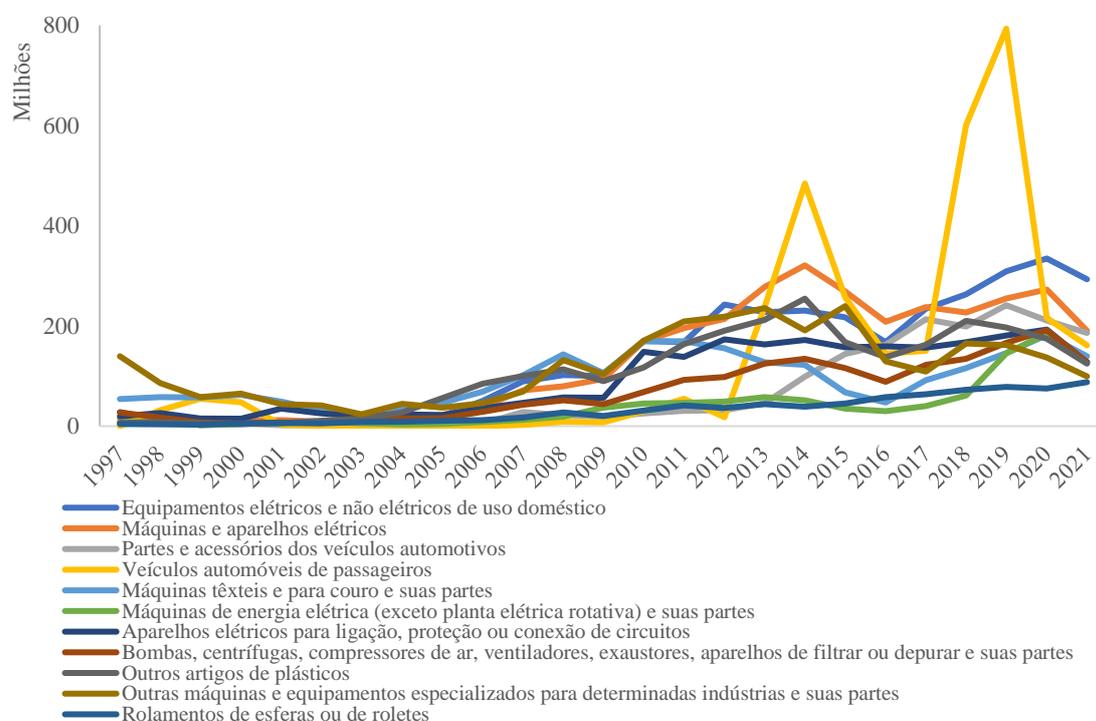


FONTE: IPEADATA

Por fim, os números de importação dos setores de média intensidade tecnológica permite comparar os produtos exportados pelo setor. Os setores plotados no Gráfico 7 representam cerca de 65% do total de importações do setor de média intensidade tecnológica, sendo as principais manufaturas importadas: veículos automóveis de passageiro; equipamentos elétricos e não elétricos de uso domésticos; máquinas e aparelhos elétricos; partes e acessórios de veículos automotivos. Em sua maioria, bens de consumo duráveis destinados à demanda interna e não à cadeia de produção e reexportação.

A influência do processo de industrialização no crescimento e desenvolvimento das economias periféricas do sistema capitalista é um dos objetos de maior análise da escola estruturalista latino-americano. Em meio às mudanças na condução das políticas econômicas durante os anos de 1990, 2000 e 2010, o processo de industrialização das décadas anteriores foi revertido em direção a uma crescente desindustrialização da economia brasileira e catarinense. A perda de participação da indústria no PIB foi também acompanhada de uma piora significativa no saldo comercial, especialmente nos setores de maior intensidade tecnológica. Contudo, o setor de média intensidade tecnológica experimentou uma melhor inserção no mercado internacional na primeira metade da década de 2000.

Gráfico 7 - Importação das 10 principais atividades do setor de média intensidade tecnológica da indústria catarinense entre 1997 e 2021 (R\$).



FONTE: IPEADATA

No Brasil se destacaram os setores de motores para veículos de transporte de mercadorias (caminhões e utilitários), de fabricação de papel, de máquinas de trabalho do metal e engenharia civil. Já, especificamente, para Santa Catarina, os mais expressivos foram os setores de geradores elétricos giratórios e suas partes; bombas, centrífugas, compressores de ar, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes; motores de pistão e suas partes; e, partes e acessórios dos veículos automotivos que mostraram melhor competitividade, também nos anos 2000. Dessa forma, as atividades relacionadas com essas indústrias se mostraram como potenciais alvo de políticas industriais, que visem melhorar a inserção internacional da

indústria brasileira e catarinense e, conseqüentemente, propiciar a retomada e sustentabilidade do processo de reindustrialização da economia brasileira.

4. Conclusão

Na estratégia de desenvolvimento econômico cepalina, o incentivo ao aumento da participação dos setores mais intensivos em tecnologia promove o crescimento dos retornos e das externalidades. Além disso, tais setores promovem as exportações, a acumulação de capital e, por fim, o crescimento sustentável. No caso da América Latina, acumulação de capacidades tecnológicas é constantemente afetada pela macroeconomia, através dos choques estruturais e por fracas instituições de ciência e tecnologia. Dessa forma, as estruturas produtivas da América Latina são resultadas da rápida liberalização do comércio, da apreciação da moeda nacional e de grandes fluxos de capital estrangeiro, bem como a ausência de políticas industriais e tecnológicas ativas, impactando nas estratégias competitivas das firmas.

De forma geral, a orientação cepalina mais tradicional é a promoção da atividade industrial para estágios de desenvolvimento superiores aos preexistentes. Com esse objetivo, a política industrial enfatiza o bem-estar da nação com um todo, não apenas o desenvolvimento específico e estéril de um setor industrial, mas uma coordenação das atividades industriais que mitigue perdas econômicas provenientes dos condicionantes específicos da periferia. Sendo a inovação a variável chave para o crescimento capitalista, o subdesenvolvimento é resultado da hierarquia tecnológica e da qualidade das instituições dedicadas a atividades científicas e tecnológicas localizadas no espaço nacional e sua capacidade de gerar e de se apropriar de paradigmas tecnológicos.

O desenvolvimento de um sistema nacional de inovação (SNI), com regras formais e informais, canaliza esforços de agentes heterogêneos, e é essencial para a acumulação de capacidades tecnológicas (CTs). Primeiramente, em nível micro, o aprendizado, os esforços para incorporar a inovação, reformar a organização e o processo de produção, adotar novas rotinas e desenvolver o conhecimento tácito, estão no cerne do crescimento da produtividade empresarial. Em segundo lugar, no nível macro, a estrutura produtiva alimenta retornos crescentes através da complementaridade entre setores e diferentes tipos de agentes (firmas e universidades); possibilita encadeamentos de conhecimento; e obtenção de externalidades positivas.

A partir desse arcabouço teórico, o presente trabalho investigou o perfil da indústria brasileira, sua contribuição para o PIB e sua inserção internacional através do saldo da balança

comercial dos setores manufatureiros discriminados conforme sua intensidade tecnológica. Os resultados apresentados corroboram com a discussão central da teoria estruturalista sobre as dificuldades da industrialização nos países periféricos, principalmente quando se trata de competitividade industrial internacional nos setores mais tecnológicos. O resgate sobre a condução da política industrial brasileira na década de 1990 e 2000 mostrou que, além de plano tímidos e pouco efetivos, a política industrial não foi articulada em conformidade com as demais variáveis macroeconômicas e suas respectivas políticas econômicas. Contudo, alguns setores se mostraram competitivos em alguns momentos da história recente da economia brasileira e catarinense. Se o objetivo das políticas econômicas é aumentar a produtividade via aprofundamento da industrialização em setores de maior coeficiente tecnológico, os setores de média intensidade tecnológica se mostraram capazes de concorrer no mercado internacional dentro de certos cenários, e podem ser alvos de políticas industriais setoriais em consonância com as demais políticas econômicas (fiscal, cambial e monetária).

Referências

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos do pensamento na CEPAL – Uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Record. 2000.

BLANKENBURG, S.; PALMA, J. G.; TREGENNA, F. Structuralism. **The New Palgrave Dictionary of Economics**. Second Edition. Edited by. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, jul.-dez. 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. Políticas de ajuste e renegociação da dívida externa na América Latina. In: **Cuadernos de la Cepal**. N° 48. Nações Unidas, n° de venda: S.84.II.G.18. Santiago do Chile, dezembro de 1985.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. Transformación productiva con equidad. **Série Libros de la Cepal**, n° 25 (LC/G.1601-P.). Santiago do Chile, março. Publicação das Nações Unidas, n° de venda: S.90.II.G.6. 1990

CIMOLI, M; PORCILE, G. Learning, technological capabilities, and structural dynamics. In: OCAMPO, J; ROS, J (eds.). **The Oxford Handbook of Latin American Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CIMOLI, M; PORCILE, G. Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: un caja de herramientas estructuralista. **Serie Desarrollo Productivo** N° 194. Cepal, Set. 2013.

CIMOLI, M; PORCILE, G. Technology, structural change and BOP-constrained growth: a structuralist toolbox. **Cambridge Economic Journal**, v. 38, p. 215-237, 2014.

DOSI, G. Sources, Procedures, and microeconomic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, 26(3):1120-1171, 1988.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. **Revista Brasileira de Inovação**, 5 (1): 17-32. 2008.

IBRAHIM, H. C. **Políticas econômicas e as estratégias desenvolvimentistas no Século XXI**. 2019. 426f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2019.

KALDOR, N. Marginal productivity and the macroeconomic theories of distribution: comment on Samuelson and Modigliani, *The Review of Economics Studies*, vol (33) pp. 309-19. 1966

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 118-138 janeiro-março. 2011.

MARCONI, N.; ROCHA, M. **Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012.

MISSIO, F. J.; JAYME JR., F. G.; OREIRO, J. L. The structuralist tradition in economics: methodological and macroeconomics aspects. **Revista de Economia Política**, v. 34, p. 247-266, 2015.

OCAMPO, J. The quest for dynamic efficiency: structural dynamics and economic growth in developing countries. In: OCAMPO, J. (ed.). **Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability**. Stanford University Press, 2005

OREIRO, J. L.; FEIJO, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, June 2010

PEREIRA, W.; CARIO, S. A. F. Indústria, desenvolvimento econômico e desindustrialização: sistematizando o debate no Brasil. **Economia e desenvolvimento**, Santa Maria, v. 29, p. 587, 2017

PEREZ, C. Cambio Técnico, Restructuration competitiva y reforma institucional en los Países en Desarrollo. **El Trimestre Económico**, v.61, 1992.

PEREZ, C. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México: Siglo XXI, 2004

PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 34, No.1, pp. 185-202. 2010.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas** (E/CN.12/89), Santiago do Chile, Cepal , 1949.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIBEIRO, R.; MCCOMBIE, J.; LIMA, G. **Does real exchange rate undervaluation really promote economic growth?**. Structural Change and Economic Dynamics, Elsevier, vol. 52(C), pages 408-417 2020.

THIRLWALL, A. P. **The balance of payments constraint as a explanation of international growth rate differences**. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, 128, 1980.

Direitos de propriedade intelectual e comércio exterior de serviços do Brasil no período de 2014 a 2018

Araken Alves de Lima*

Alisson Luiz Lessak**

Alejandro Knaesel Arrabal***

Mauro Catharino Vieira da Luz****

Bruna Luiza Gonçalves*****

Resumo

Este artigo apresenta panorama brasileiro das operações sobre direitos de propriedade intelectual no comércio exterior de serviços, a partir dos dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio, 2014 a 2018, e do Balanço de Pagamentos, 1995 a 2020. Utilizou-se de indicadores de comércio internacional para explicitar a participação do Brasil nos processos de trocas internacionais, em especial nas operações sobre direitos de propriedade intelectual. O resultado indica o baixo efeito das políticas de apoio e estímulo à inovação e à propriedade intelectual no Brasil no seu padrão de inserção comercial aos mercados globais.

Palavras-chave: Direitos de Propriedade Intelectual; Comércio Exterior de Serviços;

Intellectual property rights and foreign trade in services in Brazil from 2014 to 2018

Abstract

This article presents the Brazilian panorama of operations on intellectual property rights in the foreign trade of services, based on the data available on the Integrated System of Foreign Trade in Services, Intangibles and Other Operations that Produce Changes in Assets, 2014 to 2018, and of the Balance of Payments, 1995 to 2020. International trade indicators were used Brazil's participation in international exchange processes, special in operations on intellectual property rights. The result indicates the low effect of the policies to support and encourage innovation and intellectual property in Brazil in its pattern of commercial insertion in global markets.

Keywords: Intellectual Property Rights; Foreign Trade in Services;

Classificação JEL: 034; P45

* Economista. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Professor nos Programas de Mestrado e Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI e de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: araken@inpi.gov.br

** Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT/UFSC) e Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC/UFSC). E-mail: alissonll@gmail.com

***Professor dos Programas de Mestrado em Direito (PPGD) e Administração (PPGAd) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Membro da Agência de Inovação Tecnológica da FURB. E-mail: arrabal@furb.br

***Economista do (INPI). Professor nos Programas de Mestrado e Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI. E-mail: mauro luz@inpi.gov.br

*****Bacharel em Comércio Exterior. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestranda no PROFNIT/UFSC. E-mail: bluizagoncalves@gmail.com

1. Introdução

Um dos fatores que caracteriza o que se convencionou chamar de globalização é o crescimento da importância do comércio internacional. Isso quer dizer, tanto o volume de transações quanto o envolvimento de um número cada vez maior de países em operações comerciais, sejam circulação de bens, contratação de serviços ou movimento de capitais, que se sustentam em regulamentações e normas estipuladas em acordos internacionais. É certo que o comércio internacional é uma marca da formação e avanço das civilizações, a Rota da Seda, caminhos de comércio que interconectavam o Oriente e a Europa desde os anos 200 a.C., é uma constatação disso. No entanto, o progresso tecnológico observado principalmente a partir do último quarto do século XX e seus reflexos nos setores de transportes, comunicações e na indústria em geral promoveu enorme diversificação nos itens transacionados entre as nações, transformou as cadeias produtivas e intensificou a interdependência entre as economias.

A interação entre os países no âmbito do comércio internacional fica bem evidenciada na balança comercial, onde se contabilizam os fluxos de exportações e importações de uma economia. A balança comercial, portanto, é um importante indicador de desempenho da economia ao revelar o resultado desses fluxos comerciais. Se um país exporta mais que importa, seu saldo é positivo e a economia é considerada superavitária nas relações comerciais com o exterior. Caso contrário, importar mais que exportar caracteriza uma economia deficitária, já que seu saldo comercial com o exterior é negativo¹. E mais, a balança comercial, também, ilustra o volume da corrente de comércio pois a soma das exportações com as importações revela o total de comércio transacionado por um país com o exterior. E ainda, a corrente de comércio, quando confrontada com o valor de todos os bens e serviços produzidos no referido país, ou seja, seu Produto Interno Bruto (PIB), revela o grau de abertura comercial do país ao comércio internacional. Este, portanto, constitui-se num indicador da intensidade das relações comerciais entre países e regiões, na medida em que expõe o quanto as trocas comerciais de um determinado país com o resto do mundo representam percentualmente em relação à riqueza criada internamente.

Outro indicador muito importante que se deduz dos dados da balança comercial é o conceito de taxa de cobertura, que resulta da relação entre os valores das exportações e os das importações. Com isso, se calcula o quanto a receita com exportações financiou as despesas com importações. Se o resultado encontrado foi abaixo dos 100%, significa que as receitas com exportações não foram suficientes ao país para pagar as despesas incorridas com as importações de

¹ Sobre o assunto, recomenda-se a consulta da obra “Economia internacional” de Krugman e Obstfeld (2005).

outros países. Um resultado acima de 100% revela que as exportações são superavitárias, isto é, pagaram as importações e ainda houve algum saldo positivo. Ou, ainda, pode haver uma situação de equilíbrio que é o caso de os valores de exportações e importações se igualem. A balança comercial, contudo, não contém as informações de todas as interações da economia de um país com os demais países. Além das operações que envolvem exportações e importações de bens, há também o fluxo de serviços e outros registros de valores relacionados aos juros, dividendos, salários e transferências unilaterais, e ainda os registros das transações envolvendo investimentos, empréstimos e financiamentos que os países fazem entre si, denominados como movimento de capitais². Tudo isso vem a compor a peça fundamental da contabilidade de um país que é o balanço de pagamentos.

Nos limites do que está acordado no âmbito do comércio internacional por meio de regras discutidas e implementadas em órgãos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), os blocos regionais ou mesmo os acordos bilaterais, os países especificamente estabelecem suas próprias políticas de comércio exterior. Estas são reguladas por suas legislações internas, como legislação aduaneira, de meio ambiente, de propriedade intelectual, ou outras, para estabelecer formas de intercâmbio com o resto do mundo para favorecer seus próprios interesses nas relações comerciais internacionais.

O Brasil, historicamente, registra uma balança comercial superavitária, especializada em mercadorias de baixo valor agregado, e sem grandes alterações no seu perfil comercial nos últimos 40 anos (ABREU, 2014). Por outro lado, é um grande importador de serviços, operando continuamente num padrão altamente deficitário. A conta de serviços do balanço de pagamentos é composta por um conjunto variado de itens, incluindo os serviços de transportes; as viagens internacionais; os serviços de construção; seguros; educação; serviços financeiros; serviços de propriedade intelectual; serviços de telecomunicação, computação e informação; serviços de aluguel de equipamentos; outros serviços de negócio, inclusive arquitetura e engenharia; serviços culturais, pessoais e recreativos; além dos serviços governamentais.

Em relação a categoria “serviços de propriedade intelectual”, objeto principal deste artigo, optou-se por substituí-la por “operações sobre direitos de propriedade intelectual”. Como se verá mais adiante, a propriedade intelectual não implica diretamente em “serviços”, mas em “bens” de natureza intangível³ cujas operações imediatas produtoras de variação patrimonial compreendem

² Para uma completa apresentação e descrição dos conceitos básicos e interpretações da contabilidade social, ver “A nova contabilidade social” de Paulani e Braga (2007).

³ Sobre o assunto, recomenda-se a leitura do artigo “Estatuto ontológico dos objetos de propriedade intelectual” de Arrabal e Arrabal (2020).

contratos de licenciamento, de cessão ou congêneres sobre “direitos de propriedade intelectual”, considerados esses direitos, por definição normativa, “bens móveis”.

A propriedade intelectual é de reconhecida relevância no contexto de mudanças estruturais pelas quais a economia mundial vem passando desde finais do século XX. Isso pode ser constatado pela própria criação da OMC que tem dentre seus principais tratados de fundação um que diz respeito à propriedade intelectual, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (conhecido como Acordo TRIPS). Este foi um dos fatores que justificaram a escolha do tema deste artigo. Mas, não só isso, também deve ser destacada a oportunidade disponibilizada numa base de dados com informações detalhadas dos registros de vendas e aquisições de serviços e intangíveis entre o Brasil e o resto do mundo, revelando um importante fluxo financeiro relacionado ao comércio exterior de serviços. Trata-se, no caso, do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), um sistema de coleta e classificação de informações do comércio exterior de serviços e operações patrimoniais que foi construído com base na *Central Product Classification* (CPC), versão 2.0, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas⁴.

Assim, o artigo ora apresentado trata do comércio exterior de serviços do Brasil com foco nas operações sobre direitos de propriedade intelectual a partir da descrição e análise dos dados disponibilizados pelo Siscoserv para o período de 2014 a 2018. Uma vez que tais dados têm um nível de detalhamento que engloba valores, destinos, origens e itens transacionados por Unidade da Federação, importa apresentar aqui, além do desempenho geral do país, a *performance* dos vários Estados revelando quem compra e quem vende propriedade intelectual e em que escala.

Para isso, o artigo conta, além dessa introdução, com uma seção de contextualização do comércio exterior de serviços tendo como base os dados do balanço de pagamentos do Brasil, mas, dando destaque para as operações sobre direitos de propriedade intelectual. A seção seguinte trata do conceito de propriedade intelectual para apresentar a caracterização dos bens e respectivos direitos de propriedade intelectual que são objeto de operações patrimoniais no comércio internacional. Na seção seguinte, apresenta-se a principal base de dados utilizada, o Siscoserv e a NBS⁵, de modo a detalhar a origem dos dados, sua forma de organização, abrangência e limitações. Também compõe o artigo, uma seção explicitando os passos metodológicos implementados para

⁴ Esses dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do governo federal (BRASIL, 2021) como parte do trabalho que resultou na criação da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e que, colocado em funcionamento de 2012 a 2019, coletou e divulgou um conjunto relevante de dados sobre as interações do Brasil com o resto do mundo no que se refere ao comércio exterior de serviços.

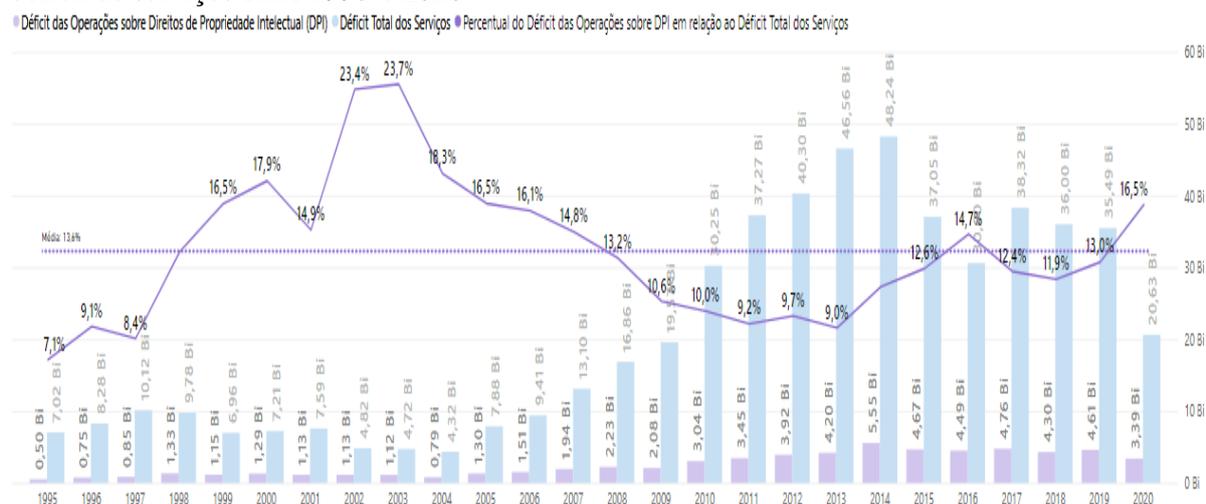
⁵ Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS)

organizar os dados coletados e analisados. Na sequência, uma seção para discussão dos resultados encontrados. Por fim, são apresentadas as considerações finais pontuando discussões que precisam ser desenvolvidas a partir dos resultados aqui apresentados.

2. Contexto geral do comércio exterior de serviços do Brasil e as operações sobre direitos de propriedade intelectual no período 1995 a 2020

Em consulta ao Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil para levantar dados sobre o saldo anual de serviços registrados no balanço de pagamentos para o período de 1995 a 2020, verificou-se um contínuo e aprofundado déficit iniciando em US\$ 7,02 bilhões no começo da série, passando por US\$ 48,24 bilhões em 2014, e chegando a US\$ 20,63 bilhões em 2020, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual do déficit das operações sobre propriedade intelectual em relação ao total do déficit de serviços entre 1995 e 2020.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)⁶.

O interesse deste artigo é analisar um item específico do comércio de serviços do Brasil, as operações sobre direitos de propriedade intelectual. Este item, conforme Gráfico 1, também tem apresentado déficit estrutural em todo o período da série 1995-2020 do balanço de serviços, variando em torno da média de 13,6%, mas, tendo chegado a representar 23,7% do déficit total da conta de serviços, em 2003.

Chama a atenção na representação gráfica, o comportamento da linha de déficit das operações sobre propriedade intelectual em relação ao déficit total de serviços. O padrão visual do

⁶ Gráfico elaborado a partir dos dados disponibilizados pelo SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

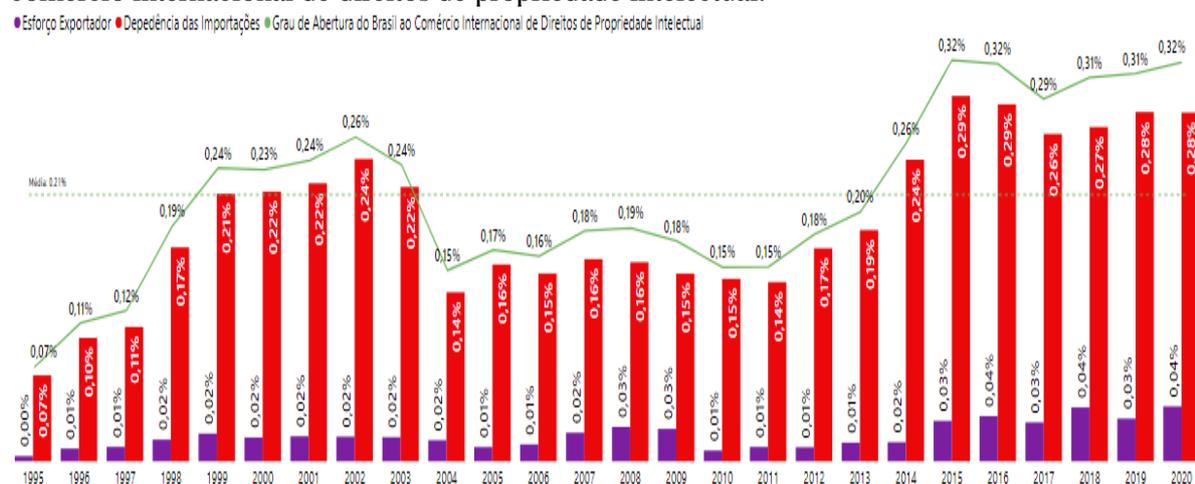
período mostra a maior presença da propriedade intelectual no déficit total do comércio de serviços, quando este diminui e o inverso quando ele aumenta. Não é objetivo do presente artigo apresentar estudos estatísticos mais detalhados sobre a dispersão dos referidos dados, no entanto, merece ser observada a possível inelasticidade das operações sobre direitos de propriedade intelectual no comércio exterior do Brasil. O movimento de redução/aumento do déficit dos serviços totais obviamente está relacionado com as operações de aumento/redução das exportações e/ou das importações de serviços pelo Brasil, fator que, no entanto, não deve estar afetando as operações sobre direitos de propriedade intelectual. Ou seja, a capacidade de substituir as importações de direitos de propriedade intelectual parece ser baixa, o que torna evidente a contribuição da propriedade intelectual para a consolidação de um padrão consistente de corrente de comércio de serviços deficitária, cujos detalhes serão apresentados em seção adiante.

A *performance* das operações sobre direitos de propriedade intelectual no comércio exterior do Brasil pode ser entendida por meio do indicador grau de abertura ao mercado internacional, dado pela razão entre a corrente de comércio do país, setor ou região específica e o PIB. Para esse indicador, quanto maior a percentagem da relação corrente de comércio/PIB, maior é o grau de abertura da economia, região ou setor ao mercado externo. Essa medida, para o caso brasileiro, está apresentada no Gráfico 2 e tem variado em torno de 0,21% no período 1995-2020. Entretanto, faz-se necessário a consideração de que o grau de abertura não é um conceito absoluto. Ou seja, por si só, nada significa. O ideal é que a medida encontrada seja interpretada em termos comparativos com outros países. Como não se dispõe ainda desses elementos para uma apreciação mais adequada, a análise aqui apresentada se limitará a implementação do referido conceito aos dados das operações sobre direitos de propriedade intelectual do Brasil exclusivamente, o que se fará associada aos conceitos complementares de Esforço Exportador (valores exportados/PIB) e Dependência das Importações (valores das despesas com importação/PIB). Dessa forma, se identificará o grau de abertura do Brasil ao comércio internacional de direitos de propriedade intelectual em sua evolução no período analisado, o que permitirá comparações intertemporais para o caso brasileiro.

Observando a longa linha referente ao grau de abertura do Brasil ao comércio internacional de direitos de propriedade intelectual, vê-se que tais operações apresentam uma trajetória ascendente expressiva. Sem levar em consideração os variados contextos e processos econômicos que marcaram o período em foco, o fato é que as operações sobre direitos de propriedade intelectual com o exterior saíram de um patamar de 0,07% para 0,32%, um crescimento da ordem de 450%. Numa comparação intertemporal, vê-se que há mudanças ascendentes e descendentes no comportamento desse indicador, no entanto, esse resultado diz pouco tendo em

vista a ausência de dados de outros países para efetuar estudos comparativos. Por enquanto fica uma questão sem resposta: embora demonstre uma trajetória fortemente ascendente, esse indicador do grau de abertura do Brasil ao comércio internacional de direitos de propriedade intelectual, que não perfaz 0,5%, é um valor significativo para esse tipo de atividade comercial com o exterior?

Gráfico 2: Esforço exportador, dependência das importações e grau de abertura do Brasil ao comércio internacional de direitos de propriedade intelectual.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)⁷.

Ademais, outras duas informações apresentadas no Gráfico 2 são reveladoras do padrão de evolução do grau de abertura ao mercado internacional sobre direitos de propriedade intelectual pelo Brasil. O baixíssimo Esforço Exportador, representado pela barra roxa do gráfico, chegando ao máximo de 0,04% e a forte Dependência das Importações, da ordem de 0,30%, representada pela barra vermelha, mostram a insignificância de receitas oriundas de operações com direitos de propriedade intelectual de residentes do Brasil. O que esses indicadores apontam em relação ao grau de abertura apresentado é que seu comportamento ascendente esteve relacionado ao forte crescimento das importações de direitos de propriedade intelectual de residentes no exterior. Ou seja, a corrente de comércio de propriedade intelectual do Brasil é marcadamente definida pelas importações.

3. Propriedade Intelectual

A expressão “propriedade intelectual” é marcada por certa diversidade semântica que, não raro, dificulta sua adequada compreensão. De modo geral designa um segmento especializado do

⁷ Gráfico elaborado a partir dos dados disponibilizados pelo SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

Direito, entendido como um campo do conhecimento (BARBOSA, 2003; SILVEIRA, 2014). Nesse viés, Ascensão (2002) utiliza também o termo “direitos intelectuais”.

Em uma perspectiva mais estrita, a propriedade intelectual refere-se a um ou mais “direitos” que incidem sobre determinadas criações humanas. Assim, a “propriedade” ou, o “direito de propriedade”, compreende a garantia de domínio exclusivo (uso, fruição e disposição) de certos bens.

Um terceiro emprego da expressão propriedade intelectual refere-se aos “bens” sobre os quais incidem o direito de domínio. Nesse viés, é muito comum reconhecer que a principal característica dos bens de propriedade intelectual consiste na intangibilidade. Ocorre que nem todos os bens intangíveis são de natureza intelectual, a exemplo dos campos eletromagnéticos utilizados para a radiodifusão.

Observe-se que, do ponto de vista econômico, *o que efetivamente se transfere são direitos* e não exatamente os bens de natureza intelectual, dado o seu caráter intangível. Os bens de propriedade intelectual são intangíveis porque, de modo geral, eles não se confundem com os recursos e elementos materiais que lhe conferem suporte. Assim, um texto independe da tinta, do papel ou de plataformas digitais. Um invento não se reduz aos componentes ou substâncias materiais que o compõem, o que é ainda mais evidente na hipótese de invenções caracterizadas por processos. As marcas e as indicações geográficas não são redutíveis aos respectivos signos enquanto expressões gráficas em si. Para esses e os outros bens intelectuais, a exclusividade decorre da lei como forma de constituição de ativos importantes para a economia, de modo que ela estabelece *condições e critérios específicos para a caracterização desses bens*. Assim, não serão todos os produtos da criatividade humana sujeitos a direitos de propriedade intelectual.

Também é necessário entender que a legislação reconhece os “direitos intelectuais” como “bens móveis”⁸, portanto, suscetíveis de transferência por meio de operações de licenciamento, cessão ou congêneres. A licença confere ao seu titular o direito de exercer uma ou parcela das faculdades que compreendem a propriedade, considerando fins, condições e prazo estabelecidos pelas partes. Por sua vez, na cessão transfere-se a propriedade de forma integral, tornando o cessionário legítimo titular de todas as faculdades de domínio sobre o bem. Embora seja típico à licença o caráter limitado das faculdades conferidas ao licenciado, em contraposição ao ânimo

⁸ “Art. 3º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis” (BRASIL, 1998a); “Art. 5º Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial” (BRASIL, 1996); “Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual referente a cultivar se efetua mediante a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar, considerado bem móvel para todos os efeitos legais e única forma de proteção de cultivares e de direito que poderá obstar a livre utilização de plantas ou de suas partes de reprodução ou de multiplicação vegetativa, no País” (BRASIL, 1997).

universal da cessão, em ambos os casos, é possível que o contrato seja firmado em caráter temporário ou definitivo. Essas operações, entre outras análogas ao campo dos direitos de propriedade intelectual, como os contratos de *Know-How* e informações não divulgadas (segredo industrial ou de negócio), compreendem a base do Siscoserv.

Observe-se que, o Manual Siscoserv (BRASIL, 2018a, p. 28) incorre em sutil imprecisão terminológica quando literalmente considera *como intangíveis* para fins de registro na base:

[...] I – o licenciamento [...] e a cessão, temporária ou definitiva, dos direitos de propriedade intelectual [...] II – os contratos de transferência de tecnologia [...] III – os contratos de franquia IV – a exploração dos recursos naturais e o licenciamento dos direitos sobre conhecimento tradicional; e V – o licenciamento dos direitos relativos ao acesso a recursos genéticos.

Com exceção da “exploração dos recursos naturais”, o licenciamento e a cessão, que são contratos, assim como os contratos de transferência de tecnologia (envolvendo ou não *Know-How*) e de franquia, não correspondem a intangíveis *per se*, mas consistem nas *operações* que versam sobre intangíveis.

De semelhante modo, nota-se que a expressão “serviços de propriedade intelectual” adotada pelo Banco Central do Brasil, indica uma imprecisão terminológica dado que direitos de propriedade intelectual não são “serviços” no sentido mais estrito do termo. Serviços são atividades em regra sujeitas a retribuição econômica. Por sua vez, direitos são garantias, conferidas por lei a determinados agentes econômicos (pessoas físicas ou jurídicas), direitos estes que podem ser objeto de transferência, também sujeita a retribuição econômica (nesse caso, popularmente denominado “royalty”). Assim, contratos de licença ou cessão de direitos de propriedade intelectual apresentam natureza jurídica distinta dos contratos de prestação de serviços, ainda que de forma muito genérica, ambas figurem como operações econômicas sobre “intangíveis”, ou ainda, sejam os contratos reconhecidos eles mesmos como intangíveis.

Considerado o quadro normativo nacional, integram o universo dos bens intangíveis sujeitos à direitos de propriedade intelectual: as obras literárias, artísticas e científicas e outras expressões humanas análogas; as interpretações e execuções, os fonogramas e as emissões de radiodifusão (BRASIL, 1998^a); os programas de computador (BRASIL, 1998b); as invenções, os modelos de utilidade, os desenhos industriais e as indicações geográficas (BRASIL, 1996); as cultivares (BRASIL, 1997); a topografia de circuitos integrados (BRASIL, 2007); e os conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos (BRASIL, 2015). Segue um quadro panorâmico que descreve os bens e respectivos direitos de propriedade intelectual vinculados.

Quadro 1 – Panorama dos bens e direitos de propriedade intelectual

Legislação	Bens de propriedade intelectual	Direitos de propriedade intelectual
Lei nº 9.610/98	Obras literárias, artísticas e científicas e expressões análogas	<p>“Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.” (art. 28)</p> <p>“Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.” (art. 41).</p> <p>“O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.” (art. 44)</p>
	Interpretações e execuções	<p>“Tem o artista intérprete ou executante o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar ou proibir qualquer “modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções.” (art. 90)</p> <p>“É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente [...] à execução e representação pública [...]” para as interpretações e execuções (art. 96)</p>
	Fonogramas	<p>“O produtor de fonogramas tem o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar-lhes ou proibir-lhes quaisquer “modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas.” (art. 93)</p> <p>“É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas [...]” (art. 96)</p>
	Emissões de radiodifusão	<p>“Cabe às empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, sem prejuízo dos direitos dos titulares de bens intelectuais incluídos na programação.” (art. 95)</p> <p>“É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente [...] à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão [...]” (art. 96)</p>
Lei nº 9.609/98	Programas de computador	<p>“O regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador é o conferido às obras literárias [...] observado o disposto nesta Lei.” (art. 2)</p> <p>“Fica assegurada a tutela dos direitos relativos a programa de computador pelo prazo de cinquenta anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.” (art. 2, § 2º)</p>
	Invenções	<p>“A patente [de invenção e de modelo de utilidade] confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos: I – produto objeto de patente; II – processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.” (art. 42)</p>
	Modelos de utilidade	<p>“A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.” (art. 40)</p>
Lei nº 9.279/96	Desenhos industriais	<p>“Ao autor será assegurado o direito de obter registro de desenho industrial que lhe confira a propriedade [...]” (art. 94)</p> <p>“O registro vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data do depósito, prorrogável por 3 (três) períodos sucessivos de 5 (cinco) anos cada.” (art. 108).</p>
	Marcas	<p>“A propriedade da marca adquire-se pelo registro validamente expedido, conforme as disposições desta Lei, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional [...]” (art. 129)</p> <p>“Ao titular da marca ou ao depositante é ainda assegurado o direito de: I – ceder seu registro ou pedido de registro; II – licenciar seu uso; III – zelar pela sua integridade material ou reputação.” (art. 130)</p> <p>“O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.” (art. 133)</p>
	Indicações geográficas	<p>“O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.” (art. 182)</p>

Lei nº 9.456/97	Cultivares	<p>“A proteção assegura a seu titular o direito à reprodução comercial no território brasileiro, ficando vedados a terceiros, durante o prazo de proteção, a produção com fins comerciais, o oferecimento à venda ou a comercialização, do material de propagação da cultivar, sem sua autorização.” (art. 9º)</p> <p>“A proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de quinze anos, excetuadas as videiras, as árvores frutíferas, as árvores florestais e as árvores ornamentais, inclusive, em cada caso, o seu porta-enxerto, para as quais a duração será de dezoito anos.” (art. 11º)</p>
Lei nº 11.484/07	Topografia de circuitos integrados	<p>“O registro de topografia de circuito integrado confere ao seu titular o direito exclusivo de explorá-la, [...]” (art. 36)</p> <p>“A proteção da topografia será concedida por 10 (dez) anos contados da data do depósito ou da 1ª (primeira) exploração, o que tiver ocorrido primeiro.” (art. 35)</p>
Lei nº 13.123/15	Conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos	<p>“Às populações indígenas, às comunidades tradicionais e aos agricultores tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de: I – ter reconhecida sua contribuição para o desenvolvimento e conservação de patrimônio genético, em qualquer forma de publicação, utilização, exploração e divulgação; II – ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional associado em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações; III – perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, nos termos desta Lei; [...]” (art. 10).</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Todos os direitos de propriedade intelectual acima apresentados (com exceção das especificidades relacionadas as marcas, indicações geográficas e conhecimentos tradicionais) são destinados aos respectivos autores/inventores por previsão constitucional⁹. Porém, esses direitos poderão ser titularizados por outras pessoas, físicas ou jurídicas, mediante manifestação de vontade do autor/inventor, por sucessão hereditária ou em decorrência de relação de emprego, nos termos e condições previstos na legislação.

Aos autores também são reconhecidos direitos morais, entendidos como garantias relacionadas a sua reputação e imagem. Embora previstos especialmente na lei de direitos autorais (BRASIL, 1998), o reconhecimento da condição de autor/inventor e os respectivos desdobramentos relacionados a reputação e imagem, alcançam a realidade de praticamente todos os bens de propriedade intelectual. Diferente do que ocorre com os direitos de uso, fruição e disposição (também conhecidos como direitos patrimoniais), os direitos morais não podem ser transferidos.

Como já mencionado, a lei estabelece as condições para a *caracterização dos bens de propriedade intelectual*. Tal caracterização é necessária dado que é a partir dela que se torna juridicamente possível exercer direitos de propriedade intelectual e, por consequência, transferi-los.

⁹ “Art. 5º [...] XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar; [...] XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País” (BRASIL, 1988).

Assim, a “obra” para efeito de direitos autorais, é criação do espírito, expressa por qualquer meio ou fixada em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro (BRASIL, 1998a, art. 7º). No campo industrial, a invenção patenteável pressupõe um produto ou processo novo, que resulte de atividade inventiva e seja aplicável à indústria (BRASIL, 1996, art. 8º). A patente de modelo de utilidade exige ato inventivo que promova nova forma ou disposição de um objeto de uso prático, ou parte dele, resultando em melhoria no seu uso ou na fabricação (BRASIL, 1996, art. 9º). O desenho industrial registrável, por sua vez, caracteriza-se como “a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.” (BRASIL, 1996, art. 95). Para o registro de marca, exige-se um sinal visualmente perceptível cuja vinculação a um produto ou a um serviço permita distingui-los de outros do mesmo gênero. (BRASIL, 1996, art. 122). Assim, também para as indicações geográficas, cultivares, topografias de circuitos integrados e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos, a legislação estabelece condicionantes que determinam a caracterização de cada um desses bens intelectuais.

4. Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS)

Elaborado pelo Governo Federal, o Siscoserv foi uma ferramenta informatizada para o desenvolvimento de ações de fomento, concepção, auxílio e verificação de políticas públicas relacionadas a serviços e intangíveis bem como para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis (BRASIL, 2018a). Por meio de um processo de gestão conjunta da Secretaria de Comércio e Serviços do antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - SCS/MDIC e da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda - RFB/MF, tendo sido instituído pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, esse sistema tornava possível a análise legal, cambial, tributária e fiscal das operações comerciais de serviços com o exterior (BRASIL, 2011).

O Siscoserv foi criado em conformidade com as diretrizes do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) da OMC e foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (BRASIL, 2018a). Dessa forma, ele permitia o registro de operações comerciais estabelecendo uma divisão entre serviços ligados a mercadorias e serviços puros, seguindo uma padronização internacional

para classificar os serviços com uma descrição pormenorizada criando a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS).

Este sistema se conectava a outros órgãos do governo visando a captação de dados estatísticos que possibilitassem, dentre outras coisas, a fiscalização tributária. O acesso ao sistema estava disponível por meio eletrônico no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) da Receita Federal do Brasil, assim como no sítio da própria Secretaria de Comércio e Serviços (SCS). Subsidiariamente, o sistema de informações do Banco Central (SISBACEN) fornecia apoio e orientações referentes aos meios/formas de pagamentos (cartão de crédito, câmbio, TED), enquanto a Receita Federal, responsável pelo recolhimento dos tributos incidentes no comércio exterior, estabelecia prazos para registros das operações de comércio exterior (até 3 meses) além de estipular multas quanto a lançamentos fora do prazo ou não lançamento.

As informações transmitidas no Siscoserv eram fundamentais para amparar outros sistemas eletrônicos da administração pública que contribuíssem para a estruturação de política de comércio exterior de serviços; aprimoramento das ações para estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas a serviços e intangíveis; fortalecimento da participação do país nos fluxos internacionais de comércio de serviços; orientação às estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis por meio da viabilização de ferramentas de inteligência comercial.

Os destinatários do Siscoserv eram os residentes e domiciliados no Brasil que estabeleciam transações de venda ou aquisição de serviços com residentes ou domiciliados no exterior. Durante as etapas de negociação comercial, um conjunto de informações e documentos eram requeridas até a formalização da operação, incluindo comunicação via *e-mails* com clientes, inventores, parceiros, a respeito da classificação fiscal do serviço, intangível ou operação que produzia variação no patrimônio.

Destacam-se como fundamentais para exportação de serviços na fase de comercialização a Fatura Proforma ou orçamento e a Fatura Comercial ou *Commercial Invoice* como documentos de formalização de venda. Nesses documentos, devem constar dados referentes a empresa estrangeira (nome, número de identificação fiscal - NIF, endereço, país, vínculo) e dados do serviço (descrição do serviço, intangível ou outra variação no patrimônio de acordo com a NBS; data, moeda, valor, enquadramento).

Outro documento complementar é o contrato de compra e venda internacional que se refere a transferência de tecnologia e que deve ser averbado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). As averbações garantem os direitos de terceiros de boa-fé envolvidos nas transações e asseguram a remessa de pagamentos ao exterior, operação exclusivamente autorizada

pelo Banco Central do Brasil (BCB) por meio de comprovação da averbação do contrato. Elas também salvagam a dedutibilidade das despesas com *royalties* relativas ao contrato registrado para fins de cálculo de IRPJ.

A fase operacional dos tramites da negociação envolve etapas em que, de fato, os pagamentos são efetivados e os registros dos montantes são destinados para cada ator envolvido no processo, seja para faturamento/pagamento ao vendedor ou comprador, recolhimento de impostos ou taxas para o governo brasileiro. Nesse estágio, tem-se o Contrato de Câmbio, a Emissão de Nota Fiscal e o Registro no Siscoserv, onde eram lançadas todas as informações comerciais por estabelecimento e por NBS (classificação fiscal do serviço), as quais serviam de base para informações tributárias e fiscais para cálculo de ISS, IRRF, e PIS/COFINS Importação, de acordo com cada negociação.

O Siscoserv foi criado com base em dois parâmetros, Módulo Venda e Módulo Aquisição. O primeiro, venda, contemplava os registros de operações de venda de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, incluindo exportações realizadas por residentes ou domiciliados no Brasil para residentes ou domiciliados no exterior. Essas operações eram cadastradas como Registro de Venda de Serviços (RVS) e contendo informações referentes à venda (fatura comercial e/ou contrato), por residente ou domiciliado no País, de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, a residente ou domiciliado no exterior. Por sua vez, o Registro de Faturamento (RF) abarcava informações referentes ao faturamento decorrente de venda de objeto de prévio RVS (contrato de câmbio ou nota fiscal). Já o Registro de Presença Comercial (RPC), contemplava os dados referentes às operações efetuadas por meio de Presença Comercial no Exterior relacionada a pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

O Módulo Aquisição abrangia os registros de operações de aquisição de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, incluindo importações, efetivadas por residentes ou domiciliados no Brasil de residentes ou domiciliados no exterior. Tais operações eram cadastradas como Registro de Aquisição de Serviços (RAS), compreendendo informações referentes à aquisição, como fatura comercial e/ou contrato, por residente ou domiciliado no País, de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, de residente ou domiciliado no exterior. Outrossim, o Registro de Pagamento (RP) dessas operações incluía informações referentes ao pagamento relativo à aquisição objeto de prévio registro de aquisição (RAS).

Destaca-se que o responsável pelos registros RVS/RF do Módulo Venda ou RAS/RP do Módulo Aquisição do Siscoserv era o próprio residente ou domiciliado no País que mantinha relação contratual com residente ou domiciliado no exterior e contra este faturava ou era faturado

por prestação de serviço, transferência de intangível ou a realização de outras operações que produzissem variação no patrimônio, ainda que acontecesse subcontratação de residente ou domiciliado no País ou no exterior.

Com relação aos prazos de registros para RAS e o RVS, sendo registros primários, deveriam ser realizados até o último dia útil do 3º mês subsequente a contar do início da transação. O Registro de Presença Comercial no Exterior (RPC) teria que ser declarado até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente à realização de operações, por meio de presença comercial no exterior.

No preenchimento do RAS ou RVS, os serviços, intangíveis e outras operações precisavam ser enquadradas em um dos quatro modos de prestação de serviços a seguir apresentados: comércio transfronteiriço; consumo no Brasil ou no Exterior; presença comercial no exterior; e, movimento temporário de pessoas físicas. Após este enquadramento, as transações necessitavam ser classificadas de acordo com a NBS.

Estavam desobrigados do registro no Siscoserv operações que não contemplassem mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, de intangíveis e demais operações de que trata o art. 26 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, conforme segue:

I – As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional e os Microempreendedores Individuais (MEI) de que trata o §1º do artigo 18-A da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

II – As pessoas físicas residentes no País que, em nome individual, não explorem, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, desde que não realizem operações em valor superior a US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, no mês (BRASIL, 2011).

A obrigatoriedade do registro primário (RAS/RVS) no Siscoserv ocorria somente a partir do início da transação, e não quando da ocorrência do pagamento ou faturamento das transações. Considerando o foco deste artigo, havia também a obrigação do registro por pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no Brasil, que transferia o intangível, inclusive os direitos de propriedade intelectual, por meio de cessão, concessão, licenciamento ou por quaisquer outros meios admitidos em direito. Cabe ressaltar que o registro no sistema era independente da contratação de câmbio, da forma de pagamento ou da existência de um contrato formal. Estaria sujeito a multas o não registro de informações no sistema, ou preenchimento de forma indevida ou fora do prazo estabelecido para cada situação (BRASIL, 2012^a).

Desde outubro de 2020, a Portaria Conjunta SECINT/RFB nº 22.091 revogou: (i) a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, e suas alterações; e (ii) a Portaria

MDIC nº 113, de 17 de maio de 2012, e suas alterações, que dispunha sobre a obrigatoriedade de prestação de informações de natureza econômico-comercial ao Ministério da Economia relativas às transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e dos entes despersonalizados (BRASIL, 2020).

De acordo com a nota conjunta do Ministério da Economia de agosto de 2020, foi anunciado o desligamento do Siscoserv de forma definitiva, por compreender que as obrigações poderiam ser acompanhadas por outros registros em sistemas oficiais. Essa decisão que, segundo a nota conjunta, integra o processo de desburocratização, facilitação e melhoria do ambiente de negócios fomentado pelo governo federal, tem a implicação da perda dessa fonte de dados relevantes e desagregados sobre o comércio exterior de serviços, especialmente dados detalhados sobre comércio internacional de direitos de propriedade intelectual.

4.1 Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS)

O Decreto nº 7.708/2012 instituiu a nomenclatura brasileira de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio (NBS) de modo que essa nomenclatura unificasse a classificação de transações com serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados. Informações complementares sobre a nomenclatura foram também divulgadas por meio de notas explicativas para auxiliar sua melhor compreensão, interpretação e uso (BRASIL, 2012b).

Esta nomenclatura tem como base padrões técnicos internacionais de classificação de mercadorias e de serviços utilizado no chamado *Central Product Classification*, ferramenta de classificação desenvolvido pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU). A NBS abarca seis seções, contemplando 27 capítulos e abrangendo mais de 1.500 posições e subposições. Dada sua complexidade, em conjunto, foram lançadas também as notas explicativas e regras gerais para interpretação da nomenclatura brasileira de serviço.

Este classificador comercial e fiscal descreve o ativo negociado que é composto por nove dígitos que, para melhor entendimento, deve ser lido da esquerda para direita. De forma geral, o primeiro dígito apresenta a seção e indica se é um serviço, intangível ou outras operações; o segundo e terceiro dígitos determinam qual o capítulo da NBS especifica o tipo de serviço, intangível ou outra operação. Ou seja, de acordo com a regra geral de classificação essas informações iniciais têm valor apenas indicativo sobre a operação comercial. Na sequência, o quarto e quinto dígitos,

encontram-se os textos das posições. O sexto e sétimo dígitos, em conjunto aos dígitos anteriores, configuram as subposições da subclassificação do item, e, o oitavo e o nono dígitos caracterizam o item e subitem daquela subposição.

A NBS é o meio de diferenciação de classificação para o registro das operações comerciais de serviço no Siscoserv, servindo também de base para a definição dos serviços elegíveis ao financiamento no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e na expansão dos serviços elegíveis aos Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE). A ampliação da aplicação da NBS a outras esferas de atividades do poder público, até mesmo no campo tributário, exigiu a sua instituição formal pela Lei nº 12.546/2011 (BRASIL, 2011), normativo de hierarquia mais elevada.

Portanto, ressalta-se a importância da NBS para a classificação e identificação dos serviços, além da elaboração de estatísticas necessárias para formular estratégias de investimento de recursos para fomentar o comércio exterior de serviços. Apesar do desligamento do Siscoserv, ainda será necessário classificar os serviços através do código da NBS, devido à importância da informação na Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NF-e).

Dessa forma, fruto dos avanços tecnológicos em ferramentas de gestão, o governo lançou no final do ano de 2019 uma ferramenta *online*, versão beta, que simplifica a pesquisa de serviços ou termos específicos para classificação da NBS e suas Notas Explicativas (NEBS)¹⁰.

5. Aspectos metodológicos

As principais bases de dados utilizadas na composição deste artigo são as estatísticas de comércio exterior de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações patrimoniais do Brasil disponibilizadas pelo Siscoserv e os dados do Balanço de Pagamentos divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

No caso do Siscoserv, para garantir a homogeneidade dos dados coletados e analisados, optou-se por considerar apenas as informações do período 2014 a 2018 que utilizavam a versão 1.1 da NBS¹¹. Essa versão é dividida hierarquicamente por capítulos e subseções chamadas de posições,

¹⁰ O Trabalho realizado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Produtividade do Ministério da Economia (SEPEC/ME) disponibilizou o portal *NBS Digital*, disponível por meio do endereço eletrônico <http://nbs.economia.gov.br>, contando com funcionalidades como, por exemplo, buscas de texto através de palavras-chave.

¹¹ Em setembro de 2018 foi publicada a Portaria Conjunta RFB/SCS n.º 1.429 (BRASIL, 2018) que aprovou a versão 2.0 da NBS, a qual trazia mudanças em relação à versão 1.1 da NBS que vinha sendo implementada. Com isso, os dados de 2019 foram publicados com base na NBS 2.0. Já em 8 de outubro de 2020, a Portaria Conjunta n.º 22.091, da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais e da Secretaria Especial da

subposições, itens, subitens e serviços, conforme o anexo da Portaria Conjunta RFB/SCS n.º 1.820, de 17 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2013).

A NBS 1.1 possui 27 capítulos, dos quais, dois são de interesse deste artigo por abrangerem operações sobre direitos de propriedade intelectual. Trata-se do capítulo 11, intitulado “Arrendamento mercantil operacional, propriedade intelectual, franquias empresariais e exploração de outros direitos”; e o capítulo 27, intitulado “Cessão de Direitos de Propriedade Intelectual”.

No âmbito dos direitos autorais e direitos conexos foram considerados o licenciamento, que envolve exploração patrimonial (posição 1.1103); a cessão temporária, que inclui os direitos de obras derivadas futuras (posição 1.1104); e a cessão, que envolve a transferência patrimonial (posição 1.2701).

No âmbito dos direitos de propriedade industrial foram consideradas a exploração por meio de licenciamento (posição 1.1105) e a transferência por meio de cessão (posição 1.2702) de marcas, patentes e desenhos industriais. Também foram considerados o licenciamento e a cessão de topografia de circuitos integrados (respectivamente, posições 1.1107 e 1.2704).

As operações envolvendo informações não amparadas por direitos de propriedade industrial, como contratos de *Know-How* e serviços que impliquem em transferência de tecnologia foram agregadas na posição 1.1110. E o chamado licenciamento e cessão de direitos relativos a informações não divulgadas (como segredos industriais) constam das posições 1.1108 e 1.2790, respectivamente.

No âmbito dos direitos *sui generis* estão presentes o licenciamento e a cessão de cultivares (posições 1.1106 e 1.2703); o licenciamento de conhecimentos tradicionais (posição 1.1112); e o licenciamento do acesso à recursos genéticos (posição 1.1113). Outras formas de licenciamento e cessão de direitos compõem as posições 1.1190 e 1.2790, respectivamente.

O Quadro 2 apresenta os capítulos e as posições, com os respectivos códigos, que foram considerados operações sobre direitos de propriedade intelectual para os fins estabelecidos neste artigo.

Os dados consolidados de aquisição e venda são disponibilizados por meio dos seguintes critérios: serviços, países, estados e modo de prestação. Este trabalho apresenta uma análise dos dados de aquisição e venda geral, por estado e os principais países envolvidos. O carregamento, transformação e análise dos dados foram realizados por meio do *software* Power BI da Microsoft. A seção a seguir apresenta os resultados.

Receita Federal do Brasil (RFB), informou a finalização da publicação das estatísticas do comércio exterior de serviços devido ao desligamento do Siscoserv (BRASIL, 2020).

Quatro 2 – Posições da NBS 1.1 que representam operações sobre direitos de propriedade intelectual.

Capítulo	Posição
1.11 Arrendamento mercantil operacional, propriedade intelectual, franquias empresariais e exploração de outros direitos	1.1103 Licenciamento de direitos de autor e direitos conexos 1.1104 Cessão temporária de direitos de autor e direitos conexos 1.1105 Licenciamento de direitos sobre a propriedade industrial 1.1106 Licenciamento de direitos sobre cultivares 1.1107 Licenciamento de direitos sobre topografias de circuitos integrados 1.1108 Licenciamento de direitos relativos à informação não divulgada 1.1109 Licenciamento de outros direitos de propriedade intelectual não classificados em nenhuma das posições anteriores 1.1110 Contratos de transferência de tecnologia 1.1112 Licenciamento de direitos sobre conhecimento tradicional 1.1113 Licenciamento de direitos relativos ao acesso a recursos genéticos, exceto os decorrentes do conhecimento tradicional 1.1190 Outras formas de licenciamento e de cessões para exploração de direitos, não classificadas nas posições anteriores
1.27 Cessão de direitos de propriedade intelectual	1.2701 Cessão de direitos de autor e direitos conexos 1.2702 Cessão de direitos sobre a propriedade industrial 1.2703 Cessão de direitos sobre cultivares 1.2704 Cessão de direitos sobre topografias de circuitos integrados 1.2705 Cessão de direitos relativos à informação não divulgada 1.2790 Cessão de outros direitos de propriedade intelectual não Classificados nas posições anteriores

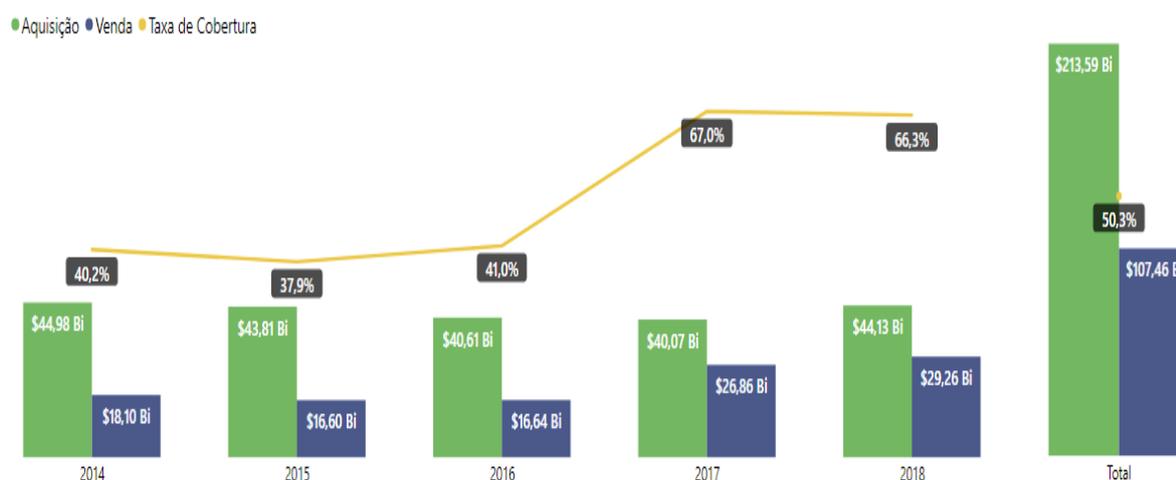
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

6. Resultados e discussões

A corrente de comércio internacional de serviços e outras operações do Brasil, quer dizer, a soma dos fluxos de importações e exportações, no período de 2014 a 2018, totalizou, em valores correntes, US\$ 321,06 bilhões, sendo US\$ 213,59 bilhões em aquisições (66,5%) e US\$ 107,46 bilhões em vendas (33,5%). Isso representou uma taxa de cobertura de 50,3%, ou seja, a receita com exportações brasileiras de serviços financiou apenas metade das despesas do país com as importações de serviços. O Gráfico 3 apresenta a corrente de comércio de serviços separada por valores totais de aquisições e vendas em cada ano do período 2014-2018, juntamente com a respectiva taxa de cobertura.

Observa-se que, a despeito do quadro deficitário da balança de serviços, houve no período uma melhoria na taxa de cobertura. Isto significa que o país passou a gerar recursos com a comercialização no exterior de seus próprios serviços e outras operações para financiar uma parte maior das despesas com os serviços e outras operações adquiridas do exterior.

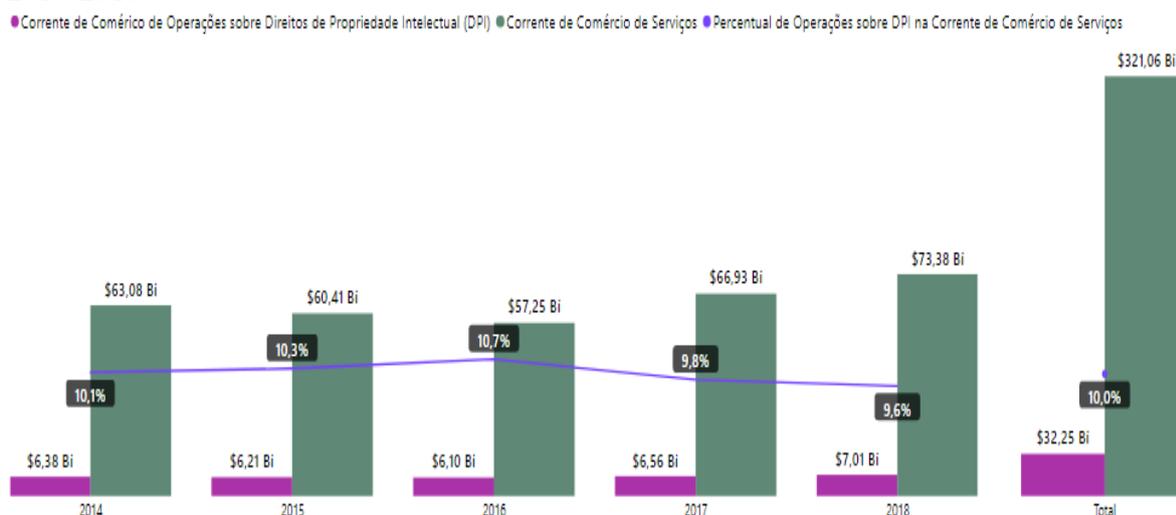
Gráfico 3 – Corrente de comércio de serviços no período de 2014 a 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Especificamente em relação à propriedade intelectual, foco deste artigo, o Gráfico 4 apresenta a relação da corrente de comércio das operações sobre direitos de propriedade intelectual frente a corrente de comércio de serviços e outras operações. Nesse gráfico, observa-se que a participação relativa das operações sobre direitos de propriedade intelectual na corrente total de serviços e outras operações foi da ordem dos 10% no período 2014-2018.

Gráfico 4 - Corrente de comércio das operações sobre direitos de propriedade intelectual no período 2014-2018.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

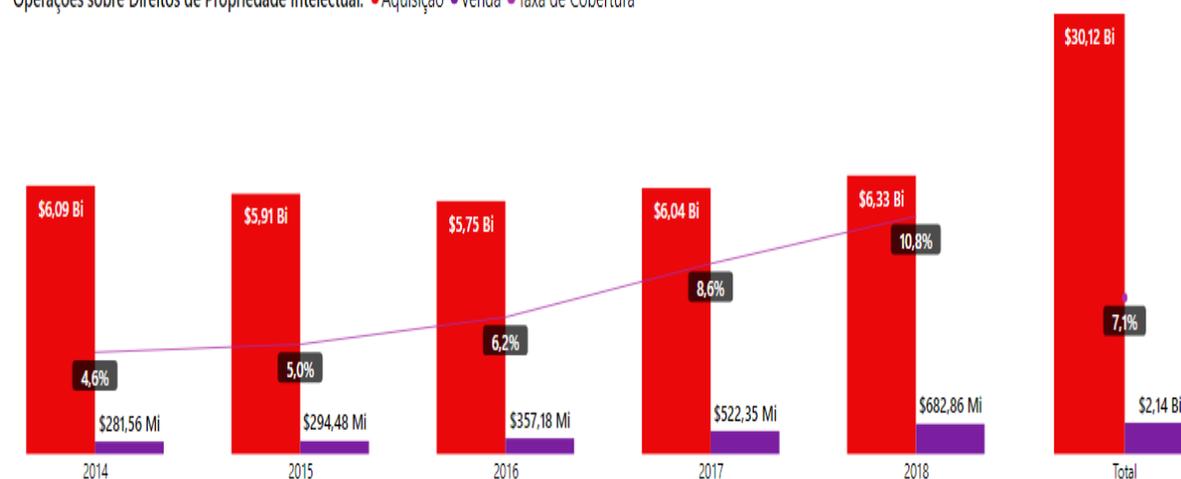
Dos US\$ 321,06 bilhões de serviços e outras operações transacionados entre o Brasil e o resto do mundo, no período 2014-2018, US\$ 32,25 bilhões referiam-se a algum tipo de operação de licenciamento ou cessão de direitos de propriedade intelectual, conforme expostos no Quadro 2. Esses dados mostram que, anualmente, entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões do comércio exterior

de serviços e outras operações do Brasil estiveram relacionados à direitos de propriedade intelectual.

O objetivo deste artigo é mostrar a desagregação desses valores da corrente de comércio das operações sobre direitos de propriedade intelectual do Brasil para detalhar sua composição. Assim, o Gráfico 5 apresenta os valores do comércio de tais direitos separados por valores totais de aquisições e vendas em cada ano do período 2014-2018, juntamente com a respectiva taxa de cobertura das importações pelas exportações.

Gráfico 5 – Aquisições, vendas e taxa de cobertura das operações sobre direitos de propriedade intelectual no período 2014-2018.

Operações sobre Direitos de Propriedade Intelectual: ● Aquisição ● Venda ● Taxa de Cobertura



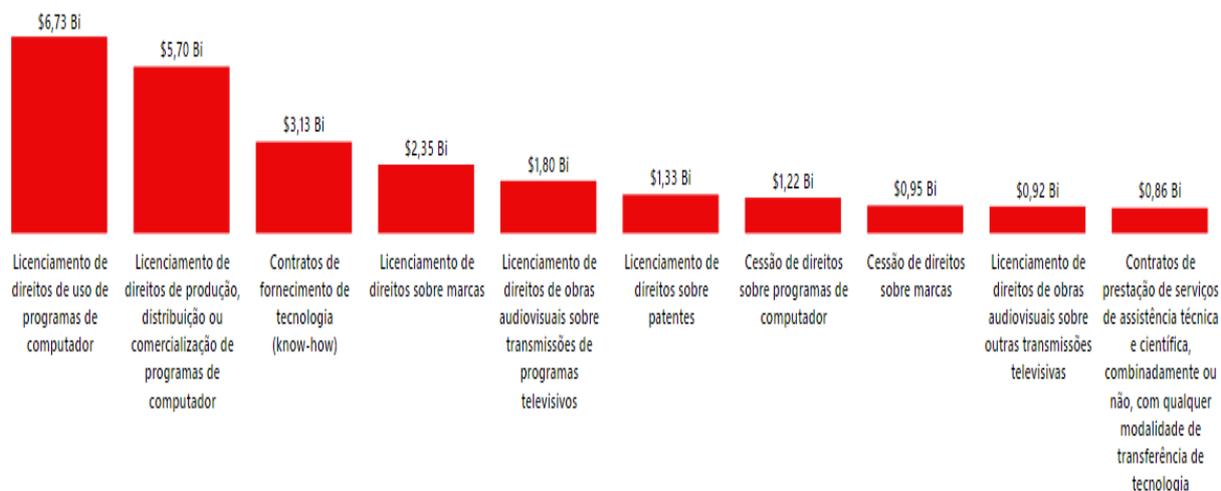
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Neste caso, diferentemente do comércio exterior de serviços totais, o comércio exterior de direitos de propriedade intelectual apresenta enorme desvantagem para o Brasil. A taxa de cobertura foi da ordem de 7% no período analisado, tendo variado de 4,6% a 10,8%. Embora anualmente as despesas com aquisição de direitos de propriedade intelectual tenham sido da ordem de US\$ 6 bilhões, apenas 7,1%, em média, desse valor foram financiados com recursos oriundos de receitas de direitos de propriedade intelectual de residentes no Brasil. O que esse dado revela é a necessidade recursos de outras fontes para financiar o déficit das operações envolvendo propriedade intelectual. Ou seja, as operações sobre direitos de propriedade intelectual com o exterior podem ser entendidas como um dos fatores de déficit no balanço de serviços.

Quanto aos itens comercializados, o Gráfico 6 apresenta as dez principais operações sobre direitos de propriedade intelectual adquiridos pelo Brasil no período 2014-2018 e seus respectivos valores.

O Gráfico 6 mostra a relevância de itens de Direitos de Autor no volume das despesas, que somaram US\$ 16,37 bilhões dentre os 10 principais serviços adquiridos, distribuídos entre programas de computador e obras audiovisuais. Mas, também, são relevantes a aquisição de *Know-How* do exterior, assim como o licenciamento de marcas e patentes.

Gráfico 6 – As dez principais operações sobre direitos de propriedade intelectual adquiridas, entre 2014 e 2018, em bilhões de dólares.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Mostrando o movimento inverso, o Gráfico 7 apresenta os dez principais direitos de propriedade intelectual vendidos pelo Brasil no período 2014-2018 e seus respectivos valores.

Gráfico 7: As dez principais operações sobre direitos de propriedade intelectual vendidas, entre 2014 e 2018, em milhões de dólares.

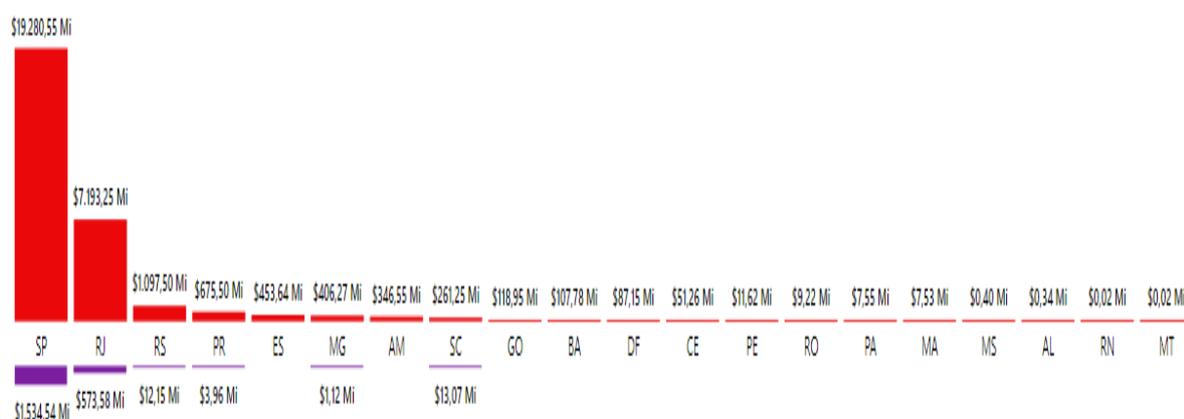


Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Neste caso, o destaque das vendas do Brasil vai para o licenciamento de marcas que alcançou no período valor da ordem de US\$ 700 milhões e o licenciamento de direitos relativos à informação não divulgada, com a cerca de US\$ 240 milhões. Estão presentes também na relação dos 10 itens mais vendidos ao exterior os direitos de autor relacionados tanto a programas de computador como a obras musicais e obras audiovisuais televisivas.

Gráfico 8 – Aquisições e vendas de direitos de propriedade intelectual por estado, entre 2014-2018 (em US milhões).

Operações sobre Direitos de Propriedade Intelectual: ● Aquisições ● Vendas



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A desagregação desses dados pelas Unidades da Federação – constante no Gráfico 8 – indica que sete estados (Acre, Amapá, Paraíba, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins) não registraram operações sobre direitos de propriedade intelectual no período. Os demais estados e o Distrito Federal realizaram operações envolvendo esses direitos.

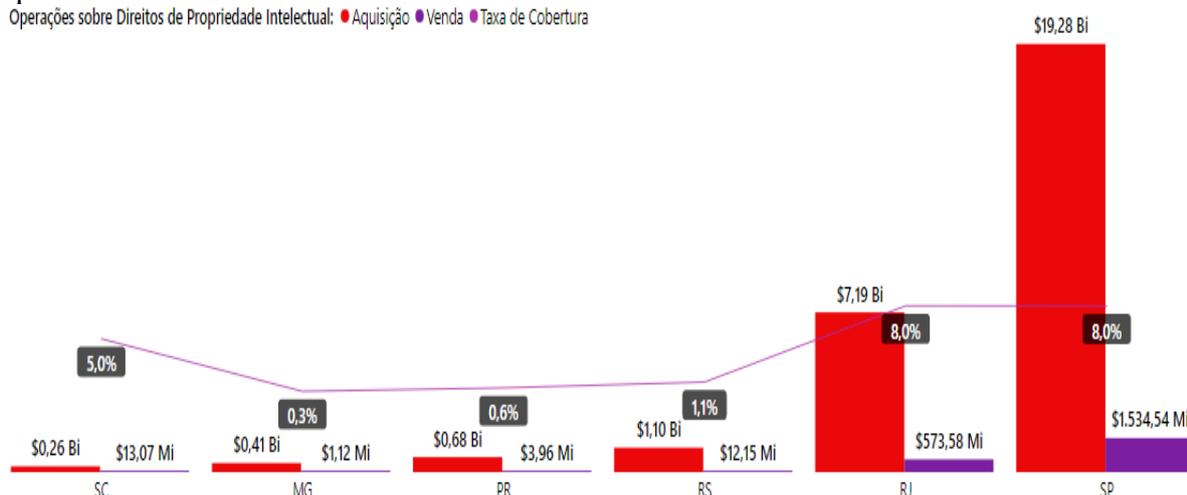
Cabe destacar ainda no Gráfico 8 que apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná registraram receitas com a venda de direitos de propriedade intelectual no período analisado. São Paulo e Rio de Janeiro concentraram a maior parte dessa corrente de comércio, com São Paulo apresentando despesas da ordem de US\$ 20 bilhões e receita de US\$ 1,5 bilhões, enquanto o Rio de Janeiro apresentou respectivamente US\$ 7,1 bilhões e US\$ 0,5 bilhão. Os demais estados vendedores também registraram valores muito desfavoráveis para essas operações comerciais. Respectivamente, vê-se que o Rio Grande do Sul teve despesas de mais de US\$ 1 bilhão e, em contrapartida, apenas obteve receita de US\$ 12,1 milhões. O Paraná gastou US\$ 675 milhões contra uma receita da ordem US\$ 4 milhões. Minas Gerais obteve receita da ordem de US\$ 1 milhão, no entanto, suas despesas foram de US\$ 406

milhões e, por último, Santa Catarina vendeu cerca de US\$ 13 milhões, mas, teve que comprar algo em torno de US\$ 261 milhões de direitos de propriedade intelectual.

Em suma, das 27 Unidades da Federação, conforme mostra o Gráfico 9, apenas 6 mantiveram algum registro de vendas de direitos de propriedade intelectual no período analisado, sendo 3 estados da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e os 3 estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Quer dizer, cerca de 75% das Unidades da Federação não registraram receitas com operações sobre direitos de propriedade intelectual.

Gráfico 9 – Taxa de cobertura das operações sobre direitos de propriedade intelectual nos estados que venderam entre 2014-2018.

Operações sobre Direitos de Propriedade Intelectual: ● Aquisição ● Venda ● Taxa de Cobertura



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Calculando a taxa de cobertura das despesas com operações sobre direitos de propriedade intelectual desses estados que registraram receitas com essas operações, vê-se no Gráfico 9 que São Paulo e Rio de Janeiro alcançaram 8% de cobertura e Santa Catarina 5%. Os demais apresentaram desempenho em torno de 1%. Isso significa que São Paulo, por exemplo, precisou financiar cerca de US\$ 18 bilhões das despesas com propriedade intelectual; Rio de Janeiro, US\$ 6 bilhões; Rio Grande do Sul, US\$ 1 bilhão; Paraná, US\$ 670 milhões; Minas Gerais, US\$ 400 milhões; e, Santa Catarina, US\$ 250 milhões.

As operações sobre direitos de propriedade intelectual e os valores relacionados a cada um desses seis estados, considerando todo o período 2014-2018, estão detalhadamente apresentadas na Tabela 1.

São Paulo é o estado com melhor desempenho relativo nas operações sobre direitos de propriedade intelectual. No entanto, cabe destacar que o principal de sua receita advém do licenciamento de direitos sobre marcas, que somou US\$ 686,86 milhões, quase 45% do total de suas receitas com operações sobre direitos de propriedade intelectual no comércio exterior. Rio de

Janeiro, o estado que obteve a segunda melhor posição relativa, destacou-se com as receitas vinculadas ao licenciamento de direitos relativos à informação não divulgada, a qual somou US\$ 241,84 milhões, 42% do total das receitas com operações sobre direitos de propriedade intelectual.

Tabela 1 - Receitas de direitos de propriedade intelectual por estado, entre 2014 e 2018, em milhões de dólares.

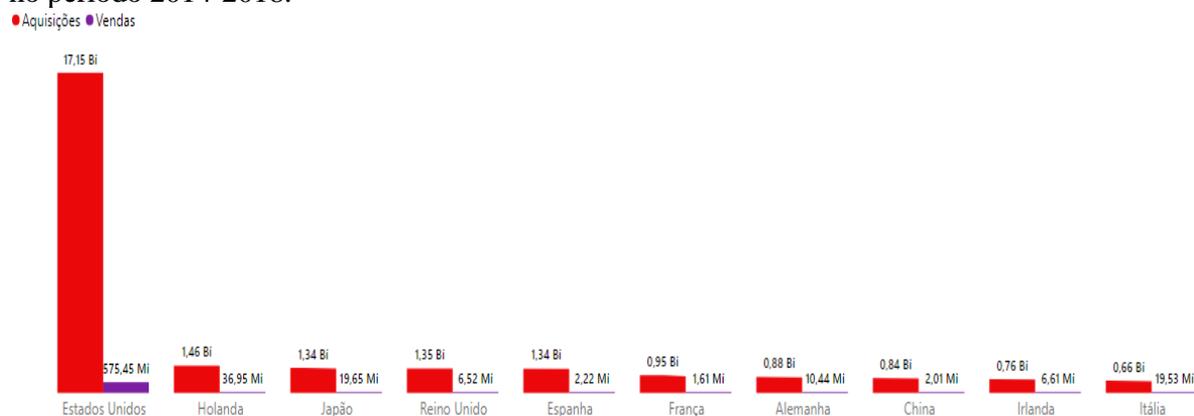
Direitos de Propriedade Intelectual	MG	PR	RJ	RS	SC	SP	Total
Cessão de direitos de obras cinematográficas			\$1,45			\$3,79	\$5,23
Cessão de direitos de obras jornalísticas						\$1,66	\$1,66
Cessão de direitos de obras literárias						\$0,68	\$0,68
Cessão de direitos de obras musicais e outros fonogramas			\$1,98			\$4,16	\$6,14
Cessão de direitos de outras obras audiovisuais						\$6,91	\$6,91
Cessão de direitos sobre marcas						\$13,14	\$13,14
Cessão de direitos sobre programas de computador			\$13,85			\$23,93	\$37,78
Cessão de outros direitos de autor e outros direitos conexos			\$0,74			\$42,06	\$42,80
Cessão de outros direitos de propriedade intelectual não classificados nas posições anteriores		\$1,43	\$3,92			\$12,28	\$17,63
Cessão de outros direitos sobre a propriedade industrial						\$11,74	\$11,74
Cessão temporária de direitos de autor de obras publicitárias						\$2,64	\$2,64
Cessão temporária de direitos sobre programas de computador						\$9,44	\$9,44
Cessão temporária de outros direitos conexos					\$1,39		\$1,39
Contratos de fornecimento de tecnologia (<i>know-how</i>)						\$84,80	\$84,80
Contratos de franquia						\$3,21	\$3,21
Contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica, combinadamente ou não, com qualquer modalidade de transferência de tecnologia	\$0,16	\$1,67	\$42,49	\$3,19	\$2,20	\$93,78	\$143,50
Licenciamento de direitos conexos de produtores de fonogramas			\$45,35				
Licenciamento de direitos de autor de obras cinematográficas			\$0,62			\$18,89	\$19,50
Licenciamento de direitos de autor de obras musicais ou literomusicais			\$60,35			\$8,09	\$68,45
Licenciamento de direitos de obras audiovisuais sobre outras transmissões televisivas			\$65,79				\$65,79
Licenciamento de direitos de obras audiovisuais sobre transmissões de programas televisivos			\$41,45				\$41,45
Licenciamento de direitos de obras literárias			\$0,03			\$3,42	\$3,45
Licenciamento de direitos de outras obras audiovisuais, não classificados nos itens anteriores						\$73,77	\$73,77
Licenciamento de direitos de produção, distribuição ou comercialização de programas de computador			\$0,59	\$0,29	\$0,03	\$46,52	\$47,43
Licenciamento de direitos de uso de programas de computador	\$0,96	\$0,87	\$22,66	\$7,31	\$9,21	\$150,48	\$191,48
Licenciamento de direitos relativos à informação não divulgada			\$241,84				\$241,84

Licenciamento de direitos sobre marcas	\$11,35	\$0,24	\$686,86	\$698,45
Licenciamento de direitos sobre patentes	\$0,42			\$0,42
Licenciamento de outros direitos conexos			\$0,74	\$0,74
Licenciamento de outros direitos de autor			\$0,63	\$0,63
Licenciamento de outros direitos de propriedade intelectual não classificados em nenhuma das posições anteriores	\$5,75		\$80,18	\$85,92
Licenciamento de outros direitos sobre a propriedade industrial	\$2,16			\$2,16
Licenciamento de outros direitos sobre programas de computador			\$3,01	\$3,01
Outras formas de licenciamento e de cessões para exploração de direitos, não classificadas nas posições anteriores	\$10,78	\$1,36	\$147,64	\$159,78
Total	\$1,12	\$3,96	\$573,58	\$12,15
			\$13,07	\$1.534,54
				\$2.138,43

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os demais estados operaram com pouquíssimos itens de direitos de propriedade intelectual. Santa Catarina, por exemplo, obteve US\$ 13,07 milhões dos quais, US\$ 9,21 milhões (70,5%) referiam-se a licenciamento de uso de direitos de programa de computador; Rio Grande do Sul obteve receitas de US\$ 12,15 milhões, sendo que US\$ 7,31 milhões (60%) ficaram concentrados no licenciamento de uso de direitos de programa de computador; e, Paraná conseguiu obter receitas de US\$ 3,96 milhões, distribuídas, entre cessão de outros direitos de propriedade intelectual não classificados nas posições anteriores, contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica, combinadamente ou não, com qualquer modalidade de transferência de tecnologia além de licenciamento de uso de direitos de programa de computador. Por fim, Minas Gerais obteve receita de US\$ 1,12 milhão advindos de duas fontes, contratos de prestação de serviços de assistência técnica e científica, combinadamente ou não, com qualquer modalidade de transferência de tecnologia e licenciamento de uso de direitos de programa de computador.

Gráfico 10 - Os dez países com maior corrente de comércio de propriedade intelectual com o Brasil no período 2014-2018.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Já os principais parceiros nas operações sobre direitos de propriedade intelectual do Brasil são apresentados no Gráfico 10, que relaciona os dez países com maior volume de operações no período 2014-2018.

Os Estados Unidos ocuparam a primeira posição de principal parceria em termos de operações de direitos de propriedade intelectual. A corrente de comércio Brasil-Estados Unidos é representada por aquisições pelo Brasil da ordem de US\$ 17,15 bilhões e vendas do Brasil de US\$ 575,45 milhões. Uma relação profundamente desequilibrada. A segunda posição foi ocupada pela Holanda, de quem o Brasil adquiriu cerca de US\$ 1,5 bilhão e para quem vendeu cerca de US\$ 37 milhões. Completam a relação dos 10 principais parceiros comerciais de direitos de propriedade intelectual do Brasil os seguintes países: Japão, Reino Unido, Espanha, França, Alemanha, China, Irlanda e Itália. Destaque-se que, com nenhum deles a corrente de comércio de propriedade intelectual foi favorável ao Brasil.

7. Considerações finais

As operações de comércio exterior do Brasil, no período 2014-2018, sobre direitos de propriedade intelectual, realizaram-se por meio dos itens relacionados no Quadro 2 deste artigo. Eles são o centro de relações comerciais e econômicas da mais alta complexidade por constituírem a forma peculiar de acesso aos principais bens da assim chamada sociedade do conhecimento, as criações, as invenções e os símbolos, fato que se realiza por meio de processos de licenciamentos, cessões, transferências e fornecimentos. Ademais, essas operações comerciais estão geralmente associadas a estratégias empresariais em busca de retorno de investimentos em pesquisa e desenvolvimento industrial, em investimentos nas indústrias de Tecnologia, Informação e Comunicação, assim como nas indústrias criativas. Em uma palavra, representam operações comerciais fortemente vinculadas a processos de inovação.

Esses dados, portanto, revelam a importância da cultura inovadora para os países e, por consequência, a capacidade de empresas residentes de participarem de processos econômicos e comerciais internacionais marcados pela apropriação de conhecimentos que se expressam por meio de negócios envolvendo direitos autorais e conexos, patentes, desenhos industriais, marcas, topografia de circuitos integrados, cultivares, *softwares* e serviços tecnológicos. Ressalte-se que o desafio de participação num mercado com tais características vai além da geração de inovação, envolve também a constituição de direitos por meio de procedimentos específicos para a proteção dos conhecimentos novos além de gestões visando sua exploração econômica. Isso significa desenvolver e reter competências para lidar com os processos voltados à formalização dos direitos

de propriedade intelectual pertinentes e desenvolver estratégias de colocação de produtos e serviços inovadores no mercado baseados em conhecimentos protegidos, ambiente de intenso uso de contratos de tecnologia.

É certo que uma economia em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, configura-se em um importador líquido de capital, fato que se expressa nos déficits na conta de serviços, incluindo a conta das operações sobre direitos de propriedade intelectual, como se pode observar também em todos os países em desenvolvimento. No entanto, as diferenças nas *performances* dos espaços subnacionais observadas no presente artigo a partir da perspectiva da propriedade intelectual revelam características e ritmos diferenciados de desenvolvimento nas diferentes Unidades da Federação, que não podem ser desconsideradas nas políticas públicas.

E mais, a análise dos dados aqui expostos, para evitar uma visão apologética da propriedade intelectual, levou em consideração a advertência de que “o ambiente institucional e a eficiência da operacionalidade do sistema de propriedade intelectual são condições necessárias, mas não suficientes, pois dependem das condições exógenas ao sistema de propriedade intelectual para a promoção da inovação” (TERUYA; LIMA; WINTER, 2015, p. 69). Em outras palavras, a *performance* dos países no comércio exterior de propriedade intelectual resulta da integração de um conjunto variado de políticas envolvendo as de ciência, tecnologia e inovação, as políticas de propriedade intelectual, as políticas industriais, assim como, as específicas de comércio exterior.

Os dados analisados, neste estudo, refletem a baixa reação do sistema produtivo nacional à introdução do rol de políticas de ciência, tecnologia e inovação pelo governo federal, e replicadas nos vários entes subnacionais no período de transição entre os séculos XX e XXI visando gerar melhores respostas aos desafios da inserção competitiva do Brasil nos novos mercados internacionais, configurados a partir da constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC). O arcabouço legal para estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico representado por leis dispendo sobre contratos de franquia empresarial (Lei nº 8.955/1994, substituída pela Lei nº 13.966/2019), propriedade industrial (BRASIL, 1996), cultivares (BRASIL, 1997), software (BRASIL, 1998b), direitos autorais (BRASIL, 1998^a), segredo industrial (BRASIL, 2002) e topografia de circuitos integrados (BRASIL, 2007), além de toda discussão que resultou na aprovação da lei de inovação (Lei nº 10.973/2004) e do novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação (Lei nº 13.243/2016) criando melhores condições para a interação universidade-empresa associada à nova política de financiamento que criou os fundos setoriais para Ciência e Tecnologia possibilitando novos instrumentos de suporte à inovação, parecem não ter surtido efeitos relevantes para melhorar a posição relativa do Brasil no comércio exterior de serviços, particularmente no que refere às transações sobre direitos de propriedade intelectual.

Destacou-se também nesse estudo a necessidade de tratamento conceitual mais preciso sobre a categoria “propriedade intelectual”. Tal providência é necessária para que não ocorram transposições arbitrárias de sentido que possam interferir na interpretação do quadro geral de hipóteses de incidência tributária, por exemplo. Assim, não cabe confundir os “bens de propriedade intelectual”, cuja caracterização pressupõe o atendimento de requisitos legais, com os respectivos “direitos” que incidem sobre esses bens, direitos esses reconhecidos legalmente como “bens móveis” e, nessa condição, passíveis de transferência por meio de contratos de licença, cessão e congêneres que compreendem, *per se*, “operações” originárias de variação patrimonial.

Por fim, uma das dificuldades enfrentadas na realização deste estudo foi, à despeito da importância do Siscoserv e o conjunto de dados por ele disponibilizados, a constatação de inconsistências na exposição dos dados ali consolidados. Não raro o código NBS estava associado à descrição de serviço diferente, falha material mais claramente detectada nos dados do ano de 2015, fator que impõe o necessário aperfeiçoamento dos processos de coleta, organização, legitimação e disponibilização dos dados. Neste artigo, fez-se a opção de fundamentar as análises nos dados associados aos códigos NBS para então explicitar os serviços conforme descrição oficial da NBS.

Por último, mas não menos importante, é mister reforçar a relevância e necessidade de um sistema do tipo Siscoserv que, diferentemente do balanço de pagamentos, disponibiliza dados desagregados sobre o comércio exterior de serviços por tipo, operação, valores, Unidades da Federação e países. Para efeitos de realização de estudos futuros esta é uma base de dados que oportuniza a produção de estudos, diagnósticos e cenários indispensáveis para orientação e desenvolvimento de propostas de políticas públicas de inovação e propriedade intelectual assentadas numa clara visão dos fatos.

Referências

ABREU, M. P. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2014.

ARRABAL, A. K.; ARRABAL, O. H. B. Estatuto ontológico dos objetos de propriedade intelectual. **Revista da ABPI**, n. 166, p. 26-41, maio/jun. 2020.

ASCENSÃO, J. O. Direito intelectual, exclusivo e liberdade. **Revista da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região**, Recife, n. 3, p. 125-145, mar. 2002. Disponível em: <https://revista.trf5.jus.br/index.php/esmafe/article/view/127>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**: Módulo público, 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>. Acesso em: 6 jun. 2021.

BARBOSA, D. B. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012b. **Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e as Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7708.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. **Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11484compilado.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. **Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112546.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. **Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11484compilado.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. **Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19456.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998b. **Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998a. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Estatísticas do Siscoserv**. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/produzitividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/estatisticas-do-siscoserv>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Siscoserv**: manual informativo: módulo aquisição. 12ª edição publicada pela portaria conjunta RFB/SCS n. 2.066 de 21 de dezembro de 2018a. Disponível em: http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/siscoserv-sist-integrado-de-com-exterior-int-e-outras-operacoes-prod-var-patrim/manuais-siscoserv/12aedicaomanualmoduloaquisicao_final.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Siscoserv**: manual informativo: módulo venda. 12ª edição publicada pela portaria conjunta RFB/SCS n. 2.066 de 21 de dezembro de 2018b. Disponível em: http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/siscoserv-sist-integrado-de-com-exterior-int-e-outras-operacoes-prod-var-patrim/manuais-siscoserv/12aedicaomanualmodulovenda_versao_final.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Portaria conjunta nº 22.091, de 8 de outubro de 2020. Revoga a Portaria MDIC nº 113, de 17 de maio de 2012, e suas alterações, a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1908, de 19 de julho de 2012, e suas alterações, e a Portaria Conjunta RFB/SCS nº 2.066, de 21 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 202, p. 17, 21 out. 2020. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=17&data=21/10/2020>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Portaria conjunta RFB/SCS nº 1.429, de 12 de setembro de 2018. Aprova a versão 2.0 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e das Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NEBS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 179, p. 20, 17 set. 2018c. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=20&data=17/09/2018>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Portaria conjunta RFB/SCS nº 1.820, de 17 de dezembro de 2013. Aprova a versão 1.1 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NBS e das Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - NEBS, com ajustes à versão anterior, publicada pelo Decreto nº 7.708, de 02 de abril de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 187-272, 19 dez. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=187&data=19/12/2013>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BRASIL. Portaria conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012a. Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 140, p. 31-32, 20 jul. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/07/2012&jornal=1&pagina=31>. Acesso em: 31 jul. 2021.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SILVEIRA, N. **Propriedade intelectual**. 5. ed. Barueri: Manole, 2014.

TERUYA, D.; LIMA, A. A. de; WINTER, E. Papel da propriedade intelectual no processo inovativo. In: PROENÇA, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JR., J. A. V; TÁVORA JR., J. L.; SALERMO, M. (orgs.) . **Gestão da inovação e competitividade no Brasil**: da teoria para a prática. Porto Alegre: Bookman, 2015. Cap. 4, p. 57-69.

Estado, desenvolvimento e panorama social na América Latina: análise de indicadores em países selecionados - Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia

Silvio F. Barboza*
 Josiane S. Mendes**
 Henrique P. Campos***

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar e analisar indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México. Realiza-se pesquisa de cunho descritivo com abordagem analítica sob perspectiva histórica-comparativa. Recorrem-se a fontes de informações, dentre as quais as fornecidas pela base de dados da CEPAL. Os resultados apontam países com maiores indicadores em IDH, Chile e Argentina; em participação de gastos em educação em relação ao PIB, Brasil e Argentina; em concentração de renda, Brasil e Chile, em extrema pobreza, Brasil e Colômbia; em menor índice de analfabetismo Argentina e Chile; e em mortalidade infantil, Brasil e Colômbia. Estudos dessa natureza são instrumentos para gestores públicos implementarem ações para mitigar condições que limitam o desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, América Latina, indicadores sociais

State, development and social panorama in Latin America: analysis of indicators in selected countries – Brazil, Argentina, Chile, Colômbia e México.

Abstract

This study aims to present and analyze economic development indicators in the Brasil, Argentina, Chile, Colombia e Mexico. Descriptive research is carried out using an analytical approach under a historical-comparative perspective. Sources of information are used, including those provided by the CEPAL database. The results point to the countries with the highest indicators in HDI, Chile and Argentina; in share of education expenditures in relation to GDP, Brasil and Argentina; in income concentration, Brasil and Chile, in extreme poverty, Brasil and Colombia; in lower illiteracy rate Argentina e Chile; and in infant mortality per thousand inhabitants, Brasil and Colombia. Studies of this nature are instruments for the public managers to implement actions aimed at mitigating conditions that limit development.

Keywords: Economic development, Latin America, social indicators

Classificação JEL: I00; I10; I20; I30

* Doutorando do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: silviodso@yahoo.com.br

** Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: josiete.ifpb@gmail.com

*** Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e técnico das Centrais Elétricas de Santa Catarina. E-mail: hpcampos2@gmail.com

1. Introdução

O papel do Estado no processo de desenvolvimento é um assunto academicamente controverso, pois discute-se com frequência qual o nível de intervenção estatal necessário para um país. Para Chang (2000) a resposta para essa indagação encontra-se no contexto do qual os países estão inseridos, pois uma ação estatal pode auxiliar um determinado país a lograr o desenvolvimento e em outro pode interferir negativamente neste processo.

Nesse sentido, a discussão sobre os elementos históricos e contextuais é fundamental para o entendimento da realidade específica dos países, e da necessidade de intervenção no sentido de melhoria das condições sociais. Especificamente, no contexto da América Latina, o pensamento cepalino conduziu (teoricamente e na prática ao propor políticas públicas) as ideias e os ideais de desenvolvimento dos países em desenvolvimento (IGLESIAS, 2010).

Assim, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é reconhecida pela literatura como a principal sistematizadora e agregadora de teorias do desenvolvimento no contexto dos países latino-americanos (SILVEIRA; ANGELI, 2020). A partir de um entendimento atual de que o desenvolvimento de um país não se vincula apenas ao seu crescimento econômico; a CEPAL, vem discutindo os limites do crescimento e procurando alternativas para a construção de um desenvolvimento que leve a equidade e a justiça social, seguindo as ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina (PAIVA, 2006).

Filiando-se a essa corrente de entendimento e a vontade de modificações profundas na sociedade latino-americana, apresenta-se o presente artigo que tem como objetivo analisar quais são as condições econômicas e sociais dos principais países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) no limiar do século 21, comparando dados de indicadores das últimas duas décadas (2000-2020). Tal intenção analítica emergiu dos seguintes questionamentos e reflexões: qual o cenário socioeconômico da América Latina nas duas últimas décadas?

Com o intuito de responder à presente indagação, o artigo encontra-se dividido em 5 seções, sendo que nessa 1ª. seção faz-se a introdução; na 2ª. seção apresentam-se algumas reflexões sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento e resolução (ou não) das questões sociais; na 3ª. expõem-se a metodologia utilizada no trabalho; na 4ª. seção apresentam e analisam os indicadores socioeconômicos selecionados para cinco países – Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México -; e, por fim, na 5ª. seção elaboram-se as conclusões finais.

2. Desenvolvimento, questões sociais e o papel do Estado: os rumos do pensamento cepalino

O estudo mais abrangente da temática desenvolvimento, sob as lentes de diversas perspectivas teórico-analíticas, têm evidenciado a complexidade do fenômeno, sublinhando a relevância de diferentes aspectos à sua compreensão e efetividade, para além do estritamente econômico: educacional (todos os níveis, inclusive, técnico e tecnológico); redistributivo (equidade social); institucional (compreendida, inclusive, em um sentido amplo e relacional, que abrange questões culturais, orientação para novos padrões de consumo, criatividade, aprendizagem, etc.); político (vontade política, capacidade de mobilização, governabilidade); administrativo (governança); tecnológico/inovativo; ecológico; sustentável etc.

Não obstante aos desafios epistemológicos inerentes ao discernimento do fenômeno, refletidos, inclusive, nas questões conceituais (PRADO, 2010), essa realidade teórico-empírica tem sugerido a superação de uma visão fragmentada e reducionista do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que denota a importância de aspectos contextuais, sejam eles macro ou microsociais, para o entendimento dos distintos cenários em que se concretiza.

No contexto latino-americano, destaca-se o papel da CEPAL como principal sistematizadora e agregadora de teorias do desenvolvimento e das reflexões acima apresentadas (SILVEIRA; ANGELI, 2020).

O núcleo básico da teoria cepalina, conhecida como estruturalista, foi elaborada pelo argentino Raul Prebich, consultor e posteriormente secretário executivo da comissão econômica (1950), em seu ensaio *"El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas"*, de 1949 (e subsequentes). Outros nomes, no entanto, merecem destaque pelas importantes contribuições ao pensamento cepalino, dentre eles: Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, José Medina Echavarría, Regino Boti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vásquez, e outros (BIELCHOWSKY, 1988; PAIVA, 2006).

No campo teórico, autores indicam como motivação desse enfoque a insuficiência de respostas, por parte das abordagens econômicas clássicas (cujos esquemas interpretativos provinham dos países “desenvolvidos”), às especificidades econômicas e sociais dos países latino-americanos (BIELCHOWSKY, 1988; PAIVA, 2006; SILVEIRA; ANGELI, 2020).

No centro das questões levantadas por Prebisch, originalmente, está a constatação empírica das desigualdades (em seus diferentes aspectos) entre os países industrializados e os produtores e exportadores de produtos primários que caracteriza uma “divisão internacional do trabalho” (PAIVA, 2006) e, conseqüentemente, a necessidade de se pensar políticas de

industrialização como meio de superação dessas desigualdades (notadamente a condição de subdesenvolvimento e pobreza dos países latino-americanos), por meio da ação programada do Estado (BIELCHOWSKY, 1988; SILVEIRA; ANGELI, 2020).

Acreditava-se que a expansão industrial traria resultados positivos através da absorção do excedente populacional e elevação da produtividade e renda. O modelo inicial foi o da industrialização por substituição de importações (COLISTETE, 2001). Segundo o autor supracitado, na década de 1960, há uma adição ao pensamento original no sentido de que o processo de industrialização teria que incorporar setores de bens mais complexos, capazes de difundir progresso técnico por toda estrutura industrial, abandonando, desse modo, a hipótese de que a simples diversificação industrial promoveria o fim da condição periférica.

Uma vez que as expectativas em torno do modelo de desenvolvimento não se confirmaram com o processo de industrialização por substituição de importações, o processo de industrialização realizou a produção de bens antes importados. Porém, as desigualdades e a dependência da região se aprofundaram, não sendo capaz de realizar a autonomia desejada, reduzir as desigualdades, absorver o contingente desempregados, dentre outros – aspectos do modelo de desenvolvimento. Nesse curso, passa a ser questionado, motivando na década de 1960 a elaboração de teorias críticas dentro do próprio movimento da CEPAL, e uma ampla discussão sobre os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e relações de dependência dos países latino-americanos inseridos no âmbito de uma divisão internacional do trabalho (ALMEIDA, 2009; RODRIGUES, 2015).

Celso Furtado (1920-2004), um dos grandes pensadores do desenvolvimento latino-americano, em sua preocupação com o subdesenvolvimento, indica outras dimensões dessa dependência. Segundo Moreira (2015), Furtado defende que a dependência não se reduz aos aspectos econômicos, é, também, cultural e tecnológica, e se estende a diferentes aspectos da vida, tolhendo a criatividade necessária à promoção do desenvolvimento.

Almeida (2009, p. 122) argumenta que em Furtado o desenvolvimento é mais do que acumulação de capital, passa, antes, por um “processo de transformação na estrutura econômica, política e social”, envolvendo o conjunto da estrutura produtiva e as forças sociais em função da coletividade.

Isso implica dizer que, no pensamento furtadiano, o crescimento da produtividade não é condição suficiente para que se produza o “verdadeiro desenvolvimento”. Para o autor, o desenvolvimento vai além do econômico, está referido a uma melhoria do bem-estar da população como um todo, com uma crescente homogeneização social (FURTADO, 1992).

Analisando o processo de desenvolvimento de países asiáticos, o autor destaca a importância da homogeneização social como uma condição necessária (mas não suficiente) para a superação da condição de subdesenvolvimento. Para Furtado (1992, p. 6), o conceito de homogeneização social não está referido a uniformização dos padrões de vida e sim à satisfação, de forma apropriada, das “necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais” de membros de uma sociedade.

Bresser-Pereira (2006, p. 208, 209), corroborando com o pensamento de Furtado, afirma que o desenvolvimento é um “processo histórico de crescimento sustentado da renda” que visa a “melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional”. E, por consequência, é resultante da “sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção”, bem como de instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais, usos e costumes).

Segundo o autor, desenvolvimento econômico não coincide com desenvolvimento social e/ou com uma distribuição de renda mais equitativa, embora acredite que em um longo ou médio prazo o crescimento econômico possa elevar os padrões médios de vida da população. Bresser Pereira (2006) destaca a experiência histórica dos países latino-americanos, indicando que o crescimento econômico pode ser altamente concentrador de renda e fortemente injusto.

O que se percebe é que, o “esquecimento” do social ou a sua subsunção aos aspectos econômicos (verificadas em algumas abordagens) têm dificultado o devido tratamento das desigualdades e dos problemas estruturais nesses países. As assimetrias internas e externas não são tratadas, porque a ideologia dominante espera que a solução para as questões sociais venha como um subproduto do crescimento econômico (realizado pelo e no mercado), o que não se confirma historicamente. Sob esse aspecto, o crescimento econômico tem se mostrado seletivo e desigual.

Estudos históricos sobre o tema evidenciam que este tem ocorrido mais por meio das diferentes estratégias políticas, econômicas e sociais planejadas e dirigidas pelo Estado do que pela “mão invisível” do mercado: investimento em educação e infraestrutura; protecionismo da indústria nascente; intervenção e investimento em áreas estratégicas (tecnologia, P&D, aprendizagem) etc. (BRESSER-PEREIRA, 2009; CHANG, 2004a, 2004b; FIORI, 1999).

Notabiliza-se, desse modo, a importância histórica da ação planejada do Estado (sem, contudo, desconhecer as ambiguidades, os conflitos de interesses e as lutas travadas em seu interior) na regulação do sistema socioeconômico capitalista e na promoção de políticas de desenvolvimento, contrariando as noções de “Estado mínimo” e de “virtuosidade” de um

mercado autorregulado e impessoal, defendidas veementemente pela perspectiva econômica (neo) liberal.

Contudo, resta evidente nas análises históricas, tanto dos países desenvolvidos quanto dos de industrialização tardia, a fundamental importância da ação planejada do Estado para o desenvolvimento (em um sentido amplo), sobretudo, para os países periféricos, ainda, com grandes desafios (infra) estruturais a serem superados (econômicos, sociais, políticos, institucionais, tecnológicos etc.) (BRESSER-PEREIRA, 2009; EVANS, 1996; FIORI, 1999).

Nesse caminho, o pensamento cepalino tem apresentado importantes contribuições para o campo das teorias do desenvolvimento (subdesenvolvimento, dependência, entre outras) no contexto latino-americano, notadamente com construções teóricas e estudos empíricos que permitem desvelar as relações assimétricas de uma economia global, hierarquizada e alicerçada em uma divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos desempenham um papel subalterno.

Seu enfoque regional permite, não apenas, a reflexão sobre as especificidades da realidade latino-americana, transcendendo os enfoques nacionais do desenvolvimento (situando o contexto local em um cenário mais amplo), mas, também, uma crítica a natureza do tipo de desenvolvimento capitalista imposto a esses países, expondo as contradições de um sistema de acumulação que gera um desenvolvimento desigual, e os desafios à superação dos problemas estruturais originados por este (internos e externos).

No entanto, em sua origem, resta a constatação de que as políticas de desenvolvimento adotadas não levaram em consideração as contradições e carências inerentes ao contexto latino-americano (pelo menos não as sociais) – caracterizado, sobretudo, por um contingente da população que não possuía os recursos nem os meios necessários para serem incluídos no processo^[1] – sendo constatadas, posteriormente, apenas, como uma expectativa frustrada.

Como fizeram Furtado (1992) e Fajnzilber (1990), os tratamentos teóricos-analíticos do novo-desenvolvimentismo e no social-desenvolvimentismo resgatam com muita propriedade a necessidade de uma visão mais ampla e integral do desenvolvimento para esse contexto específico, com a inclusão de aspectos importantes, como institucionais, políticos, tecnológicos etc., mas sobretudo, a dimensão social. Essa é tão fundamental para superação dos desafios estruturais ainda presentes na realidade desses países, tendo em vista as profundas desigualdades sociais e econômicas que marcam essas sociedades.

¹ Rodrigues (2015), citando o trabalho de Luce (2011), indica o esgotamento do denominado “exército industrial de reserva”, tendo em vista que a grande massa de trabalhadores (realidade do contexto latino-americano) não possuía qualificação para compor o referido “exército”.

Destacaram, ainda, os desafios inerentes à ação estatal, notadamente, na construção e articulação (com atores políticos, econômicos e social) dos meios necessários à construção de uma estratégia nacional para superação dos problemas estruturais (internos e externos), dentre eles, os que dizem respeito a dimensão social, como: baixo nível de educação e qualificação, desigualdades extremas, infraestrutura precária etc., os quais apresentam-se como entraves ao “verdadeiro desenvolvimento”.

Apesar dos avanços ocorridos, o que se percebe é que a solução desses problemas sociais representa, ainda, um grande desafio para os países da América Latina. O que se constitui, da mesma forma, em um enorme desafio teórico, metodológico e prático (no sentido de construção das políticas públicas) a ser superado.

3. Metodologia

O estudo é de natureza descritiva com abordagem analítica em perspectiva histórica comparativa. Recorre-se a base teórica para expressar, de forma sintética, o significado de desenvolvimento e o tratamento que recebe sob perspectiva heterodoxa. Nessa via, considera o desenvolvimento como processo que envolve aspectos econômicos, sociais e políticos. Desenvolvimento é considerado dinâmico, em movimento e requer intervenção estatal constante e não ocasional. Destaque é dado nessa discussão, a visão estruturalista da CEPAL, tendo como referência às contribuições de Furtado, Fajnzylber e Rodrigues entre outros.

Recorre, também, a dados secundário para apontar e analisar um conjunto de indicadores, dentre os quais os relacionados a emprego, educação, renda, vulnerabilidade, violência e saúde. São selecionados cinco países latino-americanos para análise comparativa: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México. Para tanto, utilizam-se de fontes de dados como: *World Development indicators* (2020), *Human Development Reports*, (2020), *Cepal Stats* (2021) e *World Inequality Database* (2020).

4. Indicadores de desenvolvimento comparativos

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país expressa o valor da riqueza produzida em seu território, em determinado período. Refere-se ao conjunto dos bens e serviços produzidos empresas e por indivíduos em diferentes atividades econômicas. Esse indicador pode ser calculado levando em consideração um município, região, unidade federativa e país. Em sua

composição encontram-se, tradicionalmente, a riqueza produzida por três setores: agropecuária, indústria e serviços.

A riqueza produzida, por sua vez, pode ser calculada considerando a população existente, cujo indicador é o PIB *per capita*. Esse indicador representa, grosso modo, o quanto cada habitante produz de riqueza em determinado período. Constitui um indicador questionado, quase sempre, pois o uso da média, nem sempre representa a realidade, dado que esconde diferenças internas. Contudo, deve ser elaborado e analisado em conjunto com outras variáveis socioeconômicas.

Ambos indicadores – PIB e PIB *per capita* - constituem variáveis macroeconômicas utilizadas, em grande monta por órgãos governamentais e multilaterais, para verificar o comportamento da economia e ser objeto de análise, individual e comparativa. Uma série histórica de anos possibilita ter uma clara evidência se a economia, está em processo de crescimento ou de desaceleração. Nesse curso, podendo resultar medidas de políticas econômicas promotoras ou de correções necessárias.

Tabela 1 – População, PIB e PIB per capita valor adicionado por setor econômico dos países selecionados da América Latina, 2019

País	População (hab.)	PIB (US\$ bilhões)	PIB per capita (US\$)	VA como % do PIB		
				Agropecuária	Indústria	Serviços
Argentina	45.376.763	383,1	8.441,9	6,84	22,47	54,34
Brasil	212.559.409	1.444,7	6.796,8	5,91	17,65	62,92
Chile	19.116.209	252,9	13.231,7	3,86	31,43	56,48
Colômbia	50.882.884	271,3	5.332,8	7,68	23,78	59,68
México	128.932.753	1.076,2	8.346,7	3,89	29,63	59,97
América Latina e Caribe	636.492.840	4.611,1	7.244,6	5,63	23,17	60,53

Fonte: *World Development indicators* (2020).

Constata-se, por meio da Tabela 1, que o país com maior população é o Brasil (212.559.409), acompanhado do México (128.932.753) e da Colômbia (50.882.884). Essa densidade populacional é, também, evidenciada na relação com o Produto Interno Bruto (PIB), exceto no caso da Colômbia, que apesar de possuir a terceira maior população dos países selecionados, apresenta um PIB inferior ao da Argentina.

Porém, ao considerar o PIB *per capita*, observa-se que o quadro se modifica. O Chile apesar de possuir a menor população (19.116.209) entre os países em análise, apresenta o maior nível nesse indicador (US\$ 13.231,7), seguido pela Argentina (US\$ 8.441,9) e pelo México (US\$ 8.346,7). A Colômbia e o Brasil, por sua vez, apresentam o menor valor do PIB per capita,

US\$ 5.332,8 e US\$ 6.796,8, respectivamente, abaixo da média dos países da América Latina e Caribe (US\$ 7.244,6).

No que diz respeito a participação dos setores da economia no PIB dos países em questão, observa-se os seguintes maiores percentuais de participação: no setor Agropecuário, Colômbia (7,68%) e Argentina (6,84%); no setor Industrial, Chile (31,43%) e México (29,63%); e no de Serviços, Brasil (62,92%) e México (59,97%).

Os menores percentuais de participação, por seu turno, encontram-se: no setor Agropecuário, Chile (3,86%) e México (3,89%); no setor Industrial, Brasil (17,65%) e Argentina (22,47%); e no setor de Serviços, Argentina (54,34%) e Chile (56,48%).

A partir desses dados, é possível observar uma relação positiva do PIB *per capita* com o setor industrial, com exceção da Argentina que, embora possua a segunda maior renda *per capita* dos países selecionados, possui o segundo menor percentual de participação no setor industrial.

Contudo, considerando que a análise do PIB e dos setores que o compõem é tão somente uma das facetas do desenvolvimento de um país, apresenta-se na sequência outros indicadores que embasam a perspectiva de análise deste artigo: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Emprego; Educação; Desigualdade; Pobreza e Vulnerabilidade; Violência; e Saúde.

4.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

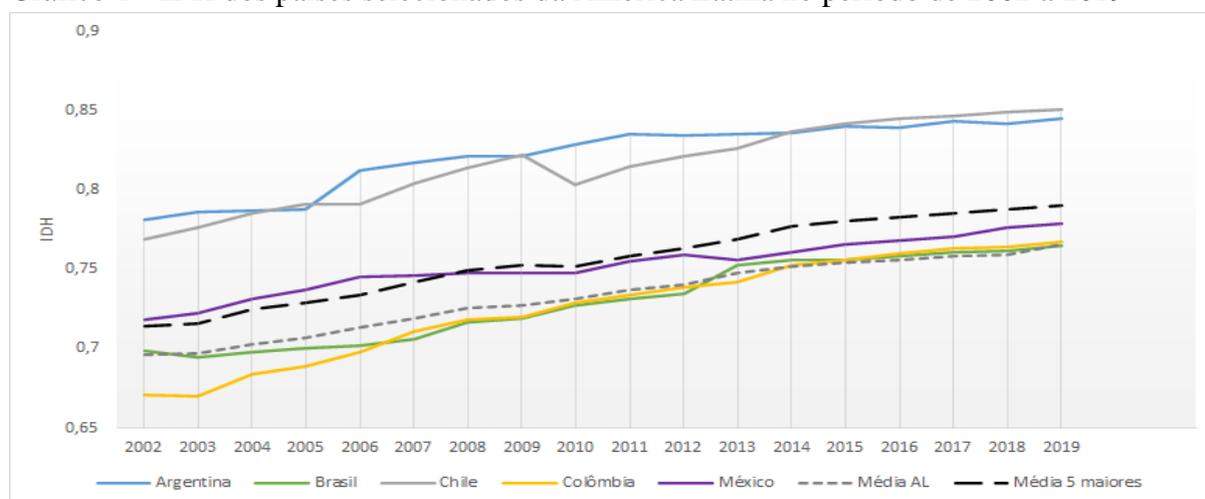
Conforme descrito pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2013), o conceito e as medidas de Desenvolvimento Humano, IDH, encontram-se apresentados no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, em 1990, sendo idealizados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Desde sua origem, trata-se de uma alternativa ao pensamento hegemônico, o qual possuía como principal medida de desenvolvimento o Produto Interno Bruto (PIB), caracterizando-se por uma forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento, avaliando as condições sociais e não apenas as econômicas. Em sua forma clássica, o IDH é composto por três indicadores: Longevidade (vida longa e saudável), Educação (acesso ao conhecimento) e Renda (padrão de vida digno) (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

No Gráfico 1, apresenta-se a trajetória do IDH dos países selecionados. De uma forma geral, o período analisado (2002 a 2019) demonstra uma evolução positiva desse indicador.

O IDH tem sido utilizado para classificação do grau de desenvolvimento e condições de vida da população de um local, região, estado federativo e país. Organismos internacionais - Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial -, usam esse indicador para classificar o país com desenvolvimento humano muito alto, em desenvolvimento humano médio e alto e desenvolvimento humano baixo, dado que considera em seu cálculo as variáveis socioeconômicas citadas. Em particular, a ONU utiliza a seguinte classificação para o IDH, em nível mundial: 0,800 – 1,000 (muito alto); 0,700 – 0,799 (alto); 0,555 – 0,699 (médio); e 0,350 – 0,554 (baixo).

Gráfico 1 - IDH dos países selecionados da América Latina no período de 2002 a 2019



Fonte: Human Development Reports (2020).

No presente estudo, os maiores IDH são do Chile (0,851) e da Argentina (0,845), representados tanto isoladamente quanto comparados com a média geral da América Latina (0,766) e a média dos países selecionados (0,790). Na contramão, o Brasil e a Colômbia destacam-se negativamente com os menores índices, 0,765 e 0,767, respectivamente, abaixo, inclusive, da média dos cinco maiores países.

Apesar de possuírem os menores índices, a Colômbia e o Brasil estão entre as maiores variações entre os países analisados, considerando a diferença entre o ano inicial e o final no período em questão. A Colômbia apresenta a maior variação, de 0,101, o Chile a segunda, de 0,095 e o Brasil a terceira, de 0,08.

Especificamente em relação ao Brasil, observa-se que este esteve sempre muito próximo aos níveis de IDH da América Latina, com exceção ao período de 2004 a 2012. No entanto, essa proximidade ressalta a discrepância em relação a alguns países como, por exemplo, Chile e Argentina. Em 2000, o IDH para o Brasil registra 0,685 enquanto o da Argentina expressa

0,781 e o do Chile aponta 0,756. Nessa descrição, embora o Brasil tenha apresentado avanços, ainda se encontra abaixo dos países selecionados para esse estudo.

Tabela 2 - Desagregação dos dados em relação ao IDH dos países selecionados da América Latina, 2000 e 2019

País	Expectativa de vida ao nascer (anos)		Expectativa de anos de escolaridade		Média de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais		PNB <i>per capita</i> (PPC \$ em 2017)	
	2000	2019	2000	2019	2000	2019	2000	2019
Argentina	73,6	76,7	15,6	17,7	9,1	10,9	18.179	21.190
Brasil	70,1	75,9	14,3	15,4	5,6	8,0	11.276	14.263
Chile	76,4	80,2	13,3	16,4	8,8	10,6	14.679	23.261
Colômbia	72,9	77,3	11,4	14,4	6,5	8,5	8.947	14.257
México	74,3	75,0	11,5	14,8	6,7	8,8	17.402	19.160
Média AL	71,6	75,6	12,8	14,6	6,6	8,7	11.970	14.812
Média 5 maiores	73,4	77,1	12,6	15,3	6,9	9,0	13.076	17.735

Fonte: *Human Development Reports* (2020).

Analisando indicadores do IDH isoladamente, é possível identificar os quesitos nos quais os países destacam-se negativamente e/ou positivamente. Conforme a Tabela 2, o Chile sobressai-se da Argentina com uma diferença no quesito expectativa de vida, em 3,5 anos e no PNB *per capita*, em US\$ 2,071. Comparando os países que apresentam os maiores e menores índices, a diferença é de 5,2 anos de expectativa de vida entre o Chile (80,2) e o México (75,0); de 2,9 anos na média de anos de escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais entre a Argentina (10,9) e o Brasil (8,0); e de US\$ 9.004 entre o Chile (US\$ 23.261) e a Colômbia (US\$ 14.257), a diferença mais significativa em termos percentuais, cerca de 63%.

4.2 Emprego

O emprego constitui um fator de produção de riqueza capitalista. Expressa a posição do trabalhador no uso de sua capacidade de executar determinada tarefa, em uma atividade econômica. A quantidade de pessoas empregada refere-se um indicador de ocupação do trabalhador, podendo estar empregada numa empresa privada, órgão público, associação de classe, entre outras instâncias empregadoras. Ao contrário, o desemprego expressa determinada situação em a pessoa está fora do circuito de criação de riqueza nas atividades - agricultura, indústria e serviços -, por consequência, sem remuneração para obter produtos e serviços no mercado.

Agrega-se a esses indicadores o emprego informal, que expressa situação em que se exerce atividade econômica sem vínculos empregatícios ou trabalho registrado formalmente. Assim como, junta-se outro indicador bem utilizado em estudo sobre mercado de trabalho: população economicamente ativa. Esse indicador expressa a população empregada ou que possui condições de trabalhar – idade, interesse e condições de trabalhar. No Brasil, a população economicamente ativa é considerada o contingente de pessoas entre 18 e 65 anos, sendo que pessoas entre 15 e 18 anos são registradas apenas como aprendiz de função.

Os indicadores citados servem para verificar as condições socioeconômicas em que se encontra a população de um município, região, estado federativo e país. Em momento de crescimento da economia, o número de empregados eleva-se, dado que mais pessoas participam de forma produtiva das diferentes atividades econômicas. Em situação inversa, de crise econômica, eleva-se o nível do desemprego, trazendo várias consequências sociais, dada a perda da remuneração por não estar exercendo função em determinada atividade econômica.

Conforme observa-se na Tabela 3 e no Gráfico 2, no quesito Emprego, no geral, o aumento de taxa de participação na atividade econômica e a diminuição das taxas de desemprego e de trabalho informal, com exceções: a) Colômbia, com a diminuição da taxa de participação na atividade econômica de 1,3 pontos percentuais (pp) e aumento da taxa de informalidade em 0,2 pp; b) México, com aumento na taxa de desemprego em 0,8 pp; c) Brasil, com aumento da taxa de desemprego em 2,2 pp, apresentando, inclusive, a maior taxa de desemprego (12,1%), acima da média dos países selecionados (8,4%) e da média da América Latina (8,1%).

Tabela 3 - Dados desagregados sobre o emprego nos países selecionados da América Latina, 2000, 2019 e 2020

País	Taxa de participação na atividade econômica (%)		Taxa de desemprego (%)		Trabalho informal (%)*	
	2000	2020	2000	2019	2000	2019
Argentina	58,4	63,7	15,0	9,8	22,8	21,8
Brasil	65,9	68,3	9,9	12,1	32,8	27,9
Chile	54,7	59,1	10,5	7,1	27,6	22,7
Colômbia	65,4	64,1	20,5	9,7	46,9	47,1
México	59,3	65,5	2,6	3,4	31,8	26,9
Média AL	62,6	66,3	9,1	8,1	-	33,2
Média 5 maiores	60,7	64,1	11,7	8,4	32,38	29,28

Fonte: World Development indicators (2020), Cepal Stats (2021).

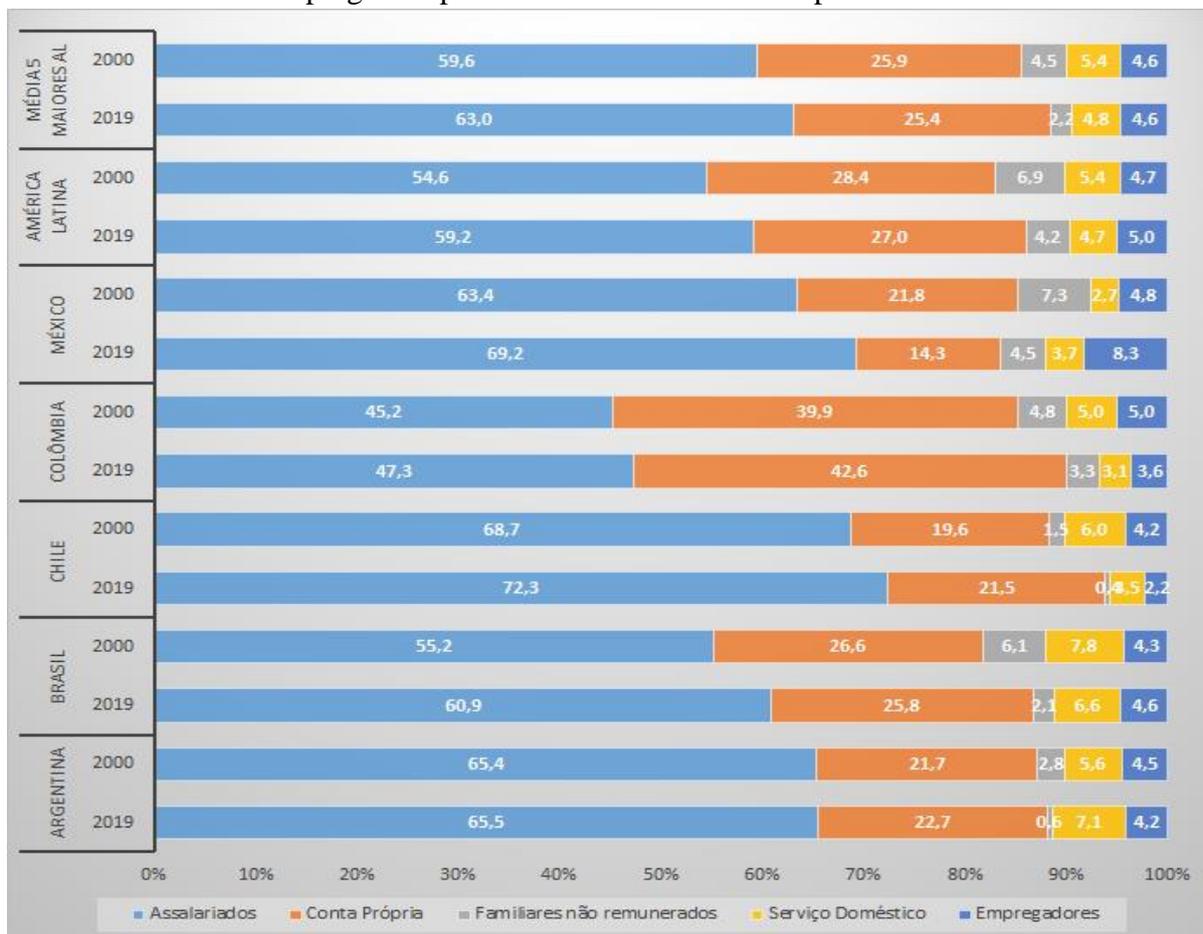
*Corresponde a série vulnerable work, da ILOSTAT.

O México e o Chile destacam-se com as menores taxas de desemprego, 3,4% e 7,1%, respectivamente, e a Colômbia com a maior taxa de informalidade, 47,1%. Os maiores percentuais de participação na atividade econômica são do Brasil (68,3%) e do México (65,5%), países que apresentam os dois maiores contingentes populacionais.

No que se refere às categorias ocupacionais, levando em consideração a média da América Latina, no geral, o período é marcado pelo aumento da massa de assalariados e de empregadores, redução das taxas de ocupações por conta própria, de familiares não remunerados e de serviços domésticos.

Algumas exceções estão no aumento na taxa de ocupações por conta própria na Colômbia em 2,7 pp, na Argentina, em 1 pp, e no Chile, em 1,9 pp. Destaca-se, ainda, o aumento da taxa de serviços domésticos no México, em 1 pp, e na Argentina, em 1,5 pp.

Gráfico 2 - Taxa de emprego nos países da América Latina no período entre 2000 e 2019



Fonte: Word Development Indicators (2020), Cepal Stats (2021).

A maior taxa de assalariados dos países em análise é a do Chile, com 72,3% da população economicamente ativa inserida no mercado de trabalho formal. Quando somado com os empregadores, o mercado formal chega a 74,5% no período. O México vem logo em seguida

com 69,2% de sua população economicamente ativa em ocupações assalariadas. Quando somadas às ocupações de empregadores, o mercado formal atinge o percentual de 77,5%, ultrapassando o Chile.

Chama atenção a Colômbia com aproximadamente 49% da população economicamente ativa em atividades informais, quando somadas as ocupações por conta própria, serviços domésticos e familiares não remunerados. A maior variação na massa de assalariados no período ocorreu no México e no Brasil, com aumento de 5,8 pp e 5,7 pp, respectivamente.

4.3 Educação

A educação constitui uma variável que expressa o conhecimento de uma pessoa, que pode ser obtida formalmente em instituições de ensino, ou em contextos informais expresso em esforço próprio, experiência no exercício de atividades, em processos interativos, etc. A educação advém da obtenção, acúmulo e difusão de conhecimento, considerada direito universal e meio transformador da sociedade. Junto com a educação encontra-se a sociabilidade, dado que é obtida em convívio social, ainda que não se resume só a isso. A educação integra o indivíduo na sociedade e permite melhor compreensão da estrutura, do funcionamento e dos fenômenos econômicos, sociais e políticos.

Nesse curso, vários indicadores decorrem do uso da educação para medir o desenvolvimento de um local, região, estado federativo e país. Assim, tempo médio de estudo, matrícula escolar, desistência e abandono escolar, nível de escolaridade, analfabetismo, etc são indicadores que derivam da educação. Tais índices assumem relevância, pois são objeto de políticas de desenvolvimento pelos governos, dado que a educação é um direito humano e o Estado tem um papel fundamental de oferecer condições à população, independentemente do nível de renda e do *status* social. Não sem razão, evidências comparativas são feitas, dentro do país e entre países, no uso do indicador que aponta o percentual destinado a educação do país em relação ao PIB.

Observando alguns dados da educação no contexto dos países analisados, notabiliza-se que é um período em que houve um aumento no investimento em educação, aumento na taxa de escolaridade (ensino médio) da população com 25 anos ou mais e redução das taxas de analfabetismo. Conforme a Tabela 4, observa-se, positivamente, a Argentina e o Chile, com as menores taxas de analfabetismo, 1% e 3,6% de sua população, respectivamente. O Chile e o México registram a maior média de pessoas com 25 ou mais que possui no mínimo o ensino

médio, com participações de 79,6% e 63%, respectivamente, da população ao final do período analisado.

Tabela 4 - Dados sobre educação nos países selecionados da América Latina, 2000 e 2018

País	Gasto com educação (% PIB)		Taxa de analfabetismo (%) - população com 15 anos ou mais		População de 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio (%)	
	2000	2018	2000	2018	2000	2019
Argentina	4,6	5,5	2,8	1,0	45,9	57,2
Brasil	3,9	6,2	13,6	6,8	32,7	60,4
Chile	3,8	5,4	4,3	3,6	59,0	79,6
Colômbia	3,5	4,5	7,2	4,9	41,4	54,7
México	4,0	4,9	9,5	4,6	40,0	63,2
Média AL	4,0	5,4	11,0	6,1	39,0	60,3
Média 5 maiores	4,0	5,3	7,5	4,2	43,8	63,0

Fonte: *Human Development Reports* (2020), *Cepal Stats* (2021)

O Brasil e a Colômbia possuem as maiores taxas de analfabetismo, 6,8% e 4,9% de suas populações, nessa respectiva ordem. Apesar desses números, o Brasil sobressai-se com a maior variação em pontos percentuais no investimento na educação no período em questão (2,3), um aumento de aproximadamente 59%, e com a maior taxa de investimento dos países analisados, 6,2% do seu PIB em 2019. O Brasil, ainda, apresenta uma redução significativa na taxa de analfabetismo, em torno de 50%², e uma elevação do percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuem no mínimo o ensino médio, em aproximadamente 85%.

4.4 Desigualdade

Indicador de desigualdade social constitui importante referência para se medir o desenvolvimento. O índice de Gini é tradicionalmente utilizado como referência, pois consiste em uma medida que aponta o grau de concentração de renda de determinado grupo social. Expressa os níveis de riqueza e de pobreza, dado o índice sinalizar diferenças de rendimentos. Informa a situação de completa igualdade, quando atinge 0, ou completa desigualdade quando registra 1.

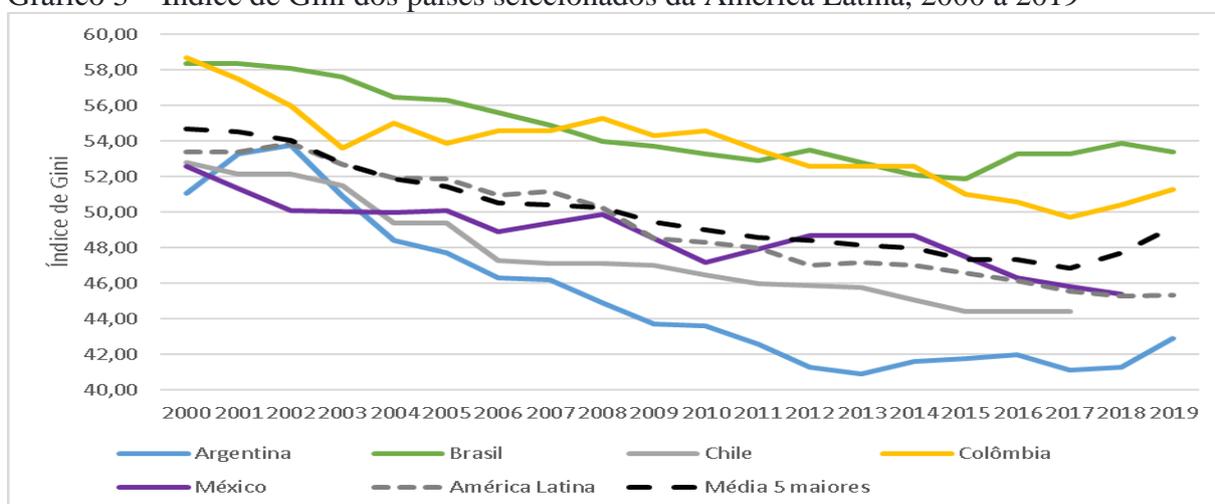
Logo, informa o padrão de distribuição e de concentração de renda existente numa sociedade. Por consequência, esse indicador é usado para comparação de grau de distribuição de rendimento entre diferentes lugares e setores econômicos da população – zona urbana e zona

² A Argentina e o México possuem a maior variação em termos percentuais no quesito redução do analfabetismo, em torno de 64% e 51% no período analisado.

rural e setores econômicos –, bem como entre população residente em municípios, região, unidade federativa e país.

Os países latino-americanos são marcados por significativa desigualdade na distribuição de rendimentos. No período em análise, observa-se redução no índice entre os países analisados, evidenciando diminuição no indicador de concentração de rendimentos. A Argentina e o Chile sobressaem-se com os menores índices de desigualdade, apresentados nos anos de 2013 (40,90) e 2015 (44,40), respectivamente. Na Argentina, depois de 2013, observa-se uma elevação do índice de desigualdade, finalizando o período analisado com 42,90.

Gráfico 3 – Índice de Gini dos países selecionados da América Latina, 2000 a 2019



Fonte: World Inequality Database (2020).

Na outra ponta, destacam-se o Brasil e a Colômbia como os países mais desiguais. O Brasil apresentou seu melhor desempenho no ano de 2015 (51,90), finalizando o período analisado como o maior índice de desigualdade entre os países analisados (53,40). A Colômbia vem logo em seguida, com o índice de 51,30. Ambos países ficaram bem acima da média da América Latina (45,33). De um modo geral, os anos finais do período analisado, aproximadamente a partir de 2015, são marcados por elevações nos índices de desigualdade, conforme o Gráfico 3.

O Gráfico 4, por sua vez, demonstra como ocorre a distribuição de renda no período analisado, 2000 e 2019. No geral, o percentual dos 1% por cento mais ricos cresce e o dos 10% mais ricos decresce, com algumas exceções, como na Colômbia e na Argentina que tiveram diminuição na faixa dos 1% mais ricos de 2,56 e 0,17 pontos percentuais, respectivamente. E o Chile registra aumento na faixa dos 10% mais ricos, em 1 ponto percentual no período analisado.

O Chile e o Brasil possuem a maior concentração de renda entre os 1% e os 10% mais ricos, chegando a aproximadamente a 60,35% e 59,29%, respectivamente, do total de rendimentos nessas faixas.

O Brasil e o México, por sua vez, são os países com maior concentração de renda entre os 1% mais ricos, 30,98% e 28,71%, respectivamente, do total da renda. O México apresenta a maior variação no período nessa faixa, com um aumento de 6,77 pp; e o Brasil, logo em seguida, registra um aumento de 6,49 pp. Na outra ponta, a Argentina destaca-se com o maior percentual de distribuição de renda entre os 90% remanescentes com 58% da renda total, seguida da Colômbia com 51%.

Gráfico 4 - Distribuição da riqueza entre os países selecionados da América Latina, 2000 e 2019.



Fonte: World Inequality Database (2020).

4.5 Pobreza e vulnerabilidade

A pobreza constitui uma situação em que a população tem carência de bens e serviços básicos para sobrevivência. A situação de pobreza expressa a dificuldade das pessoas se alimentarem, vestirem e terem condições de habitação, educação e saúde, enfim condições mínimas essenciais. Pessoas em situação de pobreza tem elevada dificuldade de participarem de forma ativa na sociedade. A expressão de carência social, decorrente da pobreza, quando elevada, aponta que as pessoas são excluídas da sociedade.

Organismos internacionais, como o Banco Mundial, consideram a pobreza elevada quando uma pessoa vive com menos de US\$ 1 por dia, e de pobreza moderada quando vive

entre US\$ 1 e US\$ 2 por dia. Outros indicadores também são usados para sinalizar o nível de pobreza. Destaque para a ingestão diária de caloria por pessoa. O indicador de pobreza absoluta considera pobreza quando uma pessoa ingere menos de 2.000 a 2.500 quilocalorias/dia.

Destaque nessa discussão as consequências da pobreza. Firma-se um ciclo vicioso e perverso, pois pobreza gera mais pobreza. Com isso a fome, desnutrição, doenças, violência, baixa expectativa de vida, discriminação social, entre outras considerações podem, no limite, levar a questionamentos das ordens econômica e política. Além disso, tal quadro demonstra a irresponsabilidade da sociedade e sua classe dirigente em tratar seus semelhantes, colocando-os à margem do processo de desenvolvimento.

Com relação a pobreza e a condição de vulnerabilidade social, foram eleitos três indicadores: população vivendo em extrema pobreza, população vivendo em pobreza e população vivendo em locais precários. Por uma questão de insuficiência de dados, o período analisado foi de 2000 a 2018 para os dois primeiros indicadores e de 2000 a 2014 para o último, conforme apresenta-se na Tabela 5.

O período, no geral, é marcado pela diminuição das taxas de pessoas vivendo em extrema pobreza, pobreza e em locais precários. Os países que mais reduziram o número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza foram a Colômbia e o Brasil, com uma diminuição de 12,3 pp na Colômbia e 7,2 pp no Brasil no período analisado.

Com relação às pessoas que vivem em pobreza, a maior redução verifica-se na Colômbia, no México e no Brasil, com uma diminuição de 19,8 pp, 14,8 pp e 14,3 pp, respectivamente. O Brasil e a Colômbia ainda se destacam negativamente com os maiores índices de pessoas vivendo em extrema pobreza, 4,4% e 4,1% e em pobreza 9,2% e 10,9%, respectivamente. O Brasil possui o maior número de pessoas vivendo em locais precários, 22,3% de sua população, confirmando posição entre os países mais desiguais analisados.

Por outro lado, destaca-se positivamente o Chile e a Argentina com os menores índices de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, cerca de 0,3% e 1,0% e em pobreza, com 0,7% e 3% de sua população, respectivamente. Contudo, chama atenção o fato de, apesar de possuir um dos menores índices de pessoas vivendo em extrema pobreza e em pobreza, a Argentina apresenta o segundo maior índice de pessoas vivendo em locais precários, 16,7% da sua população.

Tabela 5 - Dados sobre pobreza da população dos países selecionados da América Latina, 2000 e 2018

País	População vivendo em extrema pobreza (%)*		População vivendo em pobreza (%)**		População vivendo em locais precários (%)***	
	2000	2018	2000	2018	2000	2014
Brasil	11,6	4,4	23,5	9,2	31,5	22,3
Argentina	5,7	1,0	12,6	3,0	32,9	16,7
Chile	4,4	0,3	12,4	0,7	9,0	9,0
Colômbia	16,4	4,1	30,7	10,9	22,3	13,1
México	9,1	1,7	21,4	6,6	19,9	11,1
Média AL	11,9	4,4	24,9	10,4	29,0	21,0
Média 5 maiores	9,4	2,3	20,1	6,1	23,1	14,4

Fonte: Cepal *Stats* (2021).

4.6 Violência

A violência trata-se de um indicador social que se expressa de diferentes formas e em distintos locais. A violência, como se sabe, causa danos a uma pessoa ou a um grupo na sociedade, se expressando em morte, lesão, deficiência, moral, sexual, psicológica, entre outras. A violência ocorre em decorrência de várias razões, em destaque os motivos: econômico, social, cultural e religioso.

Por sua vez, a violência pode ser evitada levando em consideração, também, vários fatores com a melhor distribuição de renda, elevação do nível educacional, regramento penal, existência de relações sociais seguras, entre outras. Nessa linha, o indicador de violência expressa o contraste que existe entre regiões e países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, dado que as formas de evitar estão significativamente presentes no primeiro, em relação ao segundo grupo de países.

Tabela 6 - Dados sobre a violência nos países selecionados da América Latina, 2000 – 2005 e 2013 – 2018.

País	Homicídios por 100.000 hab.		População Carcerária 100.000 hab.	
	2000-2005	2013-2018	2000-2005	2013-2018
Brasil	23,6	27,4	175,5	344,0
Argentina	5,7	5,3	143,0	194,0
Chile	3,6	4,4	240,0	246,0
Colômbia	54,8	25,3	153,5	235,0
México	10,2	29,1	188,5	156,0
Média AL	23,2	22,3	166,0	253,0
Média 5 maiores	19,6	18,3	180,1	235,0

Fonte: Human Development Reports (2020).

No que se refere aos dados de violência nos países em análise, apresenta-se, na sequência, a Tabela 6 com a referida síntese. Constatou-se que, em relação ao número de homicídios por 100.000 habitantes, Colômbia e Brasil apresentam os piores dados, respectivamente. A suposição para esse acontecimento, refere-se à questão do crime organizado, que é de forte incidência nesses países. Além disso, esses países são os que apresentam menores índices educacionais, bem como piores rendas *per capita*. Destaca-se, ainda, o Chile e a Argentina com baixos índices de criminalidade, o que inversamente pode ser explicado devido aos investimentos em educação e qualidade de vida da população.

4.7 Saúde

O indicador que versa sobre saúde expressa o nível da população que vive em situação de bem estar físico, mental e social, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesse contexto, não significa que saúde significa somente ausência de doença ou enfermidade. O conceito de saúde deve ser amplo, considerando além do padrão alimentar, ainda que esse tenha papel relevante, dado que hábitos alimentares saudáveis constituem ingredientes para prevenção ou surgimento de doenças. Completa tal exposição, o fato que não existe um padrão único de entendimento de saúde, pois varia de país para país, dada as distintas culturas, crenças e padrão de comportamento da sociedade.

A saúde constitui uma variável, dentre as já tratadas que permite distinguir o padrão de desenvolvimento de um país. Em países desenvolvidos, a presença de condições econômicas e sociais vantajosas, somadas a infraestrutura física e ao comportamento pessoal, contribuem significativamente para a população ter boa saúde e longevidade de vida. Agrega-se, ainda, os arranjos governamentais, que através de políticas públicas destinam recursos em prol da prevenção de doenças e da assistência à saúde. Com isso, sobressaem os indicadores de saúde dos países desenvolvidos por serem dotados de melhores níveis de renda, padrão educacional, ambiente físico favorável e cultura defensora da saúde.

O campo da saúde, de acordo com os indicadores e períodos analisados, conforme a Tabela 6, é marcado pelo aumento de gastos com saúde, da população de médicos por habitantes e pela redução da mortalidade infantil e do percentual de subalimentação nos países selecionados. O maior percentual de gasto com a saúde (com relação ao PIB) é do Brasil (9,5%), no entanto, a maior variação observada no período acontece no Chile e na Colômbia, com um aumento nos gastos de cerca de 28% e 26%, respectivamente. O México destaca-se com o menor percentual de gasto com saúde, 5,5% do seu PIB.

Com relação a redução da mortalidade infantil, o Brasil e a Argentina apresentam o maior percentual no período, cerca de 58% e 50%, respectivamente; embora, o Brasil apresente o maior número no quesito, com 12,8 óbitos por cada 1.000 nascimentos. A Colômbia vem em seguida com o número de 12,2 óbitos por cada 1.000 nascimentos. O Chile e a Argentina destacam-se positivamente com os menores números, 6,2 e 8,8 óbitos por cada 1.000 nascimentos, respectivamente.

Tabela 6 - Dados sobre saúde nos países selecionados da América Latina, 2000 e 2018

País	Mortalidade Infantil (por 1000 nascimentos)		Prevalência de subalimentação (%)*		Gasto com saúde (% PIB)		Médicos por 10.000 habitantes	
	2000	2018	2000-2002	2017-2019	2000	2017	2000-2002	2016-2018
Brasil	30,4	12,8	10,1	2,5	8,3	9,5	13,1	21,6
Argentina	17,5	8,8	3,1	3,8	8,5	9,1	32,5	40,0
Chile	9,2	6,2	3,5	3,5	7,0	9,0	8,9	23,7
Colômbia	21,1	12,2	8,8	5,5	5,7	7,2	14,4	20,7
México	22,2	11,0	3,3	7,1	4,4	5,5	19,8	23,5
Média AL	27,3	13,9	10,8	7,2	6,0	7,0	16,4	23,0
Média 5 maiores	20,1	10,2	5,8	4,5	7,4	8,7	17,7	25,9

Fonte: *Human Development Reports* (2020), *Cepal Stats* (2021).

No que se refere ao percentual de prevalência de subalimentação, os maiores percentuais são do México e da Colômbia, com cerca de 7,1% e 5,5% de suas populações, respectivamente. O Brasil não apenas apresenta o menor percentual (2,5%), como também a maior redução de pessoas em condição de subalimentação no período, aproximadamente 75%.

No indicador médicos por 10.000 habitantes, Argentina e Chile apresentam, também, o maior número, 40,0 e 23,7 médicos para cada 10.000 habitantes. Colômbia e Brasil registram os menores números, 20,7 e 21,6, nessa ordem.

5. Considerações finais

O desenvolvimento econômico constitui um objetivo maior a ser alcançado por um país. Nesse objetivo estão presentes melhorias nas condições econômicas, sociais e políticas do país, permitindo seus habitantes acesso a riqueza produzida em bens e serviços, direito a condições de vida dignas, ao exercício pleno da cidadania, enfim condições que levem cada vez mais a redução da desigualdade e a promoção a justiça social. Nessa linha, desenvolvimento não é só visto pela perspectiva de crescimento econômico, ainda que esse seja uma condição para alcançar o desenvolvimento. Exigem-se transformações social e política da sociedade. Em linha com esse entendimento, o desenvolvimento deve voltar-se para implementação de ações voltadas à homogeneização social

Na América Latina, onde se concentram países com desenvolvimento tardio e dependente do desenvolvimento capitalista mundial, as condições de desenvolvimento imperam sob bases frágeis e distintas dos países desenvolvidos. Conhecer, através de um conjunto de indicadores um grupo de países latino americanos, que pela magnitude se apresentam em melhores condições que a grande maioria, nos limites de um artigo constitui a inquietação de pesquisa. Segue, para tanto, a linha da CEPAL que se consolida, ao longo de sete décadas, como uma instituição responsável por pensar o processo de desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe.

Os dados compilados e os escritos dos pesquisadores cepalinos nos ajudam a analisar o grau de desenvolvimento na economia latino-americanas. Os dados evidenciam distinção do grau de desenvolvimento entre os cinco países selecionados, que numa primeira leitura são os mais expressivos em indicadores socioeconômicos - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México - em relação ao total de 33 países membros.

Da amostra de países considerados, os resultados apontam que os dois países com maior IDH são Chile e Argentina; em renda *per capita*, Chile e Argentina; em participação do emprego formal, Brasil e México; em trabalho informal, Colômbia e Brasil; em gastos com educação como participação do PIB, Brasil e Argentina; de menor participação de analfabetismo, Argentina e Chile; em maior nível de concentração de renda (entre 1% e os 10% mais ricos), Brasil e Chile; percentual da população vivendo tanto em extrema pobreza e como na pobreza, Brasil e Colômbia; em homicídio por 100.000 habitantes, México e Brasil e em população carcerária, Brasil e Chile; em mortalidade infantil por 1.000 nascimentos, Brasil e Colômbia; e em percentual do gasto em saúde em relação ao PIB, Brasil e Argentina.

Entende-se que de posse desses indicadores, o Estado, através de seus governos, pode fazer desenho de políticas de desenvolvimento nas diversas áreas tratadas. Ações podem ser desenhadas visando melhorar as condições do emprego, da educação, da saúde e da segurança, para citar essas áreas. Ainda que muitos indicadores tenham melhorados, comparando o desempenho nos anos 2000 e 2019, muitos esforços devem ser levados adiante, dado que a desigualdade social é estrutural na América Latina, e tende a se exacerbar em momentos de crise econômica e de governos que se orientam sob perspectiva neoliberal, cujo norte é reduzir a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento.

Referências

- ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BIELCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 2, p.15-68, 1988.
- BIELCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL y el pensamiento reciente. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Sesenta años de la CEPAL**: textos seleccionados del decenio 1998-2008. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional de desenvolvimento. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 203-230, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e catching up, Globalização e competição** – por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não? Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos avançados**, v. 15, p. 21-34, 2001.
- CHANG, H. An institutionalist perspective on the role of the state: towards an Institutional Political Economy. In: BURLAMAQUI, L.; CASTRO, A. C.; CHANG, Ha-Joon (eds.). **Institutions and the Role of the State**. Aldershot: Edward Elgar, 2000.
- CHANG, H-J. Como os países ricos enriquecem de fato? In: **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, p.11-28, 2004.
- CHANG, H-J. Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica. In: **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- EVANS, P. El estado como problema y como solución. Desarrollo Económico. **Revista de Ciencias Sociales**, vol. 35, n. 140, enero-marzo, 1996.
- FAJNZYLBER F. Propuesta CEPAL para los 90: el medio ambiente en la transformación productiva con equidad. In: SCHWEMBER, H, (ed.). **Protección dei media ambiente Seminario AJC-TECNIBERJA 1990**, Santiago CEPAL/TECNIBERIA/AIC, p 43-49, 1990.
- FIORI, J. L. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, 1999.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, ago., p. 5-19, 1992.
- GRANATO, L. **Brasil, Argentina e os rumos da integração**: O MERCOSUL e a UNASUL. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2015.
- IGLESIAS, E. V. O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina. **Revista CEPAL**, p. 45-53, 2010.
- MOREIRA, A. G. M. **A criatividade na busca pela superação do subdesenvolvimento**: Celso Furtado, cultura e desenvolvimento endógeno.2015. 185 f. (Dissertação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico – Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, 2015.

PAIVA, S. C. F. **Estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico: ideias e ideais de Fernando Fajnzylber para a América Latina.** 2006. 308 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2006.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. II Curso sobre conjuntura latino-americano, Imperialismo, e a conjuntura político-econômica de nosso continente. **Seminário - Teoria marxista da dependência no Brasil:** de Ruy Mauro Marini aos dias de hoje, nov. 2010.

RODRIGUES, O. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 587-622, 2009.

SILVEIRA, M. G.; ANGELI, E. Uma reflexão sobre o início da Cepal e seu contexto. **Revista Economia Ensaios**, v. 34, n. 2, 2020.

Região de fronteira terrestre Brasil-Argentina: uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento regional

Rosa de Barros Ferreira de Almeida*

Resumo

O objetivo desse artigo é dar uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento regional, a partir de um estudo de caso sobre a região da fronteira Brasil-Argentina. Para alcançar esse objetivo, recorre a referências bibliográficas que tratam desse assunto. Realiza-se pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. A região de fronteira de Santa Catarina com a Argentina conta com 82 municípios e cerca de 900 mil habitantes. O governo do estado de Santa Catarina criou, seguindo determinação do governo federal, o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira. As ações desenvolvidas até o momento estão voltadas em melhorar a infraestrutura fronteiriça, sistema de segurança, estrutura educacional, sistema de saúde, desenvolvimento do turismo e da agricultura. Citam-se algumas ações realizadas, como melhoria na alfandega para transito de pessoas e veículos, sistema de informações voltada à segurança, atendimento médico-hospitalar, implantação de sistema bilíngue na educação, cooperação técnica entre entidade de pesquisa e extensão agropecuária, entre outros.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; instituições; *Free Shop* de fronteira terrestre.

Brasil-Argentina land border region: a contribution to the debate on regional development

Abstract

The aim of this articles is to contribute to the discussion on regional development, based on a case study on the Brazil-Argentina border region. To achieve this goal, it uses bibliographical references that deal with this subject. Descriptive research with a qualitative approach is carried out. The border region between Santa Catarina and Argentina has 82 municipalities and around 900 thousand inhabitants. The government of the state of Santa Catarina, created, following determination of the federal government, the State Center for the Border Strip Region. The actions developed so far are aimed at improving the border infrastructure, security system, educational structure, health system, tourism and agriculture development. Some actions carried out are mentioned, such as improving customs for the transit of people and vehicles, information system focused on safety, medical and hospital care, implementation of a bilingual education system, among other.

Keywords: Economic development; institutions; Free Shop, land border.

Classificação JEL: R00; R1; R11

* Doutoranda em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Professora do Curso de Administração na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. E-mail: rosaalmeida1527@gmail.com

1. Introdução

Conforme Lei Federal nº 6.634/1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/1980 a Faixa de Fronteira abrange uma área de cento e cinquenta quilômetros de largura, situada ao longo dos 15.719 km de fronteira do território nacional. Nessa faixa, os municípios que fazem divisa com os países vizinhos são classificados como de “linha de fronteira”, enquanto que as cidades que possuem ligação direta com um ou mais vizinhos são chamadas de “Cidades Gêmeas”.

Cidades gêmeas são espaços localizados dentro da faixa de fronteira, onde se realizam as relações transfronteiriças. As cidades-gêmeas brasileiras estão localizadas no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Acre, Paraná, Santa Catarina, Roraima, Amapá, Rondônia e Amazonas. O Brasil compartilha o reconhecimento com a Argentina, Paraguai, Guiana Francesa e Uruguai. Através da publicação da lista das chamadas cidades-gêmeas brasileiras pelo Ministério da Integração esperava-se que o reconhecimento destas cidades-gêmeas fosse um primeiro passo para a formulação de políticas públicas conjuntas, para tratar de problemas e de oportunidades comuns aos dois lados da fronteira (BRASIL, 2014).

No considerado arco Sul, encontra-se região de fronteira composta por três países: Paraguai, Argentina e Uruguai, totalizando 3.694 km de extensão. Considerando a faixa de fronteira de 150 km de largura, encontram-se 418 municípios brasileiros, assim distribuídos: 139 no Paraná, 82 em Santa Catarina e 197 no Rio Grande do Sul. (PÊGO, B. et al., 2020, p. 151). Dos 33 municípios contemplados como cidades-gêmeas, 16 estão localizados nessa região sul do Brasil, a saber: onze (11) no estado do Rio Grande do Sul; quatro (4) no estado do Paraná e um (1) no Estado de Santa Catarina.

A integração da área de fronteira é uma diretriz do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que tem por objetivo incorporar essas porções do território à dinâmica econômica nacional e, também, às regiões vizinhas. Para isso, enfatiza o desenvolvimento das cidades gêmeas, a dinamização dos arranjos produtivos e o fortalecimento dos atores que atuam nesse território (BRASIL/MI, 2009). O desenvolvimento considerando a integração nacional tendo como panorama a preocupação com o equilíbrio do desenvolvimento territorial e a argumentação em favor de um posicionamento mais decisivo do Estado diante de problemas resultantes do funcionamento do sistema econômico. Tal espaço territorial deve ser inserido como integrante do desenvolvimento, e não colocado à margem do processo de desenvolvimento (CARGNIN, 2014).

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo contribuir para o tema de desenvolvimento regional, apontando ações e aspectos da realidade existente na região fronteira com a Argentina. Nessa região existem 82 municípios e tem o Dionísio Cerqueira como cidade-gêmea. Para tanto, o mesmo foi estruturado em seis seções. Nessa 1ª. seção encontra-se a introdução; na 2ª. seção realiza-se discussão teórica analítica, com foco no desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional; na 3ª. seção apresenta-se a metodologia; na 4ª. seção, discute-se aspectos da região fronteira brasileira; na 5ª. seção apontam-se realizações presentes na região fronteira Brasil-Argentina, sob perspectiva de ações promovida por atores de Santa Catarina; e, por fim, na 6ª. seção, traçam-se as considerações finais.

2. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional: notas teóricas analíticas

O desenvolvimento econômico, conforme Bresser Pereira (2006), consiste em um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país objetivando a melhoria dos padrões de vida de sua população. Esse processo histórico se desenvolve a partir da composição de cenários econômico-social, com a Revolução Capitalista; político, com a formação dos modernos estados-nação, e cultural caracterizado pela transição para a modernidade.

Considera Bresser Pereira (2006), que a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é determinada inicialmente pela existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento, e, depois pela qualidade dessa estratégia — da coesão da nação e do acerto das instituições criadas e das políticas adotadas. Afirma que o Estado é forte quando tem legitimidade política e capacidade para cobrar impostos e impor a lei.

Para Bresser Pereira (2006) decorre daí que a teoria do desenvolvimento econômico é necessariamente uma teoria que deve explicar como as nações promovem o bem-estar de suas populações, usando como principal instrumento o próprio estado, e como instrumento complementar duas outras instituições: o mercado e o dinheiro. Assim, o desenvolvimento econômico é o resultado de uma estratégia nacional, que, em cada momento histórico, procura combinar escassos recursos disponíveis e instituições, motivando e orientando os agentes econômicos a investir e inovar.

Ressalta que na formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento encontrar o equilíbrio na tensão social desses agentes econômicos é o grande desafio, já que estão em

permanente conflito, embora a cooperação entre eles seja também essencial para o desenvolvimento do país. Nestes termos, uma estratégia nacional de desenvolvimento é uma instituição fundamental de um estado-nação porque estabelece pautas para a ação de empresários, de trabalhadores, das classes médias profissionais, e, dentro desta, da própria burocracia do estado. Embora as estratégias de desenvolvimento compartilhem características comuns não significa que o desenvolvimento seja um processo linear e harmônico. Pelo contrário, ele é caracterizado por rupturas importantes, tecnológicas e políticas, sendo marcado por tensões ou contradições fundamentais.

Corroborando com esse entendimento, Lima e Simões (2010) afirmam que o processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e simultânea em toda a parte. Pelo contrário, trata-se de um processo bastante irregular e uma vez iniciado em determinados pontos possui a característica de fortalecer áreas mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento.

Nesse contexto, o Estado, enquanto instituição, tem um papel crucial entre os fatores condicionantes das realidades econômicas, políticas e sociais, sendo responsável por definir e cuidar das regras e da base legal de uma sociedade, estando relacionado aos direitos sobre propriedade e regras de produção, formalizando as instituições. Na América Latina o paradigma da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o do Consenso de Washington foram os dois principais paradigmas de política econômica dos últimos 50 anos. Para Iglesias (2010) há como se aproveitar das boas e más lições deixadas pelo papel do Estado nos dois paradigmas e a partir dessas experiências, identificar alguns objetivos relevantes na busca de um novo Estado.

Corroborando para a compreensão do papel do Estado para favorecer o desenvolvimento, Boyer (1999) afirma que na origem da economia política já se encontrava o problema do desenvolvimento e a questão do papel específico do Estado e do mercado nesse processo complexo. Entre esses dois extremos, antigos e novos keynesianos, insistem no fato que o mercado produz desequilíbrios na acumulação, no crédito e no mercado de trabalho. A esfera do mercado não deveria ser nem muito grande nem muito reduzida, em oposição às visões tanto neoclássicas quanto estruturalistas.

Segundo Boyer (1999) por um lado, os teóricos, mesmo os liberais, e os organismos internacionais, reconheceram que o Estado tinha uma responsabilidade essencial na construção das instituições necessárias ao florescimento do mercado e do espírito de empresa. Por outro lado, as teorias que exploram as consequências da assimetria da informação concluem em geral pelo caráter subótimo de um equilíbrio de mercado, ocorrem então racionamentos nos mercados

de trabalho e de crédito, de modo que intervenções corretivas são capazes de melhorar a situação de todos os agentes econômicos. O Estado tem assim, por função, corrigir as falhas do mercado.

Porém, existe outra parte da literatura que se aplica mais diretamente ao desenvolvimento: a teoria do progresso técnico endógeno, que enfatiza o papel das externalidades positivas associadas à inovação, ao capital humano formado no interior do sistema educacional ou da empresa. De fato, para as teorias modernas, o Estado reencontra um papel próprio, que o mercado não poderia preencher. Não somente corrige as lacunas do mercado, mas institui vários deles, graças à promulgação de regras precisas que garantem a viabilidade, com base no modelo de mercados financeiros modernos (BOYER, 1999).

Deste modo, conforme Stiglitz citado por Boyer (1999) para os teóricos neo-keynesianos, os poderes públicos têm por função corrigir as imperfeições do mercado. Para os novos institucionalistas, a ordem política tem um papel criador em matéria de incentivos econômicos. Da análise comparativa do desenvolvimento e da teoria econômica moderna, pode-se concluir que uma das condições para o desenvolvimento está no equilíbrio das relações entre Estado e mercado, pois nenhuma estratégia pura, seja baseada no “só Estado”, seja no “só mercado” teve êxito.

A solução é compensar as falhas do mercado por meio de intervenções públicas adequadas e, vice-versa, o sucesso do desenvolvimento se deve à complementaridade dessas duas lógicas e não à afirmação de uma delas. Nesse sentido, os ordenamentos institucionais intermediários entre o Estado e o mercado, tais como as associações, as comunidades, as parcerias, podem ter um papel determinante na conciliação dos imperativos de eficiência dinâmica (BOYER, 1999).

Nesse contexto, para Sanchez (2018), o papel do Estado de articulador é complexo, pois envolve muitos atores, cada qual com seus interesses diversos e com recursos diferenciados, de modo que grande parte das chances de sucesso do planejamento dependerá da capacidade do Estado de articulação nos diversos níveis.

De acordo com Bellingeri (2017) as Teorias do Desenvolvimento Regional foram inspiradas na Teoria Keynesiana, especificamente na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica que lidera com dinamismo e propagando seus efeitos aos demais setores da economia, gerando assim o crescimento. Trata-se do paradigma de cima para baixo, ou “centro-abaixo”, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento.

Na mesma direção, Oliveira e Lima (2003) afirmam que as teorias clássicas a respeito do desenvolvimento regional, geralmente, denotam a ideia da existência de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos (*linkages effects*), as demais atividades econômicas. Em linhas gerais, é o conhecido paradigma “centro-abaxo” devido à presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais. Segundo esses autores, esta definição abarca a Teoria da Base de Exportação, a Teoria da Difusão e a Teoria do Polo de Crescimento.

A Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento, o crescimento é dependente da dinamicidade das atividades econômicas básicas, essas por sua vez, são incentivadoras do desenvolvimento de atividades complementares. Na Teoria da Difusão, o desenvolvimento ocorre com a industrialização e com a concentração das atividades em um número reduzido de grandes centros urbanos que irradiam seus efeitos/encadeamentos, sendo capazes de dinamizar a economia das demais regiões. (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Esses autores destacam ainda que a ideia de força motriz também está presente no trabalho de François Perroux, que desenvolve em sua obra a Teoria dos Polos de Crescimento. Essa teoria considera que a inserção de uma atividade motriz, geralmente indústria, dentro de um sistema regional é capaz de gerar efeitos positivos e negativos para a região receptora. Conforme esses efeitos vão se concentrando, a atividade motriz se torna um polo propulsor da economia da região. Desta forma, o desenvolvimento dependerá do nível e da qualidade dos efeitos gerados: positivos e negativos.

Oliveira e Lima (2003) consideram que todas as teorias tradicionais que fazem parte do paradigma “centro-abaxo”, servindo de suporte às políticas econômicas, valorizam demasiadamente uma força externa (exógena) e excluem setores fundamentais, particularmente, da sociedade local, e em geral, da sociedade civil. Desta forma, os autores identificam nas entrelinhas das teorias tradicionais a presença da visão dos primeiros europeus, de que as populações locais não têm nada a dizer ou a ensinar, devendo ser apenas “catequizadas”, como foram os nativos americanos no início das grandes navegações.

Em suas palavras "pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento" (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 31). É nesse contexto que procuram analisar o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, com ênfase nos fatores internos à região, sendo capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade.

É o chamado paradigma “desde baixo”, em que há uma inversão de perspectiva, ao valorizar os fatores internos ou endógenos, este paradigma aponta a necessidade das políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promoção do desenvolvimento, visando aproveitar plenamente os recursos humanos, ambientais e institucionais da região. Nas palavras de Vázquez Barquero (2001, p. 181): No decorrer das últimas décadas (...), vem ganhando ímpeto a abordagem conhecida como de “baixo para cima”, formada por políticas propostas e administradas pelos governos locais e regionais e que procuram assegurar o desenvolvimento econômico de cidades e regiões.

Em consonância com esse paradigma “desde baixo”, Vázquez Barquero (2001) reconhece que a teoria do desenvolvimento endógeno concebe o desenvolvimento dentro de um cenário estratégico, no qual a capacidade de auto-organização permite ao território responder, de maneira diferenciada, às necessidades que lhes são colocadas pelo entorno econômico e social de acordo com as estratégias dos diversos agentes, econômicos, sociais e institucionais, da comunidade local.

Para Vázquez Barquero (2001, p. 39) “o território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e das atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade”. Deste modo, o território deixa de ser meramente o palco onde se desenrolam as atividades econômicas, para ser o protagonista da geração do desenvolvimento. Contudo, conforme ressaltam Filippim *et al* (2012) é importante considerar que se tratando de políticas públicas pelo desenvolvimento regional para territórios de fronteiras, a mobilização territorial em torno do desenvolvimento requer uma governança do tipo multinível, com complexa coordenação de múltiplos atores institucionais e de diversas esferas de governo.

Nessa linha da importância da governança pública, Dias e Cario (2017, p. 189) apontam que constitui um movimento que surge a partir das últimas décadas do século XX, denotando para mudança do padrão de gestão centralizado, “em direção a outro que elege a participação da sociedade na elaboração das políticas, na realização de tarefas, no acompanhamento de resultados, na melhoria dos serviços públicos e atos que expressam maior relação integradora, Estado e sociedade”.

Nesse contexto, aborda-se a questão do desenvolvimento endógeno, porque ele é capaz de viabilizar uma resposta local aos desafios da globalização sendo na visão de Vázquez Barquero (2001, p. 29) “um instrumento para a ação”. Ademais, no Brasil, o prestígio do desenvolvimento endógeno segundo Bellingiere (2017, p. 76), “abriu caminho para uma série

de políticas, estratégias e experiências práticas voltadas à promoção do desenvolvimento, em regiões e cidades”.

3. Aspectos metodológicos

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca descrever a realidade do Estado de Santa Catarina em relação ao desenvolvimento econômico regional que se processa na região de fronteira com a Argentina. Trata-se também de um estudo exploratório, visto que está sendo vinculado às temáticas: desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e ações de Estado, nacional e federativo em prol da sociedade.

No tocante a abordagem de pesquisa, esta, se classifica como uma pesquisa qualitativa. Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida pela pesquisa documental, para o levantamento dos avanços na regulamentação da Lei 12.723/2012 a partir dos documentos disponibilizados nos websites.

A escolha pelo estudo de caso único se justifica por ser este um fenômeno muito particular, embora em Santa Catarina apenas o município de Dionísio Cerqueira tenha sido caracterizado como cidade-gêmea, ele apresenta uma configuração de fronteiras que faz conviver cidadãos de dois países distintos (Brasil e Argentina), três municípios (Dionísio Cerqueira, Bernardo de Irigoyen e Barracão), dois Estados (Paraná e Santa Catarina) e uma província (Misiones).

4. As fronteiras nacionais e o caso da fronteira sul

Na atualidade, o Brasil mantém fronteira com dez países do subcontinente: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, com exceção apenas do Equador e Chile, envolvendo assim onze unidades federativas. A Faixa de Fronteira é resultado de um processo histórico baseado na preocupação do Estado, com a garantia da soberania territorial desde os tempos da Colônia. Embora a principal legislação em vigor sobre a Faixa de Fronteira tenha sido promulgada em 1979, o espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira existe desde o Segundo Império. A faixa de fronteira de 150 km de largura, definida pela Lei nº 6.634/1979, compõe-se de 588 municípios, abrangendo 27% do território nacional com 15.719 km de extensão (BRASIL, 2017).

A faixa de fronteira brasileira se divide em três grandes arcos - O arco Norte compreende os estados de Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; o arco Central, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o arco Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005), a Tabela 1 apresenta a distribuição de municípios em cada arco.

Tabela 1: Distribuição dos municípios por estado em cada um dos Arcos.

ARCO	ESTADO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS
Norte	Amapá	8
	Pará	5
	Roraima	15
	Amazonas	21
	Acre	22
	Total	71
Central	Rondônia	27
	Mato Grosso	28
	Mato Grosso do Sul	44
	Total	99
Sul	Paraná	139
	Santa Catarina	82
	Rio Grande do Sul	197
	Total	418
Total de Municípios		588

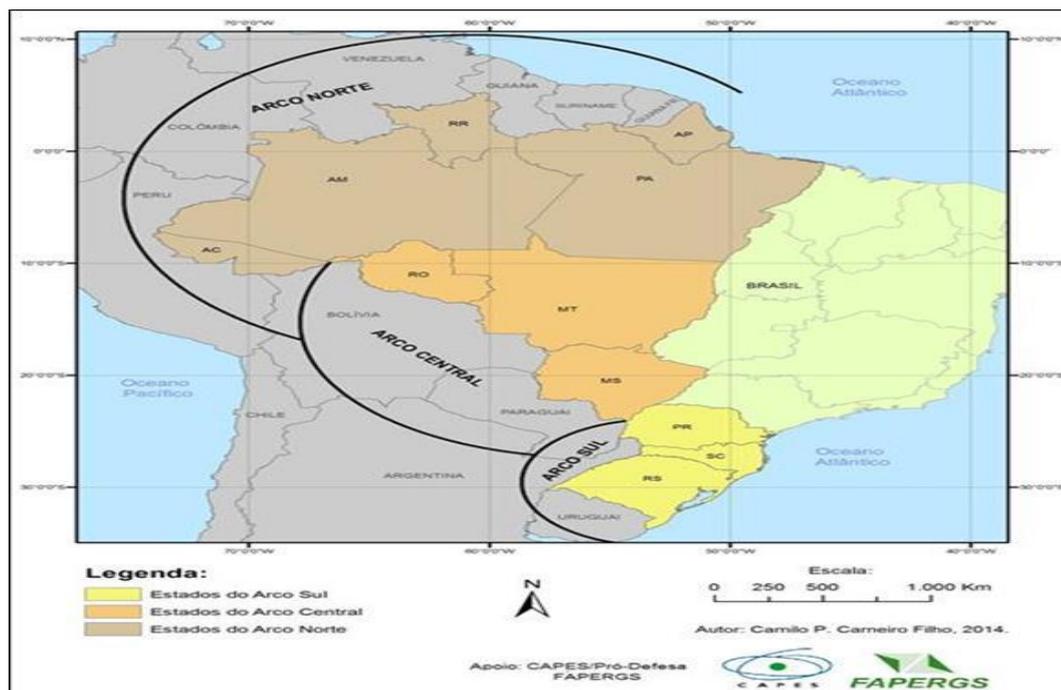
Fonte: Brasil (2017).

A justificativa para o recorte territorial por arco apoia-se “na necessidade de dimensionar os recortes da faixa de fronteira do país, ao buscar um entendimento detalhado dos aspectos sociais e econômicos e considerar a importância estratégica dos municípios de fronteira” (BRASIL, MDR, 2020, p. 30). A macro divisão em três grandes arcos, conforme a Figura 1 foi adotada pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) para fins de análise e planejamento. O PDFF “tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul”. Logo, busca-se através a implementação de iniciativas que considerem a diversidade da região em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A PNDR foi concebida pelo Ministério da Integração Nacional com a finalidade de institucionalizar mecanismos e instrumentos imprescindíveis para a consolidação de conceitos como inserção social e econômica, valorização do potencial endógeno ou “desenvolvimento regional”, conceitos estes que têm se concretizado no país nos últimos anos, dada sua relevância. Pois o desenvolvimento regional “é fator decisivo para o fortalecimento das

políticas públicas voltadas para a potencialização e recuperação da população a partir de uma força centrífuga, ou seja, de dentro para fora” (BRASIL, 2017, p.9). A singularidade desta forma de política reside em sua abordagem, já que busca dinamizar a economia, fornecer infraestrutura adequada de logística, promover melhorias sociais e de cidadania, ao fortalecer os atores e preservar as particularidades locais.

Figura 1: Arcos da faixa de fronteira do Brasil



Fonte: Carneiro P. Carneiro Filho/ V Seminário Estudos Fronteiriços, 2015.

Desta forma, as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento devem ser redefinidas e adequadas a essa realidade regional diversificada. Por essa razão, o livro “Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas (volume 6)” – IPEA (2021) tem como objetivo subsidiar a formulação de políticas públicas (planos, programas e ações) visando ao desenvolvimento e à integração do espaço fronteiriço e será adotado como base para descrever as particularidades de cada arco nos próximos parágrafos.

No arco Norte, a diversidade da fronteira é demarcada pela presença de reservas naturais e florestas, devido à potencialidade de riquezas minerais e biodiversidade da Amazônia, ela torna-se uma prioridade, sendo também relevante pelo número de terras indígenas (TIs). Povoada por indígenas, populações remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pescadores artesanais, carvoeiros, seringueiros, castanheiros, coletores de açaí, entre outros povos tradicionais, a dimensão da Amazônia e sua baixa densidade demográfica, quando comparada

com outras regiões, é o seu maior desafio. Logo, “qualquer ação no arco Norte deve se reportar aos diversos agentes, atores e arranjos produtivos peculiares, como uma forma de aprimorar os diferentes projetos territoriais na construção de alternativas de desenvolvimento para a população” (PÊGO *et al.*, 2017; 2018 *apud* BRASIL, 2021, p. 53).

No arco Central, por sua vez, há um reconhecimento de que a zona de fronteira é um espaço de interações, contatos e fluxos sociais, econômicos e culturais, movido por semelhanças e contrastes, onde se estabelecem arranjos transfronteiriços com fortes vínculos e relações familiares, profissionais, comerciais e institucionais que superam a linha divisória territorial. Consequentemente, surge a necessidade de uma aproximação institucional e, aprofundamento no relacionamento entre o governo do município brasileiro e o governo da cidade do país vizinho. Em razão das grandes porções de limite seco, onde não há obstáculos físicos significativos de separação, os contatos de aproximação entre os países em vários pontos da fronteira do arco Central são facilitados, destaca-se que são contatos que vem se consolidando ao longo de alguns séculos, especialmente nas relações de parentescos, responsáveis pelo maior entrelaçamento cultural dos povos. Através do comércio em ambos os lados do limite fronteiro, a movimentação da economia tem fortalecido essas relações.

O arco Sul é o mais dinâmico economicamente devido ao número de arranjos transfronteiriços que engloba, compreendendo a porção da faixa de fronteira com a maior densidade de população, dos 588 municípios que compõem a faixa de fronteira brasileira, 418 fazem parte desse arco, o que lhe confere uma densidade institucional muito grande, justificando sua relevância para seleção como foco desse trabalho. O arco sul possui uma rede urbana muito ramificada e fluxos de produção e comércio elevados, que são favorecidos por uma malha viária que garante possibilidades de conexão entre os países do Cone Sul, com os quais realiza intensas trocas, totalizando, no conjunto dos três estados sulinos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), dezessete arranjos, com alguns envolvendo mais de uma Unidade da Federação (UF) e outros abrangendo mais de dois países (PÊGO, B. *et al.*, 2020).

A respeito das concepções sobre o sentido da fronteira identificadas pela pesquisa do IPEA (2016) no arco Sul, de modo geral, há um reconhecimento de que as fronteiras não são uniformes, logo, uma única política torna-se incapaz de compreender a complexidade das redes construídas nessas regiões. Por conseguinte, se uma política pública pensada para todo o território, marcado por um conjunto de desigualdades, for executada da mesma maneira pode resultar em efeitos diversificados em cada lugar. Levando-se em conta a peculiaridade que cada fronteira possui e a influência de outra cultura, outra instituição organizacional sobre o espaço fronteiro pode acontecer um embate entre as políticas existentes em cada lado. Assim,

apreende-se que, para estabelecer o futuro da fronteira, políticas federais ou políticas centrais não são suficientes, sendo necessárias políticas locais, que tratam do cotidiano, das funções públicas, das dificuldades de cruzar a fronteira.

Embora ao se tratar das fronteiras a tendência seja expor somente elementos como problemas, dificuldades e pontos negativos que desmotivam o morador fronteiriço, afastam investidores e demarcam a ausência do Estado, são muitas as potencialidades e as oportunidades da região, um exemplo é a forma utilizada pela população fronteiriça para superar as dificuldades impostas pelas oscilações cambiais. Outro diferencial que deve ser potencializado é a localização geográfica das cidades da fronteira, em um curto intervalo de tempo, há a possibilidade de percorrer de dois a três países, conhecer suas riquezas, que são ímpares. Ademais, a educação também é percebida como uma oportunidade, ainda que com dificuldade de acesso a ela, evidenciou-se o efeito transformador no desempenho político e econômico de cidades como Sant’Ana do Livramento e Jaguarão, pela presença de universidades federais.

Quanto às principais dificuldades enfrentadas pelo morador fronteiriço, destacam-se: a oscilação cambial, que na crise, faz as famílias migrarem para grandes centros, empresas comerciais encerrarem suas atividades, aumentando o número de imóveis fechados e postos à venda. Em consequência, a tendência da evolução da população no arco Sul torna-se preocupante, devido à diminuição do crescimento populacional, sobretudo nas áreas rurais. “Sant’Ana do Livramento e Uruguaiana, grandes municípios desse arco da fronteira, perderam efetivamente população na década passada, e muitos municípios repetem esse desempenho de perda ou vêm crescendo a taxas muito reduzidas” (PÊGO, B. *et al.*, 2020, p. 307).

Há ainda dificuldades quanto ao alinhamento das ações com os países vizinhos, deparando-se com aspectos como a diferença linguística, territorial, de acessos, de documentação e de validação de títulos, que apesar de reivindicados seguem sem soluções que favoreçam a interação existente. São mencionadas também as diferenças de legislação, que impõem limites à preservação ambiental e a prática da pesca, além de favorecer o contrabando de agrotóxicos etc. Neste contexto, de acordo com o Pêgo, *et al.* (2020) a maior dificuldade da região de fronteira é o combate aos ilícitos, oriundo de outras escalas, desde a escala global voltada ao controle do mercado de armas e de tecnologias, até a transformação da fronteira em um lugar de conflito para ser realizar negócios.

Desta forma, no enfrentamento dos problemas fronteiriços uma série de desafios é elencada. O primeiro se refere ao fortalecimento de uma educação transfronteiriça com finalidade de estimular a cooperação e o entendimento entre os povos, em favor de uma cultura, história e costumes comuns, em convivência. É essencial o acesso “à educação, o aprendizado

da língua espanhola nas escolas brasileiras e do português nas argentinas, uruguaias e paraguaias, e a existência de documentos comuns aos dois ou três países, fazendo valer direitos comuns de cidadania aos povos transfronteiriços” (PÊGO, B. *et al.*, 2020, p. 309). Incrementar a base econômica, no intuito de garantir determinado nível de renda à população dos países fronteiriços, bem como a dotação de infraestruturas que incrementem as possibilidades de atrair novos investimentos à região são outras tarefas desafiadoras.

Nas cidades fronteiriças, especialmente aquelas que configuram ‘arranjos transfronteiriços’, o atendimento a direitos sociais muitas vezes são postos ‘no vácuo do espaço transfronteiriço’ tornando a gestão de funções públicas de interesse comum desafiadora. No transporte público, por exemplo, os ônibus não podem cruzar a fronteira para a outra cidade, mesmo que estejam espacialmente interligadas; na saúde, o atendimento fica à mercê de uma portaria ministerial, que deveria ser específica para os hospitais em região de fronteira.

Na década de 1990 foi criado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), considerado como “a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980” (BRASIL, MRE 2021). Os membros fundadores do MERCOSUL são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção, escolheram como estrutura institucional a intergovernamental, estabelecida por órgãos compostos por representantes dos poderes executivos dos Estados membros e por um sistema de tomada de decisão consensual.

Particularmente, no que diz respeito aos acordos internacionais, o Brasil possui acordos bilaterais com 5 países: Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Bolívia. No caso do Brasil e da Argentina, considerando que os dois países são unidos por uma linha de fronteira que se prolonga por 1.261 km, sendo 1.236 km por rios e 25 km por fronteira seca, a política de integração fronteiriça se destaca na agenda de cooperação bilateral. A mais elevada instância para tratar de temas de integração fronteiriça é a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina (CODEFRO). Estabelecida em 2011, a Comissão tem como objetivo “servir de instância de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e garantir o seguimento e o encaminhamento adequado de temas e demandas suscitados no âmbito dos comitês de integração fronteiriça Brasil-Argentina” (PÊGO, B. *et al.*, 2020, p.323). Esses comitês se reúnem anualmente nas localidades fronteiriças dos dois países e, atualmente, existem três comitês de integração fronteiriça entre Brasil e Argentina, nas cidades de Foz de Iguaçu-Puerto Iguazú; Dionísio Cerqueira/Barracão-Bernardo de Irigoyen e Uruguiana-Paso de los Libres (PÊGO, B. *et al.*, 2020).

Em 2016, entrou em vigor o Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, um instrumento inovador no campo da integração fronteiriça, que tem impulsionado a política de integração entre esses dois países, exatamente por reconhecer a realidade particular das comunidades da área de fronteira e buscar viabilizar soluções integradas para os problemas enfrentados pelas populações locais. Aos cidadãos das localidades fronteiriças do Brasil e da Argentina, o acordo possibilita o direito de adquirir uma Carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço (TVF) que tem o propósito de facilitar a circulação vicinal e a concessão de vários benefícios nas áreas de residência, estudo, trabalho, saúde, comércio, entre outras. Realizar exercício de trabalho, ofício ou profissão na localidade fronteiriça do país vizinho, ter acesso ao ensino público do outro lado da fronteira, ter a facilitação do trânsito de veículos particulares de nacionais fronteiriços entre as localidades vinculadas são alguns dos benefícios que os cidadãos portadores da TVF passaram a usufruir.

A cooperação fronteiriça também é ponto importante das relações bilaterais entre Brasil e Uruguai, um dos principais parceiros do Brasil na América do Sul. A existência de vínculos históricos, políticos e humanos entre eles permite estabelecimento de confiança mútua, que permeia todos os aspectos dessa relação bilateral: “a cooperação entre os dois países é abrangente, perpassando os campos político, econômico, tecnológico, cultural e social” (BRASIL, MRE, 2021).

A aproximação bilateral com o Paraguai é prioritária para o Brasil e contribui para a estabilidade democrática e desenvolvimento econômico e social da região. Ambos os países são parceiros desde a criação do MERCOSUL, membros plenos e fundadores do bloco, unem os esforços na busca do realinhamento do bloco aos propósitos originais do Tratado de Assunção (democracia e direitos humanos), com foco na dinamização do mercado interno do bloco e no fortalecimento da agenda negociadora externa. Brasil e Paraguai compartilham 1.339 quilômetros de fronteira – a quarta maior extensão de fronteira dentre os limites brasileiros e tradicionalmente, o Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai (BRASIL, MRE, 2021).

Quanto à fronteira entre Brasil e Venezuela, de acordo com o Pêgo, B. *et al* (2021), por ser constituída por várias áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, é uma região deficientemente povoada, formada por somente duas cidades: Pacaraima (Br) e Santa Elena de Uairén (Ar). O principal foro para tratar dos assuntos de desenvolvimento e integração na fronteira como saúde, educação, meio ambiente, turismo e assuntos indígenas é o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço, contudo, a última reunião ocorreu a mais de 10 anos, em junho de 2010 em Brasília.

Com a Bolívia, o Brasil compartilha sua maior fronteira, que se estende por aproximadamente 3.423 km, bem como a condição de país amazônico e platino. As relações do Brasil com a Bolívia são preferenciais, pois abrangem iniciativas em diversas áreas, como: cooperação energética, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais, além de articulação em foros regionais e globais. Dentre essas iniciativas, merece destaque a cooperação energética, por constituir-se como insumo para a política energética brasileira e fonte de renda para a Bolívia. Essa parceria consolidou-se em 1958, com a assinatura das "Notas Reversais de Roboré", que promoveram inicialmente o tema de aquisição de gás boliviano e da construção de um gasoduto. Em 1999, ocorreu efetivamente a implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil, responsável por estreitar as relações bilaterais e criar novas oportunidades para a inserção econômica da Bolívia no MERCOSUL (BRASIL, MRE, 2021).

4.2 A região de fronteira Brasil-Argentina: uma contribuição ao estudo do desenvolvimento regional

Considerando que a faixa de fronteira brasileira foi dividida pelo PDFF, segundo as características produtivas e a organização social em três arcos: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul, um recorte foi feito com foco no Arco Sul, o “mais influenciado pela dinâmica transfronteiriça, que se materializa no projeto de integração do Mercosul, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (AVELINE BERTÊ *et al.*, 2017, p. 61). No estado do Paraná, 139 municípios estão situados na Faixa de Fronteira, e destes atualmente quatro se caracterizam como cidades-gêmeas. Já no estado do Rio Grande do Sul há 197 municípios localizados na Faixa de Fronteira, sendo que onze destes caracterizam-se como cidades-gêmeas com grande fluxo de pessoas e mercadorias. No estado de Santa Catarina, por sua vez, 82 municípios estão situados na Faixa de Fronteira (FALK, 2015).

Conforme Broppé (2019), encontram-se localizados na região de fronteira com a Argentina, 82 municípios representando 28% dos municípios catarinenses, com uma população estimada em 900 mil habitantes, participação de 13,6% dos habitantes do Estado. A Figura 2 (mapa) apresenta uma visualização da região de fronteira Santa Catarina com a Argentina. Além disso, o município de Dionísio Cerqueira constitui a cidade-gêmea catarinense com o território argentino. O Quadro 1 aponta a lista de cidades-gêmeas brasileiras na região Sul do país.

De acordo com Falk (2015), em julho de 2011 foi criado no estado do Rio Grande do Sul o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira, no intuito de se constituir um espaço

de coordenação de políticas nas esferas federal, estadual e municipal, além de se tornar um espaço de diálogo com os governos dos países vizinhos. Em 2012, com o objetivo de formular estratégias e ações mais integradoras para esse território foi concluído o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul (PDIF/RS).

Figura 2: Mapa da região de fronteira catarinense



Fonte: SGP/DEGE (SANTA CATARINA, s.d., n.p) conforme Broppé (2019).

Os estados de Santa Catarina e Paraná também têm apresentado algumas iniciativas interessantes empreendidas por seus poderes públicos municipais. Com repercussão internacional, um dos destaques se deve ao inovador Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF) firmado entre os municípios brasileiros de Barracão (PR), Bom Jesus do Sul (PR), Dionísio Cerqueira (SC), tendo como parceiro informal o município argentino de Bernardo de Irigoyen (Misiones/Ar). Antes de sua criação, uma série de políticas e recursos dos governos nacionais e estaduais não chegavam nestes municípios, dado o número de habitantes. Através da cooperação intermunicipal para resolver problemas comuns passaram a ser contemplados, pois puderam ter o número de habitantes contabilizados conjuntamente (FALK, 2015).

O modelo de desenvolvimento do estado contribui para a diferenciação da região da faixa de fronteira catarinense das demais regiões fronteiriças do País. Vários fatores cooperam para ocorrência dessa particularidade: a inexistência de grandes áreas com baixa densidade demográfica, o modelo agrícola baseado em pequenas propriedades rurais/agricultura familiar, a ocorrência arranjos produtivos locais direcionados por diferentes vocações, além de uma

notável integração socioeconômica nos setores da agropecuária, agroindústria, madeira, móveis e metal mecânica (BOPPRÉ, 2019). Trata-se de um estado que possui “um tecido industrial robusto, diversificado e presente em várias regiões e também um setor primário que interage fortemente com a indústria”. (LINS, 2018, p.249).

Quadro 1: Lista das cidades-gêmeas brasileiras da Região Sul, Brasil

Ord.	Município	Estado	População est. 2018
1	Barracão	Paraná	9.735
2	Foz do Iguaçu	Paraná	256.088
3	Guaíra	Paraná	30.704
4	Santo Antônio do Sudoeste	Paraná	18.893
5	Aceguá	Rio Grande do Sul	4.394
6	Santana do Livramento	Rio Grande do Sul	83.464
7	Barra do Quaraí	Rio Grande do Sul	4.012
8	Chuí	Rio Grande do Sul	5.917
9	Itaqui	Rio Grande do Sul	38.519
10	Jaguarão	Rio Grande do Sul	27.931
11	Porto de Mauá	Rio Grande do Sul	2.557
12	Porto Xavier	Rio Grande do Sul	10.558
13	Quaraí	Rio Grande do Sul	23.02
14	São Borja	Rio Grande do Sul	61.671
15	Uruguaiana	Rio Grande do Sul	125.435
16	Dionízio Cerqueira	Santa Catarina	14.811

Fonte: IBGE, 2018; Portaria 213, de 19/07/2016. Elaboração da autora

Além disso, ganha destaque a coordenação pelo governo de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Planejamento, do Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira (NFSC), responsável pela criação de nove câmaras temáticas, para atuação em diferentes áreas governamentais, o NFSC tem protagonizado a realização de debates, estudos e encaminhamentos pertinentes ao desenvolvimento e à integração dessa populosa região da faixa de fronteira catarinense, estimada em 900 mil habitantes (BOPPRÉ, 2019).

Ainda a respeito do processo de integração, destacada a atuação do NFSC, em parceria com órgãos setoriais do governo de Santa Catarina, municípios e entidades que representam a sociedade civil organizada visando estabelecer convênios de integração e de desenvolvimento

com o governo da província argentina de Misiones. O Quadro 2 apresenta as principais ações desenvolvidas e em curso na região da faixa de fronteira catarinense sob a coordenação do NFSC.

Dentre essas ações, destacam-se os acordos de cooperação, especificamente o Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), que tem despertado interesse em outros ambientes fronteiriços do MERCOSUL, sobretudo, porque a rapidez observada entre a demonstração de interesse pela criação do consórcio e a efetivação da iniciativa, sugere a capacidade local de articulação política e interlocução produtiva envolvendo diferentes esferas da administração pública. Ademais, essa iniciativa reflete por parte das lideranças municipais o entendimento de que seus espaços de atuação administrativa e política compartilham problemas que uma vez equacionados, demandam ações conjuntas e cooperativas (LINS, 2018).

Quadro 2: Cronologia das atividades do NFSC

Ano	Evento	Objetivo
2013	Reunião Inaugural dos trabalhos.	Relatar as atividades desenvolvidas em cinco das ações estratégicas definida no Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina (PDIF/SC).
2014	Reunião de trabalho	Coordenar ações e propor medidas para implementação de Políticas públicas para a região fronteiriça catarinense
2015	Encontro de Integração	Obter subsídios para a reedição do Convenio Marco de Cooperação entre os estados de Santa Catarina e a Província de Misiones.
2017	Reuniões Ordinárias	Debater, estudar e articular ações destinadas à integração transfronteiriça (SC - BR e Misiones/AR).
2018	Acordo de Cooperação	Assinatura de convênios técnicos entre os governadores de Santa Catarina e Misiones destinados à integração de ações nas áreas de educação, saúde e segurança pública.

Fonte: Boppré (2019) adaptado pela autora

O Acordo de Cooperação firmado entre o Estado de Santa Catarina - República Federativa do Brasil e a Província de Misiones - República Argentina, em 04/12/2017, defini em sua Cláusula quinta que as reuniões do Grupo de Trabalho dos Comitês de Integração Fronteiriça – CIFs Brasil-Argentina – devem ser periódicas e que a coordenação das reuniões e o local de funcionamento devem respeitar um critério de rodízio entre as partes. Como apontado por Boppré (2019), os debates foram conduzidos por meio de comissões temáticas, tais como facilitação fronteiriça, infraestrutura, comércio e turismo, cultura, educação e saúde. Em decorrência da pandemia da Covid-19, em 2020 não houve reuniões (BRASIL, 2020).

Sendo assim, segundo o Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – 2019-2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional, os consulados brasileiros no lado argentino da fronteira organizaram as reuniões de 2019 nos seguintes locais e datas: Uruguaiana-Paso de los Libres em 13/08, São Borja-Santo Tomé em 15/08, Foz do Iguacu-Puerto Iguazú em 17/09 e Dionísio Cerqueira/Barracão-Bernardo de Irigoyen em 19/09. Essas reuniões contaram com a participação de representantes dos municípios da faixa de fronteira, de autoridades nacionais, estaduais e locais presentes na fronteira oeste e das Chancelarias dos dois países.

Quadro 3: Principais ações do NFSC para a integração transfronteiriça.

Temas de Interesse	Principais Ações
Infraestrutura e Facilitação Fronteiriça	Efetivação da estrutura alfandegária necessária ao efetivo funcionamento dos passos de fronteira: na ponte que liga os municípios de Paraíso (SC) e San Pedro (AR), bem como em Dionísio Cerqueira (BR) e Bernardo de Irigoyen (AR); Regulamentação e efetivação do livre trânsito de veículos e pessoas entre os países do MERCOSUL; Implantação de transporte público binacional entre as cidades “gêmeas” ou de fronteira; Apoio à formação e estruturação de consórcios municipais na Faixa de Fronteira, etc.;
Segurança	Ratificação por parte do Brasil do acordo intitulado Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL, Bolívia e Chile (SISME), objetivando a luta contra todas as formas de delinquência organizada, assim como a criação de mecanismos de assistência recíproca entre as forças de segurança e policiais e demais órgãos correlatos dos países do Mercosul; Maior controle nas fronteiras devido à fragilidade que possibilita a entrada de armas e de drogas, o tráfico de mulheres e de crianças e a prostituição; etc.;
Saúde	Desburocratização do atendimento médico-hospitalar entre os países limítrofes e fortalecimento das instituições dessa área; e, estabelecimento de mecanismos de cooperação para a prevenção e o controle conjunto de enfermidades diversas, além do combate à dengue, à zica e à febre amarela.
Educação e Cultura	Busca da possibilidade de dupla titulação e sistema de acreditação entre as Universidades do MERCOSUL; Preservação e valorização da cultura das pequenas cidades como um fator de integração cultural do MERCOSUL; Implantação na rede de ensino pública do ensino bilíngue (idiomas português e espanhol) nas regiões de fronteira, etc.;
Turismo	Promoção do intercâmbio sociocultural e turístico, com divulgação e comercialização de produtos e apresentação das potencialidades de Santa Catarina e Misiones; e, Desburocratização entre as fronteiras, facilitando o acesso dos turistas, melhorando o atendimento nas aduanas.
Agricultura	Busca de estímulo à cooperação técnica entre as entidades de pesquisa e extensão agropecuária (Brasil e Argentina), como intercâmbio; Ampliação do conhecimento da demanda de produtos e serviços do agronegócio dos países fronteiriços (Santa Catarina/Misiones), etc.

Fonte: Adaptado de Boppré (2019).

Em Santa Catarina, apropriando-se da importância dos ordenamentos das instituições intermediárias como associações, comunidades e parcerias foi possível entender porque o Estado tem se caracterizado como heterogêneo, englobando diversificadas áreas de

desenvolvimento. Coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento, o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira (NFSC) tem concentrado esforços em busca do desenvolvimento e integração. Uma síntese das principais ações é apresentada no Quadro 3.

Assim, apoiando-se nos resultados positivos do Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira (NFSC) tem demonstrado que é possível fazer com que iniciativas locais, desde que bem articuladas politicamente, envolvendo diferentes esferas da administração pública, se tornem casos de sucesso na resolução de problemas complexos que perfazem a realidade das regiões fronteiriças. Assim como no caso da criação do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul (PDIF/RS), o que pode ser observado é que há uma preocupação crescente quanto à necessidade de adoção do paradigma “desde baixo” a fim de que políticas macroeconômicas privilegiem os elementos locais para promoção do desenvolvimento.

Na região de fronteira com Argentina destaque para a “cidade-gêmea” – Dionísio Cerqueira/SC. Localiza-se estrategicamente no limite entre Paraná e Santa Catarina e na fronteira do Brasil com a Argentina, conforme Figura 3. Dionísio Cerqueira existe desde meados do século XIX. O município foi colonizado por italianos e alemães vindos das colônias gaúchas, pertencendo a Chapecó até 1953, quando se tornou município. Seu nome é uma homenagem ao general Dionísio Cerqueira, antigo ministro das Relações Exteriores e que demarcou a fronteira Br/Ar (SEBRAE, 2013).

Figura 3: Localização de Barracão, Bernardo de Irigoyen, Bom Jesus do Sul e Dionísio Cerqueira, membros do CIF.



Fonte: Lins, 2018

Esse município apresenta um diferencial econômico voltado para o campo da exportação, possui em seu município um porto seco e duas aduanas; sua localização estratégica

atraiu inúmeros investimentos e levou o Governo Federal a construir no município o único Porto Seco do MERCOSUL, o que o tornou a principal rota interoceânica entre as grandes metrópoles do Mercado Comum, refletindo como importante fator de atração em todo o território regional (LINS, 2012).

A implantação de *free shops* nesse município é vista como um possível mecanismo de desenvolvimento local e regional. Em 25/03/2015 foi publicada a Lei Ordinária nº 4.407/2015 autorizando, em caráter geral, a instalação de lojas francas em seu território. Para tanto, o Art 3º dispõe sobre a constituição de um Grupo Técnico de trabalho que juntamente com as entidades empresarias deve trabalhar na elaboração de legislações municipais específicas para a regulamentação dos *free shops* no que diz respeito ao horário comercial de funcionamento, zoneamento das localidades favoráveis à instalação desses empreendimentos, bem como pela análise de projetos de grande porte que por ventura venham a surgir no processo de implantação. Contudo quando se busca normas relacionadas ao grupo técnico não há nenhuma outra informação.

A existência de lei municipal autorizando, em caráter geral, a instalação de lojas francas em seu território é um dos requisitos estabelecidos pela Portaria MI 307 de 17/07/2014. Considerando a peculiaridade do território, onde a configuração de fronteiras possibilita a convivência de cidadãos de dois países distintos, três municípios, dois estados e uma província, a efetivação de *Free Shops*, enquanto mecanismos de desenvolvimento local e regional, demanda extremo esforço. Talvez um dos maiores entraves seja a falta de pacto territorial entre os diversos agentes territoriais com a finalidade de propiciar uma construção social acerca de sua implantação, suas possibilidades e desafios.

O município de Dionísio Cerqueira, apto à implantação de *free shop* de fronteira, embora já disponha de lei municipal que a autorize, não há evidências de organização dos governos estadual e municipal, bem como agentes locais (empresários/ representantes da sociedade), quanto à efetiva implantação de *Free-Shop*. Mesmo sobre a constituição do grupo de trabalho, mencionada na Lei 4.470/2015, não se tem informação se de fato concretizou-se. É possível que uma das razões para esse cenário seja a ausência do elemento de governança pública coprodução do desenvolvimento regional por meio da cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil, uma vez que, no Estado do Rio Grande do Sul, líder no país em número de lojas já instaladas, observa-se forte parceria/envolvimento/cooperação entre representantes destes três segmentos.

5. Considerações finais

Santa Catarina possui uma região de fronteira com a Argentina, constituída por 82 municípios e cerca de 900 mil habitantes. Desses municípios, apenas um município figura na condição de cidade-gêmea, Dionísio Cerqueira. A área de fronteira insere-se na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), fazendo, portanto, parte da prioridade de desenvolvimento regional com presença do Estado, criando oportunidade de investimento e gerando melhores condições socioeconômicas para a população existente. Dentro desse Programa, encontra-se a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira que em linha com o Ministério, se responsabiliza pela área fronteira. Na época, o Ministério da Integração Nacional, definiu que os estados federativos criassem Núcleos Estaduais de Fronteira, com propósito de desenvolver programas de desenvolvimento e de integração fronteiriços.

Em linha com essa orientação, Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Planejamento – extinta no governo atual - criou o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira. Esse núcleo tem atuado, pelas informações coletadas, de forma ativa criando câmeras temáticas de discussão; realizando estudos e debates; promovendo acordos de cooperação e convênios técnicos; desenvolvendo ações voltadas para as áreas de educação, saúde e segurança; e outros encaminhamentos de solução para problemas que cercam a região fronteira do estado com a Argentina.

Destaque para as algumas realizações efetuadas em prol do desenvolvimento da região. Algumas dessas ações podem ser citadas: na infraestrutura e facilitação fronteira melhoria no sistema alfandegário das pessoas e do trânsito de veículos; na área de segurança constituição de um sistema de informação de pessoas e combate a drogas e tráfico de pessoas; na saúde , desburocratização no atendimento médico-hospitalar de pessoas entre os países limítrofes; na educação e cultura, dupla titulação no sistema de ensino, implantação de sistema bilíngue e valorização da cultura local; no turismo, divulgação e comercialização de produtos turísticos e facilidade de acesso das pessoas; e na agricultura, cooperação técnica entre entidades de pesquisa e extensão agropecuária.

No estudo, evidenciou a possibilidade do município de Dionísio Cerqueira criar *free shops*, amparado por lei que permite tal empreendimento. Embora tenha criado a lei que autoriza a instalação, dispondo que seria formado um grupo de trabalho para tratar do processo de implantação desde a elaboração de legislações municipais específicas para a regulamentação dos *free shops* até a análise de projetos de grande porte, não foi encontrada nenhuma evidência

de que o grupo foi efetivamente criado. Se criado ensejaria um maior envolvimento dos diversos atores do setor público e privado locais e regionais, e seria instrumentos de ação para promoção do desenvolvimento endógeno.

Provavelmente há a necessidade se fazer presente o elemento de governança pública coprodução do desenvolvimento regional por meio da cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil, através de uma representação legítima da sociedade, abrindo caminhos para a efetiva implantação dos *free shops* de fronteira terrestre no município, a exemplo do que ocorre num círculo virtuoso no estado do Rio Grande do Sul, que conta com 11 já abertos e 5 em processo de abertura.

Por outro lado, conforme abordado no decorrer do trabalho, o município de Dionísio Cerqueira tem chamado atenção em relação a sua capacidade local de articulação política, no qual o elemento de governança pública faz-se presente. Isso pode ser observado com muita clareza quando se analisa, por exemplo, o caso do CIF e os resultados alcançados. Ademais, este município já possui através da criação do CIF reconhecida capacidade e experiência em auto-organização, o que lhe permite atender, com êxito, as necessidades que lhes são impostas por seu entorno econômico e social de acordo com as estratégias adotadas por seus diversos atores em estreita cooperação com os governos (municipal, estadual e nacional).

Referências

AVELINE BERTÊ, A. M.; CARGNIN, A. P.; LEMOS, B.; OLIVEIRA, S. B. Dinâmicas territoriais e políticas públicas na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos de Planejamento**, 2017, 7.

BELLINGIERI, J. C. Teoria do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BOPPRÉ, N. F. Desenvolvimento: um novo foco para a região da Faixa de Fronteira Catarinense. In: CARIO, S. A. F. (org.) **Características econômicas e sociais de Santa Catarina no limiar do século XXI**. Criciúma, SC: UNESC, 2019, p. 262-284.

BOYER, R. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI?. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MI, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). Secretaria de Programas Regionais. **Faixa de fronteira: programa de promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira**–PDF. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Portaria 125**, de 21 de março de 2014. Republicada em 26 de março de 2014. Brasília, março de 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Portaria 213**, de 19 de julho de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Relatório de atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – 2019-2020** Brasília, 2020.

BRASIL. **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/mercosul>. Acesso em 10 jun. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 203-230, abril-junho 2006.

CARGNIN, A. P. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, jan/abr. 2014.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. A gestão descentralizada adotada em Santa Catarina, o engajamento social e suas unidades regionais: de governo para governança no despontar do século 21. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 1, p. 183-210, 2017.

FALK, L. R. Políticas de fronteira no arco Sul do Brasil: desafios para a integração e o desenvolvimento regional. **Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais**, 2015.

FILIPPIM, E. S.; CETOLIN, S.F.; ISERN, P.; CASTRO, S. D. Cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento regional. **Desenvolvimento em Questão**, 2014, 12.26: 5-40.

IGLESIAS, Enrique V. O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina. **Revista de la CEPAL**, 2010.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

LINS, H. N. Cooperação transfronteiriça e desenvolvimento local no âmbito do Mercosul: uma experiência de consórcio intermunicipal. **Análise Econômica**, 2018, 36.70.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. "Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável." **Revista da FAE** 6.2 (2003).

PÊGO, B.; MOURA, R.; NUNES, M. KRÜGER, C; MOREIRA, P.; FERREIRA, G. (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul**. Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2020. v. 5. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36432&catid=435&Itemid=448. Acesso em 11 jul. 2021

PÊGO, B.; MOURA, R.; NUNES, M.; KRÜGER, C.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G; MOREIRAR, P. (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas, volume 6 – Brasília: Ipea, MI, 2021**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38053&catid=449&Itemid=457 Acesso em 11 jul. 2021.

SANCHEZ, F. M. **Redes de governança: um estudo multicase no setor público em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE/SC)
Santa Catarina em números: Dionísio Cerqueira/Sebrae/SC. _ Florianópolis: Sebrae/SC,
2013. 132p.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.**
Fundação de Economia e Estatística, 2001.

Ações de internacionalização das atividades das universidades catarinenses: ensaio introdutório

Paola Azevedo*
 Daniela Lemos **
 Dimas Estevam***
 Tatiane Viega****
 Bruna Furnaletto*****
 Liana Sonza*****
 Gustavo Soares *****
 Maria Elizabeth C. Gama*****
 Jani Floriano*****
 Thais C. Rocha*****

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar as ações voltadas a internacionalização das atividades desenvolvidas pelas universidades catarinenses – UFSC, UDESC, FURB, UNIVALI, UDESC, UNIVILLE e UNOCHAPECÓ. As partir de um roteiro estabelecido, os autores buscaram informações nas universidades que estão vinculados. Os resultados apontam que as universidades possuem estrutura organizacional para desenvolvimento de políticas de internacionalização. Formam parcerias e estabelecem convênios com universidades estrangeiras. Em todas universidades, o desenvolvimento dessas atividades mostra-se crescente, sustentado em diferentes ações empreendidas.

Palavras-chave: ações de internacionalização, ensino superior, universidades

Abstract

The objective of this articles is to presente the actions aimed at the internationalization of the activities developed by the universities of Santa Catarina – UFSC, UDESC, FURB, UNIVALI, UDESC, UNIVILLE and UNOCHAPECÓ. From a established script, the authors sought information from universities thar are linked. The results show thar universities have organizational structure to develop internationalization policies. They form partnerships and establich agréments with foreign universities. In all universities, the development of these activities is growing, suporte by diferente actioins undertaken.

Keywords: internationalization actions, higher education, universities

Classificação JEL: F50; F53; F55

* Técnica da Secretaria de Inovação - SINOVA – UFSC. E-mail: p.azevedo4@gmail.com

** Professora do Curso de C. da Administração da UDESC. E-mail: lemosda@gmail.com

*** Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC. E-mail: doe@unescc.net

**** Professora do Curso de C. Econômicas da FURB. E-mail: tatianeviega@gmail.com

***** Professora do Curso de C. Econômicas da UNOCHAPECÓ. E-mail: brunaf@unochapeco.edu.br

***** Analista de Relações Nacionais e Internacionais da UNOCHAPECÓ. E-mail: lianasz@unochapeco.edu.br

***** Professor do Curso de C. da Administração da UNIVALI. E-mail: glimasoares@gmail.com

***** Professora e vinculada a Diretoria de Internacionalização da UNIVALI. E-mail: eg@univali.br

***** Professora do Curso de C. Econômicas da UNIVILLE. E-mail: jani.floriano@gmail.com

***** Responsável pela Assessoria Internacional da UNIVILLE. E-mail: thais.rocha@univille.br

1. Introdução

A cooperação internacional é um objetivo comum das comunidades científicas mundiais em um mundo cada vez mais globalizado. Tal propósito assegura a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido pelas instituições, em diferentes espaços nacionais. Nesse contexto, assume relevância as universidades, cujo papel passa a ser fundamental nestas ações. Torna-se protagonistas da cooperação internacional e promotoras de um processo institucional integrado. Através de ações conjuntas realizadas institucionalmente pode gerar benefícios via processo de internacionalização, destacando: melhor preparação dos alunos na formação de cidadãos globais, diversificação dos estudantes, qualidade do currículo, aumento do perfil internacional da instituição, fortalecimento da produção de conhecimento e pesquisa, cooperação internacional e prestígio dentre vários que surgirão.

A cooperação universitária internacional impacta a formação dos acadêmicos de graduação e de pós-graduação, bem como de professores e pesquisadores universitários. Possibilita agregação de competências internacionais e interculturais. Para os acadêmicos convivência universitária no exterior permite ganhar conhecimento específico da área de formação, bem como o convívio com culturas diversas das suas, com isso obtendo capacidade resolver problemas locais e globais. Da mesma forma, o intercâmbio de professores e pesquisadores através de cursos em nível de pós-graduação – doutorado e pós-doutorado – no exterior, e a realização de pesquisas em conjunto com pares internacionais garantem maior capacidade, para melhor intervenção, por exemplo, na docência e na pesquisa.

Nessa linha, a cooperação acadêmica universitária internacional ganhou destaque nas últimas décadas, em especial em virtude dos desafios correlacionados à atuação da Universidade junto à sociedade. De acordo com Stalivieri (2002), a formação de redes de cooperação pelas universidades e a mobilidade de pesquisadores, professores, estudantes e gestores aproximam as diversas comunidades científicas nacionais e internacionais, as quais possibilitam os avanços científicos e tecnológicos, considerando as particularidades das diferentes nações.

A Internacionalização do ensino superior é um processo em constante evolução. Envolve uma ruptura de paradigmas no ensino vigente até meados do século XX, pois coloca sobre para a universidade a responsabilidade de pensar em novas formas de ensino para atender a um público em ambiente cada vez mais globalizado, que está à procura desta inter-relação. Assim, observa-se que se nos anos 90, o número de acordos de cooperação e de alunos internacionais nos campi das universidades pareciam traduzir o seu grau de internacionalização, nos dias atuais, a relevância da cooperação acadêmica deve se pautar pelo concreto grau de

cooperação a impactar ambas as partes envolvidas nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, o cenário mundial aponta para a expansão da internacionalização do ensino superior, também no Brasil. Cada vez mais, tornou uma necessidade internacionalizar para manter padrões excelência no ensino, pesquisa e extensão. Com a internacionalização se amplia as oportunidades para as universidades, como ferramenta de desenvolvimento e competitividade no cenário nacional e, principalmente, internacional. Os efeitos da internacionalização se manifestam em oportunidades de trabalho e novos aprendizados, num mundo globalizado e intercultural. Além de visibilidade internacional para a universidade e para os acadêmicos, promove espaços para intervenção social da instituição no exterior. Não sem razão, as instituições de ensino superior no Brasil demonstram clareza dos objetivos e das metas que pretendem alcançar. Nessa linha, estão criando, modernizando e desenvolvendo estrutura institucional interna, via constituição de diretoria, secretaria e planos de ação voltados a internacionalização de suas ações.

Em Santa Catarina, algumas universidades já vêm, por décadas, desenvolvendo práticas internacionalizantes em suas atividades, com destaque para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já por sete décadas; outras, já em tempos mais recentes iniciaram suas atividades. A Fundação Universidade da Região de Blumenau (FURB), caminha, nesta rota, por de três décadas. No entanto, outras universidades estão desenvolvendo esforços nesse sentido, sendo referências a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNDESC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). A suposição é que muitas ações estão ocorrendo nas universidades catarinenses, sem que tenha clareza, de forma agregada, tais ações e seus resultados. Por conseguinte, busca através desse ensaio dar a conhecer, ainda que de forma introdutória, as práticas de internacionalização realizadas por essas instituições de ensino superior.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em três seções, sendo que nessa 1ª. seção faz-se a introdução, contextualizando tema da internacionalização e chamando para uma questão de pesquisa; na 2ª. seção, descreve-se de forma sucinta as ações que estão sendo desenvolvidas pela UFSC, UDESC, FURB, UNESC, UNIVALI, UNIVILLE, e UNOCHAPECÓ, bem como apresentam-se alguns resultados alcançados; na 3ª. seção elaboram-se, na forma de síntese, as considerações finais.

2. Características da internacionalização das universidades catarinenses: ações e resultados

2.1 UFSC

A cooperação acadêmica universitária internacional ganhou destaque nas últimas décadas, em especial em virtude dos desafios correlacionados à atuação da Universidade junto à sociedade. De acordo com Stalivieri (2002), as redes de cooperação formadas pelas universidades e a mobilidade de pesquisadores, professores, estudantes e gestores aproximam as diversas comunidades científicas nacionais e internacionais, as quais possibilitam os avanços científicos e tecnológicos, considerando as particularidades das diferentes nações.

Em consonância com esta perspectiva, o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lançado em 2018, considera a Internacionalização tal qual a definição exposta por Knight (2003), na qual a internacionalização (...) é definida como o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções ou entrega de educação pós secundária. O Plano da UFSC ressalta ainda que a internacionalização é reconhecida pelas universidades como um processo essencial para alavancar os índices de excelência em pesquisa e propiciar uma formação que possibilite que a comunidade acadêmica atue e participe de maneira eficaz no mundo globalizado.

O objetivo do Plano Institucional de internacionalização é consolidar o processo de internacionalização da UFSC nos próximos quatro anos, a partir de 2018, a fim de criar e firmar uma trajetória na qual a Universidade possa alcançar o desenvolvimento tal qual uma universidade de classe mundial, ampliando a conscientização internacional e intercultural de discentes, docentes e TAES, bem como propiciando a cooperação internacional e fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento.

Frente a esta conjuntura, as ações de internacionalização da Universidade passam por constante reestruturações. As atuais políticas de internacionalização delineadas no plano da UFSC são a política de linguística institucional, de mobilidade estudantil política, de mobilidade de servidores técnico-administrativos, de mobilidade para servidores docentes e colaboração em pesquisa, política internacional da pesquisa e inovação, de acolhimento, de alianças estratégicas de cooperação, de parcerias *cross-border* e de apropriação do conhecimento e experiências adquiridas. Cada política é formada por diferentes diretrizes.

O processo de planejamento estratégico institucional de internacionalização acadêmica consta, atualmente, no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSC (2020-2024). As

principais ações quanto à internacionalização estão subdivididas em: ensino, pesquisa, extensão e gestão. A internacionalização aparece como área transversal do PDI em dois objetivos relacionados ao ensino, um objetivo para pesquisa, um para a extensão e outro para gestão. Para cada um destes objetivos são elencados indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas. Cabe ressaltar que as iniciativas estratégicas têm como envolvidos e responsáveis a SINTER e demais atores institucionais, tais como PRODEGESP, PROPESQ, PROGRAD, PROPG, SeTIC.

Em relação ao ensino, o primeiro objetivo é de desenvolver competências globais e interculturais e ampliar os programas de intercâmbio e visa à promoção do conhecimento e competências nas diversas culturas através da internacionalização e da intensificação de atividades e dos programas de intercâmbio discente, na graduação e na pós-graduação. Adotou-se como indicadores de desempenho para este objetivo a quantidade de turmas de idiomas oferecidas pelo Programa de Educação Tutorial (PET-Letras) e cursos extracurriculares; vagas em cursos de idioma; disciplinas na graduação e pós-graduação ministradas em inglês e outros idiomas; apoio financeiro aos discentes e docentes para apresentação de trabalhos científicos e número de estágios de graduação no exterior.

Dentre as principais iniciativas estratégicas, destacam-se o desenvolvimento do programa de internacionalização do ensino; apoio ao processo de mobilidade acadêmica, intercâmbios, dupla diplomação, cotutela e estágios no exterior; estimular a oferta de disciplina em inglês na graduação e pós-graduação e realização de estágio sanduíche de doutorados no exterior; ofertar qualificações para docentes redigirem artigos e projetos internacionais, e para ministrarem disciplinas em inglês; tradução de ementas de disciplinas e sites dos programas de pós-graduação; aumentar os cursos de idioma para a comunidade acadêmica; firmar ações de cooperação com instituições estrangeiras ligadas ao programa PRONT-CAPES/UFSC; estimular a integração acadêmica dos discentes estrangeiros matriculados na UFSC; fomentar a participação de discentes e docentes em eventos científicos internacionais; oferecer curso de português para alunos estrangeiros.

O segundo objetivo relaciona-se ao aumento dos programas de intercâmbio e as ações de mobilidade discente e docente em diferentes modalidades e níveis de ensino com foco na geração de novos conhecimentos, foram definidos os seguintes indicadores: percentual de discentes e docentes que participaram de programas de intercâmbio/mobilidade no exterior apoiados ou não pelos programas de pós-graduação e/ou agências de fomento; número de discentes e docentes internacionais que participaram de mobilidade na UFSC; quantidade de estudantes de graduação que participaram de programas de intercâmbio ou mobilidade no exterior com bolsa; número de acordos de cotutela com instituições estrangeiras; quantidade de eventos internacionais apoiados

ou promovidos pelos programas de pós-graduação; número de países e instituições com que a UFSC realiza programas de intercâmbio.

Dentre as principais iniciativas estratégicas previstas no PDI, destacam-se a criação de programas de intercâmbio de discentes e docentes com universidades estrangeiras; expansão do atendimento aos discentes de convênio; ampliação da contratação de professores visitantes estrangeiros; elaborar e consolidar acordos de cooperação internacional para a pós-graduação; fomentar a vinda de docentes estrangeiro reconhecidos internacionalmente e estimular a participação da comunidade acadêmica em oportunidades de programas de mobilidade internacional.

No tocante a pesquisa, o objetivo vinculado à internacionalização visa fortalecer as relações técnico-científicas com universidades reconhecidas internacionalmente, a fim de aumentar os projetos de pesquisa em colaboração para possibilitar visitas de docentes, TAES e alunos da UFSC a universidades estrangeiras e de pesquisadores e alunos estrangeiros à UFSC. Os indicadores são a quantidade de colaboradores estrangeiros em grupos de pesquisa certificados no CNPq, número de projetos de pesquisa com financiamento internacional e quantidade de acordos de cooperação internacional ativos.

Dentre as principais iniciativas estratégicas, aponta-se o estímulo à oferta de cursos de qualificação aos docentes no PROFOR, com foco na redação de artigos científicos bilíngues de alto impacto e a confecção de propostas de projetos internacionais; fomentar as atividades de cooperação com instituições estrangeiras; criar chamadas de propostas para disponibilizar recursos para docentes elaborarem projetos internacionais; produzir um banco de dados da pós-graduação que envolva a pesquisa, intercâmbio de discentes e docentes e outras instituições; fomentar ações com potencial de captação de projetos de pesquisa com parceiros estrangeiras.

E, em relação a extensão, o objetivo planejado é de promoção de práticas extensionistas que visem à internacionalização, com intuito de potencializar experiências em diversos idiomas e culturas. Como indicador de desempenho deste objetivo, destaca-se a quantidade de cursos de extensão ministrado em outro idioma promovido pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX). As estratégias voltadas para a internacionalização no campo da extensão são: criação do núcleo institucional de línguas e tradução para impulsionar a internacionalização; realização de eventos na Universidade a fim de prospectar novos parceiros internacionais; aumento e qualificação dos cursos de idiomas para comunidade universitária; elaboração de materiais das atividades e oportunidades de internacionalização aos discentes e oferta de cursos em língua estrangeira por meio da escola de extensão.

Ressalta-se que para o currículo e aprendizado algumas ações são a oferta de disciplinas em inglês na graduação e na pós-graduação, tradução dos conteúdos das disciplinas, ampliação dos acordos de cooperação com universidades estrangeiras reconhecidas, definição de critérios para a conversão de notas obtidas em disciplinas cursadas através da mobilidade internacional e emissão de documentos internos da UFSC em língua inglesa. Quanto à estrutura organizacional, a previsão é de alocação de espaço físico adequado para a organização das atividades de internacionalização; expansão dos programas de mobilidade nacional e internacional de TAES; aumento dos cursos de idiomas para a comunidade universitária, aumento de orçamento e de fontes de financiamento para apoio da internacionalização; criar suporte financeiro e operacional para submissão, acompanhamento e prestação de contas para projetos a agências internacionais.

O apoio aos servidores docentes e TAES está centrado na oferta de cursos de qualificação para os servidores ministrarem disciplinas em inglês, redigirem artigos científicos de grande impacto e para criarem propostas de projetos internacionais. Além disso, o apoio está voltado para criação de programas que incentivem docentes a realizar estágio pós-doutoral no exterior; valorização de colaborações internacionais na progressão funcional; valorização da experiência internacional e domínio de línguas estrangeiras como critério para seleção de docentes em concursos públicos; apoio na inclusão dos currículos dos docentes nas plataformas internacionais de pesquisa; aumento na quantidade de projetos de ensino e pesquisa com parceria internacional e ampliação de programas de mobilidade internacional para TAES.

Das ações relacionadas à mobilidade estudantil, a Universidade objetiva estimular a participação de doutorandos em estágios sanduíche; instituir programas de mobilidade para docentes e discentes com universidades estrangeiras e criar dupla diplomação; promover a aplicação de testes de proficiências na UFSC e auxiliar na reformulação dos testes de proficiência aplicados pelo Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras; internacionalizar o currículo, por meio da criação e tradução de disciplinas; e recrutar docentes e discentes do exterior.

De acordo com a Sinter (2021), a internacionalização caminha atrelada à história da UFSC. Conforme a linha do tempo histórica apresentada pela Sinter, ainda na década de setenta a UFSC inicia sua participação junto ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Em 1972 ocorre a nomeação de Teodoro Vahl como Diretor executivo do Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI) e o Reitor João David Ferreira Lima atribui as competências para organizar o Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI). Em maio de 2012 ocorre a criação da Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, a qual permanece na atualidade, sob a gestão do Secretário de Relações Internacionais Lincoln Fernandes.

Antes da instituição da SINTER, as ações de relações internacionais focavam na recepção de discentes pelo Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), o qual compunha a política externa do Brasil, e no intercâmbio com países do Cone Sul. Este cenário era decorrente também da escassez de acesso a recursos externos da época, com exceção dos provenientes dos projetos de cooperação financiados pela CAPES e pelo CNPq e das bolsas do Programa PEC-PG. O aumento das fontes de recursos ocorreu paulatinamente, com o Programa Erasmus Mundus, convênios com bancos e novos convênios e acordos.

A partir da constituição da Secretaria de Relações Internacionais (SINTER), um órgão executivo integrante da administração central da UFSC, diretamente vinculado ao Gabinete da Reitoria (GR), verifica-se a intensificação no processo de internacionalização da UFSC, ampliando a quantidade de convênios internacionais e programas disponibilizados para a comunidade acadêmica e dando origem à Política de Internacionalização da UFSC citada anteriormente. De acordo com o relatório UFSC Números, elaborado pelo Departamento de Gestão da Informação (DPGI/SEPLAN), nos dois anos seguintes à criação da SINTER, o número de acordos internacionais de cooperação assinados pela UFSC passou de 327 para 427. Embora tenha havido uma queda no ano de 2015, houve uma retomada do crescimento dos acordos realizados pela instituição, totalizando 373 acordos em 2019.

Nos três anos anteriores à divulgação do PDI 2020-2024, a internacionalização na Universidade passou a ocorrer por meio de uma visão transversal, partindo do princípio de que o esforço coletivo da comunidade universitária é essencial no alcance da internacionalização. Assim, os objetivos do PDI 2020-2024 vinculados ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ligados à internacionalização foram delineados, considerando os diversos atores institucionais. A internacionalização da UFSC é trabalhada atualmente sob a concepção da internacionalização em casa e a internacionalização no exterior.

Conforme o PDI (2020-2024) a primeira envolve atividades que ocorrem em conjunto com outros setores da Universidade, como é o caso dos websites das secretarias e pró-reitorias. A segunda exige mais ações no que diz respeito aos recursos. Mesmo diante desta adversidade, a UFSC tem enviado anualmente 170 alunos para universidades parceiras e 6 servidores TAES por meio da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). Além disso, foram celebrados mais de 50 convênios internacionais e aprovados 6 programas Erasmus+ com parceiros estrangeiros.

A SINTER tem como missão “coordenar, desenvolver e expandir o processo de internacionalização da UFSC, com vistas à formação de cidadãos com competências globais capazes de impactar positivamente a sociedade em que vivem, colaborando para a visibilidade e inserção internacional da UFSC em um contexto de inclusão e excelência”. Sua visão é ser

reconhecida pela excelência no processo de internacionalização do ensino superior. Os principais valores desta secretaria são o compromisso ético com a comunidade acadêmica nacional e internacional; a competência e inovação e o respeito pelas diferenças culturais, étnicas e socioeconômicas.

De acordo com o relatório de gestão da Sinter (2020), dentre as atribuições da divisão de gestão da informação, destaca-se a gestão dos dados relacionados à coordenadoria de programas internacionais dos discentes regulares de graduação e pós-graduação e daqueles vinculados ao Incoming e Outgoing, e das coordenadorias de convênios internacionais e apoio administrativo. Esta divisão engloba ainda o tratamento de informações relacionadas aos rankings internacionais, agências regulatórias e elaboração de relatórios, e o apoio na inclusão de Universidades estrangeiras no Programa Print/Capes da UFSC. O setor de tradução atua na tradução de textos institucionais do inglês para o português e da mesma forma converter do português para o inglês, além de interpretar oralmente discursos, debates, e demais demandas do Gabinete da Reitoria e da SINTER.

O Núcleo institucional de línguas e tradução fomenta o alcance das diretrizes da Política Linguística Institucional e apoia a criação de uma base multilíngue sólida, a fim de fomentar a internacionalização nos diferentes dos campi da UFSC. A coordenadoria de apoio administrativo auxilia o planejamento estratégico da Sinter, assessora o diretor e secretário, elabora documentos e materiais oficiais, gerencia material de consumo e patrimônio; planeja e promove eventos e formas de ampliação da visibilidade e presença internacional da Universidade; representa a SINTER na comunidade nacional e internacional. O setor financeiro gerencia orçamento, solicitação de pagamentos, elaboração de relatórios financeiros e prestações de contas da SINTER.

A coordenadoria de convênios internacionais planeja e coordena atividades vinculadas aos convênios, elabora pareceres, instrui processos relativos a convênios, contata instituições internacionais de ensino e pesquisa para o estabelecimento ou renovação de convênios, negociação e elaboração de convênios com instituições de ensino superior (IES) estrangeiras, orienta docentes, discentes e TAES sobre os procedimentos para realização de convênios internacionais.

A coordenadoria de programas internacionais gerencia e operacionaliza os programas que concedem bolsas a discentes regulares e estrangeiros vinculados a programas como: AUGM (Associação de Universidades Grupo Montevideo); BRACOL (Programa de Intercâmbio Brasil x Colômbia); BRAMEX (Programa de Intercâmbio Brasil x México); Universidade de Leiden; Fundación Carolina (Jóvenes Líderes Iberoamericanos); Bolsa Santander Iberoamericana;

University of Hradec Králove (UHK); ERASMUS + ICM. A coordenadoria de programas internacionais. Existem também atribuições correspondente a movimentação de estudantes no “incoming” e “outgoing”, ou seja, relacionadas a atendimento de intercâmbio na UFSC para estudantes ou instituições de ensino internacionais, e orientação de alunos e professores da UFSC e interessados pelo intercâmbio regular, por meio do acordo bilateral.

Dentre os principais objetivos da SINTER, destaca-se a promoção da interação com organismos e instituições internacionais de ensino superior, pesquisa, inovação tecnológica e conservatórios artísticos; fomento do intercâmbio de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos; apoio e implementação de acordos de cooperação técnica, científica e cultural. Entre os principais Programas Internacionais ativos na SINTER, conforme Silva (2021), destacam-se:

- a) Idiomas sem Fronteiras (IsF): objetiva incentivar ações vinculadas à política linguística para a Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro;
- b) Erasmus: programa de mobilidade de discentes, docentes e TAES, que visa à excelência da educação superior europeia, por meio de parcerias acadêmicas;
- c) Programas AUGM: Tem como propósito o aprimoramento contínuo dos discentes da graduação e pós, docentes, gestores e TAES, e da pesquisa científica e tecnológica. A AUGM é formada por universidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
- d) Programas GCUB: O Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras é dividido em BRACOL e BRAMES e objetivam o fomento de intercâmbio para discentes de nível superior.
- e) PEC-G: Oferecido pela UFSC desde 1970, apresenta oportunidades para estudantes provenientes de países em desenvolvimento para realizar a graduação em uma IES brasileira. A UFSC formou mais de 300 alunos e atualmente atende 120 discentes neste programa.
- f) USAC: A University Studies Abroad Consortium conveniada com a UFSC desde 2012, oferece bolsas para discente da Universidade cursarem um semestre no exterior, por outro lado, a UFSC recebe estudantes estrangeiros para cursarem disciplinas.
- g) Universiteit Leiden: Programa que oferece bolsa para discentes de pós-graduação em Estudos da Tradução, Letras-Inglês, Linguística, Literatura, Filosofia e História, Serviço Social e Relações Internacionais da UFSC.
- h) ELAP: O programa Emerging Leaders in the Americas Program viabiliza bolsas para discente de graduação e pós da América Latina e do Caribe para realizarem intercâmbio em universidades do Canadá.

- i) UFSC-UHK: Parceria realizada desde 2015 com a University of Hradec Králove (UHK), da República Checa, objetiva a oferta de bolsa para discentes de graduação e pós e mobilidade de docente de Antropologia, Ciências Sociais, Ciência Política, Arquivologia, Serviço Social, Filosofia ou História.
- j) Jovens Líderes Iberoamericanos: Seleciona egressos de cursos de graduação da UFSC para realizar intercâmbio em Madrid, Espanha;
- k) Santander Iberoamericano: Fomento do intercâmbio de discentes em instituições argentinas, chilenas, colombianas, espanholas, mexicanas, peruanas, portuguesas e uruguaias por meio do financiamento do Banco Santander S.A. do Brasil.

2.2 UDESC

A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC possui uma estrutura multicampi com 12 unidades distribuídas em nove cidades de Santa Catarina, além de 35 polos de apoio presencial para o ensino a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, do Ministério da Educação (UAB/MEC). Em 2020, a UDESC completou 55 anos de sua fundação, registrando mais de 15 mil alunos distribuídos em 60 cursos de graduação e 50 mestrados e doutorados. No que tange à pesquisa, possui 217 grupos credenciados pelo CNPq e no quesito extensão, conta com cerca de 800 ações (UDESC, 2020a).

A UDESC ganhou destaque entre as melhores instituições de ensino superior do mundo em rankings organizados pela Times Higher Education (THE): o World University Ranking, de abrangência global; o Latin American University Ranking, da América Latina; o Golden Age University Ranking, com instituições entre 50 e 75 anos de existência; e o THE Emerging Economies, com universidades de países de economias emergentes (UDESC, 2021c).

A gestão da UDESC no período 2004-2008 “assumiu o compromisso com a abertura das relações de cooperação internacional acadêmica” (UDESC, 2008, p.273). A menção à internacionalização foi realizada no Plano 20 para o período de 2005-2025, em sua Política Institucional de Pesquisa, na diretriz 3: “Desenvolver pesquisas em parcerias com empresas e outras instituições nacionais e internacionais de ensino e de pesquisa, através de projetos compartilhados que objetivem o desenvolvimento regional” (UDESC, 2005, p.115) e na Política Institucional de Pós-Graduação, na diretriz 3: “Para a promoção de cursos de pós-graduação stricto sensu em áreas de menor número de pesquisadores doutores, devem ser oportunizadas parcerias com universidades e instituições de pesquisa nacionais e internacionais, visando à cooperação interinstitucional.” (UDESC, 2005, p. 116).

Observa-se no atual planejamento estratégico (gestão 2020-2024), nos projetos estratégicos, no que tange à “Excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão”, os projetos: “Fortalecimento da Graduação e Pós-graduação, mobilidade e Internacionalização” e “Pesquisa em Rede (nacional e internacional)”. O primeiro tem como objetivo, “fortalecer o relacionamento da UDESC com instituições nos âmbitos nacional e internacional em prol do ensino, pesquisa, cultura e extensão universitária” (UDESC 2021a, p.13). Dentre as ações estratégicas do referido projeto destacam-se:

- Estabelecer convênios com instituições nacionais e internacionais para ampliar a mobilidade de estudantes e professores, para suporte à cooperação acadêmica em matéria de ensino, pesquisa, cultura e extensão universitária, em parceria com agências de fomento;
- Ampliar os programas de capacitação em língua estrangeira, com destaque para o inglês e o português para estrangeiros;
- Ampliar ações para o fortalecimento e internacionalização de cursos de pós-graduação e de graduação (UDESC, 2021a, p.14)

Já o segundo projeto possui como objetivo o “estabelecimento de parcerias com entidades nacionais e de outros países para a criação de novos laços de integração e também da manutenção e fortalecimento dos já existentes” (UDESC, 2021a, p.14). Dentre as ações estratégicas relacionadas vale ressaltar: “ampliar as pesquisas em redes no âmbito nacional e internacional e fomentar e desburocratizar o desenvolvimento de pesquisa em parceria com os setores público e privado, nacionais e estrangeiros” (UDESC, 2021a, p.14).

Em adição, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UDESC (2017-2021), apresenta em seu “eixo 2 – Desenvolvimento Institucional”, o objetivo “Promover ações que buscam a internacionalização da universidade”. Para o seu alcance são listadas as principais estratégias:

- Viabilização de convênios de cooperação com instituições, notadamente latino-americanas, que guardam excelência em extensão, visando ao aperfeiçoamento teórico-metodológico, bem como a formação de redes extensionistas, com suporte de ferramentas em EAD, além da participação em publicações estrangeiras na área;
- Ampliação da participação de professores em atividades no exterior, por meio do Novo Proeven (Edital Proint);
- Ampliação do número de universidades conveniadas;
- Ofertar disciplinas em inglês;
- Criação e regulamentação da emissão de duplo diploma entre as IES conveniadas internacionalmente nos programas de Pós-Graduação;
- Criação e regulamentação da ação de cotutela entre as IES conveniadas internacionalmente;
- Ampliação de bolsas de mobilidade internacional (Prome), disponibilizando uma vaga anual por curso;
- Participação de técnicos em eventos no exterior (UDESC, 2016, p.166).

Com relação à estrutura institucional voltada à internacionalização, em 2007 foi criada a Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (SCII) como um órgão suplementar superior da Universidade. A SCII tem por objetivo “fomentar as relações entre a UDESC e universidades estrangeiras e brasileiras, visando a gestão e a criação de acordos de cooperação que beneficiem os docentes, discentes e recursos humanos da instituição, além de propiciar um maior destaque da universidade no contexto internacional” (UDESC, 2021b). Dentre as principais linhas de ação da SCII destacam-se a realização de convênios internacionais, os processos de mobilidade acadêmica para estudantes da universidade com ou sem financiamento da UDESC ou por meio de programas específicos e também o auxílio ao aluno estrangeiro.

Segundo o Art.38 do Regimento Geral da Universidade “A Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional - SCII é um órgão suplementar vinculado à Reitoria, com um Secretário nomeado pelo Reitor”, (UDESC, 2007, p.12) já o Art.39 dispõe sobre as atribuições da SCII:

- I - estimular a cooperação da UDESC com instituições nacionais e internacionais;
- II - estabelecer contatos de cooperação e divulgar as atividades da UDESC no país e no exterior;
- III - promover e apoiar, em conjunto com os Centros e setores da UDESC, a cooperação com instituições nacionais e estrangeiras, a partir de convênios e acordos;
- IV - coordenar o intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores e administradores com outras instituições;
- V - divulgar informações sobre as oportunidades de intercâmbio e cooperação;
- VI – exercer outras atribuições no âmbito de sua competência ou que lhe forem delegadas (UDESC, 2007, p.13).

A UDESC possui convênio com universidades dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Cuba, Eslovênia, Estados Unidos, Espanha, Finlândia, França, Inglaterra, Itália, México, Moçambique, Noruega, Portugal, Suécia e Uruguai. Dentre os programas de intercâmbio oferecidos pela UDESC, destacam-se o PROME, PIMA e PEC-G.

O Programa de Mobilidade Estudantil da UDESC (PROME), visa ao apoio financeiro dos alunos de graduação da UDESC, para a realização de disciplinas ou outras atividades acadêmicas em Universidades estrangeiras conveniadas, de modo a ampliar seus conhecimentos nas áreas de estudo e possibilitar o aproveitamento das atividades realizadas (UDESC, 2020a). Por meio deste programa, a cada semestre, 12 estudantes da UDESC (um por unidade) recebem auxílio para estudar por um semestre em instituições estrangeiras (UDESC, 2019).

O Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica (PIMA), do qual a UDESC faz parte, consiste em redes de Universidades Ibero-americanas de intercâmbio de estudantes. Por meio do programa, estudantes estrangeiros são recebidos na UDESC e estudantes da UDESC são selecionados para cursar um semestre, no seu campo de estudos, em uma instituição parceira no exterior. A UDESC faz parte das redes de “Desarrollo Agrario Y Económico: Tendencias Actuales” e “Ciencias Ambientales Y Energías Renovables” (UDESC, 2021b).

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948, oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país (UDESC, 2021b).

No âmbito da pós-graduação, as parcerias internacionais estão previstas e regulamentadas pelo Regimento Geral da Pós-Graduação (Res. 013/2014 - CONSEPE), que dispõe sobre os programas internacionais, conforme menciona o Art. 100 “São objetivos dos Programas de Pós-Graduação Internacionais conjuntos o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades bilaterais de cooperação internacional”. Além disso também são definidas condições para a titulação múltipla entre a UDESC e instituições estrangeiras, bem como as questões envolvendo estudante de instituição estrangeira (UDESC, 2014, p.30).

Os alunos estrangeiros que tiverem interesse em estudar na UDESC contam com um rol de disciplinas oferecidas em inglês, tanto para cursos de graduação como pós-graduação, em várias áreas do conhecimento e centros de ensino. Nos últimos semestres os alunos estrangeiros foram recepcionados em Florianópolis com o Welcome Day, promovido pela SCII (UDESC, 2019). A SCII mantém um programa de “Apadrinhamento/Buddy”, com o objetivo de orientar e auxiliar os estudantes internacionais em seus primeiros passos na UDESC. Os alunos da UDESC interessados em fazer o apadrinhamento, podem se inscrever e em contrapartida têm a oportunidade de estar em contato com estudantes de universidades do exterior e de outras culturas, bem como a possibilidade de praticar outros idiomas (UDESC, 2021b).

Em 2019 foi inaugurado o escritório Education USA, o primeiro de Santa Catarina, instalado no Prédio da Reitoria. É um local onde estudantes da UDESC e de outras instituições podem buscar informações para estudar nos Estados Unidos. Vinculado ao Departamento de Estado dos EUA, o Education USA atua com universidades americanas, tendo uma rede de

mais de 400 escritórios em 175 países, sendo 34 no Brasil. Os escritórios oferecem atividades presenciais e virtuais aos interessados. Os serviços realizados incluem palestras, orientação personalizada e outros procedimentos necessários para efetivação dos pedidos. (UDESC, 2019)

Nas relações de colaboração internacional no campo da pesquisa destacam-se dois programas: o Programa de Auxílio à Participação em Eventos (PROEVEN) e o Programa de Auxílio à Internacionalização da Pós-Graduação (PROINT-PG).

O PROEVEN foi aprovado em 2010 e tem como finalidade “incrementar a visibilidade no exterior da produção intelectual (científica, tecnológica, cultural e artística) da UDESC e propiciar a aquisição de conhecimentos específicos imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa”. Os contemplados pelo programa recebem passagens internacionais de ida e retorno, ajuda de custo e pagamento da inscrição no evento. Desde 2017 a inscrição e seleção passaram a ser realizadas pelas grandes áreas do conhecimento: Grande Área I: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde; a Grande área II: Ciências Exatas e da Terra, Engenharia, Multidisciplinar; Grande Área III: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (UDESC, 2017). No período de 2014 a 2020, 111 professores foram contemplados pelo programa (UDESC, 2020b).

O PROINT-PG foi aprovado em 2017 e teve seu primeiro edital lançado em março de 2018. O programa oferece apoio (passagens e diárias internacionais) para professores, integrantes de cursos de doutorado, participarem de atividades de pesquisa ou pós-graduação no exterior (UDESC, 2018). Em 2018, o PROINT-PG contemplou 5 projetos; no ano de 2019 contemplou 8 projetos; já no ano de 2020 não pôde contemplar nenhum projeto devido à pandemia do coronavírus (COVID-19) (UDESC, 2020b).

O PROINT-PG tem por finalidade apoiar a realização de estágio de curta duração por docentes pesquisadores de programas de pós-graduação da UDESC, integrantes de cursos de doutorado com conceito CAPES 4, 5 e 6, para realização, no exterior, de atividades de pesquisa conjunta com pesquisadores estrangeiros vinculados a projeto em andamento no Brasil ou no exterior; ou atuação em programas de pós-graduação estrangeiros que contribuam para a ampliação das possibilidades de colaboração com pesquisadores estrangeiros, incentivem a incorporação à redes internacionais, possibilitem a produção acadêmica conjunta e consolidem colaborações futuras que revertam em prol da internacionalização dos programas de pós-graduação da UDESC (UDESC, 2017, p.115).

No que diz respeito à internacionalização das ações de extensão, pode-se destacar a atuação do Grupo Coordenado em Gestão de Riscos e Desastres (CEPED), no plano de cooperação humanitária internacional, por meio do convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a elaboração de um plano de cooperação

humanitária internacional no Brasil, no âmbito do projeto de fortalecimento da cultura de gestão de riscos de desastres no país, através do Ministério da Integração Nacional. Destacam-se ainda, no âmbito do CEPED as ações de capacitação de pessoal na gestão de riscos e redução de desastres em Santa Catarina, por meio do convênio técnico-científico com a USAID/PFDA (UDESC, 2020c).

Em 2017 a UDESC sediou o 42º Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), com a participação de representantes de 70 instituições de ensino superior. Na oportunidade foi assinada a Carta de Florianópolis, documento que faz menção à ampliação e ao fortalecimento da política de internacionalização da extensão (UDESC, 2018). Em 2019 foi aprovada a nova Política de Extensão Universitária da UDESC, que prevê em sua agenda estratégica a internacionalização das ações de extensão (UDESC, 2020c).

No que diz respeito ao estímulo a criação de vínculos com centros universitários e institutos de pesquisa no exterior, os professores fazem contato diretamente com as universidades internacionais em projetos de pesquisas conjuntos. A partir desses contatos, podem ser firmadas parcerias, estendendo-se a mobilidade para alunos, professores e técnicos. A SCII mantém contato permanente com universidades internacionais, auxiliando na formulação de parcerias quando há interesse institucional. Além disso, as agências de fomento informam sobre oportunidades internacionais para alunos e professores que são divulgadas internamente pela SCII.

A UDESC faz parte da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, além da representação do Education USA. Estas associações permitem o acesso a oportunidades de bolsas para graduação e pós-graduação no exterior de países diversos. As informações relacionadas são divulgadas pela SCII via e-mail e nos canais de divulgação da UDESC. Da mesma forma é feita a divulgação referente às oportunidades oferecidas por órgãos governamentais e agências de fomento. Embora estes últimos não tenham uma ligação direta com a UDESC, todo o suporte institucional necessário é dado à comunidade acadêmica para viabilizar os acessos as bolsas e as parcerias para que mais grupos sejam beneficiados. Por fim, cabe registrar que a UDESC conta com o canal “Podcast Intercâmbio”, disponível nas principais plataformas de áudio, para divulgar informações relacionadas à intercâmbio, incluindo entrevistas com alunos, dentre outros (UDESC, 2021b).

2.3 FURB

A preocupação com a internacionalização da FURB pôde ser observada com a criação da Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI), mais precisamente em 11 de maio de 1988. Já a partir desse ano a CRI promoveu a internacionalização a partir de dois programas, o Programam de Cooperação Cultural e Educacional entre Brasil e Itália, o Programa de Cooperação Interuniversitária (Espanhol). No mesmo ano recebeu a visita da Comitiva da Califórnia State University, assim, recebeu aprovação para iniciar o programa de intercâmbio através da Internetal Association for the Exchange of Students for Technical Experience IAESTE (FURB, 1998).

Nos anos seguintes a FURB estabeleceria convênios de forma efetiva e contínua com Instituições de Ensino Superior da Europa, América do Norte, América Latina, Ásia e África. O objetivo traçado pela Universidade de Blumenau, já buscava promover a qualificação e atualização do conhecimento, compreendendo-se que a internacionalização seria parte fundamental das relações universitárias em todos os níveis de ensino.

A importância dispensada ao processo de internacionalização fica evidenciado através do Plano de Desenvolvimento Institucional do ano de 2010, revisado nos anos de 2013/2014 quando se lê,

A FURB, em sua Visão, firma um compromisso de “ser uma Universidade pública, reconhecida pela qualidade da sua contribuição na vida regional, nacional e global”. Em seus Valores, a Universidade se compromete em “[...] inovar nos processos de Internacionalização”. Fica evidenciado que a internacionalização é um objetivo da FURB e que há intenção de ampliação de seus acordos de cooperação internacional nas mais diversas áreas do conhecimento. Convém destacar a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão (PDI, 2014, p.112).

Em 2011 a FURB aderiu ao Programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal que tinha como objetivo “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (FURB, 2012, p.203). O programa oferecia bolsas de estudo, podendo o estudante fazer intercâmbio em instituições internacionais pelo período de um ano. “Em 2013, a FURB consolidou a parceria, enviando 15 (quinze) discentes para diversos países da Europa, Oceania e América do Norte” (PDI, 2014).

A FURB considera a importância de estimular as práticas de internacionalização haja vista que,

- a) O estudo em outros países contribui para a formação de um profissional autônomo e globalizado, capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;
- b) Permite a convivência com pessoas de outros países estimulando a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;
- c) Os estudantes e professores estrangeiros trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula;
- d) Proporciona ao egresso o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia o networking em escala global;
- e) Pode proporcionar ao estudante receber o diploma assinado por sua universidade de origem e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico. (PDI, 2017).

Em 2018 a FURB atualizou os objetivos no que tange a Política de Internacionalização e assim ficaram definidos,

- I. Produzir novos conhecimentos nas diversas áreas do saber;
- II. Contribuir para o desenvolvimento, sustentabilidade e visibilidade da Instituição.
- III. Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal dos estudantes em todos os níveis de ensino;
- IV. Contribuir para a complementação da formação de docentes, discentes e demais servidores proporcionando-lhes novas vivências e oportunidades;
- V. Estabelecer cooperação científica efetiva com universidades e/ou entidades de pesquisa no mundo;
- VI. Proporcionar o aumento do número de pesquisadores estrangeiros na Instituição;
- VII. Estimular o desenvolvimento de programas internacionais conjuntos de pós-graduação;
- VIII. Constituir-se num diferencial competitivo da Universidade, auxiliando no fortalecimento da marca FURB;
- IX. Ser agente motivador da transformação da realidade dos cursos e da consolidação da pesquisa;
- X. Estimular a multi, a inter e a transdisciplinaridade;
- XI. Interagir com o público estrangeiro (stakeholders) da FURB e construir relações sólidas que contribuam para o desenvolvimento regional, social, cultura, econômico e educacional;
- XII. Contribuir para a adoção de uma concepção de ensino que instigue a geração do conhecimento entre docentes, discentes e demais servidores a partir da exploração de processos cognitivos inovadores e criativos;
- XIII. Contribuir na promoção da difusão do conhecimento científico gerado na pesquisa por meio de ensino e extensão, publicações científicas qualificadas em periódicos, livros com conselho editorial, eventos, mídias e hipermídias diversas, e
- XIV. Fomentar a internacionalização dos campi, das disciplinas e dos currículos dos cursos, por meio do uso de línguas estrangeiras, da cooperação em rede, do desenvolvimento de competências comunicativas interculturais dos docentes, discentes e servidores, da mobilidade e do intercâmbio docente e discente, publicações científicas em periódicos internacionais, entre outras atividades. (PDI, 2018, p.145-146).

Entre os anos de 2010 até 2015 a Coordenadoria de Relações Internacionais acolheu 253 estudantes e 37 professores estrangeiros. Encaminhou ao exterior 402 estudantes e 33 professores, assinou 42 novos convênios e promoveu diversos eventos e atividades que visaram a cooperação internacional conforme dados demonstrados no Tabela 1 do Relatório de Atividades (FURB, 2015, p.113).

Tabela 1 Atividades desenvolvidas pela FURB no âmbito de relações internacionais, 2011 – 2015.

Atividades	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Convênios assinados	13	8	5	8	1	7
Estudantes estrangeiros acolhidos	32	55	31	56	28	51
Professores estrangeiros acolhidos	3	7	11	5	3	8
Estudantes encaminhados ao exterior	63	65	58	74	90	52
Professores encaminhados ao exterior	4	5	12	5	3	4
Projetos realizados	-	2	3	3	-	-
Eventos organizados	5	8	4	4	6	13
Participação em eventos	3	3	3	3	6	5
Visitas recebidas	15	22	24	30	19	21
Assessoria a viagens	-	1	2	4	-	-
Disciplinas ofertadas em inglês	-	-	-	3	7	8

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais – CRI

A Coordenadoria de Relações Internacionais – CRI é o órgão que promove a internacionalização na Instituição, atualmente conta com um coordenador e técnicos-administrativos que auxiliam estudantes e professores da FURB de todos os níveis, desde ensino médio até o stricto sensu que queiram realizar intercâmbio nas instituições conveniadas. “Compete à CRI orientar, acolher e acompanhar docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros (incoming), assim como a orientação aos docentes pesquisadores e discentes da FURB que estejam saindo (outgoing) para intercâmbio, além de suporte a projetos no âmbito da internacionalização” (PDI, 2018). As ações são as mais variadas, indo desde o intercâmbio acadêmico até a capacitação do quadro de servidores da Universidade. Atualmente, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior, sendo, 10 países na América, 9 países na Europa, 3 na África e 2 na Ásia.

Além do intercâmbio, existem outras ações que buscam fomentar a internacionalização como a possibilidade de cursar disciplinas lecionadas completamente em inglês, alemão e espanhol. Ainda é importante ressaltar que o curso de Tecnologia em Marketing da FURB é um exemplo de tecnólogo elaborado conjuntamente com a experiência da internacionalização, teve sua base no curso de Ciências da Administração e Economia de Halmstad, o que permite a dupla diplomação, uma qualificação a mais no currículo dos formados. Atualmente este convênio está suspenso.

Outra ação direta é o programa “Amigos do Mundo” que incentiva o maior contato entre comunidade acadêmica e alunos estrangeiros, possibilitando que alunos da FURB recebem em suas casas estrangeiros das demais instituições conveniadas. Para além do idioma, esse programa tem o objetivo promover a troca de experiências culturais, hábitos, estilos de vida entre aqueles que acolhem e os que são acolhidos.

De acordo com dados constados nos PDIs da FURB, pode se observar a mobilidade acadêmica através do envio e recebimento de estudantes e professores junto as universidades parceiras. Em 2013 foram enviados 58 estudantes, 5 professores e recebidos 41 estudantes e 5 professores. Em 2015 foram enviados 41 estudantes e recebidos 51. Em 2017 foram enviados 71 estudantes, acolhidos 27 e 3 docentes. Vale ressaltar que o intercâmbio docente “tem por finalidade o desenvolvimento de atividades correlatas a docência, pesquisa e extensão na instituição de destino” (PDI, 2017, p.127).

Ainda conforme os PDIs revisados em 2014, 2017 e 2018, em relação aos acordos e convênios firmados com instituições estrangeiras, em 2014 haviam 58 acordos e convênios com universidades estrangeiras em 21 países diferentes. Em 2016 eram 62 acordos e convênios mantendo os mesmos países, já em 2017 eram 72 parcerias com 22 países, entre eles Alemanha, China, Argentina e Canadá. Esses acordos e convênios possibilitaram a mobilidade de estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu* assim como de docentes.

Em 2018, a Universidade aprovou o Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF), estando subordinado ao Programa ISF da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, tendo como objetivo geral contribuir para a política de internacionalização, com ações direcionadas para o ensino, pesquisa, extensão e cultura, por meio da ampliação de oferta de cursos em outros idiomas. Ainda em 2018 foi instituída a Política Linguística da FURB, com o objetivo de:

Definir estratégias institucionais que atendam aos pressupostos da formação linguística, da internacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura, valorizando as relações interculturais, a inclusão social e a diversidade cultural, tomando por referência a formação integral, o respeito à diversidade e à solidariedade. (PDI, 2018, p.155).

Conforme exposto através dos vários relatórios institucionais, a FURB, consolidou-se ao longo de 23 anos no que tange as ações em busca da inserção da Universidade no processo de internacionalização. Desde a criação da Coordenadoria de Relações Internacionais até o presente momento, foram diversos estudantes e professores acolhidos e enviados ao exterior com os mais variados objetivos, desde visitas técnicas, de reconhecimento até o intercâmbio acadêmico. A parceria permanece com mais de 70 universidades em mais de 20 países. Ainda é importante ressaltar que toda a mobilidade se dá desde o ensino médio até os programas de pós-graduação, ou seja, engloba ensino, pesquisa e extensão.

2.4 UNESC

As políticas de internacionalização da UNESC baseiam-se em fundamentos de transversalidade, interdisciplinaridade, inovação e internacionalização na articulação das áreas do conhecimento. Compreender que a internacionalização constitui uma parte importante da experiência formativa dos alunos, de todos os níveis e modalidades, significa reiterar que o processo de internacionalização possibilita a troca de experiências, desenvolve o espírito colaborativo, o trabalho em conjunto e, principalmente, no convívio com a diferença e com o desconhecido (PDI 2018-2022).

Instituída em 2018, a Política de Internacionalização da UNESC foi aprovada oficialmente, pela Resolução nº 03/2018/CONSU (Conselho Universitário), embora, a atividade tenha sido iniciada muito antes da aprovação desta Resolução. O conceito de internacionalização adotado pela Universidade se constitui como um princípio educacional que tem por intuito vincular o ensino superior ao contexto de trânsitos transnacionais e interculturais característicos do mundo globalizado (RESOLUÇÃO 03/2018). O objetivo da política de internacionalização da UNESC é desenvolver ações estratégicas visando o fortalecimento das relações com instituições internacionais, inserindo a instituição no cenário internacional do ensino, da pesquisa e da extensão, objetivando promover o bem-estar da sociedade. Estas ações estão divididas em quatro eixos norteadores: ampliação da estrutura de internacionalização; qualificação do corpo docente e discente em língua estrangeira; potencialização de parcerias e acordos de cooperação com instituições estrangeiras e; fortalecimento dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (RESOLUÇÃO 03/2018).

A prática de internacionalização das atividades da Unesc, foram iniciadas em 1996, com criação da Coordenadoria de Relações Internacionais, posteriormente transformada em Escritório de Relações Internacionais (International Relations Office). O Escritório tem por objetivo fomentar, apoiar e promover as relações internacionais da Unesc com universidades estrangeiras com mútuo interesse em desenvolver mobilidade acadêmica, pesquisas, intercâmbio discente/docente, palestras, por meio de contato do próprio setor bem como de outros agentes envolvidos no processo. Como prioridade busca orientar e acompanhar as ações de parceria, os convênios com instituições de ensino e organizações estrangeiras, bem como nacionais de fomento à cooperação internacional. (PDI 2018-2022).

A estrutura organizacional da Política de Internacionalização da UNESC é executada pelo Escritório de Relações Internacionais, vinculado diretamente à Reitoria, constituída por um Comitê Gestor, formado: pela Pró-Reitora Acadêmica, como presidente; Pró-Reitor de

Planejamento e Desenvolvimento Institucional; pelos Diretores de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias; um pesquisador de Programa de Pós-Graduação; um coordenador de curso de graduação; um representante do corpo discente dos cursos de pós-graduação; um representante do corpo discente dos cursos de graduação (RESOLUÇÃO 03/2018).

O Escritório de Relações Internacionais é a unidade administrativa cuja missão é promover e apoiar a internacionalização da Universidade, como meio para atingir a excelência na atividade acadêmica. Visa formar cidadãos e profissionais inseridos da comunidade global. Entre os valores que dirigem as ações do Escritório de Relações Internacionais estão a interculturalidade, a inclusão, a equidade, a inovação, a presença e a solidariedade em nível global (RESOLUÇÃO 03/2018).

O Escritório de Relações Internacionais, tem como principais atribuições: desenvolver a política de cooperação internacional da Instituição; assessorar a reitoria no desenvolvimento da política de cooperação internacional em todos os níveis e modalidades; constituir-se em um foro central de todos os assuntos internacionais referentes à Instituição e aos polos de apoio presencial; promover, em conjunto com os diversos setores da Universidade, ações de parceria, convênios e intercâmbios com instituições de ensino, governos e órgãos não governamentais internacionais; divulgar informações sobre convênios, intercâmbios, cursos, estágios, bolsas de estudos e programas de instituições governamentais e não governamentais para toda a comunidade acadêmica em todos os níveis e modalidades.

Entre as principais atividades do Escritório de Relações Internacionais estão: a recepção de visitantes e delegações internacionais; a negociação e condução interna de acordos de cooperação com universidades estrangeiras; diversas atividades de recepção e acolhida de estudantes e professores estrangeiros; o apoio na alocação de residências e o suporte em processos administrativos internos e externos, tais como a obtenção de documentos brasileiros, relacionamento com a Polícia Federal e a obtenção de visto para professores estrangeiros, entre outros.

O processo de internacionalização acadêmica da UNESC consta do Plano Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022). A internacionalização se configura como um processo pedagógico e formativo, que ocorre por meio de acordos de cooperação técnica, científica e cultural, firmados com instituições de ensino superior, de pesquisa e outras instituições relacionadas à área de interesse. Esses processos envolvem atividades de intercâmbio de professores, estudantes, pesquisas, publicações, internacionalização de matrizes curriculares, dupla certificação e formação em línguas estrangeiras. (PDI 2018-2022).

A construção e a manutenção de programas de intercâmbio com universidades estrangeiras são vistas como um importante componente formativo do acadêmico. Segundo as informações obtidas juntos ao Escritório de Relações Internacionais foram realizados 202 minicursos e complementações cursadas no exterior, em diversos tipos de convênios. Estas atividades fizeram com que os estudantes tenham um diferencial na sua formação e no seu currículo. Como instrumento de apoio a internacionalização, a Unesc conta com o Instituto de Idiomas que oferece aulas de alemão, espanhol, inglês, italiano, francês e português para estrangeiros. Além disso, o Instituto de Idiomas presta serviços como traduções, elaboração de provas de proficiência e está credenciado para aplicação do Toefl. O diálogo e o relacionamento com outras culturas, países e nacionalidades, bem como, o intercâmbio científico-acadêmico e a mobilidade acadêmica fazem parte dos pilares do desenvolvimento institucional da UNESCO.

Atualmente, a UNESCO mantém 47 acordos e/ou convênios internacionais com diferentes universidades e países e, em especial, por meio de seus programas de pós-graduação *stricto sensu*. Dentre os países cita-se os seguintes: Alemanha, Angola, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, México, Paraguai, Portugal, República da Macedônia, Rússia, Suíça, Uruguai, entre outros.

Conforme informações obtidas junto ao Escritório de Relações Internacionais, desde 2008, a UNESCO enviou 109 alunos de graduação e 2 de pós-graduação (Mestrado) para intercâmbio no exterior, através do Programa de Mobilidade Acadêmica da Unesc, Programa Santander Universidade, ELAP e Ciência sem Fronteiras. Além disso, a Unesc recebeu 29 alunos estrangeiros de graduação, 1 de pós-graduação (Mestrado) e 12 alunos para a Residência Multiprofissional. Também, possui 68 alunos estrangeiros matriculados em cursos de graduação e pós-graduação.

2.5 UNIVALI

A UNIVALI iniciou a prática de internacionalização de atividades em 1992, com a criação da Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI). Essa gênese pode ser associada ao interesse e disposição da reitoria em reconhecer a importância e a necessidade de se expor a comunidade acadêmica a uma formação mais identificada com os paradigmas da globalização. Com a criação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, em 1994, o campo de ação da AAI (então renomeada Coordenadoria de Assuntos internacionais- CoAI) começou a ser melhor identificada, pois o processo de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação

fez-se acompanhar por um maior entendimento acerca do real lugar da cooperação internacional na universidade na formação de pesquisadores e docentes.

Os primeiros objetivos foram traçados, de forma assistemática, pelo então assessor para assuntos internacionais e pelo reitor. Esses objetivos eram limitados à assinatura de acordos marco e de mobilidade acadêmica com universidades portuguesas, espanholas e italianas, para permitir o intercâmbio de alunos e professores e, eventualmente, uma possível coautoria em artigos científicos e a realização de eventos conjuntos.

O processo de internacionalização da UNIVALI é parte do Planejamento Estratégico Institucional, que se norteia pela Política de Internacionalização, aprovada em 2016 e com objetivos e metas a serem cumpridas até 2021. As principais linhas de ação são:

- Intensificação da rede internacional de pesquisa dos programas de pós-graduação;
- Equilíbrio dos indicadores de mobilidade In e Out;
- Ampliação da diversidade linguística, cultural e geopolítica dos acordos de cooperação internacional;
- Fomento para criação de programas voltados à formação de uma mentalidade global, para todos os atores da universidade, com ênfase no desenvolvimento das competências internacionais e interculturais;
- Criação de programas de Dupla-Diplomação para os cursos de graduação e pós-graduação
- Diagnóstico institucional frente aos principais indicadores utilizados pelos rankings internacionais visando um melhor posicionamento da UNIVALI nos principais rankings internacionais sobre as universidades latino-americanas. América Latina.
- Promoção de Programas de graduação lecionados em idioma estrangeiro, com ênfase inicial nos idiomas Inglês e Espanhol.

Para tratar das ações estratégicas de internacionalização, além de suas práticas regulares, a UNIVALI tem uma estrutura institucional específica atualmente denominada de Diretoria de Internacionalização. A Diretoria de Internacionalização (DI) é chefiada por um Diretor, que conta com seus assessores de internacionalização para planejar e executar as diversas práticas/ações de internacionalização que são de sua responsabilidade, como orientar os gestores sobre as tendências do processo de internacionalização universitário, decidir sobre parcerias projetos internacionais estratégicos, preparar e gerenciar acordos internacionais, promover a orientação e a integração de alunos intercambistas, recepcionar visitantes internacionais, dentre outras.

Dentre as principais linhas de ação encontram-se projetos voltados à Internacionalização do Currículo, Internacionalização em Casa, Mobilidade Virtual e projetos online de colaboração virtual (COIL), além de ações estratégicas pela evolução dos indicadores utilizados para a

avaliação das universidades latino-americanas pelos rankings. Internacionais como o QS e o THE. A principal linha de ação, nesta gestão, é a intensificação dos acordos de cooperação para a Dupla Diplomação com universidades parceiras na Europa e Américas.

A mobilidade internacional discente é um dos componentes do processo de internacionalização. Na UNIVALI, esse processo ocorre também através das ações e estratégias de internacionalização do currículo (IoC) e Internacionalização em Casa (IaH). A intensificação dos programas de intercâmbio na área de ensino ocorre quando a experiência de intercâmbio no exterior, acadêmicos e vivenciais, são usados pelos professores como recursos pedagógicos a evidenciar outras e diversas perspectivas acadêmicas e visões de mundo a enriquecer o currículo e a qualidade da educação.

Os principais resultados alcançados nos programas de intercâmbio, são o desenvolvimento, pelos alunos, de uma maior autonomia, maior consciência sobre identidade cultural e, sobretudo, uma maior percepção sobre as diferentes perspectivas acadêmicas e profissionais. Afirma-se que as parcerias com universidades europeias provaram ser de longo termo e, que em sua maioria, a abrangência da cooperação se ampliou em algumas áreas específicas, como a de Ciências Jurídicas. Com as universidades de Alicante e Perúgia, por exemplo, a UNIVALI mantém hoje acordos de Duplo Diploma nos cursos de graduação e Programas de pós-graduação *stricto sensu*, além de um Programa de Professores Visitantes que regularmente ministram aulas e palestras nas três universidades.

Em 2021, um acordo de cooperação internacional denominado Programa Interuniversidades foi assinado entre a UNIVALI e as Universidad de Alicante e L'Università Degli Studi di Perugia. O acordo, na prática, estabelece que as universidades de Alicante e Perúgia passam a contar com um campus universitário dentro da UNIVALI, assim como esta passa a ter um campus nas universidades conveniadas. Ele é resultado da consolidação do trabalho realizado nas últimas décadas pelas universidades conveniadas por meio do ensino e da pesquisa e estimula a formação de equipes de trabalho multiprofissionais entre as instituições, programas de duplo diploma para graduação, mestrado e doutorado, e projetos conjuntos de pesquisa e mobilidade para professores, alunos e funcionários técnico-administrativos.

Na UNIVALI, existe um fluxo para a assinatura de convênios de cooperação acadêmica e técnico-científica. Estes deverão receber um parecer técnico da Diretoria de Internacionalização, que os direcionará à Vice-Reitoria de Pesquisa e/ou de Graduação, para parecer final. Todos os acordos de cooperação deverão assinados pelo reitor, depois de revisada as questões legais pela Procuradoria da UNIVALI. Quando o acordo envolve recursos

financeiros, o parecer da Secretaria Executiva também é requerido. É importante mencionar que, muitas vezes, pesquisas são realizadas pelos professores/ pesquisadores, em colaboração ou cooperação com outros colegas de instituições internacionais, sem que um vínculo formal seja firmado inicialmente.

Os principais resultados alcançados, além do objeto da própria pesquisa, são as diversas perspectivas internacionais e interculturais introduzidas pela cooperação ao processo de pesquisa. Surge a necessidade do desenvolvimento, pelos parceiros e pesquisadores, do respeito mútuo e da capacidade de se adaptar aos novos modelos de trabalhar, interagir e resolver problemas. Em termos mensuráveis e concretos, os principais resultados desses programas de colaboração internacional de pesquisas são a oportunidade de mobilidade de alunos e professores, publicação de artigos/ livros em coautoria e a participação dos professores/pesquisadores nas aulas/ programas da graduação e pós-graduação como professores visitantes em ambas as universidades.

No tocante a extensão, diferentemente do que ocorre no ensino e pesquisa, poucos são ainda os projetos e resultados extensionistas que visam a internacionalização da universidade. Uma das principais práticas decorre de um projeto articulado entre o curso de Relações Internacionais (através do extinto Escritório de Relações Internacionais-ERI) e o Mestrado Internacional em Direito das Migrações Transnacionais.

Através de um convênio da UNIVALI com a Polícia Federal, mais de 50 migrantes, de várias nacionalidades, são atendidos, semanalmente, via agendamento para receber auxílio relativos à pedidos de residência, regularização de documentos, refúgio, renovação da carteira de estrangeiro etc. O projeto de extensão faz parte da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, uma Cátedra da ACNUR, agência da ONU para Refugiados, coordenada na UNIVALI pelo Prof. Rafael Padilha, coordenador do acima citado Mestrado. O projeto conta ainda com o apoio da OIM, Organização Internacional para Migrações.

A instituição faz, de forma regular e articulada, entre as DI e Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, a divulgação das oportunidades para estudantes e professores sobre oportunidades de estudarem completarem a formação no exterior. A universidade estimula a criação de vínculos com centros universitários e institutos de pesquisa, provendo, sempre que necessário, o apoio institucional aos professores e pesquisadores. A difusão de informações sobre oportunidades ocorre de vários modos: 1- atualização no website da Diretoria de Internacionalização sobre aberturas de editais e oportunidades oferecidas pela UNIVALI e/ou outras instituições/organizações internacionais. 2- Envio de e-mails direcionados à professores, coordenadores e diretores; 3- divulgação nas redes sociais da UNIVALI (Instagram e

Facebook); 4- Rádio e Tv UNIVALI também são utilizados, sempre que possível, como difusores de informações sobre oportunidades internacionais.

2.6 UNIVILLE

A UNIVILLE tem como missão promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental. E tem como visão ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão. (PDI, 2021). Nesse sentido, a internacionalização está no âmbito da gestão e orienta o seu planejamento estratégico, por meio da Assessoria Internacional – AI. A AI está ligada à Reitoria e composta por um Assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade e por um Assistente, responsável pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica. (PDI, 2021).

A AI, por sua vez, como se apresenta no PDI (2021), tem como missão promover a internacionalização curricular da comunidade acadêmica, por meio de projetos e programas, desenvolvidos com base nos Macroprocessos da Política de Internacionalização da instituição. São eles: Modalidade *Outgoing* e *Incoming*, Estágio e Pesquisa Internacional, *Short Term Programs* e *Internationalizations at Home (IaH)*. A Univille oferece, desde 2007, por meio de editais internos, ajuda de custo para pós-doutorado no exterior, acrescidas da manutenção do salário referente às horas de dedicação ao programa. Assim, a Universidade incentiva a internacionalização de seus docentes com redes de cooperação e produção científicas internacionais.

É por meio de uma Política de Internacionalização e Resolução de Mobilidade Acadêmica Internacional, que a UNIVILLE busca fomentar o processo de internacionalização, oportunizando à comunidade acadêmica, a realização de intercâmbios, estágios, pesquisas e programas de curta duração em outros países.

Na competência da AI, tem-se como objetivos (PDI 2021):

- articular a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores, pessoal administrativo com seus pares de instituições estrangeiras parceiras;
- promover intercâmbios, cursos, eventos e estágios, no âmbito internacional;
- intensificar a interação da Universidade com as diversas áreas de governo, com instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação e com a iniciativa privada, com o propósito de fomentar iniciativas de internacionalização;
- buscar a interlocução e articulação com as agências nacionais e internacionais financiamento ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio acadêmico- científico internacional;

- viabilizar ações de internacionalização de currículo “em casa”;
- incentivar a participação da comunidade acadêmica em diferentes tipos de atividades acadêmico-científicas e culturais internacionais; promover e divulgar as atividades da Univille no exterior; fortalecer a posição da Univille como universidade de referência regional nas articulações internacionais.

O ano de 2020, conforme apresenta o Relatório de Atividades da UNIVILLE 2020 (UNIVILLE, 2021), configurou-se globalmente como o ano mais desafiador dos últimos tempos em diversos âmbitos, inclusive para a educação. Assim também foi, em grande proporção, para a área de internacionalização do ensino superior, que buscou e vem buscando novas formas de cumprir com seu papel diante do novo cenário. A mobilidade, as viagens, os intercâmbios e outras experiências presenciais similares deram lugar à virtualização entres as IES e os países do globo.

No início de 2020 as ações de internacionalização da UNIVILLE continuaram sendo trabalhadas acerca dos macroprocessos presentes na Política de Internacionalização, que são: Mobilidade Acadêmica Internacional Outgoing e Incoming; Estágio Internacional; Pesquisa Internacional e Programas de Curta Duração. Após o anúncio da pandemia do novo Corona vírus (Covid 19) no cenário mundial e brasileiro, a maior parte das atividades foi interrompida ou suspensa. Posta essa nova circunstância, o foco foi alterado para atividades on-line de Internationalization at Home (IaH), ou “Internacionalização em Casa”, com as Disciplinas Curriculares e Módulos Interdisciplinares, ambos em inglês, participação e promoção de webinários internacionais, *lives* e aulas ministradas por professores da UNIVILLE e de universidades estrangeiras, além da continuidade de parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa com parceiros internacionais.

A seguir estão os resultados das ações de 2020, por macroprocesso:

1. Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PMAI) – Outgoing - Este programa visa enviar estudantes da UNIVILLE para frequentar disciplinas do seu curso de graduação no exterior por um período de 6 ou 11 meses, dependendo da matriz curricular (semestral ou anual). O PMAI Outgoing em 2020 teve sua campanha de comunicação realizada no mês de fevereiro e o edital publicado na sequência. Dezesete estudantes se inscreveram, contudo, por conta da instabilidade e do começo da crise pandêmica, todos os inscritos optaram por não realizar a atividade, do mesmo modo que os participantes do PMAI Outgoing 2019/2020 retornaram nos meses seguintes.

2. Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PMAI) – Incoming - Este programa visa receber na Universidade estudantes e professores de universidades estrangeiras

parceiras, para cursar disciplinas do seu respectivo curso de graduação, sejam elas teóricas ou práticas. Em 27 de fevereiro de 2020 recebemos o médico recém-formado Doutor Immanuel Adam, da Alemanha, estudante de Mestrado em Bioética da Universidade de Jena. Seu propósito de visita foi para compreender o funcionamento do SUS e da saúde pública brasileira. A UNIVILLE organizou uma agenda que contemplou sua participação em atendimentos clínicos no Ambulatório da Universidade, assim como em cirurgias e consultas em hospitais conveniados a universidades. No entanto, em razão da instabilidade referente à pandemia, acabou retornando a seu país no início de abril.

3. Estágio Internacional - Os estágios internacionais são períodos de atividades práticas realizadas em instituições ou empresas no exterior. Os estágios podem ser extracurriculares ou curriculares. Os extracurriculares são os não obrigatórios para o currículo acadêmico e podem durar até 3 meses. Já os curriculares são os previstos em matriz curricular do curso e podem durar de 6 meses a 1 ano. Em janeiro de 2020 a UNIVILLE filiou-se à Associação Americana de Faculdades de Medicina (AAMC), para ter acesso ao Programa VSLO, uma plataforma global de estágios internacionais da sa.de que auxilia estudantes a se conectarem com instituições que oferecem oportunidades eletivas de curto prazo e assim se aprimorarem em sua educação médica. Essas oportunidades incluem estágios de observação, programas de pesquisa, oportunidades clínicas e de visitas. Os estágios poderão ser realizados assim que a situação de pandemia terminar.

4. Pesquisa Internacional - A Pesquisa Internacional compartilha e frutifica o conhecimento conjunto com instituições acadêmico-científicas estrangeiras, fortalecendo as redes de cooperação internacional da Universidade. Em 2020 a UNIVILLE estreitou os laços com a *Concordia University of Edmonton* (CUE), Canadá, para a realização de um projeto de pesquisa conjunta na área de Engenharia de Software e Inteligência Artificial. O projeto “*Flood Prediction*”, do Prof. Dr. Paulo Marcondes Bousfield, prevê a possibilidade de enchentes e permite determinado controle por meio de um software. O objetivo da pesquisa é aprimorar o projeto com mais estudos por parte do *Concordia Centre for Applied Artificial Intelligence - CCA2I*.

5. Seminário Internacional On-line - Em maio de 2020, ocorreu a primeira *Human Service Week*, em forma de evento on-line promovido pela *Evangelische Hochschule Nürnberg* (EVHN), uma universidade alemã conveniada à UNIVILLE. O tema do evento foi a importância da assistência social durante a crise/pandemia, e contou com a participação de diversos professores parceiros do mundo todo, entre eles a professora da UNIVILLE, Profa. Dra. Jurema Tomelin. O estudante de Comércio Exterior e participante do seminário, Bruno

Rezende, concedeu entrevista ao jornal alemão da cidade de Nuremberg, relatando sua experiência em um evento com esse tema e formato.

6. Internationalization at Home (IaH) – Internacionalização em Casa - O Internationalization at Home – macroprocesso que se tornou o carro-chefe das ações de internacionalização da UNIVILLE em 2020 – é o termo usado para o desenvolvimento de estratégias e ferramentas de internacionalização do currículo *on campus*, isto é, sem viajar, de maneira economicamente mais viável. Em seguida, todas as nossas atividades relacionadas ao IAH:

6.1 Disciplinas curriculares em inglês (DCIs) - Disciplinas contempladas nas matrizes curriculares de cursos de graduação da UNIVILLE, ministradas em inglês. Para 2020 foram ofertadas quatro DCIs e uma DCI optativa (Resolução de Conflitos). Das cinco DCIs oferecidas, três tiveram abertura de turmas.

6.2 Módulos Interdisciplinares em inglês - Cursos de extensão de 36 h/a ministrados em inglês gratuitamente aos estudantes da UNIVILLE. O objetivo é viabilizar a prática do idioma por meio de conteúdos da área de interesse do estudante. Em 2020 as aulas dos módulos passaram a ser on-line, com os seguintes temas: *Sustainable Development Goals e Quality Tools*.

6.3 Professor Visitante Estrangeiro - No final do mês de fevereiro, a convite de nosso Professor Doutor Pedro Jorge Cortes Morales, recebemos o também Professor Doutor Pedro Valdívila Moral, da Universidade de Granada (Espanha), para a divulgação de sua palestra “Atividade física na perspectiva da igualdade de gênero”, voltada para o público de Educação Física. O evento também fez parte da celebração dos 50 anos do curso.

6.4 Webinários de Internacionalização Acafe - O primeiro webinário, realizado no dia 10 de junho, teve como tema “O futuro da internacionalização no ensino superior”, com a participação dos professores palestrantes Marília Morosini (PUC/RS), Luciana Stallivieri (UFSC) e Nicolas Mailard (UFRGS), e contou com mais de 120 participantes simultâneos.

6.5 Aula internacional no curso de Design - Em outubro foi realizada uma aula internacional on-line, entre uma turma do segundo ano de Design da UNIVILLE, coordenada pelo professor Roy Schulenburg e o professor Leonardo Colin, e uma turma também de Design da universidade canadense *Mohawk University*. O objetivo do encontro foi mesclar as informações de principais eventos que ocorrem em Joinville e na cidade de Hamilton (cidade da instituição canadense). Foi escolhido o Festival de Dança de Joinville como tema para os canadenses trabalharem e um evento popular de Ontário, “*Around the Bay Road Race*”, para os alunos de Design.

Finalizamos, em relação às ações da AI no ano de 2020, reforçando que a internacionalização é tema presente na visão e no Planejamento Estratégico Institucional da UNIVILLE, que, como

instituição, tem o objetivo de inserir cada vez mais professores, pesquisadores e estudantes no contexto internacional, por meio de projetos e programas de internacionalização curricular.

2.7 UNOCHAPECÓ

A internacionalização na UNOCHAPECÓ só ascendeu ao nível das prioridades no ano de 2008. Até então, as ações de internacionalização ocorriam de modo esparsa e fragmentado. Naquele momento, outras instituições do país e do próprio sistema ACADE já possuíam experiências consolidadas nesse campo, sinalizando a urgência da Universidade superar essa lacuna e inserir-se no cenário internacional.

A partir da decisão de implementar atividades de internacionalização de modo permanente, inseridas regularmente, no contexto das atividades acadêmicas, o primeiro passo dado foi a criação da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais da UNOCHAPECÓ (ARNI), por meio da reforma político-administrativa e incluída no Regimento Geral da Universidade. Criada a Assessoria, o primeiro desafio lançado foi a institucionalização das atividades mais elementares ligadas ao tema, como a definição dos procedimentos acadêmicos e administrativos necessários à prática da mobilidade acadêmica.

Essa atividade se estendeu ao longo dos anos de 2008 a 2010 e logrou êxito em criar o Regulamento de Cooperação e Mobilidade Acadêmica, o qual institui procedimentos básicos necessários à vinda e envio de estudantes em mobilidade acadêmica. Com o passar dos anos a internacionalização a ser instituída nos documentos institucionais oficiais como Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política de Internacionalização que tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico da região; promover a mobilidade discente, docente e de técnicos-administrativos da Universidade; constituir-se num diferencial competitivo da Universidade, fortalecendo a marca UNOCHAPECÓ; implementar a cooperação internacional em pesquisa e inovação em todos os níveis de ensino; consolidar a oferta de ensino virtual conectada com as demandas mundiais; contribuir para o desenvolvimento acadêmico por meio de experiências de aprendizagem inovadoras.

Paralelamente, a ARNI passa a difundir a ideia da internacionalização junto à comunidade acadêmica, por meio de diversas iniciativas como mobilidade acadêmica para discentes e docentes, curso de língua estrangeira, estágios internacionais, visitas técnicas, participação em eventos internacionais e projetos com intercambistas. Outra oportunidade importante foi a celebração de convênios com instituições estrangeiras com o objetivo de possibilitar o intercâmbio discente e docente, o desenvolvimento de projetos e pesquisas

conjuntos, promoção de eventos científicos, oferta de cursos conjuntos, bem como o aprimoramento de línguas estrangeiras. Com isso, a comunidade acadêmica tem tido a oportunidade de desenvolver intercâmbios acadêmicos e científicos, que proporcionam o desenvolvimento de parte do curso de graduação, pós-graduação ou de atividades de pesquisa em outra instituição de ensino no exterior.

A partir de então os estudantes da UNICHAPECÓ passaram a compreender a mobilidade acadêmica como uma possibilidade de ampliar suas experiências educativas, e o número de intercambistas passou a crescer, tendo-se percebido um aumento significativo de estudantes, principalmente de graduação, em mobilidade acadêmica, estágio ou cursos de idiomas no exterior. Com os programas institucionalizados iniciou-se também a vinda de estudantes e docentes estrangeiros na UNOCHAPECÓ para participar de diferentes atividades acadêmicas. As vivências internacionais entre os estudantes possibilitam trocas acadêmicas, pessoais e profissionais que contribuem para sua formação e também enquanto cidadão global. Apesar de uma oportunidade muito enriquecedora para o estudante, uma minoria tem condições de participar desse tipo de intercâmbio acadêmico, pois envolvem recursos, tempo, idiomas dentre outros, que podem ser dificultadores para alguns estudantes.

Por isso, ações para a internacionalização em casa são desenvolvidas com o intuito de possibilitar experiências internacionais e interculturais para um número maior de estudantes e docentes. Destacamos a mobilidade virtual, que permite o estudante cursar componentes curriculares virtualmente em uma universidade estrangeira parceira e os estudantes internacionais podem cursar de forma síncrona componentes curriculares nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação que são ofertados na Universidade. Alguns desses componentes são ofertados em língua estrangeira, possibilitando a participação de um número maior de estudantes estrangeiros.

Outra ação que já ocorria, mas que vem ganhando força é o intercâmbio virtual, também conhecido como COIL (*Collaborative online international learning*), ou seja, refere-se a atividades, aulas, projetos conjuntos entre professores e estudantes, com interesses semelhantes que queiram compartilhar conhecimento e buscar soluções para problemas locais e ainda proporcionar aos estudantes desenvolvimento de competências interculturais, as quais destacamos: gerenciamento de situações de liderança e motivação, melhorar habilidades de comunicação, interculturalidade, interagir, participar e colaborar com pessoas de diferentes culturas. Além dessas ações, muitas *lives*, palestras, workshops, conferências foram realizadas virtualmente com a presença de estudantes e professores estrangeiros nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Todas essas ações foram facilitadas pelo acesso e uso de

tecnologias digitais, possibilitando assim, o fortalecimento dessas ações e de maneira significativa, ampliando a cooperação e a internacionalização em casa e no currículo.

Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* também apresentam avanços expressivos e inovadores no cenário internacional, com diferentes ações e projetos que contribuem de forma positiva para a internacionalização do ensino superior. Existe uma forte relação entre professores e pesquisadores internacionais para o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações conjuntas internacionais, participação em redes internacionais, co-orientação de dissertações/teses e bancas avaliadoras em IES estrangeiras, realização de eventos internacionais, incentivo a participação dos docentes em atividade pós-doutoral no exterior, atividades de difusão e de transferência de conhecimento e tecnologia em nível internacional; incentivo à mobilidade acadêmica e oferta de componentes curriculares em língua estrangeira, presença de professores estrangeiros para ministrar aulas, palestras, pesquisas, participação em editais internacionais para fomento da pesquisa.

Essas ações fortalecem as pesquisas, aumentam a visibilidade e credibilidade do estudo, além de promover o intercâmbio dos pesquisadores e também dos discentes, gerando novas ações entre si. O intercâmbio de discentes têm aumentado e a presença de professores internacionais na instituição também.

A Extensão Universitária na UNOCHAPECÓ objetiva transformar o saber acadêmico em bem público, ampliando a formação do ser humano para a prática do exercício profissional. Dentre os objetivos e diretrizes da extensão universitária destaca-se a busca pela ampliação e fortalecimento das ações de extensão interinstitucionais e as atividades voltadas para o intercâmbio e a internacionalização por meio de redes ou parcerias, as quais podem ser desenvolvidas tanto pela promoção de eventos e cursos ou mesmo pela promoção de ações de projetos e programas de extensão em parceria com instituições estrangeiras.

Destacamos o curso “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e boas práticas”, foi desenvolvido com a Universidade de Guadalajara no México com o objetivo de contribuir para a formação e capacitação de diferentes atores do setor da educação para que sejam defensores e promotores da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas suas comunidades e organizações. O curso é bilíngue e está na Plataforma virtual Unoplus da UNOCHAPECÓ.

Outro curso que está disponível na plataforma Unoplus é o curso de Português para estrangeiros e tem como objetivo apresentar estruturas gramaticais, vocabulário e usos mais recorrentes da língua portuguesa para falantes de outras línguas. A promoção de um curso de português como língua estrangeira é de suma importância em uma universidade em processo

de internacionalização, uma vez que deve ter preocupação com a integração dos novos estudantes. Este curso apresenta-se como um diferencial da UNOCHAPECÓ para atrair novos intercambistas, pois há uma escassez de cursos de português voltado para falantes de outras línguas. Além disso, o curso poderá também ser adquirido por intercambistas optantes por outros destinos.

Para promover o ensino de línguas da comunidade acadêmica, a universidade criou em desde 2005, o Laboratório de Línguas da UNOCHAPECÓ (LABLIN), o qual está vinculado ao curso de graduação em Letras Português/ Inglês, e por meio dele são ofertados cursos de línguas estrangeiras presenciais e ampliou suas propostas com cursos virtuais para os estudantes locais e estrangeiros. A instituição também passou a oferecer aprendizagem de línguas por meio de uma plataforma virtual, com a oferta de mais de 20 diferentes idiomas, de forma gratuita, dando assim, mais possibilidade de acesso para toda a comunidade acadêmica, que podem realizar os cursos de forma assíncrona.

3. Considerações finais

A UFSC iniciou o processo de internacionalização no início da década de setenta do século passado, com o Programa de Convênio Estudante de Graduação, criado em 1972. Na sua gênese, o Escritório de Assuntos Internacionais era responsável pelas ações internacionalizantes, sendo no curso do desenvolvimento substituído pela, hoje, Secretaria de Relações Internacionais, órgão vinculado a Reitoria. Com tantos anos já envolvida nesse projeto, e com cursos de graduação e pós-graduação de excelência, cresceram os acordos de cooperação internacionais. Registros apontam que nos últimos anos esses chegam próximo de 400. Programas a movimentação de estudantes como *incoming* e *outcoming*, dão apoio a recebimento de estudantes do exterior, bem como de estímulo a estudantes brasileiros frequentarem universidades no exterior., constituem uma das referências. Nessa linha, a universidade envia anualmente cerca de 170 alunos para o exterior. Programas internacionais com países latino-americanos – Uruguai, Colômbia, Argentina e México – existem para recebimento de alunos estrangeiros.

Outros programas ativos estão presentes, na UFSC como o Idiomas sem Fronteiras destinado a internacionalização do ensino e os associados a University Studies Abroad Consortium, Universiteit Leiden e University of Hradec Králove que concedem bolsas de estudo para alunos de graduação e de pós-graduação para frequentarem diferentes áreas de ensino no exterior. Também, há o programa Jovens Líderes Iberoamericanos destinado para egressos de

cursos de graduação para realização de intercâmbio em Madrid, Espanha. No âmbito da pesquisa, são vários projetos envolvendo professores e alunos, destacando os vinculados aos cursos de Engenharia, com universidades estrangeiras. Assim como, existem convênios de pesquisa em que colaboradores estrangeiros encontram-se presentes. E, no campo da extensão, conta com núcleo institucional de ensino que oferece diversos cursos em inúmeros idiomas à comunidade, bem como realiza anualmente eventos com parceiros internacionais aberto à sociedade.

A UDESC estabeleceu no início dos anos 2000 compromisso com a cooperação acadêmica internacional com elaboração de plano estratégico para o período de 2005-2025, cujas ações são reforçadas nos planejamentos estratégicos quadrienais, como o de 2020-2024. Desenvolve projetos em que mobiliza os cursos de graduação e os programas de pós-graduação a se internacionalizarem. Da mesma forma, possui projetos que estimulam tais instâncias a fazerem parcerias internacionais. Para tanto, conta com Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional, órgão que cria acordos de cooperação no contexto internacional. Nessa linha, a UDESC possui convênios com 22 universidades de vários países, destaque para a Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Itália, Coreia do Sul, Estados Unidos e Argentina. O Programa de Mobilidade Estudantil permite a realização de disciplinas e outras atividades acadêmicas em universidades estrangeiras, sendo programa bem ativo, cada semana 12 alunos recebem auxílio para estudar um semestre no exterior.

Desenvolve a UDESC outros programas como Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica com recebimento de estudantes estrangeiro de universidade conveniada. A Universidade oferece disciplinas em inglês em várias áreas do conhecimento. Mantem também, o Programa Apadrinhamento/Buddy com vistas a orientar o estudante estrangeiro em seus primeiros passos no país. Tem em sua estrutura recente o escritório Education USA voltado a dar informação a estudantes que desejam estudar no exterior. Conta com o Programa de Auxílio a Participação em Eventos, que estimula a participação em congressos internacionais, bem como o Programa de Auxílio a Internacionalização da Pós-Graduação voltado em apoiar professores a participarem de atividades de pesquisa ou pós-graduação no exterior. E, no tocante a ações de extensão, destaque para o vínculo com o programa de cooperação humanitária internacional das Nações Unidas em projeto de gestão de riscos e desastres, firmado através de convênio com organismo internacional USAID/OFDA.

A FURB desenvolve programa de internacionalização de suas atividades por 23 anos. Nesse curso, os resultados alcançados são frutos de política de internacionalização institucionalizada, que desenha ações sustentadas por planos estratégicos elaborado ao longo

dos anos. Há uma Coordenadoria de Relações Internacionais que promove a internacionalização da instituição. Dentro do quadro de resultados, tem-se parcerias firmadas com cerca de 70 universidades em mais de 20 países, sendo que, atualmente, está em vigor convênios com 10 países da América do Sul, 9 da Europa, 3 da África e 2 da Ásia. As parcerias com universidades de países como a Alemanha, China, Argentina e Canada, alcançaram o número de 72. No âmbito da mobilidade acadêmica, em 2017, foram enviados ao exterior 71 estudantes e 5 professores e acolhidos 27 alunos e 3 professores para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Ressalta-se, também, na FURB o fomento a internacionalização relacionado ao estudante cursar disciplinas lecionadas em inglês, espanhol e alemão em universidades conveniadas, como ocorre no curso de Tecnologia em Marketing com a Universidade de Halmsyad, em que o aluno pode obter dupla diplomação. Cita-se também, o programa de extensão universitária internacionalizante, denominado Amigos do Mundo, em que incentiva a comunidade receber estudantes estrangeiros de universidades conveniadas em residências na cidade de Blumenau.

Na UNESCO, há uma política de internacionalização aprovada institucionalmente com orientações voltada a ampliação da estrutura de internacionalização, qualificação do corpo docente e discente em língua estrangeira, potencialização de parcerias e acordos de cooperação com instituições estrangeiras e fortalecimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Conta com o escritório de Relações Internacionais que mantém várias ações dentre as quais recepção de visitantes, negociação e condução de acordos de cooperação, apoio em solução de processos administrativos de estrangeiros, entre outras ações. Atualmente, a universidade mantém 47 acordos e convênios internacionais com diferentes universidades no exterior, com destaque para os países: Alemanha, Canadá, EUA, França, Inglaterra, Espanha, Chile, Angola e Argentina.

A UNESCO desenvolve vários programas dentre esses o de Mobilidade Acadêmica, que registrou o envio de 109 estudantes de graduação e 2 pós-graduação ao exterior, bem como recebeu de 29 alunos estrangeiros 1 de pós-graduação e 12 para o programa Residência Multiprofissional. Destaque, também, para o número significativo de cursos, 202 minicursos e complementações cursadas por alunos e professores em diferentes convênios realizados, até o momento. Além, da universidade oferecer apoio a internacionalização de estudantes não só aos da própria instituição como aberto a comunidade, via Instituto de Idiomas, em cursos de idiomas como alemão, inglês, espanhol, italiano, francês e português.

Na UNIVALI, a prática de internacionalização de atividades iniciou no começo dos anos 1990 com a criação da Assessoria de Assuntos Internacionais. A internacionalização das atividades insere-se essa no planejamento estratégico da universidade, que norteia a Política de Internacionalização. O último plano de 2016 a 2021 conta objetivos de firmamento de acordos de cooperação internacional. As ações internacionalizantes têm-se voltado para o desenvolvimento de vários programas como a internacionalização do currículo, internacionalização em casa, mobilidade virtual, projetos *on line* de colaboração virtual, além de outras ações como as voltadas em alcançar indicadores utilizados para universidades latino-americanas melhor se posicionarem nos *rankings* internacionais.

Dentre as parcerias realizadas citam-se as com universidades europeias: Universidad di Alicante e Universidad Degli Studi di Perúgia. Nessas parcerias firmadas permite-se o duplo diploma nos cursos de graduação e em programas de pós-graduação *strictu-sensu*, tanto para os estudantes brasileiros como para os estrangeiros. No âmbito da extensão, a UNIVALI tem convênio com a Polícia Federal, através para atendimento de migrantes de várias nacionalidades em ações voltadas no auxílio a regularização de documentos, pedidos de residência, apoio a refugiados, etc. Até o momento, os programas de colaboração internacional, no geral, têm possibilitado a mobilidade de alunos e professores para realização de cursos e pesquisa com pares no exterior, publicação de artigos e livros em co-autoria e participação de professores estrangeiros visitantes em projetos internos, bem como de professores da Univali em programas de pós-graduação em universidades conveniadas no exterior.

A UNIVILLE possui a Assessoria Internacional, ligada a Reitoria, que tem como propósito auxiliar a gestão do processo de internacionalização da universidade. Essa instância orienta projetos e programas voltados à internacionalização do ensino, pesquisa e extensão universitária. O planejamento estratégico dá destaque a essas atividades. Dentre das práticas existentes, realçam-se os programas de mobilidade acadêmica internacional, na linha *outgoin*, com informação que 17 estudantes se inscreveram para desenvolverem atividades de ensino no exterior. E, na linha *incoming*, possui estrutura para receber estudantes de outros países, sendo referência a vinda de estudante de mestrado da Universidade de Jena, da Alemanha. Possui o programa de estágio internacional em atividades curriculares e extracurriculares, sendo que na última o estudante pode ficar até 3 meses no exterior; enquanto, na primeira o estudante pode ficar de 6 meses a 12 meses. Conta como referência, a aquisição da plataforma VSLO de estágios internacionais que oferece oportunidades para a comunidade acadêmica;

No âmbito da pesquisa, a UNIVILLE possui cooperação com a Concordia Univerity of Edmonton do Canadá para realização de pesquisa na área de Engenharia de Software e Inteligência Artificial. Além disso, destacam-se a realização de seminários internacionais, sendo citado o realizado

com a Evangelische Hochschule Nurnberg da Alemanha com participação de professores e alunos, e o programa em Internationalization at Home com oferta de disciplina em inglês. Conta, também, com cursos de extensão ministrados em inglês e webinar internacionalizado para a realização de palestras e aulas internacionais abertas, em que participam alunos e professores da instituição e de universidades estrangeiras. Cita-se, nesse último, a aula internacional ministrada no curso de Design, em participação conjunta com a universidade canadense Mohawk University.

Na UNOCHAPECÓ são destacadas várias práticas internacionalizantes levadas a cabo pela instituição. Destaca-se a mobilidade virtual que possibilita o estudante cursar de forma síncrona disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação em universidades estrangeiras. Segue-se, também, o programa de intercâmbio virtual, Collaborative Online Intenational Learning, aberto para professores e alunos com interesses semelhantes na busca de soluções interculturais junto com pares de universidades estrangeiras, via live, palestras workshops e conferências. Ressalta-se, também, o desenvolvimento de projetos de pesquisas conjuntos com professores e pesquisadores estrangeiros, somada a participação em redes internacionais via co-orientação de dissertações e teses e participação de professores em atividades de pós-doutorado no exterior.

No campo da extensão universitária, agregam-se às atividades de extensão interinstitucionais internacionais, as práticas de desenvolvimento sustentável. Em andamento, o convênio firmado com a Universidade de Guadalajara do México para desenvolvimento de ações dos objetivos do milênio da ONU nas comunidades e organizações. Cita-se, ainda outra prática voltada ao ensino de português para estrangeiros com objetivo de integração maior desses estudantes por meio da plataforma Unoplus, somada, também ao ensino de idiomas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, em atividades do Laboratório de Línguas com oferta de 20 diferentes idiomas.

Referências

BRASIL. **Lei Federal no 12.881, de 12 de novembro 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm. Acesso em 15 de ago. de 2021.

CARVALHO, S. ARAÚJO, G. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), p. 113-131, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100007>. Acesso em 2 maio. 2021.

FURB. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2014**: disponível em https://www.furb.br/_upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202010_2015.pdf?20210829204311. Acesso em 15 de ago. de 2021.

FURB. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2017**: disponível em https://www.furb.br/_upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202016_2020.pdf?20210829204311. Acesso em 15 de ago. de 2021.

FURB. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2018**: disponível em https://www.furb.br/_upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202016_2020%20REVISAO%202018%20CONSUNI.pdf?20210829204311. Acesso em 15 de ago. de 2021.

FURB. **Relatório Institucional de Atividades 1998**. Blumenau, 2021. Disponível em <https://bu.furb.br/CMU/relatoriosFURB/1998%20Relatorio.pdf> Acesso em 25 de ago. de 2021.

FURB. **Relatório Institucional de Atividades 2012**. Blumenau, 2021. Disponível em <https://bu.furb.br/CMU/relatoriosFURB/RELATORIOINSTITUCIONAL-2012pdfa.pdf> Acesso em 25 de ago. de 2021.

FURB. **Relatório Institucional de Atividades 2015**. Blumenau, 2021. Disponível em <https://bu.furb.br/CMU/relatoriosFURB/RELATORIOINSTITUCIONAL-2015pdfa.pdf> Acesso em 25 de ago. de 2021.

SILVA, W. C. **A internacionalização em casa como ferramenta para promoção de uma internacionalização inclusiva**: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso. Relações Internacionais. UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222909/Willian%20-%20TCC%20-%20Versao%20Final%20%28entrega%20assinado%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2021.

STALLIVIERI, L. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior**. Educação Brasileira, Brasília, v. 24, n. 48, p. 35-57, 2002.

SINTER. **Sobre a Sinter**. Disponível em: <https://sinter.ufsc.br/sobreasinter/> Acesso em: 2 maio 2021.

SINTER. **História da internacionalização da UFSC**. Disponível em: <https://sinter.ufsc.br/historia-da-internacionalizacao-da-ufsc/>. Acesso em: 2 maio 2021.

SINTER. **Relatórios de atividade Sinter 2020**. Disponível em: <https://arquivos.ufsc.br/f/70968154136e46499a34/>. Acesso em: 2 maio 2021.

SINTER. **Plano Institucional de Internacionalização**. Disponível em: <https://novaprpg.paginas.ufsc.br/files/2019/02/PROPOSTA-DE-PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZAC%CC%A7A%CC%83O-Final-Aprovada.pdf>. Acesso em maio 2021.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Disponível em: <https://www.furb.br/web/1651/institucional/relacoes-internacionais/apresentacao>. Acesso em 15 de ago. de 2021.

RESOLUÇÃO nº 03/2018/CONSU. Aprova Política de Internacionalização da UNESC.

UDESC. **Plano 20 – 2005-2025**. 2005. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/plano_20_2005_2025.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Regimento Geral da UDESC.** 2007. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/782/regimento_geral_da_udesc.pdf . Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Relatório de Gestão 2004-2008.** 2008. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/relatorio_de_gestao_udesc_2004_2008.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Regimento Geral da Pós-Graduação (Res. 013/2014 - CONSEPE).** 2014. Disponível em: <http://secon.udesc.br/consepe/resol/2014/013-2014-cpe.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI -2020 - 2024.** 2016. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/10766/Planejamento_Estrat_gico_20_24_v_final_16189568652129_10766.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Relatório de Gestão 2017.** 2017. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/2251/Relat_rio_de_Gest_o_2017_FINAL_15313328423257_2251.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Revista Retrospectiva UDESC.** Edição No 2, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/revista_retrospectiva_ed2_15235493618647_3011.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Revista Retrospectiva UDESC.** Edição No 3, 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/revista_retrospectiva_2019_15550959066857_3011.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Relatório de Gestão 2020.** 2020a. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/10753/Relat_rio_de_Gest_o_Udesc_2020_Enviado_23_02_2020_16189549355332_10753.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Relatório de Gestão da PROPPG.** 2020b. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/3722/RELATORIO_DE_GESTAO_PROPPG_2020_final_1612546501832_3722.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Relatório de Gestão da PROEX.** 2020c. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Realiza_es_da_Proex_Udesc_Gest_o_2016_20_15862257579984_12035.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Planejamento Estratégico 2020-2024.** 2021a. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/10766/Planejamento_Estrat_gico_20_24_v_final_16189568652129_10766.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UDESC. **Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional.** 2021b. Disponível em: <https://www.udesc.br/secretaria/scii>. Acesso em: 27 de jul. de 2021.

UDESC. **Revista Retrospectiva UDESC.** Edição No 5, 2021c. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/2029/retro2021_16185148669804_2029.pdf
Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2020- 2024**. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/files/2020/06/PDI-2020-2024.pd>. Acesso em 2 maio 2021.

UFSC. **Plano Anual 2021**. Disponível em: <https://pdi.paginas.ufsc.br/files/2021/04/Plano-Anual-2021.pdf>. Acesso em 2 maio 2021.

UNESC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018 – 2022**. Disponível em: http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/17885.pdf?1575054223. Acesso em 2 maio 2021.

UNESC. **Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade do Extremo Sul Catarinense – 2018**. Disponível em: http://www.unesc.net/portal/resources/files/263/relatorio_2018.pdf. Acesso em 2 maio 2021.

UNIVILLE. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2017-2021**. Universidade da Região de Joinville – Univille. Joinville, SC: Editora Univille, 2021.

UNIVILLE. **Relatório de Atividades Univille 2020**. Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC: Editora Univille, 2021.